



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Maria Cecília Olivio

Feminismo e Capitalismo:
contribuições teóricas a partir do Feminismo Materialista Francês

Florianópolis
2021

Maria Cecília Olivio

Feminismo e Capitalismo:
contribuições teóricas a partir do Feminismo Materialista Francês

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de doutora em
Serviço Social
Orientadora: Prof^ª. Maria Regina de Ávila Moreira Dr^ª.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Olivio, Maria Cecilia

Feminismo e Capitalismo : contribuições teóricas a partir
do Feminismo Materialista Francês / Maria Cecilia Olivio ;
orientadora, Maria Regina de Ávila Moreira, 2021.
210 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Feminismo Materialista Francês. 3.
Estranhamento/Alienação. 4. Serviço Social. 5. Ontologia
Crítica. I. Moreira, Maria Regina de Ávila. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Serviço Social. III. Título.

Maria Cecília Olivio

Feminismo e Capitalismo: contribuições teóricas a partir do Feminismo Materialista Francês

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^a Euda Kaliani Gomes Teixeira Rocha, Dr^a
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof^a Mirla Cisne, Dr^a
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN

Prof^a Sandra Lourenço de Andrade Fortuna, Dr^a
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof^a Silvana Mara Moraes dos Santos, Dr^a
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Prof. Ricardo Lara, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Suplente

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Serviço Social.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof^a Maria Regina de Ávila Moreira, Dr^a
Orientadora

Florianópolis

2021

Às feministas de antes, de agora, de sempre. Pela luta aguerrida e necessária.

À Cecília Cendon de Oliveira (*in memoriam*), minha avó materna.

À Dirce de Oliveira Olivio (*in memoriam*) e Luiz Carlos Olivio (*in memoriam*), meus pais, meu fundamento primeiro.

AGRADECIMENTOS

Defendo esta tese em um momento bastante singular, social e individualmente. O período do doutorado em si, quatro anos, já é ele mesmo síntese de um processo de formação que começou há mais de dez anos. E, nesses últimos quatro anos, também, muitas coisas mudaram. O texto apresentado aqui está atravessado de todo esse processo e das pessoas, das “gentes”, que são a essência dessa dinâmica. Duas dessas pessoas já não estão mais fisicamente presentes e são a quem agradeço primeiramente e dedico este trabalho. Também agradeço a outras tantas que fizeram possível e mais leve essa caminhada. O que tem de bom aqui é sustentado pela generosidade, apoio e motivação destas pessoas e de outras tantas que, seguramente, olvidei nomear. As falhas e limitações, todas, são de minha única responsabilidade.

À Patrícia Torriglia, companheira de vida. Pelo amor, apoio – emocional e estrutural - e generosidade incondicional. É você quem leva minha insegurança no colo e me impulsiona a seguir. E pela leitura sempre cuidadosa do meu texto.

A Luiz Carlos, meu irmão, pela tranquilidade com que lida com os desafios da vida e por como me ensinar a tentar fazer parecido.

À Maria Regina de Ávila Moreira, orientadora querida. É difícil expressar em palavras a presença e força impactante que você transmite. Obrigada por tanto, por colocar o Faladeiras no mundo, por estar presente e por diversas vezes trazer a segurança que me escapa.

À Sandra Lourenço Fortuna, pois se pude pela primeira vez almejar adentrar no mundo da pesquisa e da vida acadêmica, foi com você. Obrigada por intermediar a concretização do meu “sanduíche” e por compor as bancas de qualificação e defesa da tese.

À Jules Falquet, pela generosidade e disponibilidade em me receber no doutorado-sanduíche. Por me apresentar os cantinhos de Paris e achar brechas na pandemia para momentos de fruição em meio ao trabalho e incertezas.

À Mirla Cisne por, ainda que involuntariamente, me apresentar ao objeto de pesquisa. Também por intermediar o contato com Jules para o doutorado-sanduíche.

À Silvana Mara Moraes dos Santos por aceitar o convite e compor a banca de defesa desta tese.

À Beatriz Paiva, por todo suporte. Especialmente para a concretização do afastamento da PMF para o doutorado-sanduíche. Obrigada por estar na retaguarda!

Ao Ricardo Lara por tanto durante o mestrado e doutorado e por compor minha banca de qualificação.

À Mariléia da Silva, por estar em minha banca de qualificação.

À Nalá Caravaca e Marjori Machado, vocês são presença necessária para seguir.

À Gabriela Blanco, querida amiga, pelo apoio, carinho, motivação e amor.

A Reginaldo França, Vanessa Eidam, Edivane de Jesus, Juliana Andrade e Daniele Cima. Vocês estão neste texto e em minha vida.

À Annelise Moya, pela paciência em longas chamadas, ao ouvir minhas divagações acadêmicas.

À Carmen Susana Tornquist, pela amizade e afeto de sempre. O encontro contigo foi essencial quando nem ainda estavam pensadas as linhas desta tese.

À Raquel Lindôso, por todo carinho e amizade na reta final da tese, em um momento muito incerto, de início da pandemia e de questões pessoais delicadas, você segurou a minha mão.

À Kaliani Rocha e à Juliana Kiyomura, presentes brasileiros em Paris. Obrigada por me receberem no grupo e acompanharem esse fim de processo. À Kaliani, especialmente, por compor a banca de defesa de tese.

Às queridas e aos queridos do *4emme e 5emme étages* da *Maison du Brésil*. Conhecer Paris da cozinha da *Maison* com vocês, foi um dos melhores respiros possíveis e necessários.

Às e aos colegas do CRAS: Mary, Mariana, Simone Passos, Gissele, Rosiclea, Manoel, Luana, Rosimeri, Lore, Jackson, Simone, Alexsandra. Por apoiarem e acreditarem na importância e necessidade da pesquisa e da formação continuada. Em particular por sustentarem as minhas ausências em diversos momentos do doutorado, especialmente, quando do meu afastamento para o período de doutorado-sanduíche.

Às e aos camaradas da Unidade Classista, pela compreensão e apoio nas ausências necessárias para a finalização desta tese.

Às Faladeiras, todas, de todas as fases desse grupo incrível! Grande parte das reflexões que estão neste texto iniciaram em nossos encontros e debates da extensão e da pesquisa. Especialmente Christiane Luciano, Ingrid Oliveira, Cynthia Ribeiro, Débora Zanghelini, Gabriela Costa, Carla Santana, Carolina Melo.

Ao NESSOP e NEPTQSAL, grupos de estudos e pesquisas do departamento de Serviço Social da UFSC, fundamentais.

Ao PPGSS e à secretaria do Programa, Gabriela e Salezio, por todo o suporte administrativo.

À SEMAS/PMF que concedeu afastamento para realizar o doutorado-sanduíche.

À CAPES, pela bolsa do programa PRINT, que possibilitou a realização de parte da pesquisa no exterior (doutorado-sanduíche).

RESUMO

Esta tese trata do debate feminista, particularmente do feminismo materialista francês. Para aproximar-se ao entendimento do capitalismo hoje é preciso apreender quais são as leis que regem seu movimento e as distintas formas de relação social expressas nas dimensões de sexo/gênero, classe e raça. Este caminho de compreensão leva à necessidade de aprofundamento do debate feminista, especificamente, a partir de uma de suas correntes, o feminismo materialista francês, haja vista que as teorizações e categorias propostas por esta corrente foram tomadas como recurso ao debate crítico dentro do Serviço Social e buscam coadunar com a produção de conhecimento da profissão em direção e na defesa do projeto ético-político e da intrínseca relação ao pensamento crítico, particularmente da tradição marxista. Assim, esta tese tem como objeto a concepção de feminismo expressa pelas categorias desenvolvidas pelo feminismo materialista francês e como objetivo analisar as categorias do feminismo materialista francês à luz da produção e reprodução social da existência na forma capital. Para tanto, realizou-se pesquisa de natureza teórico-conceitual a partir das categorias de análise propostas pelo feminismo materialista francês, particularmente: relação social de sexo, opressão, divisão sexual do trabalho e sexagem, tendo como autoras centrais: Christine Delphy, Colette Guillaumin, Nicole-Claude Mathieu e Paola Tabet. Tendo em vista a análise a partir da (re)produção da vida na forma capital, também foi realizado estudo teórico da categoria estranhamento, tendo como foco central diretamente o texto apresentado por György Lukács, em Para uma Ontologia do Ser Social II, bem como breve apropriação da introdução do debate feminista, especialmente, pela entrada da categoria gênero no Serviço Social. Este processo de pesquisa, estudo e análise apresentou como principais considerações: algumas limitações, situadas pelo contexto sócio-histórico e de pressupostos equivocados do FMF, que apresenta contribuições para o entendimento de evidências empíricas, concretas das relações sociais, mas em última instância, não indica exatamente como interpretar o todo das relações sociais. Por isso, se coloca como necessário o aprofundamento da concepção materialista histórico-dialética que informa a análise crítica hegemônica no Serviço Social e a elaboração de análises cada vez mais aprofundadas do campo e das categorias do FMF que podem contribuir para avanços ainda necessários ao debate profissional.

Palavras-chave: Feminismo Materialista Francês. Estranhamento/Alienação. Serviço Social.

ABSTRACT

This doctoral thesis addresses the feminist debate, particularly the French materialist feminism. To approach the understanding of capitalism today it is necessary to apprehend the laws which rule its movement and the different forms of social relations expressed in the dimensions of sex/gender, class, and race. This path of understanding leads to the need for deepening the feminist debate, specifically from one of its branches, the French materialist feminism, given that the theories and categories proposed by this branch were taken as a resource for critical debate within Social Work and seek to conform to the production of knowledge within the profession towards and in defense of the ethical-political project and the intrinsic relation to critical thinking, particularly from the Marxist tradition. Thus, this thesis has as its object the conception of feminism expressed by the categories developed by French materialist feminism and aims to analyze the categories of French materialist feminism in the light of the social production and reproduction of existence in the capital form. For this purpose, a theoretical-conceptual research was carried out based on the categories of analysis proposed by French materialist feminism, particularly: social sex relation, oppression, sexual division of labor, and sexing, having as central authors: Christine Delphy, Colette Guillaumin, Nicole-Claude Mathieu and Paola Tabet. In view of the analysis from the (re)production of life in the capital form, a theoretical study of the category alienation was also carried out, directly focusing on the text presented by György Lukács in *The Ontology of Social Being II*, as well as a brief grasp of the introduction to the feminist debate, specially by the entry of the category gender into Social Work. This process of research, study, and analysis presented as main considerations: some limitations, located by the socio-historical context and mistaken assumptions of the French materialist feminism, which contribute to the understanding of empirical, concrete evidence of social relations, but ultimately, do not indicate exactly how to interpret the social relations as a whole. Therefore, it is necessary to deepen the historical-dialectical materialist conception which constitutes the hegemonic critical analysis in Social Work and the elaboration of increasingly in-depth analyses of the French materialist feminism field and its categories that can contribute to advances which are still necessary to the professional debate.

Keywords: French Materialist Feminism. Alienation. Social Work.

RÉSUMÉE

Cette thèse aborde le débat féministe, notamment le féminisme matérialiste français. Pour comprendre le capitalisme d'aujourd'hui, il est nécessaire de comprendre les lois qui régissent son mouvement et les formes distinctes de rapports sociaux exprimés dans les dimensions de sexe/genre, de classe et de race. Cette voie de compréhension conduit à la nécessité d'approfondir le débat féministe, spécifiquement, à partir d'un de ses courants, le féminisme matérialiste français, considérant que les théorisations et les catégories proposées par ce courant ont été prises comme une ressource pour le débat critique au sein du Travail Social et cherchent à contribuer à la production de connaissances de la profession vers et en défense du projet éthico-politique et la relation intrinsèque à la pensée critique, en particulier de la tradition marxiste. Ainsi, cette thèse a pour objet la conception du féminisme exprimée par les catégories développées par le féminisme matérialiste français et pour objectif général d'analyser les catégories du féminisme matérialiste français à la lumière de la production et de la reproduction sociale de l'existence sous forme capital. À cette fin, une recherche de nature théorique et conceptuelle a été menée à partir des catégories d'analyse proposées par le féminisme matérialiste français, notamment : rapport social de sexe, oppression, division sexuelle du travail et sexage, ayant comme auteurs centraux : Christine Delphy, Colette Guillaumin, Nicole-Claude Mathieu et Paola Tabet. En vue de l'analyse à partir de la (re)production de la vie sous forme de capital, une étude théorique de la catégorie d'aliénation a également été réalisée, ayant comme point central directement le texte présenté par György Lukács, dans Pour une ontologie de l'être social II, ainsi qu'une brève appropriation de l'introduction du débat féministe, notamment par l'entrée de la catégorie genre au sein du Travail Social. Ce processus de recherche, d'étude et d'analyse a présenté comme principales considérations : certaines limites, situées par le contexte socio-historique et les hypothèses incorrectes du FMF, qui présente des contributions pour la compréhension de l'évidence empirique et concrète des rapports sociaux, mais finalement n'indique pas exactement comment interpréter l'ensemble des rapports sociaux. Pour cette raison, il est nécessaire d'approfondir la conception matérialiste historico-dialectique qui informe l'analyse critique hégémonique en Travail Social et l'élaboration d'analyses de plus en plus profondes du champ et des catégories du FMF qui peuvent contribuer aux avancées encore nécessaires dans le débat professionnel.

Mots-clés: Féminisme Matérialiste Français. Aliénation. Travail Social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Apropriação física do corpo máquina de trabalho.....	168
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEDREF	Centro de Documentação, Pesquisa e Ensino para os Estudos Feministas
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
DC	Desenvolvimento de Comunidade
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadora(e)s em Serviço Social
EUA	Estados Unidos da América do Norte
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FMA	<i>Féminin, Masculin, Avenir/ Féminisme, Marxisme, Action</i> (Feminino, Masculino, Futuro/ Feminismo, Marxismo, Ação)
FMF	Feminismo Materialista Francês
GTP	Grupo Temático de Pesquisa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JEC	Juventude estudantil católica
JFC	Juventude Feminina Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Assexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e demais identidades
MLF	<i>Mouvement de Libération des Femmes</i> (Movimento de libertação das mulheres)
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PEP	Projeto Ético-Político
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RSS	Relação Social de Sexo
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. CONSIDERAÇÕES SOBRE MÉTODO E A INCORPORAÇÃO DO DEBATE FEMINISTA NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL	24
2.1 PARA COMEÇAR: ALGUMAS QUESTÕES DE MÉTODO.....	24
2.2 PEQUENA SOCIOHISTÓRIA DA DISCUSSÃO FEMINISTA NA PROFISSÃO	30
2.3 DEBATE FEMINISTA CONTEMPORÂNEO: A INTRODUÇÃO DO PENSAMENTO DO FEMINISMO MATERIALISTA FRANCÊS	42
3. TEORIA FEMINISTA E SUAS DISTINÇÕES: ESTABELECENDO AS BASES PARA COMPREENDER COMO SE CONFIGUROU O FEMINISMO MATERIALISTA FRANCÊS.....	50
3.1 DAS PRIMEIRAS CONCEPÇÕES FEMINISTAS AO SEU ESTABELECIMENTO COMO UM MOVIMENTO SOCIAL: QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS E DISTINTAS FORMAS DE APREENSÃO DA REALIDADE	54
3.2 LUTAS SOCIALISTAS, FEMINISMO MARXISTA E FEMINISMO MATERIALISTA FRANCÊS: SITUANDO O CONTEXTO HISTÓRICO.....	61
3.2.1 Raízes das formulações centrais do FMF: <i>Féminisme, Marxisme, Action (FMA) e Mouvement de Libération des Femmes (MLF)</i>	68
3.2.2 Feminismo Revolucionário, Feminismo Radical e Feminismo Materialista..	78
4. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O COMPLEXO DO ESTRANHAMENTO..	86
4.1 ALGUNS APONTAMENTOS PARA SITUAR SOBRE O ESTRANHAMENTO DA MULHER.....	95
4.2 O COMPLEXO DO ESTRANHAMENTO E SEU MOVIMENTO	99
4.3 A BASE DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIDA NA FORMA CAPITAL	122
4.3.1 O duplo caráter do trabalho	128
5. NO ES IGUAL PERO ES LO MISMO: A HIERARQUIZAÇÃO DE SEXO/GÊNERO COMO UMA DIMENSÃO DA EXISTÊNCIA ESTRANHADA – UMA TENTATIVA DE ELABORAÇÃO A PARTIR DE APORTES DO FMF.....	136
5.1 COMPREENSÃO SOBRE RELAÇÃO SOCIAL DE SEXO	137
5.2 DEBATE SOBRE A CATEGORIA OPRESSÃO	146
5.3 APROPRIAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: CAMINHO PARA O COMPREENDER A SEXAGEM.....	150
5.3.1 A expressão concreta da apropriação das mulheres: individual e coletiva..	154
5.4 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E REPRODUÇÃO SOCIAL	174
5.5 O ESTRANHAMENTO DE SEXO/GÊNERO: ALGUMAS PROPOSIÇÕES.....	183
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
REFERÊNCIAS.....	201

1. INTRODUÇÃO

*“En todas las profecías
está escrita la destrucción del mundo.*

*Todas las profecías cuentan
que el hombre creará su propia destrucción.*

*Pero los siglos y la vida
que siempre se renueva
engendraron también una generación
de amadores y soñadores,
hombres y mujeres que no soñaron
con la destrucción del mundo,
sino con la construcción del mundo
de las mariposas y los ruiseñores”.*
(BELLI, 2011)

Parafraseando Glória Anzaldúa¹ esta tese está permeada por todas as vozes que me falam simultaneamente. Gioconda Belli, no livro “A mulher Habitada” (2000) fez elaborações sobre a constituição das vozes internas, que habitam tanta(o)s e toda(o)s a(o)s sujeita(o)s que têm este ímpeto, esta afinidade com a tentativa e com a busca de um mundo que permita que os seres humanos, em sua completude – e não apenas uma classe - acessem o belo produzido pela humanidade.

As elaborações apresentadas nesse texto carregam uma intencionalidade. Uma intencionalidade constituída particularmente ao longo da formação profissional em Serviço Social. É no que se refere a isso, especialmente, duas “vozes” de duas mulheres a acompanham. A primeira delas – Jaci² – ainda e desde o início da graduação, em 2010, em um dos primeiros contatos que tive com a “problemática” da violência doméstica contra mulheres. Ela estava em uma casa abrigo para mulheres em situação de violência doméstica. Havia passado mais de uma década em cárcere privado e em uma das tantas agressões que sofreu, teve seu rosto bastante cortado pelo companheiro agressor que com cacos de vidro na mão, de uma porta recém quebrada, investiu contra ela. Encontrei Jaci em um momento bastante rápido, em um projeto de intervenção ainda nos primeiros anos da graduação e, depois, também a encontrei quando fiz estágio no Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

¹ Glória Evangelina Anzaldúa (26/09/1942 – 15/05/2004), teórica e militante feminista norte-americana. Sobre sua principal obra *Borderlands: The new mestiza* ver: Anzaldúa (1987) e Anzaldúa (2005)

² Nome fictício. Jaci em referência à Deusa Tupi, filha de Tupã. Deusa da Lua.

E a segunda, Ceuci³, mulher imigrante, com a vida atravessada por diversas situações de violência domésticas e institucionais. Atendi e acompanhei-a, já atuando como assistente social no Centro de Referência em Assistência Social. Ceuci faleceu por complicações relacionadas ao uso abusivo de álcool. As vozes delas seguem comigo. E destaco ambas pois na distância temporal que as separam – e que separam fases de minha experiência dentro do Serviço Social – um pouco mais 10 anos, suas histórias chegaram até mim de tantas outras formas, na história de tantas outras mulheres. Porque esse é um país latino-americano que se estabeleceu sobre bases sócio-históricas sangrentas. E que diuturnamente as revisita. É um país que matou a menininha Ágata Felix, com oito (08) anos, em casa, de um tiro de fuzil nas costas. É um país que persegue e tenta impedir o aborto de outra menininha de onze (11) anos, grávida de estupros sistemáticos perpetrados pelo tio. É um país que assassinou Marielle Franco e tantas outras mais. Que assassina a juventude negra, indígena. Que assassina as pessoas trans. É, também, o país que por culpa e omissão contribui para a morte de mais de quinhentas e quarenta mil pessoas (540.000) de uma doença que já tem vacina, a COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2⁴

É também o lugar desde onde o Serviço Social me forma e me instiga a buscar cada vez mais os nexos, a lógica de funcionamento de estruturas sociais tão arcaicas e contemporâneas que (re)produzem constantemente essas relações sociais aviltantes. Aqui, destacadamente, as relações patriarcais de gênero/relações sociais de sexo⁵, que são produzidas e ao mesmo tempo produzem aquilo que Eduardo Galeano (2000, p. 9) sintetiza como o pesadelo de nosso tempo. Em suas palavras, “[...] este pesadelo se diz o único possível: um modelo de desenvolvimento que despreza a vida e adora as coisas” e que, complemento, transforma o ser humano em menos que as coisas.

Nesse sentido – tendo o exposto linhas acima como algumas de suas motivações -, esta tese é uma continuidade do processo de estudos e pesquisas iniciados na graduação em Serviço Social e no mestrado cuja pesquisa foi desenvolvida em torno da temática: “Capitalismo, Patriarcado e a vigência da exploração-dominação masculina”, defendido em 2015. Naquele momento buscou-se realizar uma discussão teórica categorial, no intento de compreender como se sustenta o processo de exploração-dominação (SAFFIOTI, 2004) masculina nos marcos do capitalismo. Foram apresentadas algumas das dimensões que sustentam as relações sociais desiguais entre homens e mulheres na ordem capitalista,

³ Nome fictício. Ceuci em referência à Deusa Tupi da Lavoura e das moradias.

⁴ Em dados de 22 de julho de 2021, do site oficial do Governo Federal, o número de óbitos no país é de 547.016 pessoas mortas. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>.

⁵ Essas categorias serão apresentadas mais detidamente ao longo do texto.

realizando discussão sobre a divisão sexual do trabalho, a relação social de sexo⁶ e o patriarcado, procurando sustentar a relevância deste debate para a explicitação das dimensões que reproduzem as relações desiguais e hierárquicas produzidas e que amparam o modo de produção capitalista.

Já naquele momento, apontava que

O modo capitalista de produção eleva ao máximo todas as contradições inerentes às formações sociais que se assentam na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho. A produção e reprodução da ordem capitalista realizam-se na manutenção da apropriação da vida pelo trabalho, espalhando sua dominação ideológica, política e econômica em todos os espaços da vida (OLIVIO, 2015, p. 16).

As inquietações apresentadas continuam prementes na medida em que se considera necessário, mesmo depois de quase 60 (sessenta) anos de denúncias e resistências do movimento feminista contemporâneo, imprimirmos esforços para o desocultamento das múltiplas e diversas “barreiras” que dificultam o processo de organização da classe trabalhadora, na multiplicidade de determinações sócio-históricas que a explicam, priorizando aqui as relações de sexo/gênero nesse processo. Considerando ainda o atual contexto, especialmente o brasileiro, com o acirramento da luta de classes, torna-se necessária a continuidade do ímpeto de compreensão de alguns dos aspectos que constituem nosso atual estágio das relações sociais, para contribuir com a (re)organização da geração de homens e mulheres “perigosos”, conforme indica Gioconda Belli (2011), portadores de sonhos, que sonham com a construção de um mundo cheio de mariposas e beija-flores. Que diferentemente do que anunciam as profecias, buscam engendrar um mundo no qual a humanidade não criará a sua própria destruição, mas sim sua vida, um modo de produzir a vida totalmente diferente do presente.

Para isso levanta-se a necessidade de se compreender que a questão das desigualdades de sexo/gênero e de raça/etnia, assim como de classe são fatores que indicam o grau de desenvolvimento da sociedade em direção à emancipação humana. Também compreendemos que, em razão do próprio movimento do Capital, com momentos de avanços e de retrocessos, em função de sua própria manutenção, as questões relacionadas às desigualdades de sexo e raça/etnia também tendem a se movimentar acompanhando a direção imposta por esse movimento, acumulado às dinâmicas próprias das especificidades dessas

⁶ Categoria utilizada aqui conforme está nas elaborações do Feminismo Materialista Francês e como desenvolvida na referida dissertação. Para a discussão da tese será trabalhada no tópico 5.1.

relações.

Não é sem razão que no atual contexto, especialmente no Brasil, vivencia-se o aumento da desigualdade social, com maior incidência em relação às desigualdades de sexo/gênero e raça/etnia. Tal fato pode ser verificado nos dados do “Retrato da desigualdade de gênero e raça no Brasil” (IPEA, 2017), divulgado em março de 2017, que apresenta uma série histórica de 1995 a 2005, a partir da PNAD, em relação ao trabalho feminino e masculino. O estudo indica que as mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens (2015) e 90% das mulheres declaram realizar atividades domésticas contra 50% dos homens. Registra-se que os dados apontados não se alteraram ao longo de 20 anos. No que se refere à questão da renda, entre as mulheres, o referido estudo igualmente demonstra que quanto maior a renda, menor a proporção de mulheres que realizam afazeres domésticos.

O mesmo relatório também indica que, apesar do rendimento das mulheres negras ser proporcionalmente o que mais aumentou (80%) entre 1995 e 2015 e o dos homens brancos ser proporcionalmente o que menos cresceu (11%) não houveram grandes diferenças de remuneração. Segundo o estudo

[...] a escala de remuneração manteve-se inalterada em toda a série histórica: homens brancos têm os melhores rendimentos, seguidos de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. A diferença da taxa de desocupação entre sexos também merece registro: em 2015, a feminina era de 11,6%, enquanto a dos homens atingiu 7,8%. No caso das mulheres negras, ela chegou a 13,3% (e 8,5% para homens negros). (IPEA, 2017)

Tais dados evidenciam a abissal disparidade de classe existente no Brasil, com relevância para as dimensões de raça/etnia e sexo/gênero. Igualmente pode ser observada a mesma disparidade no aumento dos índices de violência contra mulheres⁷, homossexuais e pessoas trans*⁸, bem como o retorno de pautas de caráter conservador e retrógrado, no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, dentre outros indicadores.

No Brasil, segundo dados apresentados por Bruschini (2007), as mulheres gastam em média de 20 à 22 horas semanais com trabalho doméstico enquanto os homens costumam gastar 10 horas. Esta mesma constatação, é referendada pelos dados da PNAD Contínua

⁷ Ver: “Em números: violência contra a mulher brasileira”. Disponível em: <http://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/em-numeros-a-violencia-contra-a-mulher-brasileira/>. Acesso em janeiro/2018. Ver também “Relógio da Violência”, que calcula em tempo real situações de violência contra mulheres no Brasil e no Mundo. Disponível em: <http://www.relogiosdaviolencia.com.br/#>.

⁸ Ver relatório “Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil - 2019” (OLIVEIRA, 2020): “A cada 26 horas um LGBT+ é assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde persiste a pena de morte contra tal segmento. Mais da metade dos LGBT assassinados no mundo ocorrem no Brasil.

(IBGE, 2019), ao indicar que em 2018 as mulheres dedicaram em média 21,3 horas por semana aos trabalhos domésticos e cuidados com pessoas, enquanto que os homens, 10,9 horas. O que representa uma diferença de quase 100%.

A mesma pesquisa, indica igualmente que a situação de trabalho das mulheres tampouco impacta nessa diferença. Os dados levantados, também mostram que quando em condição de cônjuge ou companheira as mulheres trabalham ainda mais, alcançando 97,7% de todas as mulheres nesta situação, enquanto que os homens, na mesma situação, chegam a 84,6%. Tais dados demonstram a persistente distância na realidade de equiparação dos trabalhos domésticos.

No que se refere as tarefas de cuidados com pessoas, podem-se perceber diferenças, principalmente no que toca ao auxílio nos cuidados pessoais, com diferença de 18,6% entre mulheres e homens e auxílio nas atividades educacionais, com diferença de 11,3%. Essas ações, associadas ao trabalho doméstico, indicam uma maior sobrecarga às mulheres

Dados sobre feminicídio⁹ também são relevantes. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde o Brasil é o quinto país do mundo neste tipo de crime, chegando a quase 5 feminicídios a cada 100 mil mulheres¹⁰. O Atlas da Violência 2019 (IPEA; FBSP, 2019), também aponta dados ilustrativos nesse mesmo sentido. Ressalta-se que com o advento da pandemia em decorrência da COVID-19 que acometeu o mundo desde fins de 2019, torna-se relevante destacar que os dados e questões referidas se agravaram.

Sobre o agravamento dos quadros de violência no período da pandemia, a articulação de povos indígenas do Brasil (APIB), por exemplo, indica que as violações aos povos indígenas no país cresceram no período e mantém um canal aberto para denúncias¹¹. Também são diversas as denúncias e matérias dando conta do aumento e intensificação da violência contra mulheres¹², ataques aos direitos sexuais e reprodutivos¹³, violências contra mulheres

⁹ Sobre Feminicídio e o advento da pandemia da COVID-19, ver: Um vírus e duas guerras: SC registra um feminicídio por semana na pandemia. Disponível em: <https://catarinas.info/um-virus-e-duas-guerras-sc-registra-um-feminicidio-por-semana-na-pandemia/>.

¹⁰ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/taxa-de-feminicidios-no-brasil-e-a-quinta-maior-do-mundo/>. Acesso em 20 março 2020.

¹¹ Ver site da APIB, com dados e monitoramento atualizados: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/>.

¹² Ver: MOREIRA, M. R. A. ; OLIVIO, M. C. ; AMATO, B. ; FUCHS, J. J. B. ; SOUZA, R. C. A. ; AMARAL, C. L. R. ; COSTA, G. ; GOES, J. C. ; ZANGHELINI, D. . Isolamento Social e Violência contra a Mulher: contribuições ao debate. Florianópolis: Comitê Estadual SUAS/SC - COVID 19 - Em defesa da Vida, 2020. Disponível em: https://suassccovid19.files.wordpress.com/2020/05/violecc82nciadomestica_covidsc_faladeiras-1.pdf; Atendimento por Whatsapp mudou perfil de vítimas. Disponível em: <https://catarinas.info/atendimento-por-whatsapp-mudou-perfil-de-vitimas/>; Mídias apontam desafios e propostas aos dados oficiais sobre violência contra mulher na pandemia. Disponível em: <https://catarinas.info/midias-apontam-desafios-e-propostas-aos-dados-oficiais-sobre-violencia-contra-mulher-na-pandemia/>.

¹³ Ver: Os rastros da pandemia nos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Disponível em: <https://catarinas.info/colunas/os-rastros-da-pandemia-nos-direitos-sexuais-e-reprodutivos-das-mulheres/>.

indígenas¹⁴, racismo¹⁵, aumento da violência policial¹⁶, da violência e assassinatos contra pessoas trans¹⁷, aumento do desemprego e da pobreza no país¹⁸ e diversas outras questões sociais pungentes que tem como pano de fundo, também, o atual projeto de desmonte/retirada de direitos em curso no país, nas diversas áreas e também no trato com a pandemia da COVID-19.

Esse processo demonstra, na realidade concreta, as faces necessariamente desiguais, hierárquicas e desumanizadoras da ordem do capital em seu movimento. Para contribuir com possibilidades de desvelamento de tal configuração, entendemos que a análise teórica a partir das categorias¹⁹ que constituem a nossa forma de organização da vida é necessária para possibilitar a compreensão dos elementos essenciais e dos nexos internos que a conforma e, assim, acumularmos coletivamente sustentação estratégica para nossas lutas imperativas.

Mais ainda temos a compreensão de que qualquer fenômeno estabelecido no capitalismo, não opera de maneira autônoma pois, conforme Saffioti (1997, p. 63), todos os fenômenos estão atados aos antagonismos que lhes dão origem. É por esta razão que consideramos imprescindível a inserção da discussão, aqui proposta, no campo mais amplo da totalidade, que é determinada e determina os fenômenos que subjazem às relações sociais expressadas pelo modo de produção capitalista. Assim,

Afirmar a realidade como totalidade - um todo processual, contraditório e complexo - não significa compreendê-la como uma unidade indiferenciada na qual os momentos particulares seriam suprimidos ou os fenômenos concretos desapareceriam. Por outro lado, não significa compreendê-la como a somatória das partes ou como um conjunto de fatos (MORAES, 2000, p. 23).

Assim, consideramos que as formas de relacionamentos que se estabelecem entre os diferentes sujeitos e que, por isso mesmo os produzem e reproduzem, só podem ser pensadas, no modo de produção capitalista, a partir da forma hierárquica e fetichizada de controle da

¹⁴ Ver: Filhas da Terra: o monitoramento da Covid-19 por organizações indígenas em 2020. Disponível em: <https://caterinas.info/filhas-da-terra-o-monitoramento-da-covid-19-por-organizacoes-indigenas-em-2020/>.

¹⁵ GOES, Emanuelle F.; RAMOS, Dandara O.; FERREIRA, Andrea J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020, e00278110. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00278. Disponível em: <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r942.pdf>.

¹⁶ Ver: Epidemia de execuções: PM catarinense mata 85% a mais no isolamento social. Disponível em: <https://caterinas.info/epidemia-de-execucoes-pm-catarinense-mata-85-a-mais-no-isolamento-social/>.

¹⁷ Ver: Misoginia, transfobia e falta de dados: a equação do transfeminicídio. Disponível em: <https://caterinas.info/misoginia-transfobia-e-falta-de-dados-a-equacao-do-transfeminicidio/>.

¹⁸ Ver: MERCADO DE TRABALHO COVID-19: tendências no Brasil e em Santa Catarina. Disponível em: <https://suassccovid19.files.wordpress.com/2020/05/mercado-de-trabalho-e-covid-19-victor-h.-si.pdf>.

¹⁹ As categorias são expressão da realidade, elas surgem do real e ajudam a sua compreensão; São, portanto, o real, pois surgem dele e, através de processos cognitivos e do pensamento, abstraímos e sintetizamos o real para poder compreendê-lo analiticamente.

atividade produtiva humana. Atividade estabelecida para em um movimento constante e sempre crescente lhe extrair a maior quantidade possível de trabalho excedente²⁰ e conseguir seu objetivo principal que é a valorização do valor.

O capital é a condição necessária, ainda que insuficiente, para a apreensão da manifestação de qualquer forma de capitalismo, em qualquer período, bem como as distintas formas de relação social de produção existentes. Para se aproximar ao entendimento do capitalismo hoje é preciso apreender quais são as leis que regem seu movimento e a partir daí as formas como se apresenta na atualidade. Optamos aqui por buscar este caminho a partir, também, do contributo das formulações do feminismo, especificamente a partir de uma de suas correntes, o feminismo materialista francês²¹, haja vista que as teorizações e categorias propostas por esta corrente foram tomadas como recurso ao debate crítico dentro do Serviço Social recentemente²² e buscam coadunar com a produção de conhecimento da profissão em direção e na defesa do projeto ético-político e da intrínseca relação ao pensamento crítico, particularmente da tradição marxista. Destas assertivas, portanto, decorre o *objeto* de estudo da presente pesquisa: *a concepção de feminismo expressa pelas categorias desenvolvidas pelo feminismo materialista francês*.

Esta direção apresenta como necessário buscar compreender como se realizam as mediações entre as diversas dimensões da produção e reprodução da vida e como/qual delas se colocam como determinantes na forma social Capital, sustentada na lei do valor, na mercadoria e na propriedade privada. E, nesse processo, surgem alguns questionamentos gerais e que estão postos também no debate dentro do Serviço Social: qual a função da Relação Social de Sexo/Gênero do ponto de vista do Capital? Por que o Capital, apesar de indiferenciar as distintas características do trabalho concreto (masculino/feminino, infantil, manual/intelectual), quando subsume o trabalho, mantém, marcadamente, essa distinção no campo das relações sociais? O que interessa para ele é o trabalho concreto (masculino/feminino, infantil, manual/intelectual) ou a produção do valor? O que é valor para o capital? Em qual ponto o Capital lança mão da inferiorização da mulher para levar a cabo seu processo de valorização do valor? Será que o capital, ao lançar mão de fatores

²⁰“O que diferencia as várias formações econômicas da sociedade, por exemplo, a sociedade da escravatura daquela do trabalho assalariado, é apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extraído do produtor imediato, do trabalhador” (MARX, 2013, p. 293). No capitalismo, esta apropriação do excedente é caracterizada sob forma do mais-valor relativo, que “[...] deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho [trabalho necessário e trabalho excedente]” (*ibid.* p. 390).

²¹ Se desenvolveu na França, a partir dos anos de 1970, no bojo do movimento social de liberação das mulheres, advindo da tendência radical. Aprofundaremos sua discussão no decorrer desta tese.

²² Ver: Cisne (2014); Cisne e Santos (2018)

aparentemente naturais (como o sexo/gênero e raça) para justificar a desqualificação de distintas formas de trabalho, busca justamente esconder sua necessidade de exploração em todos os níveis, e escamoteia isso, hierarquizando o trabalho, em sua aparência concreta, em nosso caso de análise, com a separação/desigualdade entre sexos?

O acúmulo até então permitiu a formulação do seguinte pressuposto/tese: *o feminismo materialista francês apresenta importantes direções de análise/compreensão das relações sociais mulheres/homens, justamente por situar suas discussões a partir do lugar concreto dos sujeitos no trabalho, que podem ser aprofundadas ou melhor desenvolvidas tendo como recurso analítico o debate proposto por Lukács, especificamente sobre o complexo do estranhamento.*

A partir desta assertiva inicial esta tese tem como objetivo geral *analisar as categorias do Feminismo Materialista à luz da produção e reprodução social da existência na forma Capital.*

E como objetivos específicos: *Compreender a gênese e a materialidade das categorias do Feminismo Materialista; Compreender a dimensão da categoria Estranhamento e a sua possível relação na configuração das categorias do Feminismo Materialista e Identificar os laços entre as categorias do feminismo materialista e a perspectiva materialista histórico-dialética.*

A partir dos objetivos delimitados, foram selecionadas as principais categorias do Feminismo Materialista Francês para análise. Tendo em vista a gênese do interesse de pesquisa ser associada a utilização/recurso a tais categorias pela produção crítica do Serviço Social, a prioridade estabelecida foi relacionada ao entendimento da categoria *relação social de sexo*. Dessa forma foi a partir dela que foram levantadas as demais e que, de certa forma, pelo menos no âmbito do Serviço Social, aparecem como sua sustentação. Assim, as categorias especialmente trabalhadas nesta tese são: *relação social de sexo, opressão, divisão sexual do trabalho e sexagem*. Para tanto, as teóricas/autoras estudadas são: Christine Delphy²³ (2013a; 2013b), Colette Guillaumin²⁴ (2014; 2016), Nicole-Claude Mathieu²⁵ (2013), Paola Tabet²⁶ (1998; 2014).

²³ Militante feminista e socióloga francesa (1941), umas das referências do feminismo materialista francês. Autora de um de seus textos fundadores: *L'ennemi principal*.

²⁴ Feminista e Socióloga francesa (1934-2017), outra importante referência do feminismo materialista francês, com grande produção nos estudos sobre o racismo.

²⁵ Feminista e antropóloga francesa (1937-2014). Foi uma pioneira do feminismo materialista francês. Ver *L'Anatomie Politique* (2013).

²⁶ Antropóloga (1935). Seus trabalhos são principalmente sobre a relação social de sexo e o racismo. Natural da Itália possui grande vinculação com o feminismo materialista francês, sendo considerada uma de suas representantes.

Igualmente, foi realizado estudo teórico da categoria Estranhamento, tendo como foco central diretamente o texto apresentado por György Lukács (2013), bem como breve apropriação da introdução do debate feminista, especialmente pela entrada da categoria gênero no Serviço Social.

Dito isto, a exposição desta tese está organizada da seguinte forma: num primeiro momento são apresentados alguns pressupostos e debate sobre método, bem como realizada breve incursão sobre o debate feminista no âmbito do serviço social, de sua gênese à contemporaneidade; no capítulo seguinte, são realizadas explicações sobre a teoria feminista, suas diferentes vertentes e a especificidade da configuração do feminismo materialista francês; na sequência se colocam as bases da discussão sobre o estranhamento, conforme elaborado por György Lukács; no último capítulo são debatidas com mais profundidade as categorias específicas desenvolvidas pelo feminismo materialista francês e o debate/articulação/análise com o Estranhamento. Finalmente, são tecidas as considerações finais.

Para finalizar, algumas ressalvas/informações também são relevantes: 1º) Em consonância com a resolução do Conselho Federal de Serviço Social, nº 594, de 21 de janeiro de 2011, adotamos aqui a linguagem de gênero, na forma feminina e masculina; 2º) No Brasil, atualmente, existem duas traduções da obra **Para uma Ontologia do Ser Social**, de György Lukács. A primeira delas da editora Boitempo, com primeira edição de 2013 e a segunda realizada pelo Coletivo Veredas, em 2018. Elas divergem especialmente em algo importante para esta tese: a tradução do termo *Entfremdung*, que dá título ao último capítulo da obra (por Estranhamento ou Alienação) e que será a chave analítica para a discussão aqui proposta. É um debate que se coloca desde o campo dos estudos da tradução até o filosófico. Esta tese não pretende realizar uma exegese dessa categoria, mas sim recorrer ao conteúdo e elaboração teórica que ela representa. Sendo assim, fizemos a opção pelo texto publicado pela editora Boitempo, com a utilização da tradução para Estranhamento, haja vista que é com ele que foram iniciadas as leituras e estudos de Lukács; 3º) Em diversos momentos ao longo da apresentação/elaborações escritas se optara pela utilização de sexo/gênero. Tendo em vista que aqui também não se realizará, tampouco, a exegese de apenas uma categoria desenvolvida pelo FMF e que há debate dentro do campo feminista sobre a utilização de relações sociais de sexo e/ou gênero e que, esta última é também um conceito polissêmico, esperamos que a utilização da forma apresentada dê conta de indicar que esse é um debate aceso no campo da produção teórica feminista.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE MÉTODO E A INCORPORAÇÃO DO DEBATE FEMINISTA NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

“Existem universos ou apenas coisas singulares? [...]. Acho que é uma interrogação fascinante: cada coisa é uma entidade individual [...] ou existem realmente formas gerais das quais as coisas singulares participam e que não sejam simples fatos de linguagem? Quando dizemos: uma mesa, quando pronunciamos o nome da mesa, quando formamos o conceito de mesa, designamos sempre apenas esta mesa aqui ou nos remetemos realmente a uma entidade universal que fundamenta a realidade de todas as mesas particulares existentes? A ideia de mesa é real ou pertence apenas ao nosso espírito? Nesse caso, por que certos objetos são semelhantes? É a linguagem que os agrupa artificialmente e para a comodidade do entendimento humano em categorias gerais, ou existe uma forma universal da qual participa toda forma específica?” (BARBERY, 2008, p. 267)

As questões apresentadas pelo excerto acima são questões que atravessam a pesquisa, este texto e esta tese. Em última instância elas expressam uma questão que atravessa a história humana, pelo menos desde que a humanidade passou a se entender como sujeito e a pensar/elaborar conscientemente seus atos: a relação indivíduo-sociedade. Assim, este capítulo tem como objetivo apresentar os aspectos iniciais da pesquisa desenvolvida na tese, questões de método que são pressupostos do estudo e a entrada no debate feminista a partir de breve sócio-história do Serviço Social relacionada especialmente a sua relação com o movimento e debate/teoria feminista.

2.1 PARA COMEÇAR: ALGUMAS QUESTÕES DE MÉTODO

Consideramos o conhecimento, além de parte fundamental do trabalho, em seu constante metabolismo entre seres humanos e natureza, parte primordial para compreender a existência. Para Torriglia (2016):

No processo de apropriação e objetivação do mundo objetivo, *conhecer* as propriedades e legalidades dos fenômenos é basilar para a transformação e reprodução da existência. [...] sem *conhecer* não poderíamos transformar nem a natureza nem a relação entre os seres humanos (TORRIGLIA, 2016, s/p).

Como denomina Gyorgy Lukács (2013), o conhecer é o impulso ao conhecimento da realidade, a captura da realidade mediante a consciência. Nós somos sujeitos em processo de vir a ser indivíduos. Os processos cognitivos da psique não se separam da práxis cotidiana dos sujeitos, são, portanto, a possibilidade do desenvolvimento da personalidade mais integrada às diversas esferas desse sujeito que procura sua unicidade. Logo, a organização da psique está necessariamente vinculada à base material, aos processos do mundo, à práxis cotidiana. Mas o que é a consciência? No ser social, a consciência não é mais um epifenômeno, distinto dos animais que, por exemplo, estão limitados ao meio, às limitações do ambiente.

A consciência não tem um lugar, um território no ser. Ela é uma função que nos permite transitar, estar, intervir no mundo, transformar, valorizar diante de opções. Diferentemente dos animais que não valorizam, não transformam, que atuam limitados às limitações do ambiente (LUKÁCS, 1978). Façamos um exercício para compreensão: em uma ilha da Austrália, a ilha Natal ou Christmas, existe uma espécie única de caranguejo, o caranguejo-vermelho (*Gecarcoideanatalis*). Na época da sua reprodução ele tem que se aproximar dos terrenos adjuntos ao mar da ilha. Atravessa todas as dificuldades, em uma migração em massa. Seu sistema de reprodução é intrinsecamente ligado ao ciclo lunar, que provoca condições específicas e favoráveis a esta. Mais de 120 milhões de caranguejos-vermelhos fazem essa saga anualmente.

Entretanto, a descoberta de importantes jazidas de fosfato, a partir dos fins dos anos de 1980, motivou o aparecimento de um pequeno povoado na ilha. Com o povoamento da ilha, a migração anual dos caranguejos tem enfrentado obstáculos construídos/impostos pelos seres humanos – e não mais apenas aqueles do acaso da natureza natural -, como atropelamentos por carros e trilhos de trem. Mas, o predador que mais ameaça a população de caranguejos, que com seus excrementos contribuem para a fertilização da terra e equilíbrio do ecossistema da ilha, é a formiga-louca amarela (*Gracilipesanoplolepis*). Introduzidas na ilha acidentalmente pela ação dos seres humanos e que, por não possuírem nenhum predador natural na ilha, formaram supercolônias, ameaçam o equilíbrio natural construído pelos animais nativos da ilha.

Sem a interferência humana talvez as transformações ocorridas na ilha seriam apenas o do desenvolvimento biológico da natureza natural. A partir do momento que a relação humana interfere na natureza natural, tanto a natureza natural quanto a humana são transformadas a uma velocidade muito mais rápida que as transformações provocadas pelo tempo profundo das coisas em seu estado de natureza. De outra parte ela, a natureza natural,

continua responsiva as transformações que as circundam, sejam elas produzidas pelo movimento natural ou pela atividade humana. Mas é a atividade humana que precisa dar respostas (positivas ou negativas) às transformações ou a aceleração das transformações que provoca, pois, no limite, o que está em jogo é a sua própria existência enquanto espécie.

Temos então que a consciência dessa transformação provocada se coloca como uma questão de resolução justamente para o ser social que ali interfere, pois, os seres naturais atuam apenas em resposta a estas transformações, sem consciência da gênese delas e de possibilidades de resolução. Assim, consciência e subjetividade estão em uma inerente relação. Subjetividade é a expressão subjetivada objetivada do sujeito. A subjetividade não é uma expressão separada da objetividade do mundo e as condições objetivas da práxis transformam a subjetividade e sem a consciência essa função não existiria (LUKÁCS, 1978).

O mundo existente é sempre e cada vez mais produto do próprio sujeito que coloca finalidades no mundo. Esse mesmo sujeito, organiza sua personalidade a partir do mundo material/objetivo. O mundo objetivo, a realidade tem leis, uma rede de causalidades, objetos objetivados. O mundo humano surge do movimento de transformação da realidade, a partir das realizações da atividade humana que entram no movimento do mundo objetivo. Tais transformações advém do ato do trabalho - da atividade vital -, como um por teleológico consciente do ser social. Este, por meio dos sujeitos que exercem a atividade, pressupõe o conhecimento concreto, ainda que limitado, de determinada atividade e meios. Em outras palavras, é através do trabalho que o ser humano se desenvolve historicamente. Por esta razão, portanto, Lukács compreende o trabalho como a atividade fundante, atividade humana vital que possibilita, justamente, a realização do ser humano (LUKÁCS, 1978).

No decurso histórico, pode ocorrer o desenvolvimento de campos autônomos do conhecimento, que são possibilitados a partir da complexificação das relações sociais. Tal complexificação se dá pela incorporação de novos elementos que surgem do movimento das formas primárias, que não desaparecem, mas se transformam. Esse movimento, por suas características, apresenta o *campo de possibilidades/tendências*. Logo, a constituição da atividade fundante do ser social, o trabalho, não é eliminada nas diferentes formas concretas históricas pelas quais ele se expressa, por exemplo, a feudal, a escravidão, o trabalho na forma capital (LUKÁCS, 1978).

A base da atividade humana tem por matriz o processo de escolha entre alternativas, sempre em uma relação com a rede de causalidades (o REAL), que surge da atividade humana. O real se movimenta com as objetivações dos sujeitos concretos da história, se movimenta a partir das escolhas postas, objetivadas, realizadas pelos sujeitos singulares

concretos da história (do presente, do passado e dos que virão). Qualquer decisão que tomemos virá com consequências (LUKÁCS, 1978).

Consciente ou inconscientemente, o ser social, a partir de sua relação imediata e mediata com o mundo natural, se movimenta a partir dos pores teleológicos inerentes a atividade humana. Melhor dizendo, o ser social coloca finalidades e dessa perspectiva provoca revoluções, amplia a existência, a produção e a reprodução da vida, como a ocorrida no exemplo acima. Assim, toda pesquisa, como toda relação, possui uma finalidade para além propriamente do conhecimento do ser do objeto de estudo, que pode contribuir para a manutenção ou acúmulo para possibilidade de transformação da realidade.

No que se refere à pesquisa e tese em tela, a partir da perspectiva materialista histórica-dialética, pretende-se, portanto, realizar aproximação com as possíveis consequências tanto da perspectiva de interpretação do mundo do feminismo materialista francês, seus avanços, possíveis limitações e apontar outras concepções do existente em si que não estão diretamente postas, na direção de ampliação da aproximação com o real/a realidade.

Assim a discussão proposta, à luz da ontologia Marxista, demanda uma intensa análise teórica, à guisa de oferecer a necessária fundamentação para o desenvolvimento da pesquisa da tese. Entendemos que a teoria é expressão da *práxis* e constitui uma ferramenta importante e fundamental para a compreensão da realidade, isto é, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento,

[...]. Mas a teoria [...] tem especificidades: o conhecimento teórico é o *conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. [Ela é] [...] *a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa (NETTO, 2011, p. 20–21).

Portanto, a teoria é o real interpretado e reproduzido do plano do ideal. Assim, “o objeto da pesquisa tem existência objetiva” e o objetivo da pesquisa é apreender a estrutura e dinâmica desse objeto, ou seja, “o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto” (NETTO, 2011, p. 21-22). Tarefa nada fácil, já que o processo de desvelamento das diferentes e possíveis mediações que o objeto em movimento apresenta requer aprofundamentos teóricos, ampliações às vezes periféricas, mas necessárias, e sínteses que sempre tem que ser e estar em tenção com o objeto. Ele – o objeto - é a bússola dos recortes, dos recuos, dos *detours* (retornos) no processo de estudo. É nessa direção que entendemos a célebre frase de Marx ao assinalar que

as categorias expressam o real, - pois elas são o real só que categorizado - são os instrumentos analíticos do pensamento onde o reflexo do real é um *continuum* de aproximações na dinâmica do mundo objetivo, do real. É a partir desta compreensão que situamos nosso objeto de estudo: *a concepção de feminismo expressa pelas categorias desenvolvidas pelo feminismo materialista francês*. Esse processo necessita ser, necessariamente, metódico.

O modo de vida humano é por sua própria natureza metódico. Toda ação dirigida a qualquer finalidade pressupõe o conhecimento de meios – modos de atuar – para atingir seu fim, sua finalidade. Assim, o método tem uma dimensão subjetiva (produto da atividade reflexiva) e uma dimensão objetiva (objetividade do objeto), que visa manifestar as leis que organizam e possibilitam o conhecimento do próprio objeto (SHEPTULIN, 1983).

O método é, portanto, um produto de formas de pensamento e não prescinde do conhecimento, ao contrário, tem pressuposto o conhecimento, a fundamentação. Há, portanto, uma diferença entre método e metodologia. Alexander Sheptulin (1983) assevera que a metodologia é uma teorização sobre o método, que fundamenta teoricamente os métodos e formula normas para operá-los. Portanto cada ciência, por ter um objeto particular, vai desenvolver uma metodologia do conhecimento acerca dos métodos empregados.

Podemos entender que cada forma de entender o mundo tem uma concepção sobre método que não se separa de uma concepção de mundo e de sujeito. “Método materialista histórico-dialético” é concepção da materialidade do mundo e da atividade histórica dos seres humanos em seu processo de produzir e reproduzir a vida. Metodologia, aqui segundo Sheptulin (1983), seria como operar essa concepção de método. Se entendo que a materialidade do mundo objetivo se realiza pelos próprios seres humanos, homens e mulheres, que objetivam suas finalidades, que o que é “posto” no mundo vai no fluxo da história e que, as determinações da vida material são exercidas por nós, com toda a contradição que isso implica, não posso trabalhar uma metodologia que contrarie esta perspectiva.

Nesse movimento de compreensão, ingressa, por exemplo, toda a análise de Marx sobre o modo de produção capitalista. O idealismo e as correntes positivistas, entre outras, colocam em suspenso a profundidade das relações e os movimentos essenciais do ser precisamente assim das coisas que, no fundo, movimentam o mundo real, em aproximações constantes e que desvelam as aparências daquilo que se oculta. O problema não é desvelar o oculto, o problema é manter oculto aquilo que se torna imprescindível conhecer para poder modificar.

Assim, a presente pesquisa, de natureza teórica-conceitual, sustentada por esta perspectiva, busca perquirir o *ser* – a estrutura de funcionamento – das categorias

apresentadas pelo Feminismo Materialista Francês para a compreensão da realidade sob a égide do modo de produção capitalista e apresentar indagações e compreensões sobre alguns aspectos colocados como contributo à produção teórica feminista – especialmente no campo materialista e marxista, a partir da chave analítica da discussão lukácsiana sobre o estranhamento.

Dessa forma, o estudo e pesquisa realizados são essencialmente teóricos, procurando perscrutar os fundamentos e a discussão realizada pelo Feminismo Materialista Francês, e como já indicamos, *analisar as categorias do Feminismo Materialista à luz da produção e reprodução social da existência na forma Capital*. Para tanto, não será trabalhada toda a produção teórica do FMF, foram selecionados especialmente os textos que se detém na elaboração mais aprofundada das categorias de análise defendidas por esta orientação e que são destacadas por análises recentes no âmbito do Serviço Social, especialmente: *relação social de sexo, opressão, divisão sexual do trabalho/reprodução social e sexagem*.

Nessa direção é louvável colocar, nos referenciando em Lukács, que a forma de ser da produção teórica do FMF se configura por processos históricos. Sendo assim, estudar as conexões e as relações de sua configuração é uma exigência que a luz da sua gênese se torna um imperativo. Então podemos dizer, como bem expressa Patricia Torriglia (TORRIGLIA, mimeo, p. 7), embora tratando de um outro objeto de estudo, no caso, a universidade, que:

A forma de *ser* [...] se configura entre o movimento universal que expressa sua essencialidade, seu ser-precisamente-assim, e seus aspectos ou dimensões específicas que identificam os traços próprios de cada contexto e cada história, sem por isso, perder seu *éthos e sua finalidade distintiva* (TORRIGLIA, 2016, mimeo, p. 7).

O ser-precisamente-assim do Feminismo Materialista Francês, seus aspectos universais, aquilo que faz dele seu *ethos*, poderão surgir no processo de estudo e exposição da pesquisa, expressos nos capítulos desta tese. A explanação das leituras escolhidas são a bússola para isso e também nesses movimentos poderão surgir as marcas e trações próprios de sua história orientada pela medida inalienável da práxis. Nesse *continuum*, com perguntas contemporâneas e as perguntas indagativas desta tese, com aproximações possíveis, interessa movimentar as categorias que determinam este objeto a partir de outras categorias que também surgiram no processo de pesquisa e mostram que inquerem algumas diferenças nas compreensões realizadas nesta teoria. A preciosidade disto é que ao estarmos numa mesma matriz de concepção do mundo objetivo, é possível colocar em xeque algumas ideias, que só a

nosso entender favorece e fortalece o diálogo entre nós que defendemos a humanização das relações.

Nesse caminho, também se destaca que o interesse de aprofundamento da compreensão das categorias do FMF se deu, como ponto inicial, pela recente introdução do seu debate no Serviço Social como uma tentativa de aprofundamento da produção teórica crítica da profissão, atrelada aos princípios fundamentais de seu projeto ético-político. Assim, especialmente, destacamos o recurso a categoria relação social de sexo. Nesse movimento, no próximo ponto serão realizadas aproximações concernentes à história da profissão, com destaque para a relação profissão feminina, movimento feminista e “virada” teórico-metodológica do Serviço Social.

2.2 PEQUENA SOCIOHISTÓRIA DA DISCUSSÃO FEMINISTA NA PROFISSÃO

No debate a perspectiva feminista se coloca, ao longo da história do Serviço Social, de maneira contraditória e, por diversas vezes, antagônica. Em 1938 formou-se, no Brasil, a primeira turma de assistentes sociais, pela Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo.

O processo de emergência e consolidação do Serviço Social no Brasil carrega as marcas de seu momento histórico. A agudização da questão social a partir dos anos de 1920 requer/demanda respostas distintas das até então levadas a cabo pela burguesia brasileira. Tais respostas correspondem imediatamente ao adensamento de práticas de cunho caritativo e ao aumento da participação da ação social da Igreja Católica em reação a ameaça de tendência da diminuição de sua influência (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Nessa direção Moreira (2003), indica que

O Serviço Social, portanto, surge, num primeiro momento da iniciativa da Igreja, como fonte de “recrutamento e formação de agentes sociais” para a disseminação da doutrina (CARVALHO, 1980 p. 48). A aglutinação de pessoas que estivessem subordinadas à Igreja foi fundamental para o surgimento da empreitada. Esse processo, totalmente vinculado à mudança da questão social, trouxe para a Igreja a necessidade de rever as críticas ao capitalismo, assumindo-o de forma a redirecionar moralmente a compreensão quanto às consequências de seu aprofundamento, sobretudo em relação à manutenção da família como o principal pilar da sociedade. (MOREIRA, 2003, p. 5)

Tal configuração se coloca na necessidade de controle da população, especialmente da classe trabalhadora, que se direciona, tendo como medida, o controle moral, recaindo assim em um dos primeiros focos de intervenção do Serviço Social o assistencialismo que com o

“[...] atendimento de necessidades emergenciais, foi o apoio para legitimar a aproximação com as bases operárias e promover a doutrinação, moralização e diluição dos movimentos reivindicatórios da classe” (MOREIRA, 2003, p. 6).

Essa necessidade/essa direção requer um perfil de trabalhadora(e)s para o Serviço Social que contenha elementos hegemonicamente reconhecidos como pertencentes às mulheres, desde aspectos morais e educativos às dimensões psicologizantes e de cuidado. Ao mesmo tempo em que se insere no processo social em curso, de expansão/ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho nacional.

De outro lado, neste mesmo momento histórico – anos 1930-40 -, o movimento feminista no Brasil dava entrada a uma nova fase, advinda das movimentações das mulheres ainda no século XIX. Assim, nas primeiras décadas do século XX tem-se uma “[...] movimentação inédita de mulheres mais ou menos organizadas, que clamam pelo direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho” (DUARTE, 2019, p. 35). Ainda que nessa fase do feminismo no país, hegemonicamente se observe um feminismo burguês e bem-comportado, pode-se observar grandes diferenças em relação às demandas e requisições que convergem na institucionalização do Serviço Social como profissão.

Ainda que desde sua gênese o Serviço Social seja uma profissão que absorve em sua maioria mulheres, as requisições postas eram divergentes de qualquer coisa próxima às defesas pela emancipação feminina de um feminismo hegemônico incorporado no Brasil, que logrou ocupar parte da grande mídia naquele momento. Estava ainda mais distante das movimentações anarcofeministas ou mesmo classistas e potencialmente comunistas que também tinham lugar já nas décadas de 1920-30-40.

Na ocasião da formatura da primeira turma de Serviço Social no Brasil, a oradora Lucy Pestana da Silva profere o seguinte discurso:

[...] Nesse contexto, porém, um aspecto bom veio a juntar-se: a mulher aprendeu a tomar uma atitude mais definida em face da vida. Uma corrente, procurando igualar o papel social feminino ao masculino, definiu-se de um modo falso e errôneo. Ao seu lado, porém, outra mentalidade surgiu: a de formar a personalidade feminina, dando-lhe pleno desenvolvimento, tornando-a apta a cumprir de modo eficaz o seu papel no lar e fora dele. Contra o feminismo do primeiro sentido, e contra o tipo do século 19, de ‘moça enfeite’ ou ‘objeto de prazer’, o nosso respondeu com críticas severas, que, todavia, ainda assustam muita gente. [...] É deste aspecto que falo em segundo lugar. Se são muitas hoje as carreiras que se nos oferecem, não me parece feminino tomá-las indistintamente. De acordo com sua natureza a mulher só poderá ser profissional numa carreira em que suas qualidades se desenvolvam, em que sua capacidade de dedicação, de devotamento seja exercida. A mulher, e isto apesar de velho é descoberta recente, tem de ser... mulher. Como educadora é conhecida a sua missão. Abre-se-nos agora também com o movimento atual, mais um aspecto de atividade: o Serviço Social, que apresenta alguns setores especiais de atividade

feminina. Formadas pela Escola de Serviço Social iniciam a carreira de assistente social.²⁷

Desse discurso destacam-se algumas considerações. A primeira delas se refere à necessidade de contraposição a um certo feminismo que, segundo dito no discurso, pretendia igualar o papel social feminino ao masculino. Essa direção do discurso se alinhava, dessa forma, as investidas antifeministas daquele momento, em defesa dos sagrados deveres femininos e que portanto as mulheres, como expresso na fala de Lucy Pestanta da Silva, mesmo que se colocassem no trabalho fora de casa, não poderiam tomar todas as profissões indistintamente, mas somente aquelas em que pudessem desenvolver suas qualidades e exercer suas capacidades com dedicação e devotamento. A oradora cita então que já havia um espaço para tal realização, ou seja, a educação e que a partir da formatura da primeira turma de assistentes sociais, o Serviço Social também se colocava nessa missão.

Outro aspecto que merece destaque é que a oradora também se coloca contra o feminismo do século XIX, em suas palavras, “da moça enfeite ou objeto de prazer”. As mulheres, no início deste século, no Brasil, “[...] em sua maioria, viviam enclausuradas em antigos preconceitos e imersas numa rígida indigência cultural” (DUARTE, 2019, p. 27). Uma das primeiras necessidades naquele momento era a luta pelo direito de ler e escrever, por exemplo. Poucas mulheres tinham acesso ao letramento e as que tinham eram principalmente da burguesia nacional. Destaca-se, nesse contexto, Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) que realizou uma “tradução livre” de Reivindicação dos Direitos da Mulher, de Mary Wollstonecraft, também inspirados nos escritos de Poulain de la Barre, Sophie e Olympe de Gouges, conforme afirma Constância Duarte (2019), sob o título *Direitos das mulheres e injustiça dos homens (1832)* é considerado o primeiro livro no Brasil que aborda os direitos ao voto e ao trabalho das mulheres.

Ainda que inserida em alguma profissão que não seja doméstica a mulher, para a primeira turma formada em Serviço Social, tinha de ser mulher. Ou seja, tinha de ser o que convencional e conservadoramente esperava-se - ou ainda se espera - de uma mulher. O que não “combinava” e tinha que se distanciar de qualquer luta e reivindicação feministas, ainda que burguesa. Para o Serviço Social, que vinha se institucionalizando como profissão mantendo suas bases conservadoras e calcadas na doutrina social da igreja católica, isso era pré-requisito.

²⁷ Transcrição disponível em nota de rodapé 16, no livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 172)

Um dos principais elementos de mobilização das mulheres diz respeito ao aprendizado de despojamento quanto aos interesses materiais em razão de um “bem maior espiritual”, bastante apropriado para cumprir a tarefa de convencer a classe operária ascendente de valores que mobilizassem comportamentos cooptáveis. Mais importante que o exercício da caridade, sempre escassa por sinal, estava o desenvolvimento de um determinado tipo de prática junto à população, onde a moralização e o adestramento foram centrais. Por isso, o investimento na formação foi direcionado às mulheres. Não se comportou como uma decorrência de as mulheres já exercerem tais funções, mas porque isso significava uma intervenção direcionada a atuar sobre componentes culturais e sociais que potencializavam mascarar um contexto a partir da mobilização de valores morais ainda persistentes (MOREIRA, 2003, p. 6).

A mesma autora ainda destaca um aspecto contraditório da emergência do Serviço Social, haja vista que ela se dá justamente em um contexto de ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho formal do país e que enfrenta resistências de amplos setores. Sendo assim, afirma que

Se é verdade que o capital, pelo menos em princípio, não faz distinção de sexo, também não se concretiza desprezando outras bases de constituição social, o que se comporta como uma contradição a sua própria expansão. Portanto, a institucionalização do trabalho dos assistentes sociais ocorreu no processo de consolidação de diversas ocupações, da constituição sexuada da classe operária e da expansão das mulheres em carreiras profissionais. De um lado, o Serviço Social, como outras, significou tal possibilidade, de outro, essa possibilidade também correspondeu ao controle sobre as próprias mulheres (MOREIRA, 2003, p. 7).

Juntamente com a ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho formal, o país também estava em um momento de intensificação das lutas sociais, sob forte influências das greves operárias de 1918, de ideias anarquistas e socialistas. Sendo que o surgimento do Serviço Social também se dá como parte de uma tentativa do Capital, da Igreja e do Estado no enfrentamento das expressões da questão social “[...] marcadas pela entrada de homens e mulheres da classe trabalhadora na cena política, exigindo direitos, igualdade entre os sexos e liberdade”(INÁCIO, 2013, p. 140).

Corroborando com esta afirmação Marilda Iamamoto e Raul Carvalho (2006, p. 170, destaque dos autores) indicam que nas movimentações e relatórios do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) de São Paulo, que surge em 1932 e é considerado como a manifestação original do Serviço Social no Brasil, pode-se identificar nitidez quanto ao sentido da ação social que se coloca dentro/na direção de ação das classes dominantes junto ao “[...] proletariado para afastá-lo de influências *subversivas*”.

Vejam a transcrição da tese apresentada no Congresso do Centro Dom Vital pelo CEAS em 1933 e o relatório do CEAS (1932-1934), citada pelos autores, que indicam

explicitamente tal compreensão e direcionamento que informam a gênese do Serviço Social no Brasil:

Por que, então, não datar de 1932 uma nova era na atividade social feminina?

É que até então a generosidade e o espírito cristão das Paulistas as impeliram a fundar obras de socorro e assistência para acudir um sem-número de males, foi somente em 1932 que as moças de São Paulo se interessaram pelo estudo metódico da questão social, pela ação nos meios operários nela abrangendo o problema do trabalho.

Logo no mês seguinte mons. Gastão Liberal Pinto, vigário-geral da arquidiocese, que se achava a par de nossos projetos, aconselhou-nos a continuar nossos trabalhos, e a 29 de agosto realizávamos a reunião preliminar de fundação do Centro pela leitura do projeto dos estatutos. Nessa reunião resolvemos não nos limitar preliminarmente aos estudos, como era nosso propósito, mas começar ao mesmo tempo nossa ação, aproveitando a oportunidade que nos ofereciam os serviços de assistência da retaguarda em que estávamos quase todas empenhadas, para entrar em contato com os meios operários, nesse momento anormal muito trabalhado por elementos subversivos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 170).

As protoformas e a gênese do Serviço Social no Brasil se dão, como visto, atreladas à necessidade que setores da Igreja Católica e das classes dominantes identificaram em tornar efetiva e com maiores rendimentos as iniciativas de filantropia e de respostas conservadoras às demandas e mobilizações da classe operária no país.

As classes capitalistas promovem uma expansão da ação assistencialista por meio da criação de associações assistenciais e da militância católica, as quais se tornaram a principal base para o surgimento do Serviço Social (INÁCIO, 2013, p. 140).

Tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro surgem e estabelecem-se, entre os anos de 1920 e 1930, alguns grupos pioneiros identificados como protoformas do Serviço Social: Ação social católica, organizada especialmente na Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Feminina Católica (JFC); a Liga das Senhoras Brasileiras e Liga das Senhoras Católicas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006; INÁCIO, 2013).

Tal processo determina o lugar e as requisições postas a profissão em sua gênese (e que perduram até atualidade), ao mesmo tempo em que a distância dos movimentos sociais emancipatórios em processo de organização e resistência no país – já que a profissão se institucionaliza como uma forma de controle, moralização e higienização na resistência das classes dominantes à organização da(o)s trabalhadora(e)s. E também a distância das movimentações e reivindicações feministas, seja do feminismo burguês seja do feminismo

anarquistas/socialista no país, pois, para cumprir as determinações requeridas pelo direcionamento da igreja e das classes dominantes, necessitava aceitar e reforçar “[...] a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas”, assumindo a “[...] consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e responsabilidades” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 172).

No mesmo sentido Sonia Maria Rocha Hercket (1991, p. 66) afirma que apesar do surgimento da profissão coincidir com a emergência do movimento sufragista de cunho liberal-burguês e movimentos calcados em perspectivas progressistas/esquerda, a “[...] identidade da mulher assistente social se constrói distante dos movimentos feministas e mais próxima das concepções religiosas, em nossa sociedade”. Nesse sentido, a autora indica que o desenvolvimento do movimento feminista no Brasil nesse período “[...] não teve repercussão considerável entre a maioria da população, o mesmo ocorrendo entre as assistentes sociais, o que pode, inclusive, explicar sua posição antifeminista”.

O período seguinte, apesar de alterações significativas nas características técnicas da profissão, não provoca as mesmas mudanças no perfil das características femininas requeridas. O período do Estado Novo, com o presidente Getúlio Vargas (1937-1946) é marcado, dentre outras questões, pelo surgimento e desenvolvimento de instituições assistenciais e previdenciárias, que apresentam-se como uma resposta às demandas da classe operária. Tais instituições terão estreita vinculação à burguesia nacional e se configuram como uma forma de controle social e de enquadramento da população, ao mesmo tempo em que respondem às necessidades do processo de industrialização brasileiro. Assim, as novas “[...] necessidades sociais engendradas nesse processo determinavam e legitimavam a intervenção de profissionais tecnicamente qualificados, demandados a partir do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão urbana” (ANDRADE, 2008, p. 270). É também nesse período que o Brasil estreita relações econômico-políticas com os Estados Unidos da América do Norte - EUA (pós- II Guerra Mundial e Guerra Fria).

Isso também assenta caminhos para a aproximação do Serviço Social brasileiro “[...] que buscou, no correlato norte-americano, desde o suporte filosófico, as teorias do conhecimento que dessem conta, principalmente, de responder as necessidades, até um suporte teórico-científico e técnico para a prática profissional” (ANDRADE, 2008, p. 278). Assim, o conservadorismo, característico do primeiro período do Serviço Social ganha aspectos de tecnificação, especialmente no período de 1947-1961, a partir do contato com o

Serviço Social dos EUA, sob as bases da teoria social positivista/funcionalista, processo que Marilda Iamamoto (2007) denomina arranjo teórico-doutrinário:

[...] o Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador. O processo de secularização e de ampliação do suporte técnico-científico da profissão – que se dá com o desenvolvimento das escolas (depois faculdades) especializadas no ensino do Serviço Social – ocorre sob influência dos progressos alcançados pelas Ciências Sociais nos marcos do pensamento conservador, especialmente de sua vertente empiricista norte-americana. Este universo intelectual, ao invés de produzir rupturas profundas com as tendências pragmatistas da profissão, as reforçam e atualizam. O Serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando – na justificativa dessa ação - o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais. Esse arranjo teórico-doutrinário oferece ao profissional um suporte técnico-científico, ao mesmo tempo em que preserva o caráter de uma profissão “especial”, voltada para os elevados ideais de “serviço ao Homem” (IAMAMOTO, 2007a, p. 21).

Desse processo decorre toda uma ideologia de que as assistentes sociais teriam de qualificar e educar a força de trabalho para o novo momento da economia brasileira. É quando surge a Legião Brasileira de Assistência – LBA (em 1942, pelas mãos da primeira-dama Darcy Vargas) e o “sistema S” – SENAI em 1942, SESI e SENAC em 1946. O trabalho das assistentes sociais cresce nas empresas, direcionado especialmente para a qualificação da força de trabalho. Tem-se a saída de um período de moralização e culpabilização da classe operária, bastante atrelado às concepções da doutrina social da igreja, em que por muitas vezes, o “dom” relacionado às mulheres bastava, para um período educativo da classe operária. Merece destaque que esse processo imprime tecnificação ao trabalho das assistentes sociais e permanece ligado ao padrão da mulher na sociedade e ao fato de ter passado para a fase desenvolvimentista, tampouco significa que foi eliminado o caráter moral no interior da profissão.

A formação cristã humanista do assistente social funde-se ao caráter social da instituição, consolidando as chamadas práticas educativas – a exaltação das qualidades humanas, virtudes e energias morais, capazes de potencializar o indivíduo à sua reinserção no sistema. Entretanto, a militância no Serviço Social não é mais religiosa, ela passa a ser técnica sem, contudo, abrir mão das posturas anteriores (ANDRADE, 2008, p. 277).

Essa fusão inaugura um novo momento ao Serviço Social Brasileiro que pode ser sintetizado nas teorias de caso, grupo e desenvolvimento de comunidade (DC), que compuseram a tríade metodológica que orientou o Serviço Social nesse período. Brevemente, o Serviço Social de Caso, pautado especialmente nas teorias de Mary Richmond, Porter

Raymond Lee e Amy Gordon Hamilton²⁸, tem uma concepção de indivíduo entendido como um elemento que deve ser trabalhado e ajustado ao meio social, para fazer cumprir seu papel no sistema. O Serviço Social de Grupo, referenciado especialmente por autoras como Gisela Konopka, Robert Vinter e Natálio Kisnermam²⁹ (já avançando a década de 1970), utilizado com uma finalidade educacional e apoio ao fortalecimento da personalidade individual e também com uma perspectiva de ajuste dos diferentes indivíduos ao seu contexto, através de suas relações grupais.

O Desenvolvimento de Comunidade permanece com características semelhantes ao de caso e de grupo, de enquadramento/ajustamento dos indivíduos ao meio e se configura como uma incorporação da política desenvolvimentista dentro do Serviço Social, com forte estímulo da Organização das Nações Unidas (ONU).

Essa política enfatizava a aceleração econômica, incentivada pela industrialização e modernização capitaneada pelos Estados Unidos. Ao Serviço Social caberia contribuir para o aprimoramento do ser humano, mesmo que o país convivesse com a existência de setores subdesenvolvidos(ANDRADE, 2008, p. 283).

Nesse período intensifica-se o requisito para o trabalho do assistente social, em particular para a capacitação e o trabalho comunitário. A década de 1950-1960 traz ao Serviço Social essa dimensão do trabalho nas comunidades, de preparação da população para a entrada no mercado de trabalho. É o período de chegada das grandes montadoras, da indústria eletrodoméstica no Brasil. E é também o momento em que germina o movimento de reconceituação no país. Tantas mudanças não significaram alterações das características requeridas às assistentes sociais, que permaneceram vinculadas ao papel da mulher na sociedade, de forma conservadora, estimulando as características femininas do cuidado, da ajuda e da vocação, embora com viés tecnificado agora.

É somente em final dos anos de 1970, com a virada teórico-metodológica do Serviço Social e a intensificação do movimento social no país, que esta relação de oposição sofrerá alterações importantes.

A partir da segunda metade da década de 1970, o desenvolvimento das lutas e dos movimentos sociais que portavam necessidades e demandas das classes subalternas, principalmente protagonizado pelo movimento operário, modificou o cenário da correlação de forças do processo de abertura democrática no Brasil. É este cenário conjuntural de efervescência da luta de classes que propiciou a condição política para a reorganização sindical dos assistentes sociais brasileiros. O fortalecimento da

²⁸ Mary Richmond (1861-1928), Porter Raymond Lee (1879-1939), Amy Gordon Hamilton (1892-1967).

²⁹ Gisela Konopla (1910-2003), Robert Vinter (1921-2006), Natálio Kisnerman – Argentina (1929 – 2006).

organização político-sindical da categoria profissional foi um determinante central para o acirramento da disputa de projetos societários e profissionais no interior do Serviço Social, demarcando o acelerar do processo de desenvolvimento e, posterior consolidação, da vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo (DURIGUETTO; REZENDE, 2019, p. 11–12).

O processo denominado Intenção de Ruptura do Serviço Brasileiro, é legatário das movimentações latino-americanas sintetizadas no Movimento de Reconceituação, nos anos 1950-1960. No Brasil, tal processo foi segurado até meados da 1970 em decorrência do golpe civil-militar de abril de 1964 no país, pois suas bases estavam contidas justamente na relação com movimentos e classes exploradas/subalternas que sofreram derrota com o advento do golpe. O contexto ditatorial provoca, dentre outras questões, a desaceleração do processo de reconceituação da profissão, especialmente no movimento levantado pela intenção de ruptura com o conservadorismo. No entanto, é também dentro desse momento do ciclo autocrático burguês que “[...] se articulam as tendências sociopolíticas que mais imediatamente suportaram a perspectiva de intenção de ruptura”. (NETTO, 2007, p. 257)

José Paulo Netto afirma que tal configuração impele a produção teórica do Serviço Social e necessariamente sua prática a transitar para o enfrentamento da realidade em que se movimenta as camadas e classe às quais se vincula a corrente de intenção de ruptura, a saber, a classe operária/trabalhadora. Também ressalta que não é um movimento isolado da profissão, senão que está em consonância com o posto no conjunto das ciências sociais, com a reaproximação de sua produção teórica à redescoberta da classe operária e suas mediações. E nesse sentido, possui claro enfrentamento e politização em oposição e confronto a ditadura. (NETTO, 2007)

No que se refere as movimentações feministas, Teresa Lisboa (2010, p. 71) indica que os anos de 1960-1970 foram também bastante efervescentes no Brasil:

A década de 1960 traz contribuições significativas para o feminismo: chegam ao Brasil obras como: *O segundo Sexo*, publicado por Simone de Beauvoir, em 1949, na França, e *A Mística Feminina*, publicado por Betty Friedman, em 1963, nos Estados Unidos. Surge o movimento hippie e a pílula anticoncepcional; os primeiros núcleos de estudos feministas surgem nessa época. Em 1964, tem início a ditadura militar no Brasil, várias mulheres são presas e torturadas e as esposas ou companheiras de presos políticos criam o Movimento pela Anistia. Em 1969, a socióloga Heleieth Saffioti, considerada uma das grandes precursoras dos estudos sobre a condição feminina no Brasil, publica *A mulher na sociedade de classes*. Em 1975 é proclamado o Ano Internacional da Mulher e a ONU estabelece o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher (LISBOA, 2010, p. 71).

Para o Serviço Social o processo de mudanças e reconfigurações também é marcante. Dois marcos aqui, devem ser destacados: a elaboração do Método Belo Horizonte (1975) e o

III Congresso Brasileiro de Assistente Sociais (CBAS): o Congresso da Virada (1979). O Método Belo Horizonte, formulado pelo grupo de professores da Escola de Serviço Social da PUC Minas Gerais, entre 1972-1975, nas palavras de José Paulo Netto (2007, p. 276, destaque do autor), possui uma arquitetura ímpar na “[...] construção de *uma alternativa global* ao tradicionalismo”, pois

[...] foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; envolvendo todos estes passos, ele corou a sua ultrapassagem do desenho de um inteiro projeto profissional, abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social (NETTO, 2007, p. 276-277).

Essa experiência, considerada a primeira no país sustentada no Movimento de Reconceituação apresenta explicitamente perspectiva teórico-metodológica de inspiração marxista e representa a emergência de um projeto profissional que tende a se distanciar das bases conservadoras da profissão. Apresenta problemas e limitações próprios de seu tempo, da inicial aproximação ao marxismo, que alguns autores³⁰ indicam também enviesada e de referências e engendramento de atividade instrumentalizadora, com apropriação simplista e empirista da orientação teórica crítica.

O III CBAS (1979) se coloca como um segundo marco desse processo. Para Marilda Iamamoto (2019, p. 441)

Esse congresso é um marco simbólico na recusa do conservadorismo de origem no Serviço Social brasileiro em favor de sua renovação histórico-crítica, ao associar-se aos interesses e necessidades dos trabalhadores em luta pela democracia. Contestam-se propostas exógenas à realidade latino-americana e anuncia-se “a virada” dos compromissos políticos com as classes dominantes e o poder político, que presidiram a institucionalização e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. Esse Congresso foi a primeira e tardia manifestação massiva da categoria dos assistentes sociais contra a ditadura militar-empresarial e o poder de classe que a sustentou. (IAMAMOTO, 2019, P. 441)

Mas essa virada não foi (e não é) ponto pacífico na profissão, a direção crítica está em constante disputa. Em respostas as movimentações provocadas pela reconceituação crítica do Serviço Social em direção a um Serviço Social latino-americano que se funde nas particularidades da América Latina e do Brasil, que vinha tomando corpo desde meados da década de 1960, levantam-se tendências de “renovação conservadora” também expressas, por

³⁰ Ver: Netto (2007)

exemplo, nos seminários de teorização sobre o Serviço Social de Araxá, em Minas Gerais, em 1967 e de Teresópolis, no Rio de Janeiro, em 1975.

Tanto o Método BH quanto o III CBAS são parte, legatários, formuladores e momentos síntese no Movimento de Reconceitualização latino-americano na profissão que, apesar da base teórico-metodológica eclética e da presença interna de teorias desenvolvimentistas apresenta uma unidade, uma coesão interna que, nas palavras de Marilda Iamamoto (2019), se assenta

[...] na recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social” e no propósito de atribuir um caráter científico às atividades profissionais. Denunciava-se a pretensa neutralidade político-ideológica, a restrição dos efeitos de suas atividades aprisionadas em microespaços sociais e a debilidade teórica no universo profissional. Os assistentes sociais assumem o desafio de contribuir na organização, capacitação e conscientização dos diversos segmentos trabalhadores e “marginalizados” na região (IAMAMOTO, 2019, p. 445).

Esse processo provoca, dentre outras dimensões, uma aproximação mais orgânica da profissão à movimentos sociais e sindicais, bem como à teoria crítica, especialmente ao marxismo – destacadamente em suas expressões teórico-políticas na América Latina. Abre-se, com isso, a possibilidade de aproximação do Serviço Social às discussões e teorização feminista.

O caminho até aqui buscou indicar o processo de gênese, institucionalização e consolidação da profissão e sua relação com o feminismo. E esse caminho acompanha os diferentes movimentos históricos conjunturais que o Serviço Social – e a(o)s sujeita(o)s que o constituem -, se insere e é, também, atuante ativo. Nesse sentido, diferentemente de Teresa Lisboa (2010, p. 67), que afirma que “[...] ao incorporar a teoria marxiana, a profissão sofreu a imposição de uma tendência homogeneizadora [...], de uma teoria que se pretende universal e prioriza o enfoque de classe, desconsiderando a heterogeneidade do pensamento”, entendemos que, ao contrário, é pela incorporação da teoria crítica marxista e seu constante aprofundamento, bem como a relação cada vez mais aproximada com os movimentos sociais e sindicais que a profissão ao longo das últimas décadas alcança condições e estatuto teórico-político que possibilita o reconhecimento e ampliação de seu debate ético, político e teórico às dimensões de sexo/gênero, raça/etnia e classe.

Dessa forma, é então no momento em que a profissão aprofunda seu debate sobre ética e marxismo que se pode visualizar a introdução do debate feminista, já sob a vigência das discussões da categoria gênero. Esse processo ocorre especialmente nos anos de 1990,

com a adoção da expressão gênero no Código de Ética (1993), na Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão e nas diretrizes curriculares (1996) – expressões concretas do Projeto Ético-Político Profissional (PEP) hegemônico (INÁCIO, 2013). Merece destaque que, desde fins da década de 1980, especialmente pós-queda do Muro de Berlim, a teoria crítica vinha sofrendo sistematicamente inflexões. O avanço do capitalismo, em sua “cara” neoliberal se coloca intensificando, no âmbito das relações sociais, aspectos de fragmentação e individualismo.

Concordamos com a afirmação de Maria Regina Moreira (2003, p. 43), sobre o Serviço Social e sua necessidade ao capitalismo: “A profissão integra a sua lógica, além de atender necessidades mais amplas que a reprodução da força de trabalho”. E, nesse sentido, a profissão se move em caminhos cada vez mais contraditórios, acompanhando o movimento da conjuntura, pois é parte e constituinte dela. Sob a influência de pensadores marxistas, especialmente Antônio Gramsci e Gyorgy Lukács, o Serviço Social tece/repõe em novos patamares a discussão profissional em suas diversas dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

O código de ética profissional, de 1993, tem fundamento na ontologia social lukácsiana, especialmente e Miriam Inácio (2013, p. 159) vai afirmar que “[...] esta reflexão ética fundada na ontologia social permitiu à profissão ampliar o olhar sobre as múltiplas expressões de exploração e opressão do ser social, como as de “gênero”, raça/etnia, orientação sexual, entre outras, apreendidas na totalidade da sociedade capitalista”.

Novamente é importante ressaltar que a profissão, acompanhando o movimento do real e da conjuntura, nos diferentes momentos históricos vai se posicionando, paulatinamente, no campo da produção teórica crítica, ao mesmo tempo que serve e é funcional aos interesses do capital. Se considerarmos o significado social da profissão no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, a(o) assistente social reproduz, ao mesmo tempo e contraditoriamente, interesses da burguesia/capital e da classe trabalhadora/trabalho e nesse sentido, pode optar e fortalecer um projeto ético-político vinculado aos interesses da classe trabalhadora (BARROCO, 2012; IAMAMOTO, 2007b). Essa contradição não seria diferente no processo de incorporação da discussão feminista que, como vimos, se deu pela entrada da categoria gênero nos documentos normativos da profissão, expressão da aceitação desta nos meios acadêmicos a partir dos anos 1990.

2.3 DEBATE FEMINISTA CONTEMPORÂNEO: A INTRODUÇÃO DO PENSAMENTO DO FEMINISMO MATERIALISTA FRANCÊS

Podemos perceber a inserção/apropriação da produção teórica feminista pelo Serviço Social, com maior influência a partir dos anos 1990. Esse processo, como visto, pode ser vislumbrado com a inclusão do termo gênero nos documentos normativos da categoria. O Código de Ética, de 1993, dentre seus princípios fundamentais indica: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”. Da mesma forma vislumbramos a referência ao gênero nas diretrizes curriculares de 1996, especialmente na consideração de gênero da(o) assistente social e da população atendida, bem como do impacto das desigualdades de classe, gênero e raça/etnia.

A partir então, desde os anos de 1990, podem-se verificar a intensificação e incorporação da produção e teorização feminista na profissão: publicações de artigos em revistas da categoria – especialmente a partir dos anos 2000; surgimento do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades, durante o XII Encontro Nacional de Pesquisadora(e)s em Serviço Social (ENPESS), realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 2010; inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação em Serviço Social que aborde classe, gênero, raça/etnia, sexualidade e geração, a partir da Assembleia Nacional da ABEPSS – Natal/RN, 2014; diversas edições do CFESS Manifesta com temática feminista e antirracista.

Recente estudo, realizado por Christiane Luciano (2019) indica alguns caminhos pelos quais a produção teórica recente da profissão percorre o debate sobre gênero e feminismo. Neste campo – o da produção teórica do Serviço Social relacionada ao feminismo – gostaríamos de destacar um ponto: algumas críticas são tecidas quanto a incorporação desse debate no Serviço Social. Desde autoras que afirmam que, pela hegemonia do debate marxista a discussão feminista e antirracista é apagada e pouco realizada no Serviço Social, como por exemplo Teresa Lisboa (2010), há autoras que reivindicam o marxismo para o debate feminista no Serviço Social, mas que partem da compreensão de que esta incorporação é tardia, como Mirla Cisne e Silvana Santos (2018). Argumentamos o seguinte: o Serviço Social, ao longo de sua existência no Brasil, ainda que com origem e persistência de dimensão conservadora, atrelada à doutrina social da igreja, foi se demonstrando bastante permeável ao movimento concreto da realidade, nos diferentes momentos históricos e as reivindicações e movimentos sociais.

Nesse sentido, não consideramos que a incorporação do debate feminista no Serviço Social foi tardia, assim como não consideramos a incorporação do debate antirracista tampouco tardia. Acompanhando a repercussão das movimentações feministas ao longo da história do nosso país e sua intensificação, o Serviço Social vai incorporando-a conforme tal, em seu processo intensificação na sociedade brasileira. A produção teórica feminista parte e se filia a diversas concepções epistemológicas e sua incorporação pelo Serviço Social não fica isenta desta diversidade.

Outra questão que merece destaque e, na mesma linha, é a crítica de que, pela concepção hegemônica da teoria social crítica, particularmente à filiação à tradição marxista, o Serviço Social, como ela, produziu um apagamento das questões de gênero e de raça no interior da profissão. Ora, se é correta a afirmação de que a teoria, a elaboração teórica parte do concreto, da realidade objetiva/existente, o marxismo, a teoria marxista também se coloca nesse movimento e vai, ao longo dos diferentes momentos históricos aprofundando lacunas que, em momentos anteriores não puderam ser elaboradas. Esse processo vai se dando atrelado ao surgimento de movimentos sociais que colocam problemáticas concretas da existência e das relações sociais/humanas. A teoria vai buscar entender, elaborar, produzir conhecimento que informe e contribua ao desvendamento da realidade existente e, nesse sentido, buscar alterá-la/transformá-la. Mas, é importante ressaltar, que isso não exime “erros históricos” de diversos movimentos sociais e partidos filiados à tradição marxista/comunista, no que se refere às questões feministas e antirracistas.

No que se refere ao Serviço Social e à incorporação das elaborações e teoria feminista, como pode-se observar, ela se deu com maior ênfase nos anos 1990. Temos, portanto, de considerar o momento histórico desse processo e duas questões se levantam: 1º) Momento histórico-político do país: abertura política, processo de redemocratização, construção de instituições políticas democráticas; 2º) Difusão do conceito de gênero e sua palatabilidade pela incorporação institucional do mesmo, através das ONG's (direção da recente crítica que propõe o abandono da utilização da categoria gênero e sua substituição, então, pela relação social de sexo³¹)

Mas esse não foi o único caminho que as discussões feministas tomaram, especialmente no que se refere ao gênero, o campo mais próximo à teoria social marxista também produziu elaborações importantes, como por exemplo o já citado livro de Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (2013), publicações no campo do

³¹ Ver Cisne (2014)

Serviço Social nas décadas de 1980-1990, ainda que em número reduzido mas que já indicavam as preocupações no campo feminismo marxista, bem como o debate, também especialmente nas décadas de 1980 e 1990, com relevo para o período da constituinte, entre as feministas que lutavam pela institucionalização do movimento e as autonomistas.

É nesse período também que vislumbramos a introdução do debate feminista de fôlego no âmbito acadêmico, como indicado por Celi Pinto (2003) e Marília Moschkovich (2018), tal introdução se deu hegemonicamente financiada por agências de fomento, especialmente a fundação Ford.

A mais importante iniciativa na área do estudo de mulheres e das relações de gênero no Brasil foi, sem dúvida, o conjunto de concursos de dotação de recursos para pesquisas sobre a mulher promovidos pela Fundação Carlos Chagas e financiados pela Fundação Ford, de 1978 a 1998. Durante esses 20 anos foram realizados oito concursos que financiaram 170 projetos de todas as regiões do país (PINTO, 2003, p. 86)

Ressalta-se a importância das reverberações teórico-político-econômicas das ditaduras latino-americanas, especialmente parte da “Operação Condor”, que dentre diversas questões já amplamente estudadas e debatidas³² provocou diferentes relações com os sistemas de ensino superior nos países latino-americanos “[...] e a influência direta dos acordos bilaterais com os Estados Unidos é central para entender as mudanças vividas pela(o)s pesquisadora(e)s brasileira(o)s³³” (MOSCHKOVICH, 2018, p. 75, tradução nossa).

Assim,

[...] antes da Fundação Ford assumir a liderança no financiamento de pesquisas nos estudos sobre a mulher no Brasil, a Fundação Rockefeller financiou uma importante quantidade de pesquisas em saúde pública com o objetivo de influenciar as políticas brasileiras de controle populacional. Uma parte significativa de tais pesquisas foi dedicada à saúde da mulher. No entanto, estes trabalhos não produziram um conhecimento sistemático e teórico em Ciências Sociais e Humanas refletindo sobre "mulheres" como categoria, nem propuseram uma visão sobre gênero como construção social. Isto foi feito principalmente por obras que mais tarde foram financiadas pela Fundação Ford, especialmente aquelas preocupadas com a situação das mulheres na força de trabalho³⁴ (MOSCHKOVICH, 2018, p. 75).

³² Sobre o Serviço Social ver especialmente Netto (2007)

³³ « ...and the direct influence of bilateral agreements with the United States is central to understand the changes experienced by Brazilian researchers »

³⁴ « ...before Ford Foundation took the lead in financing research in WS in Brazil, the Rockefeller Foundation funded an important amount of research in public health aiming to influence Brazilian policies on populational control. A significant part of such research was dedicated to women's health. However, these works didn't produce systematic theoretical knowledge in SSH reflecting upon "women" as category, nor proposed a view on gender as social construction. This was mostly done by works that were later financed by Ford Foundation, especially those concerned with the situation of women in the workforce »

Destacamos brevemente esse contexto para dar relevo à conjuntura sobre a qual o debate de gênero se coloca, para as Ciências Sociais e Humanas no geral e para o Serviço Social em particular. Pois é no interior e carregando todo esse movimento que tal debate é paulatinamente incorporado pela profissão, inclusive em suas disputas.

Outra questão que merece pontuação é a que, no contexto dos anos 1990 a relação da produção teórica feminista brasileira, mantinha ainda grande relevo com a produção e teorização francesa. Em uma entrevista, Heleieth Saffioti destaca que em 1999, no Congresso sobre Saúde da mulher realizado no Hotel da Glória, solicitaram os programas de aulas das pesquisadoras feministas e ela observou que apenas duas – ele própria e Miriam Adelman -, possuíam nos programas bibliografia majoritariamente em inglês, as outras todas eram em francês (MENDES; BECKER, 2011). É nesse momento que também podem ser observadas assimilações de categorias referentes à produção teórica francesa e inglesa, em conjunto, como por exemplo, na expressão “relação social de gênero”, que pode ser observada em textos brasileiros a partir dessa década que incorpora, de certa forma, a proposição das francesas sobre relação social de sexo e o debate de gênero, vindo especialmente da língua inglesa.

Quanto ao uso da categoria gênero, algumas feministas também faziam ressalvas e procuravam utilizá-lo de forma crítica haja vista que, como dito parágrafos acima, as agências de fomento internacionais, especialmente a Fundação Ford, financiaram e estimularam pesquisas no campo do gênero nas Ciências Sociais e Humanas Brasileiras. E talvez possamos intuir que tal estímulo não era o mesmo para pesquisa que apresentassem, por exemplo, um conteúdo explicitamente classista em suas elaborações. Daí a crítica a categoria gênero, como por demais palatável. Heleieth Safiotti é uma dessas críticas. Na mesma entrevista citada, ela diz:

Como isolar o conceito de gênero? Não se deve isolá-lo de seu contexto econômico, social e político. Aliás, eu utilizo cada vez menos esse conceito, porque gênero é um conceito a-político, a-histórico e bastante palatável. Tão palatável, que o Banco Mundial só financia projetos com recorte de gênero. Se fizermos referência à “ordem patriarcal de gênero”, os projetos, certamente, não serão contemplados com as verbas solicitadas (MENDES; BECKER, 2011, p. 154).

Marília Moschkovich (2018, p. 86, tradução nossa), analisando a entrevista de Heleieth Saffioti e a sua utilização de gênero, vai dizer o seguinte:

Embora ela use o termo "gênero" durante a entrevista, ela menciona que esta foi uma escolha guiada não inteiramente por convicção teórica, mas também por algum tipo

de "pressão externa". Isto pode ser mais bem compreendido se considerarmos a adoção do termo (e nem sempre o conceito de) "gênero" por agências financeiras internacionais como a própria Fundação Ford. Uma das principais formas de influenciar o desenvolvimento das Ciências Sociais e Humanas brasileiras por tais agências foi a oferta de bolsas de estudo promovendo a circulação internacional de pesquisadoras brasileiros especificamente para os Estados Unidos. Isto moldou um processo de recomposição das elites intelectuais brasileiras e a organização da produção de conhecimento na Ciência Social e Humana brasileira³⁵. (MOSCHKOVICH, 2018, p. 86, tradução nossa)

Ainda sobre a incorporação do gênero no debate feminista na academia, Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg asseveram que:

As 'acadêmicas', ao importarem o conceito de gênero, jogaram-no na rua antes mesmo de assimilá-lo ou de torná-lo mais compreensível para parcela significativa do movimento de mulheres. Imediatamente a categoria gênero passou a figurar em todas as instâncias do movimento, substituindo pura e simplesmente a palavra mulher. As pautas de negociações dos sindicatos passaram a incorporar as reivindicações de 'gênero'!!! As demandas dos movimentos populares e até mesmo do movimento feminista seguem esta mesma prática. Mais uma vez as mulheres tornaram-se invisíveis (COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, 1994, p. 395).

Todo esse contexto é o chão sobre o qual a discussão, debate e produção teórica feministas adentra as fronteiras do Serviço Social. E sem um debate de fôlego sobre tais problemáticas, a profissão vai aprofundando a discussão ao longo da década de 2000. Poderemos observar a utilização de autoras importantes no debate do gênero, como Joan Scott, Judith Butler, Heleieth Saffioti, Guacira Louro, dentre outras. As produções do Serviço Social no campo da discussão feministas, especialmente na chave analítica do gênero, vão desde campo marxista ao pós-moderno, da crítica ao apagamento da dimensão de gênero (e de raça) nas discussões do Serviço Social – especialmente àquelas filiadas ao marxismo – à reivindicação do debate feminista (e antirracista) no debate do Serviço Social hegemonicamente filiado à tradição marxista. Todas utilizando ostensivamente o termo gênero, para se referir ao debate feminista que primeiro identifica e coloca em questão as desigualdades – ou nos termos de Saffioti – a dominação-exploração de homens sobre mulheres.

³⁵ « Although she uses the term “gender” during the interview, she mentions that this was a choice guided not entirely by theoretical conviction but also by some sort of “external pressure”. This can be better understood if we consider the adoption of the term (and not always the concept of) “gender” by international financing agencies like Ford Foundation itself⁴⁶. One of the key forms of influencing the development of Brazilian SSH by such agencies was the offer of grants and scholarships promoting international circulation of Brazilian researchers specifically to the United States. This shaped a process of re-composition of Brazilian intellectual elites and the organization of knowledge production in Brazilian SSH ».

Destaca-se aqui que uma categoria pode indicar uma diversidade de conteúdo/significados. No caso do gênero, é sabido que ele é polissêmico e, como visto, não se constitui como propriedade de nenhuma filiação teórica em particular e a depender do conteúdo, do método sobre o qual o debate/teoria é constituído, pode indicar caminhos mais ou menos críticos, mais ou menos transformadores. E ainda, como visto linhas acima, pode estar carregado de uma conjuntura/um contexto social em que, no caso do Brasil, para se ter possibilidades de pesquisas feministas foi necessário, dentre outras questões, lançar mão de estratégias/táticas bastante elaboradas que permitissem o trânsito de debates críticos a partir dos financiamentos possíveis³⁶, haja vista que, produzir ciência em nosso mundo, necessita de financiamento.

Também merece destaque que a produção feminista, especialmente a partir de meados de 1990 e anos 2000, sofre forte influência das orientações pós-modernas ou, como denomina Maria Célia Moraes (2004), de uma “agenda pós-moderna”, que carrega em comum, no seu mais diferente espectro, a negação das assim chamadas metanarrativas e com ela, “[...] o surgimento de uma ideia de cultura como um sistema de significados e não como uma ideia de cultura mergulhada na vida material” (TORRIGLIA, 2012, p. 86)

Essa compreensão tem como consequência a impossibilidade de uma perspectiva de política emancipatória de caráter totalizante, haja vista que pensar nessa direção seria uma metanarrativa iluminista, ou seja, ultrapassada. As atenções são voltadas para a linguagem da diferença e do particularismo apenas, já que não há como pensar desde uma perspectiva de totalidade. A realidade social é concebida como uma rede capilar com núcleos isolados. Dessa forma há que se privilegiar os interesses de grupos políticos singulares, levando a uma multiplicidade de lutas fraturadas, em que já não conseguimos identificar “o que nos une nas distintas lutas” (OLIVIO *et al.*, 2018, p. 8).

Adentrando a década do 2010, podemos observar a retomada do debate e/ou recusa da utilização do termo gênero, a partir da igualmente retomada dos argumentos e preocupações presentes nos anos de 1990, sobre a maior possibilidade de neutralidade, necessária e mesmo, ao gosto das agências de fomento internacionais. Outra motivação para tal retomada se dá também pela necessidade de contraposição do debate pós-moderno no campo do gênero que é incorporado o Serviço Social e que vai de encontro à matriz indicada

³⁶ Processo semelhante, embora em outro registro e processo, pode ser vislumbrado no campo das artes, da música, literatura, poesia. No Brasil, no período da ditadura, foram produzidas letras de músicas que, não podendo ser explícitas, não podendo utilizar diversos termos/palavras, lançaram mão de formas mais elaboradas – especialmente com recurso às metáforas – para tecer duras críticas à ditadura militar. A música *Cálice*, de Chico Buarque, é exemplo.

pelo entendimento materialista histórico-dialético do mundo, apagando, por exemplo, o movimento da contradição.

Para tal busca-se fazer um debate de maior fôlego sobre a produção teórica do feminismo materialista francês, com destaque para a categoria relação social de sexo. Destacamos os argumentos levantados por Mirla Cisne, em sua tese de doutorado defendida em 2013, posteriormente transformada em livro (CISNE, 2014), o livro da biblioteca básica do Serviço Social: *Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social* (CISNE; SANTOS, 2018) e diversos artigos de publicações recentes que defendem a utilização de relação social de sexo em detrimento de gênero, indicando que a primeira corresponderia mais diretamente à perspectiva teórico-política marxista³⁷.

Assim, vai-se defender que

O conceito francês de relações sociais de sexo, que entende tais relações como *rappports*, ou seja, as que dizem respeito às relações sociais mais amplas, permeadas pelos conflitos e antagonismos de classe, facilita-nos a fundamentação do nosso posicionamento teórico-político de que é impensável estudar as relações sociais entre os sexos dissociadas das dimensões de “raça” e de classe (CISNE, 2014, p. 67).

Destacamos, ainda, a direção do que, para Nicole-Claude Mathieu (2013) se coloca no debate sexo-gênero:

Entendo por sexo social ao mesmo tempo a definição ideológica que é dada do sexo, particularmente daquele das mulheres (o que pode recobrir o termo “gênero”), e os aspectos materiais da organização social que utilizam (e também transformam) a bipartição anatômica e fisiológica. O sexo – nos seus aspectos como ideais [*idéels*], para usar uma expressão de Godelier, e materiais – funciona efetivamente como um parâmetro na variabilidade das relações sociais concretas e elaborações simbólicas – aspecto que a tendência atual (notadamente nos *Women's Studies* anglo-saxões) à utilização exclusiva e para todos os propósitos do termo “gênero” tende a mascarar, fazendo este conceito perder uma parte do valor heurístico que nós havíamos pretendido lhe dar. Ouve-se falar agora de “relações de produção de gênero” (*gender relations of production*), mas a despeito das mudanças de gênero e mesmo de sexo, essas relações de produção consistem na exploração das mulheres. Sem dúvida, haverá gêneros “homem-mulher”, mas à base e no patamar mais baixo da escala dos gêneros, o que há são, efetivamente, fêmeas: sexo social “mulher”³⁸ (MATHIEU,

³⁷ Para verificar um levantamento da produção teórica mais recente no campo do Serviço Social em revistas A1 ver estudo de Luciano (2019). Na dissertação de mestrado também fiz recurso à esta direção de análise.

³⁸ « *J'entends par sexe social à la fois la définition idéologique qui est donnée du sexe, particulièrement de celui des femmes (ce que peut recouvrir le terme « genre ») et les aspects matériels de l'organisation sociale qui utilisent (et aussi transforment) la bipartition anatomique et physiologique. Le sexe – dans ses aspects idéels, pour reprendre une expression de M. Godelier, et matériels – fonctionne effectivement comme paramètre dans la variabilité des rapports sociaux concrets et des élaborations symboliques – ce que la tendance actuelle (notamment dans les Women's Studies anglo-saxonnes) à l'utilisation exclusive et à tout propos du terme « genre » tend à masquer, faisant perdre à ce concept une partie de la valeur heuristique que nous avons voulu lui donner. On entend parler maintenant de « rapports de production de genre » (gender relations of*

2013, p. 245, tradução nossa).

Tendo em vista a (re)introdução do debate categorial do feminismo no Serviço Social, especialmente no que se refere a relação social de sexo, advinda particularmente da escola do feminismo materialista francês e a afirmação de que esta é mais afeta/próxima perspectiva marxista (em detrimento do gênero, que não seria), no próximo capítulo faremos uma incursão sobre as distintas teorias feministas e como se configura em seu bojo o Feminismo Materialista Francês.

production), mais en dépit des passages de genre et même de sexe, ces rapports de production consistent en l'exploitation des femmes. Sans doute y a-t-il des genres « homme-femme », mais à la base et au bas de l'échelle des genres, il y a bien des femelles : sexe social « femme » ».

3. TEORIA FEMINISTA E SUAS DISTINÇÕES: ESTABELECENDO AS BASES PARA COMPREENDER COMO SE CONFIGUROU O FEMINISMO MATERIALISTA FRANCÊS.

“Movidas por um impulso comum, estávamos todas em pé, procurando tatear o fluxo uniforme, a unidade exultante da Internacional. Uma soldada idosa e grisalha soluçava como uma criança. Alexandra Ollontai mal conseguia conter as lágrimas. O grandioso canto invadiu o salão, atravessou portas e janelas, alcançou a calmaria do céu. A guerra acabou, a guerra acabou, disse uma jovem operária ao meu lado. O rosto dela brilhava. E, quando tudo terminou e ficamos ali em uma espécie de silêncio constrangedor, uma mulher exclamou do fundo do salão: camaradas, lembremo-nos das mulheres que morreram pela liberdade”(WITTIG, 2019, p. 133).

Neste capítulo serão realizadas algumas elaborações a partir da teoria feminista e suas diferentes filiações epistemológicas, o amplo espectro de sua produção teórica e a particularidade do Feminismo Materialista Francês neste contexto. Antes, porém, de adentrar ao tema específico vamos, ainda que brevemente, apontar algumas questões que consideramos essenciais para a compreensão de nosso objeto.

O ser social não apenas se adequa à sua natureza natural, ele a transforma em natureza social, no sentido de que podemos intervir e transformar a natureza e, nesse processo, também transformamos e aprofundamos nossa humanidade. Assim, as formas pelas quais produzimos nossa existência são uma produção humana e não decorrência de um processo natural.

Para que a humanidade consiga produzir sua existência humana precisa satisfazer necessidades humanas, que são historicamente determinadas, porque somos seres historicamente determinados. Como bem Karl Marx (2013) assinalou, as necessidades humanas “vão do estômago à fantasia”, da alimentação à arte - aqui também temos um movimento de complexidade que acompanha e se desenvolve na história da humanidade. Do ponto de vista das necessidades humanas, não há hierarquia, não existem necessidades básicas. Nessa direção, se apenas comeremos, dormiremos, entre outras atividades e não tivermos outras dimensões da vida, apenas sobrevivemos, mas não produzimos nossa vida como humanos.

Na esteira de Marx (2013), entendemos que necessidades humanas são satisfeitas por meios de subsistências³⁹, produzidos pelos meios de produção⁴⁰. Ambos satisfazem necessidades humanas, entendendo que o primeiro é uma necessidade imediata e o segundo uma necessidade mediata, mas ambos constituem o que é denominado valor de uso. *Valor de uso* é tudo aquilo que serve para satisfazer necessidades humanas, para produzir vida humana; é tudo aquilo que propicia a produção de vida humana, isto é, o conteúdo material⁴¹ da riqueza⁴². Assim, temos que muito antes do surgimento do dinheiro a humanidade produzia riqueza (MARX, 2013).

A natureza é uma fonte de valor de uso, mas é o trabalho, enquanto uma atividade vital, que proporciona o salto ontológico do ser natural para o ser social. Dessa forma, é o trabalho que torna o ser humano, ser humano. Dessa atividade vital, o processo de trabalho, surgem outros desdobramentos, por exemplo, a produção do conhecimento que vai também se complexificando e realizando, ininterruptamente, a transmissão de conhecimento às novas gerações. Não é um acaso que a linguagem escrita surja mais ou menos no mesmo momento que a propriedade privada⁴³, ela só surgiu em razão do desenvolvimento da força produtiva do trabalho⁴⁴.

Também foi o desenvolvimento da força produtiva do trabalho que criou as condições para o advento da exploração e da divisão da sociedade em classes. Mas este processo se intensifica com o advento da propriedade privada que, uma vez instaurada, propicia um alto grau de desenvolvimento da força produtiva do trabalho. Com a propriedade privada nasce pela primeira vez na história da humanidade a divisão de classes e a exploração. As formas de exploração variam ao longo da história da humanidade - escravista, feudal, capitalista, etc. Aqui é importante destacar que embora tenham ocorrido de fato transformações dos modos de produção no processo da história, a base, a propriedade privada

³⁹*Meios de subsistência* são meios com os quais satisfazemos as necessidades humanas, do estômago à fantasia, como já indicamos, e produzimos nossa existência humana (comida, roupa, teatro, celular...) e advêm de duas fontes: natureza (o ar, por exemplo) e trabalho (atividade especificamente humana, porque tem uma dimensão teleológica, por intermédio da qual transformamos a natureza e produzimos meios de subsistência para satisfazer as necessidades humanas e transformamos nossa natureza natural em natureza humana.) – cada vez menos a natureza e cada vez mais o trabalho, aquilo que podemos denominar como o recuo das barreiras naturais.

⁴⁰ Os *meios de produção* são meios por intermédio dos quais produzimos os meios de subsistência com que satisfazemos nossas necessidades humanas, e que no final da linha, são meios de produção de reprodução da vida humana. É da natureza que extraímos tudo para a produção da existência humana, e, da mesma forma que os meios de subsistência, cada vez mais o trabalho é fonte de meios de produção.

⁴¹O que está na base da produção da nossa existência humana e da satisfação das necessidades humanas.

⁴²São os valores de uso: roupa, alimento, arte, etc.

⁴³Ver Lukács (2013).

⁴⁴ Alteração constante da qualidade do trabalho a partir da produção e transmissão do conhecimento sobre o trabalho.

permaneceu e permanece. O que se alterou foi a natureza da exploração, a natureza das classes e onde existe propriedade privada é praticamente impossível não haver exploração, já que ela – a propriedade privada - é o poder originário de nossa atual forma de produção e reprodução da vida. Os outros poderes (político, militar, etc) são subsidiários ao poder originário e tem como função mantê-lo. Quem tem poder de fato é quem tem a vida da humanidade nas mãos e, como vimos, esse poder é determinado pela propriedade privada, pelos meios privados da produção.

É importante destacar que junto com a propriedade privada surge também a mercadoria, que se desenvolveu até chegar a forma mercantil capitalista. Aliás, a mercadoria surge apenas com o surgimento da propriedade privada ela é o fundamento da gênese, da existência e do desenvolvimento da classe burguesa e da exploração capitalista.

Temos então que o trabalho, que criou as condições de emancipação humana, cria, contraditoriamente, as condições para o surgimento da propriedade privada, das bases do trabalho escravo, da destruição do humano como humano e sua transformação em mercadoria. O trabalho, que tinha um caráter emancipatório, com o surgimento da propriedade privada ganha caráter de morte, em outras palavras, o caráter emancipatório do trabalho se converte no seu contrário. Dito de outro modo, os desejos humanos – expressões das necessidades humanas -, ficam restritos à mera satisfação do estômago. O trabalho que deveria expandir o espectro das necessidades humanas, no capitalismo, restringe a maior parte dos seres humanos a uma existência nos limites da reprodução biológica e primitivamente social.

O que era uma afirmação do humano se converte na sua negação. É nesse contexto que se torna necessária a negação da negação. Quer dizer, para negar a negação humana devemos negar o seu fundamento: a propriedade privada. Dessa forma, podemos pensar que o processo de desenvolvimento social que converte o trabalho em seu contrário, de condição para o salto ontológico do ser social à condição de sua desumanização, radicalizada pelo capitalismo, origina nesse processo complexos sociais que estruturam a desigualdade/contradição em distintas direções, especialmente de raça, classe e sexo/gênero.

É sob estas bases que compreendemos, portanto, que as relações que se estabelecem na sociedade de classes entre os homens e as mulheres são atravessadas por relações de dominação-exploração⁴⁵, nas quais os homens se sustentam hegemonicamente em escala

⁴⁵“Usa-se o conceito de dominação-exploração ou exploração-domação, porque se concebe o processo de sujeição de uma categoria social com duas dimensões: a da dominação e a da exploração. Diferentemente do que pensam algumas autoras, não se admitem territórios distintos para a dominação e a exploração. [...] [Tal distinção entende] a primeira dimensão nomeada como um processo situado no domínio da política, enquanto a segunda é entendida como um processo típico do terreno econômico. De raiz weberiana, esta concepção divide

desigual e superior. Nas sociedades de classes, especificamente no capitalismo, dado sua alta necessidade de limitação das potencialidades humanas, fatores tomados na aparência como de ordem natural, no caso específico do sexo/gênero e da raça/etnia, são tomados também, aparentemente, como determinantes da hierarquização social e atuam como fatores limitantes do processo de expansão do Capital. Nessa direção, Heleieth Saffioti (1992, p. 198), afirma que “[...] o gênero impede a realização de uma lei de acumulação do capital (o capital tenta equalizar as forças de trabalho)” e isso “[...] revela uma das numerosas intersecções entre os antagonismos de gênero e de classe”.

Na medida em que o capitalismo estende seus domínios, ele expropria a(o)s trabalhadora(e)s de seus meios de vida e de sua força trabalho, tornando o trabalho cada vez mais coletivo e a apropriação de seu produto cada vez mais privada. Quer dizer, aquilo que é produzido pela(o) trabalhador(a) na esfera privada, torna-se social na medida em que é demandado por necessidades coletivas capitalistas de valorização do valor. Este processo constitui as relações entre os indivíduos sociais que, por seu turno, são mediatizadas pela mercadoria que produzem, que adquire um valor monetário que deve gerar lucro aos possuidores dos meios de produção.

Nesta direção, a reprodução do modo de produção capitalista, é atravessada desde sua gênese por relações sociais de produção desiguais e contraditórias ou, nas palavras de Gyorgy Lukács, se constitui pelo desenvolvimento desigual e combinado. Tal reprodução, inerente a este modo de produção, requer a construção e manutenção de relações sociais desiguais.

Assim, a posição hierárquica e inferior das mulheres - ou do que se aproxima àquilo entendido socialmente e hegemonicamente como feminino -, em relação aos homens, que vem sendo construída há milênios, desde antes do modo de produção atual (e que contribui para sua gênese e existência), garante que esta configuração seja potencializada, na medida em que destina espaços sociais diferenciados para os seres humanos a partir de como são “localizados” no mundo pelo seu gênero/sexo, raça/etnia e classe.

É neste sentido que consideramos relevante compreender as expressões contraditórias e desiguais presentes no interior das diversas dimensões das relações sociais, tendo em vista o processo de apropriação/subsunção destas pelo Capital no seu sistema de (re)produção das desigualdades sociais. Uma das dimensões desse processo é captada pelas

uma realidade una. Esta já constitui razão suficiente para se recusar esta maneira de pensar. Existem, também, mais dois motivos: exploração e dominação não são, cada um de *per se* processos diferentes, separados; [...] Assim, prefere-se entender exploração-dominação como um único processo, com duas dimensões complementares” (SAFFIOTI, 2001, p. 117).

lutas e teorias feministas que lançam luzes essenciais sobre as contradições e desigualdades referentes ao sexo/gênero. Para tanto, na sequência, será apresentada uma breve contextualização sobre a teoria feminista.

3.1 DAS PRIMEIRAS CONCEPÇÕES FEMINISTAS AO SEU ESTABELECIMENTO COMO UM MOVIMENTO SOCIAL: QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS E DISTINTAS FORMAS DE APREENSÃO DA REALIDADE

Existem diferentes vertentes⁴⁶ dentro do feminismo e cada vertente tem uma posição sobre a origem da dominação-exploração das mulheres e o que precisa ser feito para superá-la. Apesar de cada vertente poder, em momentos necessários, colaborar em pautas comuns em torno da luta feminista, na luta concreta dos movimentos sociais, a compreensão teórica de cada uma delas não é complementar, ou seja, as vertentes feministas têm oposição em relação a compreensão do que subjaz sua produção, pois existem diferenças no conjunto de ideias, interpretações e princípios filosóficos que são utilizados para pensar, conhecer e (possivelmente) transformar a realidade.

Alguns exemplos que podem ser levantados de pautas comuns que atravessam diversas vertentes feministas no âmbito das lutas sociais dos movimentos sociais estão: a luta contra a violência doméstica, violência contra mulher e de gênero; luta pelos direitos sexuais e reprodutivos; luta pelo aumento do lugar de participação das mulheres e “minorias” no mundo público, etc. Mas a existência de pautas comuns não significa uma convergência na forma como cada vertente feminista compreende aquilo que conforma esses fenômenos sociais.

As vertentes feministas estão vinculadas a compreensões epistemológicas distintas. Dessa forma, podemos citar por exemplo: feminismo liberal, feminismo marxista, feminismo radical, feminismo pós-moderno, feminismo anarquista, dentre outros. O que separa estas distintas vertentes está na compreensão de mundo geral expressa por cada epistemologia as quais elas se filiam. Em resumo, ao método de análise da realidade.

A luta concreta feminista foi se colocando como necessária ao longo da instauração e desenvolvimento do capitalismo e expressa as desigualdades/contradições das quais o feminismo é síntese. As lutas feministas são concretas, expressam a existência real e ao longo de seu desenvolvimento surgiram e surgem elementos e ideias que ingressaram e ingressam nas teorias, isto é, ingressam e constituem a produção teórica produzida pela humanidade para

⁴⁶ Entendemos vertente aqui no sentido de que as diferentes filiações teórico-epistemológicas feministas apresentam compreensão/visão de mundo opostas dentro do amplo campo feminista.

compreender e justificar sua existência. Nesse sentido o feminismo como luta política e como produção teórica expressa e é expressão de várias sínteses do processo histórico de desenvolvimento humano e das disputas/oposições dele decorrentes.

Neste contexto e tendo por base esta compreensão histórica, vamos nos deter agora em alguns momentos importantes desse processo, trazendo algumas pensadoras que marcaram o movimento feminista nas diferentes épocas constituindo assim, uma amalgama de compreensões teóricas e práticas sobre uma *forma de ser* feminista.

Flora Tristan, nascida em Paris (1803-1844), revolucionária ativista, feminista socialista. Teve a vida marcada pela pobreza, fome, violência doméstica, sofrendo inclusive uma tentativa de assassinato de seu primeiro marido. Rosa Alice Mosimann (2017, p. 15), na introdução ao livro *União do Operários*, diz que Flora transformou os acontecimentos de sua vida, privações e violências, em petições públicas pelos direitos dos filhos espúrios, pela supressão da pena de morte, pela lei do divórcio, dentre outras. Por contingências relacionadas a pobreza e violência vai para Inglaterra, trabalhar como doméstica em uma casa inglesa, lá busca “[...] conhecer a situação dos operários e quer escrever uma obra sobre a miséria dos proletários e a luta de classes naquele país”.

Desse objetivo escreve o livro *Os passeios em Londres*, publicado em 1840, que antecede inclusive a publicação de Engels, *A classe trabalhadora na Inglaterra*, escrito entre 1842-1844 e publicado em 1845. Flora também escreve outro livro importante, que indica sua compreensão de que a classe operária não pode se emancipar senão por suas próprias mãos, que antecede em oito anos o desenvolvimento dessa mesma ideia, apresentada por Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848. O nome de seu livro é *União dos Operários*.

Um dos capítulos do livro aborda o direito das mulheres e examina a natureza das relações entre homens e mulheres dentro da família da classe operária. Mulheres da classe operária eram humilhadas, maltratadas, desprezadas, abusadas fisicamente, ganhavam metade do salário dos homens e constrangiam-se a uma vida brutal de miséria infundável. A mulher da classe operária foi condenada à inferioridade e à irrelevância por uma sociedade que a obrigou a desempenhar esse papel (ARRUZZA, 2019, p. 35).

A autora também planejava escrever uma obra sobre a emancipação da mulher que foi completada postumamente a partir de suas anotações com o título: *L'Émancipation de la femme ou le testament d'une paria*. Flora Tristan se coloca como um ponto de mutação na história feminista, talvez ela seja a primeira a defender a unidade das mulheres e proletários no mundo inteiro.

Não é por acaso que a luta pela emancipação das mulheres e a emancipação de classe atravessa a vida e obra de Flora Tristán. A junção dessas duas frentes vinha sendo trabalhada há décadas na Europa e na América Latina. Manuela Sáenz (1797-1856), por exemplo, foi soldada de cavalaria, capitã e *coronela* de exércitos emancipadores lutando lado a lado de Simón Bolívar pela libertação de *Nuestra América*. Foi condecorada com a Ordem do Sol e era conhecida como *La Libertadora*. Vejamos as palavras de Stella Calloni (2016) sobre ela,

Seu fogo arde ainda hoje quando os distribuidores de sonhos fazem de suas cinzas pródigas uma mulher viva e atual, que fala por outras vozes multiplicadas no continente, como um vento eterno que subleva tudo quando passa. Agora ela é símbolo da luta anticolonial e da libertação da mulher, derrubando as tentativas de reduzir sua vida e sua luta a extraordinária história de amor com Bolívar. Para amar, como fez Manuela, era necessário ser revolucionária. Foi um mito fundador junto a Bolívar, em povoados órfãos, mas vivos, amarrados, amordaçados, mas férteis, parindo uma e outra vez, para sobreviver mais além das perversões do colonialismo⁴⁷ (CALLONI, 2016, p. 133, tradução nossa).

Tais resistências já estavam presentes anteriormente em diversos momentos da história, seja pela presença/participação de mulheres em grupos heréticos/religiosos, pela prática de misticismo, da medicina rudimentar e ocupando funções à margem da sociedade. Mas, ainda, tais esforços ficavam mais no nível individual, nas tentativas de escapar das opressões e assumindo distintas formas a depender do contexto de classe de cada mulher (ARRUZZA, 2019). Silvia Federici (2017), por exemplo, retoma as resistências femininas no período de “caça às bruxas”.

As condições necessárias para a coletivização das reivindicações pela emancipação das mulheres têm um marco importante nas revoluções burguesas, que trazem consigo os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Essas primeiras sistematizações coletivas vão desenhar o caminho do que hoje pode-se chamar protoformas da organização feminista no mundo.

As revoluções Francesa e Inglesa criaram, pela primeira vez, as condições necessárias para se pensar na libertação da mulher em termos coletivos. A pressão e o controle tradicionalmente exercidos sobre as mulheres foram enfraquecidos por vários processos: a subversão de uma ordem social baseada na religião, considerada até então imutável; o abalo das rígidas relações sociais; e o levante de ideias de

⁴⁷ “Su fuego arde aún hoy cuando los husmeadores de sueños hacen de sus cenizas pródigas una mujer viva y actual, que habla por otras voces multiplicadas en el continente, como un viento eterno que subleva todo a su paso. Ahora ellas es el símbolo de la lucha anticolonial y de la liberación de la mujer, y derrumba los intentos de reducir su vida y su lucha a la extraordinaria historia de amor con Bolívar. Para amar como lo hizo Manuela se necesitaba ser revolucionaria en su tiempo. Fue un mito fundador junto a Bolívar, en pueblos huérfanos, pero vitales, atados, amordazados, pero fértiles, pariendo una y otra vez, para sobrevivir más allá de las perversiones del colonialismo”.

igualdade (ainda que por meio de termos masculinos). As revoluções burguesas abriram brechas e criaram um novo espaço democrático, no qual começou a surgir a ideia de que se houvesse liberdade e igualdade, não seria possível manter metade da população excluída (ARRUZZA, 2019, p. 36).

Um dos primeiros exemplos dessa possibilidade pode ser encontrado em Olympe de Gouges, com seu Manifesto: *Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791)*. Outro marco importante desses primeiros momentos mais sistematizados das reivindicações das mulheres está na obra de Mary Wollstonecraft (2016), *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, publicado em 1792, ambos publicados em plena efervescência do movimento revolucionário burguês. Maria Lygia Quartim de Moraes (2016), em prefácio a referida obra afirma que esta pode ser considerada o documento fundador do feminismo.

Em fins do século XVIII com as condições revolucionárias e o triunfo da burguesia, começaram a surgir questionamentos de que, talvez, os ideais expressos e pelos quais a classe trabalhadora (em sua mais diversa composição) lutou lado a lado com a burguesia, não fossem totalmente levados a cabo para grande parcela dos seres humanos. De diversas formas se levantaram processos reivindicando a extensão de tais direitos à toda humanidade. O processo de expansão capitalista, já mostrava o outro lado desses ideais. Por exemplo, para que uma parcela da humanidade, representada pela burguesia, pudesse atingir alguns graus de liberdade, igualdade e fraternidade, foi necessária a subjugação de grande parte da população mundial, através do violento processo de colonização/invasão de territórios.

Um dos primeiros momentos de resistência documentado pode ser situado na colônia francesa no Haiti que em 1791 instaurou um processo revolucionário negro, reivindicando sua libertação do jugo da colonização francesa. É nesse contexto efervescente que Mary Wollstonecraft publica seu livro acima citado, exigindo, por seu turno, justiça para as mulheres, que eram excluídas da qualidade de cidadão, de acordo com a Constituição Francesa, recém promulgada na época.

Publicado em 1792, em resposta à Constituição Francesa de 1791, que não incluía as mulheres na categoria de cidadãs, o livro denuncia os prejuízos trazidos pelo enclausuramento feminino na exclusiva vida doméstica e pela proibição do acesso das mulheres a direitos básicos, em especial à educação formal, situação que fazia delas seres dependentes dos homens, submetidas a pais, maridos ou irmãos (MORAES, 2016, p. 7).

É nas próprias ideias iluministas – ainda que contraditoriamente - que se pode, quem sabe, encontrar uma das chaves para o horizonte da luta organizada das mulheres, negras e negros, indígenas, LGBTQIA+, quilombolas, latino-americanos, enfim, a infindável miríade

que compõe o conjunto da classe trabalhadora. Quando a burguesia deixa de carregar uma missão revolucionária, os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade também não podem ser levados à cabo. Tal processo traz à luz esse movimento necessariamente contraditório da instalação e manutenção do capitalismo: a liberdade humana condicionada a não-emancipação humana. Mas também, como visto, traz consigo o gérmen e a possibilidade do questionamento e da continuidade da luta revolucionária, em especial quando demonstra sua contradição em duas bases essenciais que sustentam o seu desenvolvimento e expansão: a dominação-exploração de sexo/gênero e de raça, configuradas com maior e mais cruel escancaramento no processo de expansão capitalista sob a forma da colonização/colonialismo.

[...] as ideias emancipacionistas de Mary Wollstonecraft e de sua contemporânea francesa Olympe de Gouges (1748-1793) alimentaram-se do legado iluminista e, ao mesmo tempo, enriqueceram-no. Ambas, cada uma à sua maneira, ousaram contestar o discurso dominante em que se apoiava a subordinação da mulher ao homem como um dado da natureza. Ambas participaram ativamente da vida política de seus países, como feministas e abolicionistas (MORAES, 2016, p. 9).

Do outro lado do oceano, no “Novo Mundo”, desde o século XVI, a invasão colonial cumpriu um papel fundamental na expansão capitalista. Os teólogos e religiosos cumpriram um grande papel nesse processo. Alguns questionamentos do período são representativos desse aspecto: “podem os ameríndios ser reconhecidos como ‘seres humanos’ com plenos direitos teológicos e jurídicos? Se assim o for, em que condições acederiam à categoria ‘sujeito’ na dimensão espiritual, legal, política e/ou social?”⁴⁸ (MUÑOZ, 2018, p. 109, tradução nossa). Tais questões expressam o argumento da contradição mencionado acima, em que aos sujeitos de outras partes do mundo, em contato e submetidos ao processo de expansão e colonização capitalista, não chega à dimensão de liberdade, igualdade e fraternidade, justificativa da revolução burguesa. Para que isso não apareça com a crueza necessária, são elaboradas justificativas que questionam até mesmo se esses seres humanos são humanos/sujeitos.

Karina Ochoa Muñoz (2018, p. 110, tradução nossa), indica que podem ser encontrados três elementos comuns ao discurso e debates desencadeados em torno da conquista: “[...] a escravidão (bestialização), a racialização (das populações colonizadas) e a feminização dos índios (que incorpora o sexismo e a misoginia)”⁴⁹. Tais elementos

⁴⁸ “[...] ¿pueden los amerindios ser reconocidos como ‘seres humanos’ con plenos derechos teológicos y jurídicos? Y si así fuese, ¿en qué condiciones accederían al constructor ‘sujeto’ en la dimensión espiritual, legal, política y/o social?”

⁴⁹ “[...] la esclavitud (bestialización), la racialización (de las poblaciones colonizadas) e la feminización de los indios (que incorpora el sexismo y la misoginia)”.

representam a configuração e a materialização de padrões de dominação necessários ao processo de desenvolvimento capitalista global.

Diante desse contexto, tanto na América Latina, como na Europa, era difícil, como afirma Cinzia Arruzza (2019), relacionar as experiências das mulheres que participavam das lutas sociais e políticas vinculadas à classe trabalhadora a um feminismo emergente, que tinha como protagonistas mulheres de classe média e alta, especialmente na Europa. Este feminismo passou a ser conhecido como feminismo burguês, que carrega em si o cunho liberal. As feministas burguesas/liberais não são propriamente uma escola coesa de pensamento, mas tem como base central a atuação pautada na perspectiva individual da luta das mulheres, especialmente ligadas a dois eixos centrais: demandas por acesso à educação e cultura e demandas por direitos civil e político.

[...] o fato de que o ativismo feminista burguês era muitas vezes motivado por uma demanda por emancipação em nível individual, dificultava que as operárias se unissem às mulheres que começavam a se organizar, com muita dificuldade, dentro do movimento operário. Frequentemente, isso era usado como desculpa para a desconfiança que os homens mantinham em relação às demandas feministas (ARRUZZA, 2019, p. 39).

O feminismo, portanto, como um conjunto de ideias organizadas, parece inicialmente como uma abordagem na disputa política de ideias, vinculado inicialmente à burguesia e somente posteriormente é que se constitui como um movimento organizado. Podemos situar o começo das articulações políticas denominadas feministas em fins do século XIX, começo do século XX.

Maria Lygia Quartim de Moraes (2020) destaca que

O século XX marca uma espécie de ponto de mutação dos movimentos de mulheres por seus direitos. A diferença marcante entre as próceres do século XIX e as novas gerações do século XX reside exatamente no fato de marcar a ruptura entre uma história de mulheres notáveis e a história de movimentos sociais. Em outras palavras, o século XIX testemunhou diferentes formas de contestação feminina, quer na arena política quer na vida pública [...]. Mas são vozes isoladas sem que se forme um movimento mais amplo em torno das reivindicações feminina, o feminismo só se apresenta como movimento social a partir do século XX (MORAES, 2020, p. 10).

Uma das maneiras mais comuns da sistematização da história do feminismo é a sua periodização a partir da elaboração das ondas feministas. Diversas autoras se utilizam dessa forma para explicar o desenvolvimento histórico do feminismo. Em geral, textos que tratam da história do movimento feminista situam esta a partir de três ondas principais, que são entendidas como momentos históricos síntese, que foram/são culminação de uma relevante

efervescência feminista, seja nas lutas dos movimentos sociais seja na academia, com determinadas pautas/questões majoritárias, que atravessam cada momento histórico. Vejamos isto mais detidamente.

A primeira onda feminista, em fins do século XIX e início do século XX, apresentada em torno da reivindicação de direitos básicos como o voto para as mulheres e participação política. A segunda onda, compreendida entre meados dos anos 1950 até os anos 1990, com reivindicação sintetizadas no mote “o pessoal é político”, expressando lutas pelo direito ao aborto, ao corpo, lutas por direitos reprodutivos e acerca da sexualidade. Essa fase teve sua movimentação mais ativa nas décadas de 1960-1970, buscando identificar a origem da opressão das mulheres, a condição de exploradas por conta do sexo. É nesse momento, que se desenvolve, por exemplo, as concepções do que veio a ser denominado Feminismo Materialista Francês, cujas teorizações são objeto desta tese. E a terceira onda feminista, situada a partir dos anos 1990, que é apresentada tendo como denominador comum o reconhecimento das diversas identidades e a ressignificação de conceitos. Também é nesse momento que se localiza a introdução da ideia de interseccionalidade, a partir das produções do feminismo negro, especialmente dos EUA.

Ao passo que a periodização das ondas feministas é favorável para a compreensão das sínteses que o movimento feminista realizou desde suas primeiras sistematizações, essa caracterização pode levar também a uma compreensão de que há um único princípio epistemológico em cada período para o conjunto das ideias feministas expressas. Mas, por exemplo, enquanto o movimento feminista nos países capitalistas se organizava em torno do sufrágio e tinha como fundamento epistemológico central o liberalismo, também nos anos 1900 estavam se organizando os *soviets* no Leste Europeu e se iniciava o que viria a se configurar como feminismo marxista e posteriormente a 1917, feminismo soviético/russo.

Os primórdios das manifestações de autoras russas a respeito da condição feminina começam a se evidenciar em escritos das décadas de 1830 e 1840, significativos em seu papel na formação de novas ideias. Já os anos de 1850 podem ser considerados um marco na primeira onda do feminismo russo. O movimento avançou durante a segunda metade do século XIX, com as organizações e publicações inaugurais de mulheres, e atingiu seu ápice no início do século seguinte, em especial 1905 e 1917, com a intensa participação delas em mobilizações, congressos e protestos, até sua consolidação em meados dos anos 1920. Não é que antes disso as mulheres não escrevessem nem que depois suas manifestações tenham cessado, mas é a partir da década de 1850 que a expressão feminina se torna mais manifesta (SCHNEIDER, 2017, p. 11).

No Brasil, por exemplo, no período do da luta feminista pelo sufrágio, votavam apenas as pessoas ricas e alfabetizadas; pessoas analfabetas não votavam. A luta sufragista não necessariamente falava em classe, mas as feministas socialistas fora da União Soviética buscavam pautar essa discussão em seus espaços de militância. Angela Davis (2016) demonstra nos EUA, no mesmo período das lutas pelo sufrágio feminino e das lutas abolicionistas, a necessidade da auto-organização das mulheres negras para demonstrar os impactos do racismo e do sexismo em suas vidas concretas, pois ambos os movimentos apresentam lacunas quanto a tais dimensões.

Podemos também relembrar as ideias expressas por Simone de Beauvoir (2009), no livro *O Segundo Sexo*, publicado pela primeira vez em 1949, onde ela estabelece bases essenciais para o questionamento da naturalização da inferioridade das mulheres, do questionamento do sexo biológico e da sexualidade, questões centrais para o feminismo de segunda e terceira onda.

Apesar de grandes sínteses realizadas em diferentes momentos históricos, com pautas comuns/majoritárias que atravessam as lutas do movimento feministas, no campo mesmo nas lutas e da produção teórica a elas vinculadas, podemos visualizar distintas direções de análise, de compreensão de mundo que atravessa o que, ao longo do tempo foi se constituindo como prática e teoria feministas. Destacamos aqui a relação entre as lutas socialistas, o feminismo marxista e o feminismo materialista francês.

3.2 LUTAS SOCIALISTAS, FEMINISMO MARXISTA E FEMINISMO MATERIALISTA FRANCÊS: SITUANDO O CONTEXTO HISTÓRICO.

O modo capitalista de produção demanda que as atividades, ou seja, o trabalho humano necessário para a existência e (re)produção da humanidade sejam olhadas com desprezo, pois, para o capital, aparentemente, são secundárias, desnecessárias. E essa forma de organização logra que os sujeitos sociais, em suas relações sociais, tenham essa percepção e validem suas relações a partir “do bolso”, do dinheiro. As relações sociais de produção têm, portanto, que passar pelo lugar dos sujeitos no mundo do capital. Esse processo encobre as condições necessárias para sua existência e a síntese que se nos apresenta sobre os aspectos anteriormente destacados, é a seguinte: é a existência humana em suas mais diferentes configurações que sustenta a constante (re)produção e manutenção desse sistema socioeconômico que busca, com todas as suas forças, demonstrar que não necessita da maior

parte dos sujeitos, ao mesmo tempo que é sobre o trabalho e a vida dessa maior parte que ele logra, em última análise, garantir sua existência⁵⁰.

A existência humana, é determinada pela diversidade de sujeitos sociais no mundo, em suas mais diversas configurações de gênero/sexo, raça e classe. E é sobre essas pessoas concretas, existentes na vida, no mundo, que o capitalismo conforma suas relações, ao mesmo tempo que são essas pessoas que atuam também constantemente para sua (re)produção. Esse processo se dá por diversos mecanismos de dominação-exploração, dos quais os mais fundamentais, mais marcantes, como já mencionado, são aqueles de classe, raça e sexo/gênero. Como visto também, desde tempos remotos, ocorrem revoltas, lutas, organizações diversas que buscam demonstrar essa contradição explicitamente, dentre eles o movimento feminista tem grande relevância. Deste, diversas correntes, tendências, compreensões e perspectivas se desdobram, com o objetivo de lançar luz, da melhor forma possível, para as possibilidades de compreensão do mundo e de sua transformação. Procuraremos entender os desdobramentos de uma delas: feminismo materialista francês.

A opção por empreendermos nossas análises a partir do FMF, além da já relatada recente vinculação de seu debate dentro do Serviço Social, se justifica também tanto pela proximidade, quanto pelo distanciamento que esta perspectiva possui com o materialismo histórico-dialético⁵¹. Nas palavras de Ochy Curiel e Jules Falquet (2005, p. 9, tradução nossa),

De fato, ainda que façam parte do ramo “radical” do movimento feminista, estão mais próximas tanto das análises marxistas que muitas das “feministas radicais” norte-americanas, por exemplo, e se apoiam muito no método do materialismo histórico-dialético. Mas também tem muito claro que o marxismo é apenas uma das tantas formas históricas, superável, deste materialismo, e são muito críticas diante do marxismo em si e das organizações políticas que o reivindicam. Isto as diferencia de muitas “feministas socialistas” ou “comunistas”, sejam norte-americanas, britânicas, latinas ou caribenhas, das quais são próximas por seu materialismo, e distantes por suas práticas militantes e sua utopia – por exemplo, em sua análise da sexualidade como algo político e fundamental na opressão das mulheres e não como uma mera preferência. Esta dupla proximidade e duplo distanciamento, em direção às “feministas radicais” e em direção às “feministas socialistas”, é o que configura sua particularidade na complexa paisagem do feminismo no mundo⁵².(CURIEL;

⁵⁰ A pandemia da COVID-19 que acomete o mundo desde fins de 2019 é um dos exemplos mais recentes desta afirmação.

⁵¹ Relembrando que esse também é o argumento utilizado para advogar pela utilização de relação social sexo em detrimento do gênero nas produções contemporâneas do Serviço Social.

⁵² “De hecho, aun que hagan parte de la rama “radical” del movimiento feminista, están bastante más al tanto de los análisis marxistas que muchas de las “feministas radicales” norteamericanas, por ejemplo, y se apoyan mucho en el método del materialismo histórico y dialéctico. Pero también tienen muy claro que el marxismo solo es una de las tantas formas históricas, superable, de este materialismo, y son muy críticas frente al marxismo en si y a las organizaciones políticas que lo reivindican. Estolas diferencia de muchas “feministas socialistas” o “comunistas”, ya sean norteamericanas, británicas, latinas o caribeñas, de las que son cercanas por su materialismo y lejanas por sus prácticas militantes y su utopía —por ejemplo, en su análisis de la sexualidad como algo político y fundamental en la opresión de las mujeres, y no una mera preferencia. Esta

FALQUET, 2005, p. 9, tradução nossa)

Tendo essa posição em perspectiva, nas palavras das autoras, a dupla diferenciação e a dupla aproximação com o feminismo radical e o socialista, bem como certa vinculação à perspectiva materialista histórica-dialética ainda que, como se poderá perceber, tenham várias restrições, é que buscaremos compreender sua configuração.

A primeira década do pós-guerra na Europa (1950) é atravessada essencialmente na reconstrução dos países que adentra os anos de 1960. Nesse processo, os EUA, na saída da guerra consolidam-se como potência mundial de um lado. A União Soviética (URSS) permanece como força no campo socialista. É um período de muita expansão econômica, movimentação política e efervescência dos movimentos sociais. O mundo vê o advento de algumas revoluções no século XX, pós-Revolução Russa, como a Revolução Cubana⁵³ (1959), a Revolução Vietnamita⁵⁴ (1945), a Revolução Chinesa⁵⁵ (1949).

Os países da Europa passam por um processo de reconstrução material e nesse processo levantam-se novas lutas, que ficaram sintetizadas pelos movimentos da nova esquerda (*New Left*). O feminismo, como o conhecemos atualmente, ganha corpo nesse contexto. Algumas autoras denominam esse período como segunda onda do movimento feminista. Nancy Fraser tece algumas considerações sobre esse momento:

[...] essa onda do feminismo começou como um dos novos movimentos sociais que desafiaram as estruturas normatizadoras da social-democracia pós-Segunda Guerra. Originou-se, em outras palavras, como parte de um esforço maior para transformar o imaginário político economicista que tinha centrado a atenção em problemas de distribuição entre as classes. Nessa primeira fase (novos movimentos sociais), feministas buscaram ampliar o seu imaginário. Ao exporem uma ampla gama de formas de dominação masculina, feministas sustentaram uma visão expandida da política que incluísse “o pessoal”. Mais tarde, no entanto, com o declínio das energias utópicas da Nova Esquerda, os *insights* anti-economicistas foram ressignificados e incorporados em um novo imaginário político que colocou questões culturais em primeiro plano. Efetivamente capturado por esse imaginário culturalista, o feminismo reinventou-se como política de reconhecimento. Nessa segunda fase, o feminismo se preocupou com a cultura e foi atraído para a órbita da política de identidade. Apesar de o feminismo não ter sido notado àquela época, a sua fase de política de identidade coincidiu com um desdobramento histórico mais amplo: o esgarçamento da democracia social baseada na idéia de nação graças à pressão do neoliberalismo global. Sob tais condições, uma política de reconhecimento centrada na cultura não poderia ser bem-sucedida (FRASER, 2007, p. 293).

doble cercanía y doble distancia hacia las “feministas radicales” y hacia las “feministas socialistas”, es lo que hace su particularidad en el complejo paisaje del feminismo en el mundo”.

⁵³ Ver: AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora da UNES, 2004. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1JIPsYb42dR955KFGd_AtNIID-bPja7uc/view

⁵⁴ Ver: VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Revolução Vietnamita**: da libertação nacional ao socialismo. São Paulo: Editora da UNESP, 2008. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0B2fYI0opdjTIYWIRbVY3dXdPUXc>

⁵⁵ Ver: POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

Na França, especialmente, mas também nos Estados Unidos, a década de 1960 é atravessada por uma entrada massiva de mulheres nas universidades e o início da composição de um campo de estudos das mulheres, estudos femininos⁵⁶. Um marco nesse contexto pode ser identificado nas movimentações do maio de 68 e posteriores a ele. Apenas brevemente, maio de 68 na França foi um movimento que condensou a ebulição da luta do movimento estudantil pela popularização do ensino superior, do acesso à universidade. Conforme aponta Eric Hobsbawm (1995, p. 290), na década de 1960, tornou-se impossível de negar que o movimento estudantil tinha “[...] constituído, social e politicamente, uma força muito mais importante do que jamais haviam sido, pois em 1968 as explosões de radicalismos estudantil [...] falaram mais alto que as estatísticas”. Em seu conteúdo mais geral, o movimento possui aproximação com a teoria maoísta (advinda da influência da Revolução Chinesa) e tem um campo de esquerda, especialmente o marxista, bastante influenciado por Louis Althusser.

É nessa época e nesse contexto que as feministas ligadas ao marxismo buscam aprofundar a compreensão teórica da opressão das mulheres, tendo como referência todo o conhecimento acumulado da luta da classe trabalhadora. Esse processo carrega em si, dois movimentos: um deles legatário da elaboração teórica acumulada a partir do feminismo soviético, tendo em vista que a URSS se torna uma espécie de referência/articuladora internacional das lutas da classe trabalhadora no mundo, especialmente no período pós-segunda guerra mundial, com o Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Esse acúmulo do feminismo soviético é possibilitado especialmente pelas contribuições de Alexandra Kollontai, Clara Zetkin e toda a linha que se vincula ao feminismo soviético⁵⁷.

O outro movimento, advindo desse mesmo processo e de uma crítica ao que pode ser denominado conservadorismo de costumes que passou a vigorar em certo momento da URSS, uma desilusão com o “[...] sonho da revolução socialista [...] representada pelos partidos comunistas inspirados nas experiências do Leste Europeu” ocasionada pela vinda à luz do dia do que foram considerados crimes stalinistas (PINTO, 2003, p. 41), juntamente com o momento histórico apontado por Nancy Fraser na citação anterior, em que o feminismo se

⁵⁶ Nomenclaturas iniciais para o que depois de configurou como campo de estudos feministas.

⁵⁷ “[...] a grande organizadora do feminismo socialista foi Clara Zetkin, alemã, professora, jornalista e militante política. De todas as feministas socialistas é ela quem dá prioridade a organização e a militância com as mulheres, fundando em 1890 a revista *Igualdade*, órgão do movimento feminino operário alemão. Clara Zetkin participou ativamente da organização das primeiras associações operárias femininas e associações de mulheres socialistas que, posteriormente, se agrupariam numa federação. Em 1907, por ocasião da 1ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, Clara foi co-autora de uma resolução (aprovada) em que se exigia ‘direito a voto; igualdade de oportunidades e de salários para igual trabalho e proteção social à mulher e à criança’” (MORAES, 2020, p. 12).

atrela ao imaginário político que coloca as questões culturais em primeiro plano, que coincide com o esgarçamento da democracia social e da reconfiguração da economia capitalista. Nesse bojo se colocava também a transformação do sentido de coletividade como elemento central da luta da classe trabalhadora, que era o que justificava a força original do partido e dos movimentos de trabalhadores. Conforme afirma Eric Hobsbawm (1995, p. 300), o desmoronamento da “[...] convicção dos trabalhadores de que pessoas como eles não podiam melhorar sua sorte pela ação individual, mas pela ação coletiva, de preferência através de organizações, fosse pela ajuda mútua, a greve ou o voto”. Esses elementos foram sendo paulatinamente transformados pela introdução da cultura de massas e posturas mais individuais frente à organização coletiva.

O movimento da nova esquerda, pós-maio de 68,

[...] orientou-se pelos princípios de um “comunismo libertário” e seria a base para uma interpretação mais aberta da obra de Marx, diretamente oposta ao marxismo praticado desde a Segunda Internacional (1889) – de que a noção de determinismo econômico seria um dos melhores exemplos. Em consequência, elaborou-se uma abordagem dissidente. (MÜLLER, 2002, p. 51).

Todo esse movimento dá nova forma às ideias e ideais feministas, aliadas a desejos de mudanças e questionamento do lugar das mulheres na sociedade. Esse processo influencia muito o Brasil, que tem uma relação intelectual-estética-cultural e política com a Europa bastante marcante, que pode ser identificada desde o modernismo (década de 1920-1930). No que se refere ao movimento feminista, podemos observar que a introdução deste no Brasil se dá muito ligada ao sufrágio, ao movimento de mulheres mais vinculadas ao feminismo liberal (que é onde essencialmente o feminismo surge, como movimento). A onda de aproximação ao marxismo se dá mais nos movimentos sociais ligados à intelectualidade/artistas. Embora com presença forte de mulheres da classe trabalhadora, especialmente nos momentos de intensificação da industrialização brasileira, marcadamente estimulada pela continuidade do processo de imigração de pessoas brancas da Europa, em estreita vinculação à uma política de branqueamento. Também há que se destacar a presença de mulheres dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), entretanto, não existe ainda no Brasil um movimento feminista marxista.

Nos anos 1960-70, enquanto a Europa passava por esse processo de reorganização político-econômica e efervescência dos movimentos sociais, o Brasil – e a América Latina – enfrentavam suas ditaduras cívico-militares. O golpe de 1964 provocou, dentre diversas questões, a interrupção brusca de um processo bastante profícuo de organização social e

produção teórica que vinha se estabelecendo no país bem como o exílio de diversas pessoas nos anos subsequentes. Dentre elas, muitas mulheres, que foram para diversas partes do mundo, especialmente a Europa (Paris).

Antes de dar continuidade a essa questão, é importante destacar dois pontos: no Brasil, já havia anteriormente à 1964, uma produção teórica feminista, ainda que esta não tenha se constituído um campo especificamente entendido, naquele momento, como teoria feminista. É exemplo disso o trabalho de Heleieth Saffioti sobre as operárias da indústria têxtil, produzido em 1962; outro ponto importante, nesse mesmo momento histórico, é o fato de que no Brasil as lutas sociais também estavam mais circunscritas/voltadas ao acesso à direitos básicos de sobrevivência: acesso à água, luz, saneamento básico.

O contato das mulheres brasileiras exiladas com o movimento feminista, especialmente na França, com o que se constitui como *Mouvement de Libération des Femmes (MLF)*, lidando com realidades e questões bastante distintas das latino-americanas não impediu a identificação de causas em comum, ao mesmo tempo em que trouxe/levantou temas que ainda não eram debatidos pelo feminismo elaborado no Brasil, como por exemplo a questão da dupla jornada, assimetrias justificadas pelas diferenças de sexo na família e, em especial, nas organizações de esquerda do país – que se reproduziam no exílio.

No Brasil, ainda sob o período da ditadura, no Congresso Brasileiro de Mulheres, realizado em 1975 no Rio de Janeiro, foi apresentado o Manifesto de Mulheres Negras. Kia Lilly Caldwell (2001, p. 223, tradução nossa) destaca que o manifesto “[...] é o primeiro reconhecimento da divisão racial dentro do movimento feminista brasileiro⁵⁸”. Durante a década de 1970 ocorrem diversos encontros/congresso feministas no país, ainda que não carregando necessariamente o nome feminista. Os conteúdos das discussões pautavam temas presentes na realidade brasileira, como a ditadura e o movimento pela Anistia, custo de vida, creches para as mulheres trabalhadoras, trabalho doméstico, divórcio e aos poucos foi também se aproximando das questões de sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos e violência contra mulheres.

Tanto na Europa quanto no Brasil, os anos de 1960-1970 foram período de intensificação das discussões e reivindicações feministas, expressando algo bastante interessante que atravessa a história recente do movimento feminista e sua relação com esquerda, especialmente com o marxismo,

⁵⁸ “[...] the first formal recognition of racial divisions within the Brazilian feminist movement”.

[...] ao mesmo tempo que a questão feminista é um tema progressista por excelência, pois atinge o que há de mais tradicional na sociedade – o poder patriarcal –, ela obrigatoriamente não é perpassada pela questão política no sentido restrito do termo, o que possibilita um arco de alianças muito mais amplo do que o tradicional corte entre a direita e a esquerda (PINTO, 2003, p. 48)

Nesse sentido, o feminismo, a problemática feminista nos movimentos e a produção teórica de esquerda expressa uma das contradições que se constituíram no interior do próprio movimento. Isso se coloca tanto no Brasil quanto em outros países. Com a aprovação da Lei da Anistia⁵⁹, em 1979, brasileiras exiladas, especialmente na Europa/Paris começa a retornar para o Brasil. As experiências e o contato com as discussões feministas no exterior vão influenciar muito o movimento feminista no Brasil nos anos subsequentes. As problemáticas que já estavam no interior dos grupos em nosso país são enriquecidas com as experiências externas, ao mesmo tempo em que vemos o movimento contrário de intercâmbio de experiências e produção intelectual no país. Esse processo ao longo dos anos vai se intensificando.

Todo esse processo influenciou o movimento feminista, especialmente no Brasil, e nos anos de 1980 vamos verificar um aumento dos estudos sobre as mulheres nas universidades brasileiras. Processo similar ao que acontecera na Europa e especialmente na França nos anos de 1960. O desenvolvimento e aprofundamento da teoria feminista nos anos de 1960-70 e discussões como gênero e trabalho, divisão sexual do trabalho, produção de dados estatísticos (em consequência da melhoria das ferramentas estatísticas disponíveis), têm também reverberações na produção teórica do país.

O fim da ditadura (1985), os efeitos do anticomunismo e da perseguição política/extermínio são sentidos até os dias atuais. Na década de 1990 visualizamos a tomada dos movimentos sociais por ideologias liberais e conseqüentemente a separação dos movimentos sociais da luta de classes, dissociação destes da luta tradicional da própria esquerda e, no limite, de sua própria história. Migração para um modelo de organização/sociedade civil como atores de transformação social. Nos anos 2010 tem-se uma retomada das lutas por transformação social a partir do entendimento de que as lutas que tem como fim último a reivindicação por políticas públicas apenas não é suficiente, tendo em vista o aprofundamento da compreensão de que, para mudanças substanciais, as políticas públicas são um momento, mas a forma de relação social existente precisa ser radicalmente transformada.

⁵⁹ Lei número 6.683/1979, sancionada pelo então presidente do Brasil, João Figueiredo, ainda sob a vigência da ditadura militar. A luta pela anistia no Brasil teve ampla participação de organizações de mulheres/femininas.

Um exemplo que podemos puxar desse processo, iniciado nas décadas de 1960/1970 e retomado com maior fôlego a partir dos anos 2010, está nas formulações iniciadas pela discussão, na França, do que veio a ser conhecido e se autodenominar Feminismo Materialista Francês que tem suas raízes no MLF. É o que pretende-se adentrar na sequência.

3.2.1 Raízes das formulações centrais do FMF: *Féminisme, Marxisme, Action* (FMA) e *Mouvement de Libération des Femmes* (MLF)

Na França, especialmente no período pós-segunda guerra mundial, intensificam-se alguns processos que serão importantes para o desenvolvimento do pensamento feminista, especialmente: a compreensão de profundas transformações na “condição feminina”; debate em torno da ideia de progresso inevitável em direção à emancipação feminina; o debate sobre a natureza feminilidade, se há predominância do aspecto biológico e uma hierarquia entre os sexos e ou se há primazia de uma humanidade comum a todos e, portanto, uma ausência de hierarquia; a persistência de um debate sobre uma possível essência masculina e feminina, imutáveis, tomando uma compreensão de “não-identidade” e “complementaridade”, que serviria, em última análise, a manutenção de uma ideologia retrógrada, reforçando a compreensão de subordinação da mulher ao homem.

Nesse contexto, também se iniciam com maior ênfase debates e enfrentamentos no interior da esquerda, à certas concepções da esquerda comunista⁶⁰, sob questionamentos de que esta apresentava grande resistência e certa secundarização no que se refere às movimentações feministas, no mesmo nível que a secundarização das lutas políticas contra o racismo e a brutal colonização. No bojo do que viria a se constituir como movimento feminista, começam a se levantar críticas a esquerda e a sua inércia em reconhecer e tratar com seriedade o que vinha se constituindo como lutas e pautas feministas. Essa crítica tem como principal questão a compreensão de que essa resistência em assumir com centralidade as lutas feministas e antirracistas, contribui para uma incapacidade da esquerda de mudar a si mesma comprometendo, em consequência, sua capacidade de mudar radicalmente a realidade.

Neste quadro, inicia-se com maior profundidade o desenvolvimento da compreensão de que se, por um lado, a emancipação feminina não é independente da estrutura da sociedade e que, portanto, ela estaria atada a um processo amplo de transformação/revolução social, de

⁶⁰ Essa é, na verdade, uma crítica ao socialismo real. Há que se destacar, também, a dificuldade que a esquerda teve de fazer um questionamento com maior fôlego a algumas questões postas naquele período, haja vista a polarização do mundo pela guerra fria. Essa dificuldade se reverbera também na dificuldade da própria crítica ao socialismo real naquele período.

outro lado não se pode desconsiderar a particularidade da forma de sociabilidade que produz as diferentes opressões e, desta forma, a necessidade de luta feminista (ABREU, 2016, p. 62).

Tal caminho pode direcionar muitas vezes a ações práticas da esquerda que beiram/beiravam ao apagamento, a dissolução das questões feministas e antirracistas nas lutas e ação cotidiana. Essa questão foi e é alvo de muitas das críticas e tensões entre o movimento feminista e os movimentos da esquerda. De outro lado, também pode levar a uma quase completa desconsideração do lugar, da existência e importância da luta de classes no processo de estabelecimento das disputas necessárias ao projeto de emancipação humana do jugo do capital.

No contexto dos anos 1950, 1960 e 1970, especialmente, o que muitas vezes a ação político-prática da esquerda demonstrava era a persistência de uma secundarização das lutas ditas contra as opressões e até uma posição de que tais lutas desviavam no caminhar da revolução necessária. Christine Delphy (2013), uma das teóricas mais importantes do que se constituiu como o campo do Feminismo Materialista Francês, indica que alguns campos realizam uma crítica ao economicismo, a uma certa noção de economicismo que pairava em grande parte das organizações de esquerda à época, conforme algumas colocações feministas demonstram. Teceu-se então uma crítica a

[...] noção segundo à qual a economia é uma coisa autônoma: que caminha só com suas próprias regras e com seu próprio movimento. Uma coisa que pertence à uma outra ordem, diferente do social e do político⁶¹ (DELPHY, 2013b, p. 21–22, tradução nossa).

Dessa forma, é no contexto de grande ebulição política e teórica desses anos que se dá a emergência do que viria a ser conhecido como segunda onda feminista na França. Ainda que especialmente no que refere ao movimento de maio de 1968, não haja uma vinculação tão óbvia com o que se desenvolveu no bojo do movimento feminista, pode-se encontrar caminhos que indicarão este como herdeiro daquelas aspirações, com destaque para o MLF.

Entre o final da Segunda Guerra e o nascimento do MLF, mais particularmente nos anos 1960, no bojo de uma série de transformações sociais e políticas, vê-se uma radicalização dos movimentos femininos na França. Opera-se, nesse contexto, uma lenta e discreta gestação de um conjunto de ideias e práticas que viriam a constituir a base para a emergência do *Mouvement de Libération des Femmes*. Alguns dos grupos existentes passam por transformações e novos são criados. Há uma renovação das reivindicações e a incorporação de novas bandeiras como aborto e

⁶¹ “[...] *la notion selon laquelle l'économie est une chose et une chose automotrice: qui marche toute seule selon ses propres règles et avec son propre mouvement; une chose qui appartiendrait à un autre ordre que le social et le politique*”.

sexualidade (ABREU, 2016, p. 64).

Um dos precedentes que merece destaque é o grupo *Féminin, Masculin, Avenir* (FMA), que marca o início da militância de algumas das mulheres que viriam a compor o MLF e a orientação desenvolvida pelo FMF, dentre elas Christine Delphy. Jacqueline Feldman (2009, p. 194, tradução nossa) em texto-depoimento sobre as origens e a passagem do FMA ao MLF, diz que no bojo das movimentações pré-68 um grupo de mulheres estava pronto a tentar algo de novo no campo dos movimentos sociais à esquerda e que “[...] as mulheres do partido comunista eram contra a pílula pois, para elas, as considerações sobre sexualidade eram burguesas⁶²”. Ainda segundo a autora, esse grupo almejava colocar no centro do problema a questão da sexualidade, questionava a compreensão da opressão das mulheres como uma contradição secundária e entendia como falsa a compreensão então hegemônica dentro do movimento comunista de que tal opressão se resolveria com a construção do socialismo.

Também destaca o que ela considera o sinal de modernidade, juventude e autonomia do FMA: sua característica mista. “Se a mulher evolui, o homem também deve evoluir. Nós nos sentimos iguais aos homens. E alguns deles vem conosco, deixando de bom grado assumirmos a liderança⁶³”(FELDMAN, 2009, p. 196, tradução nossa). Essa posição leva o grupo a criticar duramente as organizações de esquerda da época, denunciando uma hierarquização e invisibilização das lutas.

Naquele contexto elas procuravam dialogar com os homens, pois tinham a compreensão de que estes, mesmo tendo posições de vantagem em relação as mulheres, também estavam envoltos no mesmo processo que constitui a opressão das mulheres. Uma das dificuldades que se colocam ao grupo é a falta da aproximação com a teoria necessária para aqueles que querem mudar o mundo: o marxismo. Feldman (2009, p. 196, tradução nossa), ressalta que mesmo o marxismo não tratando diretamente do lugar das mulheres ele permanece como a única “[...] ideologia não-feminista de então que reconhece sem equívoco a opressão das mulheres”⁶⁴.

⁶² “[...] *Nous sommes prêtes à essayer quelque chose de neuf ensemble. Nous regardons évidemment à gauche. Les femmes du Parti communiste sont contre la pilule, pour elles, les considérations sur la sexualité sont des considérations bourgeoises*”.

⁶³ “*Le signe même de notre modernité, de notre jeunesse et de notre autonomie, sera son caractère mixte: si la femme évolue, l’homme aussi doit évoluer. Nous nous sentons les égales des hommes. Et quelques-uns viennent avec nous, tout en nous laissant bien volontiers la prépondérance*”.

⁶⁴ “[...] *la seule idéologie non féministe d’alors à reconnaître sans équivoque notre oppression.*”

Com as movimentações decorrentes do maio de 68 o grupo inicialmente identificado como grupo de estudos/grupo de estudantes, sofre transformações. Sob a influência das aproximações teóricas ao marxismo, especialmente a partir das elaborações de Christine Delphy, passa se denominar *Féminisme, Marxisme, Action* e se autodefine como feminista revolucionário.

Delphy (1991, p. 139, tradução nossa), relata seu encontro com Jacqueline Feldman e sua entrada no FMA:

Em 1968, encontrei Jacqueline no CNRS, ela me falou do grupo e eu aderi. Éramos quatro ou cinco à época. Notando que entre os incontáveis temas abordados na Sorbonne ocupada, a “questão das mulheres” estava ausente, nós organizamos diversos debates. Em junho de 1968, o FMA conta com quarenta pessoas, das quais a metade era de homens. Durante dois anos, nós organizamos reuniões todas as semanas. Mas a imprensa se recusava sistematicamente a informar sobre nossas atividades e protestos [...]⁶⁵. (DELPHY, 1991, p. 139, tradução nossa)

Há, no entanto, certa dificuldade de compreender a forma como essa ação/intervenção política deveria tomar. Maíra Abreu, encontra algumas pistas em diversos documentos/cartas enviadas a jornais, com denúncias sobre a discriminação sexual em vagas de emprego, bem como cartas trocadas com revistas, organizações e intelectuais de esquerda. Uma questão central identificada pelo grupo é a recusa da ideia de que a opressão feminina poderia ser resolvida individualmente, levando à concepção da necessidade de uma ação coletiva das mulheres. “Essa proposta, embora continuasse vinculada a uma transformação mais ampla da sociedade, não se confundia com ela e exigia instrumentos específicos para levar a cabo os seus objetivos” (ABREU, 2016, p. 74). Outra questão importante, que Jaqueline Feldman (2009) destaca, são as tentativas de elaborações da compreensão de sexo – que irá também atravessar a elaboração de relação social de sexo, proposta pelo FMF. Já se começava a entender o termo sexo a partir de dois sentidos na mesma palavra: um ligado ao que hoje comumente se denomina gênero e outro em referência à sexualidade.

Nesse grupo também pode-se localizar a gênese da relação com o marxismo, já que naquele momento, o grupo constata que as feministas poderiam contar com a vivacidade crítica da tradição marxista na França desde uma análise feminista (FELDMAN, 2009). É nesse bojo que se demarca uma compreensão importante, que depois também seria ponto

⁶⁵ “En 1968, je rencontre Jacqueline au CNRS, elle me parle de ce groupe et j’y adhère. Nous étions quatre ou cinq à l’époque. Notant que, parmi les innombrables thèmes abordés dans la Sorbonne occupée, la « question des femmes » était absente, nous organisons plusieurs débats (Tristan et de Pisan 1977). En juin 1968, FMA est fort de quarante personnes, dont moitié d’hommes. Pendant deux ans, nous organisons des réunions toutes les semaines. Mais la presse se refuse systématiquement à faire état de nos activités et protestations”.

relevante para as análises do MLF e das pensadoras do grupo trabalhado nesta tese do Feminismo Materialista Francês: a opressão.

A categoria “opressão” marcaria uma ruptura em relação às teorizações anteriores. Essa categoria ganharia um importante lugar nas reflexões do MLF, mas já vemos sua aparição nos documentos do FMA. Pode-se dizer que, grosso modo, o conceito abarca diversas hierarquias que não se resumiriam às relações de classe. Na literatura dos anos 1950 e 1960 ela é pouco utilizada, prefere-se termos como “subordinação feminina”, “condição feminina”, etc (ABREU, 2016, p. 76).

Pode-se identificar analogias entre as situações das mulheres, negras/os, povos colonizados desde as discussões apresentadas por Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*, com destaque para aquelas que reivindicam uma compreensão antinaturalista da questão feminina, opondo-se ao uso da biologia para explicar questões sociais. O grupo FMA tem como posição importante a compreensão de que não há uma especificidade feminina fora de um sistema opressivo que permitiu sua emergência, ou seja, que a especificidade feminina é forjada no contexto de um sistema social opressivo, combatendo a ideia de uma essência, uma natureza feminina por excelência. Alinha-se, portanto, a uma perspectiva antinaturalista, referenciada inicialmente em Simone de Beauvoir (ABREU, 2016).

Essa ideia ganha força concreta somente nos anos 1960 e entra, de fato, no discurso militante. Assim,

Para o FMA, a categoria opressão parece constituir uma chave de explicação para pensar a subordinação feminina, mas também para pensar sua superação e as articulações com outros grupos igualmente oprimidos. Quem seriam os “grupos oprimidos”? Os “negros dos EUA, os povos do Terceiro mundo, as inúmeras minorias étnicas e as mulheres em todo o mundo”, afirmam. Segundo o grupo, a história da servidão e da libertação de grupos oprimidos mostraria que nada jamais é dado pelo opressor, logo, os oprimidos não podem esperar nada senão deles mesmos. *A revolução seria sempre uma revolução de um grupo contra uma opressão específica e só resolveria os problemas atacados* (ABREU, 2016, p. 76-77, destaque nosso).

Teorizar e nomear a opressão passa a ser um dos pontos nodais para o feminismo nesta época histórica, de acordo com a citação acima. Ela também destaca a ideia de revolução que tem no entendimento de classe, como algo monolítico, engessado, e que não abarcaria/expressaria/apagaria/invisibilizaria as demais opressões, no caso do FMF, especialmente a de sexo. Esse processo, essa ação/prática política leva, muitas vezes a compreensão de que tais questões não podem ser explicadas a partir da categoria de exploração capitalista, que aparentemente seria apenas vinculada ao antagonismo de classe social. O que se tenta aprofundar nessa tese é a compreensão do movimento dialético e da

contradição, inclusive no que se refere à compreensão dos diversos complexos que constituem a realidade social e que concorrem para a configuração e manutenção do processo de exploração capitalista. Sabe-se, entretanto, que essa compreensão é possível com certo distanciamento histórico. As formulações realizadas naqueles anos procuravam dar respostas ao que se colocava na realidade concreta daquele momento e que questionava muitas das práticas da esquerda naquele momento, que tendiam a desconsiderar diversas questões relevantes ao movimento do real e as possibilidades de transformação social.

Portanto, é importante destacar que,

Essa nova forma de conceber teoricamente a questão e a proposta política de uma estruturação de um movimento a partir dessa opressão específica assim como a crítica à hierarquização de lutas marcaria uma reviravolta nas reflexões feminista. [...]. Esse ponto é reafirmado em diversos momentos, como no manifesto do grupo no qual afirma-se recusar “subordinar o ‘problema’ feminino ao problema do movimento operário ou estudantil”, assim como esperar uma revolução proletária para pautar a questão da “alienação da mulher”, pois ela deve ser pensada ao mesmo tempo que a “alienação operária e estudantil”. Além disso, “não se deve esperar A ‘revolução’ que resolverá todos os problemas”. [...]. A revolução não seria uma panaceia para todos os males. Atacar a sociedade de classes não significa atacar todas as outras relações de dominação que a perpassa, por isso a necessidade de um grupo “feminista revolucionário”. Por “revolucionário” o grupo entende uma postura política que recusa arranjos dentro do sistema opressor e propõe a sua destruição, além de “não esperar a mudança do poder para resolver de um dia para o outro todos os problemas”. Aqui a retórica já é muito próxima daquela que seria a marca do MLF (ABREU, 2016, p. 77).

Uma das questões relevantes a se destacar, também, é que com todas as críticas às práticas comunistas, como se apresentavam nesse momento histórico, havia-se a compreensão de que, ainda assim é o materialismo histórico que poderia fornecer elementos centrais para pensar de uma forma não-biologizante a questão feminina. Pode-se destacar, por exemplo, as elaborações de Christine Delphy no texto *L’ennemi principal*, nas quais afirma que sua aproximação ao tema é, inicialmente, marxista. É também nesse contexto que começam a serem visualizadas as elaborações que comparam as mulheres com os proletários, a partir do entendimento de que elas, assim como os proletários não tem acesso aos meios de produção, mas estes últimos possuem sua força de trabalho para vender, enquanto as mulheres não, pois são apropriadas integralmente pelos homens antes disso.

Pode-se perceber as elaborações iniciais do que viria a ser posteriormente desenvolvido como de classe de sexo. A argumentação para classe de sexo se baseia no entendimento de que aos homens, em nossa forma de organização social, cabe a simples venda da força de trabalho ou a posse dos meios de produção enquanto as mulheres sofrem a apropriação integral de seu ser. Então se a classe social é definida pela posse ou não-posse dos

meios de produção, a classe de sexo é definida pela posse ou não posse integral de seu corpo, de seu ser.

O que se identifica depois disso é bastante interessante e demanda intensa análise, pois, inclusive, se reproduz ainda hoje, mas é tomado como derivado direto desta direção analítica. Mas essa compreensão parece ser limitante, pois se se considera isso, tende-se a fragmentar a realidade social, compreendendo, por exemplo, a coexistência de diferentes modos de produção e fragmenta-se também a compreensão de como se colocam as diversas mediações que conformam as relações sociais. Essa posição será melhor desenvolvida nos capítulos posteriores.

Outra questão importante para esse momento, é a concepção de que para o marxismo o que não tem relação direta com o processo econômico é secundarizado em suas análises, pois não é produtivo. O argumento expresso, que Christine Delphy (2013) desenvolve ou que é reconhecido a partir de seu trabalho, é o da identificação da dimensão econômica da família e uma ampliação da compreensão de trabalho produtivo. Melhor dizendo, o argumento vai no sentido de que a produção de bens e serviços realizadas pelas mulheres dentro da família possuem uma dimensão econômica, em sentido amplo, e que é a exclusão ou acobertamento dessa dimensão que resulta em sua exploração.

Muitos acreditaram que identificando a gratuidade do trabalho doméstico como uma das bases da opressão material das mulheres eu caí num economicismo. Muito pelo contrário. Eu não “estudei a economia”, pela razão de que a dimensão econômica da família não era reconhecida antes do meu trabalho, tendo em vista que a “economia” é tradicionalmente limitada ao mercado. Eu identifiquei, na família, uma função de tipo econômico: a produção de bens e serviços; e uma exploração de tipo igualmente econômico: a extorsão do trabalho não-pago das mulheres – e algumas vezes das crianças e colaterais – que é particularmente visível nos lares de “trabalhadores autônomos”. Mas eu também demonstrei que essa exploração não recai sobre o mecanismo econômico em seu sentido clássico, ou seja, de forma exterior ao social, mas sobre um estatuto, o dos dependentes do chefe de família. Esse estatuto é, por seu turno, definidor e definido em parte por uma estrutura social, a família (DELPHY, 2013b, p. 21, tradução nossa).

Aqui se coloca também um ponto importante de análise sobre o qual o FMF vai se dedicar, que é a relação produção-reprodução social e o questionamento da primazia do que até aquele momento se entendia por economicismo no marxismo. Essa linha de compreensão vai levar a argumentação de que todas as mulheres são expropriadas dos meios de produção, sejam elas da burguesia ou da classe trabalhadora e que, portanto, não há diferença de classe entre as mulheres, novamente aqui há ideias iniciais para o estabelecimento da classe de sexo.

Tratava-se claramente de uma resposta aos questionamentos vindos de setores da esquerda os quais consideravam que as divisões de classe entre mulheres impediam a união de todas num mesmo movimento. O que se pode perceber [...] é que Delphy promove uma separação entre as relações de classe e as relações de “escravidão” a qual estão submetidas as mulheres. Em contraposição às análises de setores de esquerda que subordinavam todas as formas de “opressão” às relações de classe, Delphy aqui defende uma autonomia da opressão feminina. A conclusão tirada dessa ideia é que não somente é possível como necessária a formação de um movimento que reúna todas as mulheres, para além das divisões de classe. Essas ideias, apesar das polêmicas provocadas após sua publicação, constituem um momento fundador de uma nova forma de se conceber a questão e um marco para as reflexões vindouras, ainda que muitas de suas teses tenham sido alvo de duras críticas (ABREU, 2016, p. 78).

Já se pode identificar duas questões importantes que, mais adiante, serão centrais nas formulações do FMF: essa compreensão lança o embrião para compreensão da coexistência de diferentes modos de produção, especialmente, o modo de produção capitalista, o modo de produção escravista e o modo de produção doméstico/patriarcal e o afastamento de ideias naturalistas para a análise da situação específica das mulheres. O grupo até aqui tratado, o FMA, tem como posição importante a compreensão de que não há uma especificidade feminina fora de um sistema opressivo que permitiu sua emergência, que a especificidade feminina é forjada no cerne de um sistema social opressivo, combatendo a ideia de uma essência, uma natureza feminina por excelência.

É nas discussões desse mesmo grupo que se pode identificar a gênese das polêmicas que marcaram também o *Mouvement de Libération des Femmes* (MLF), que tem suas primeiras atividades públicas datadas no início dos anos 1970. Segundo Delphy (1991, p. 138, tradução nossa), esse movimento com esse nome tem suas origens no verão de 1970, graças a quatro eventos públicos:

1. a publicação do artigo “Combate pela liberação das mulheres” no *L’idiot international*, datado de maio de 1970;
2. Uma manifestação na universidade de Vincennes, em 21 de maio de 1970, na qual se vê, pela primeira vez bandeiras com as palavras “Libertação das mulheres, ano 0”;
3. a manifestação no Arco do Triunfo, organizada em solidariedade à greve de feministas norte-americanas, em 26 de agosto de 1970;
4. A publicação de um número especial da revista *Partisans*, intitulado, “*Libération des femmes, année 0*”, em novembro de 1970⁶⁶. (DELPHY, 1991, p. 138, tradução nossa)

⁶⁶ “Le mouvement de libération des femmes est apparu en France, avec ce nom, au cours de l’été 1970, grâce à quatre manifestations publiques : 1. la parution de l’article « Combat pour la libération de la femme » dans *L’idiot international* daté de mai 1970 ; 2. une manifestation à l’université de Vincennes, tenue le 21 mai 1970, dans laquelle on voit pour la première fois des affiches et banderoles portant les mots : « Libération des femmes, année 0 » ; 3. La manifestation à l’Arc-de-Triomphe, organisée en solidarité avec la grève des féministes américaines, le 26 août 1970 ; 4. en_n, la publication d’un numéro spécial de la revue *Partisans*, intitulé « Libération des femmes, année 0 », en novembre 1970”.

É especialmente após a manifestação no Arco do Triunfo que o movimento é nomeado como *Mouvement de Libération des Femmes*, em analogia ao movimento nos Estados Unidos. Dela participam integrantes vindas do FMA e de outras trajetórias, dentre elas Monique Wittig, que algumas integrantes do FMA passam a se aproximar e que se tornará um nome importante do FMF. Nesse grupo que se reorganizava Delphy situa o processo das ações que foram prenúncios do MLF.

As articulações para a publicação do artigo no *L'Idiot International* já indicavam as primeiras linhas de clivagem que vão atravessar o MLF: a prioridade da luta das mulheres ou da luta de classes? É no contexto dessas disputas que Monique Wittig vai fazer o primeiro esboço do artigo “*Combat pour la libération des femmes*” inicialmente denominado “*Pour un mouvement de libération des femmes*”, em que já são demarcadas algumas confrontações. O texto se inicia da seguinte forma:

Nós, desde tempos imemoriais, vivemos como um povo colonizado dentro do povo, tão bem domesticadas que esquecemos que esta situação de dependência não é natural. É para o homem que nós somos alimentadas e criadas, é para o homem que nós vivemos, ele pode comprar nossos corpos e quando ele está farto/saciado, pode se livrar deles⁶⁷(WITTIG *et al.*, 1970, p. 16).

No campo das lutas sociais, na rua, essa cisão, luta de classes ou lutas das mulheres também está em voga naquele momento. Nas manifestações ocorridas na Universidade de Vincennes, Delphy (1991) não tem certeza se nas duas ou em uma delas, aparece um grupo de mulheres com camisetas e bandeiras com os dizeres “*Libération des Femmes, année zéro*” e com o convite para uma reunião com mulheres. Delphy relata também os encontros com o grupo de mulheres que estavam mais próximos das defesas da compreensão da prioridade da luta de classes naquele momento e da tentativa de ambos, de realizar alianças. Mas relata algo importante que marca a posição do FMA e, posteriormente, irá também demarcar os caminhos sobre os quais serão realizadas as análises do FMF:

Para nós, o fato de que todos os partidos e todas as revoluções nos haviam traído e que nos trairiam, era um fato que já se encontrava nos primeiros manifestos do FMA datado da primavera de 1968: “as mulheres são a espinha dorsal de todas as revoluções e também as mais enganadas, porque elas fizeram revoluções para os/dos

⁶⁷ “*Nous, depuis ce temps immémorial, vivons comme un peuple colonisé dans le peuple, si bien domestiquées que nous avons oublié que cette situation de dépendance ne va pas de soi. C'est pour l'homme que nous sommes nourries et élevées, c'est par l'homme que nous vivons, il peut acheter notre corps et quand il est rassasié, il peut s'en débarrasser*”.

outros⁶⁸ (DELPHY, 1991, p. 142, tradução nossa).

É dessas disputas teórico-políticas que se formularam naquele momento que começam a se desenhar algumas das compreensões pelas quais o FMF irá sustentar suas análises. Da crítica ao que até então algumas orientações comunistas defendiam, da crítica ao que estabeleceu como o socialismo real, a partir da Revolução Soviética e, ao mesmo tempo, da tentativa de análises feministas a partir – ou tomando emprestado – algumas das compreensões marxistas. A mesma autora vai dizer que é momento que se tem as primeiras elaborações do que será desenvolvido posteriormente como classe de sexo. “A afirmação de que as mulheres formam uma classe levantou um grito entre as esquerdistas [...]”⁶⁹ (DELPHY, 1991, p. 143, tradução nossa).

A autora no mesmo texto também afirma uma questão importante. É desse conflito de posições e de interpretações da questão feminista que vinha se realizando até em pequenos grupos que nasce uma dinâmica que constituirá, desses pequenos grupos e de seus conflitos um movimento: o *Mouvement de Libération des Femmes (MLF)*.

Essa dinâmica não foi *sui generis*. O FMA, as signatárias do artigo e muitas outras tinham uma ideia em comum: alcançar outras mulheres, constituir um movimento. A maioria concordou, mesmo as esquerdistas entendendo que esse movimento deveria ter a “luta de classes” como sua prioridade (DELPHY, 1991, p. 143, tradução nossa).

Maíra Abreu (2016), procura indicar aspectos relevantes para o MLF e sua organização política:

O MLF não se configurava como uma organização com estatuto, normas de funcionamento, etc. Era um movimento sem uma forma pré-fixada, calcado fundamentalmente numa unidade espontânea. Influenciado pelo conteúdo antiautoritário e antiburocrático de 68, o feminismo fazia eco à demanda de uma nova forma de organização política, horizontalizada, sem lideranças, sem separação entre público e privado e com uma nova linguagem. Avesso a definições, a enquadramentos e a fórmulas prontas, o movimento prefere se definir como sem forma e longe das categorizações existentes [...]. [...] não se pretende uma organização, nem um partido, não há carta de adesão, contribuição financeira, não há líderes, não há base: “É uma corrente de ideias, de ações, é uma união de indivíduos em revolta”. Falar em organização, afirmavam no boletim *Le torchon brûlé de n.2*, é “preparar a morte do movimento”. A organização não organizaria nada além dela mesma (ABREU, 2016, p.87-88).

⁶⁸ “Pour nous, le fait que tous les partis et toutes les révolutions nous avaient trahies et nous trahiraient était une chose entendue, que l’on retrouve dans les premiers manifestes de FMA datant du printemps 1968 : « Les femmes ont été la piétaille de toutes les révolutions, en ont aussi été les dupes parce qu’elles ont fait les révolutions des autres »”.

⁶⁹ “L’assertion que les femmes forment une classe souleva un tollé parmi les gauchistes”.

Nessa direção, se organizaram diversos grupos vinculados ao MLF, abordando as mais distintas temáticas e finalidades. Desde grupos de estudo, grupos divididos por nacionalidade, temas, grupos de organização para ação políticas, dentre outros. O princípio comum a todos eles, no entanto, e que os faziam integrantes do MLF é que somente o oprimido pode teorizar e analisar a sua opressão e a partir daí escolher os melhores meios para a luta. Em outras palavras, o MLF se estrutura a partir da compreensão de que cabe as mulheres a tarefa de organizar sua própria luta, cabe às mulheres tomarem o protagonismo de sua organização e conseqüentemente identificar as principais estratégias de luta.

Neste contexto, uma questão relevante é a compreensão de que deveria se rechaçar a ingerência dos homens e das organizações de esquerda. Os grupos formados dentro do MLF apresentam uma característica que vai marcar os diversos momentos da organização feminista, não somente na França, mas em grande parte dos países em que o movimento feminista se organiza que é a compreensão de que é necessário se reunir entre mulheres para que as trocas de experiências de opressões possam ser compartilhadas (ABREU, 2016).

Pode-se reter desse processo que uma consequência importante e rica dessa forma de organização do MLF é a (co)existência de diversas formas de concepção do feminismo e de suas estratégias de luta/reivindicações. Mesmo com as diferentes perspectivas dentro do MLF até 1974 as ideias do movimento foram divulgadas em um jornal unificado: *Le Touchon Brûle*. Mas a partir de 1974 há uma nova fase do movimento, na qual se intensifica a sua fragmentação. Ainda que pela própria característica do *MLF* seja difícil estabelecer tendências institucionalizadas, podem ser identificadas três principais perspectivas que apresentavam mais suas disputas: Feminismo Revolucionário, Feminismo Luta de Classes e Psicanálise e Política. É no processo de debate entre elas e no estabelecimento mais acabado da posição proposta pelo feminismo revolucionário que vão ser lançadas as bases para o aprofundamento das discussões do Feminismo Materialista Francês, especialmente, a partir das autoras trabalhadas nesta tese, advindas do que se configurou como a tendência feminismo revolucionário, aspecto este que nos deteremos com mais detalhes no subtópico a seguir.

3.2.2 Feminismo Revolucionário, Feminismo Radical e Feminismo Materialista

Já explicitamos que na década 1960 e 1970 houve uma interpolação dos grupos de esquerda e no período dos anos 1970, na França, começou-se a questionar com maior ênfase a forma como a esquerda vinha tratando a chamada “questão feminina”. Muitas pesquisadoras e militantes tomaram a tarefa de elaborar novas perspectivas teóricas que fossem capazes de

analisar com seriedade as raízes da opressão feminina. Nesse período, pode-se, sinteticamente, como já anunciamos, identificar três principais tendências⁷⁰ que compõe o *Mouvement de Libérations des Femmes (MLF)*, na França: Feminismo Revolucionário⁷¹, Feminismo Luta de Classes e Psicanálise e Política.

Um elemento comum as diferentes teorizações se encontra na compreensão de que as mulheres formam um “nós”, apesar de haver outras diferenças. Mas a compreensão do que seria esse “nós mulheres” é polêmica. Algumas compreendiam que esse elemento unificador fazia das mulheres uma classe, outras, uma casta. Outras, ainda, que esse seria apenas um elemento unificador.

A tendência feminismo revolucionário, especialmente, considerava que as mulheres deveriam se organizar como uma classe, como uma categoria social fundada na exploração econômica. Naquele momento, esse processo foi importante para demarcar a diferença de compreensão, principalmente, com a tendência Psicanálise e Política (também denominada naturalista/diferencialista) e com o Feminismo Luta de Classes, tendo neste, primordialmente, discordância sobre a base material da opressão feminina se o patriarcado ou o capitalismo, bem como sobre quem se beneficiaria dessa opressão (ABREU, 2018).

Em fins dos anos 70, mulheres próximas a tendência Feminismo Revolucionário (posteriormente mais conhecida como feminismo radical), como Christine Delphy e Monique Wittig, e outras feministas com distintas trajetórias se encontraram e formaram o embrião do que seria posteriormente a revista *Quéstions Feministes*. Tal revista congregaria, assim, as principais formuladoras do denominado Feminismo Materialistas Francês, que podemos entender ser uma orientação retirada do feminismo revolucionário e ligada a ele.

A revista surge a partir da constatação de que não existia uma vazão científica para a publicação das reflexões feministas, pretendendo ser o espaço para a veiculação da produção feminista teórica. Como alerta Maíra Abreu (2018), a partir de uma compreensão de teoria como uma atividade de todas, ou seja, que cada uma das mulheres possa, além de consumi-la, também produzi-la.

O objetivo era criar uma revista teórica, feminista radical. Em novembro de 1977 é lançado o primeiro número, tendo como coletivo de redação Colette Capitan Peter, Christine Delphy, Emmanuelle de Lesseps, Nicole-Claude Mathieu e Monique Plaza e, como diretora de publicação, Simone de Beauvoir. Colette Guillaumin, Claude Hannequin e Monique Wittig integram o coletivo posteriormente. Oito números foram publicados entre novembro de 1977 e maio de 1980. O editorial do primeiro número, *Variations sur des thèmes communs*, escrito de forma coletiva, pode ser

⁷⁰ Apenas citaremos as tendências, já que o objetivo aqui não é analisar detalhadamente cada uma delas.

⁷¹ Posteriormente denominado feminismo radical e onde se vinculam as principias pensadoras intituladas feministas materialistas.

considerado como uma síntese do projeto político da revista.(ABREU, 2018, p. 8).

O editorial da revista *Quéstions Féministes* apresenta talvez as primeiras sínteses do grupo posteriormente conhecido como fundantes da orientação do Feminismo Materialista Francês, que se encontra já no início dos anos de 1970: posiciona o centro de suas reflexões tendo como premissa as relações sociais de dominação que estruturam e organizam categorias pretensamente naturais, já indicando uma das questões relevantes de sua posição – a *crítica ao naturalismo*; se posiciona contra as explicações de “luta principal” e “luta secundária”, fortemente presentes nas organizações de esquerda à época⁷²; consideram falso o que denominam de “terrorismo” da explicação única pela organização social capitalista. Tais considerações se sintetizam na defesa que fazem de que tais estruturas formam um sistema específico e separado do capitalismo: o patriarcado (ABREU, 2018).

No texto, produzido de forma coletiva, buscam ir demarcando algumas questões que o coletivo de redação da revista considera essencial. A primeira delas está na compreensão de teoria e na necessidade que elas visualizaram de publicação de uma revista teórica. Afirmam que até aquele momento existem diversos textos político-militantes feministas com ampla difusão, mas que nenhum se atém especificamente ao aprofundamento da compreensão teórica feminista que elas entendem ser igualmente necessárias quanto os textos político-militantes e não julgam a produção teórica como prioritária. Advogam uma definição política do teórico.

Assim, afirmam que

[...] É teórico todo discurso, qualquer que seja sua linguagem, que busca explicar as causas e o funcionamento, o porquê e o como da opressão das mulheres em geral ou de um de seus aspectos particulares; é teórico todo discurso que busca extrair conclusões políticas, que propõe uma estratégia ou uma tática ao movimento feminista⁷³ (QUESTIONS FEMINISTES, 1977, p. 3, tradução nossa)

Ressaltam também a necessidade de produção de uma ciência feminista, ou seja, a realização de uma crítica ao discurso científico corrente à época que ou não falavam da opressão das mulheres ou a consideravam natural, contribuindo, assim, para perpetuar a opressão das mulheres. Assim, apontam que a emergência do discurso feminista é subversiva

⁷² Posição que ainda hoje tem suas reverberações.

⁷³ « Car est théorique tous discours, quel que soit son langage, qui tente d'expliquer les causes et le fonctionnement, le pourquoi et le comment de l'oppression des femmes en général ou d'un de ses aspects particuliers ; c'est tout discours qui tente de tirer des conclusions politiques, qui propose une stratégie ou une tactique au mouvement féministe ».

e permite abrir caminhos para mudanças concretas no curso da existência. É também nesse editorial que estabelecem o que se compreende por feminismo radical:

A noção de radicalismo parte da constatação de (e de uma luta política contra) uma opressão das mulheres por um sistema social patriarcal. Para descrever e desmascarar a opressão é necessário destruir todas as evidências naturalistas. [...] É o sistema patriarcal que nos coloca como “diferentes” para justificar nossa exploração, para acobertá-la. É ele que nos impõe uma ideia de “natureza”, uma “essência” feminina⁷⁴ (QUESTIONS FEMINISTES, 1977, p. 4–5, tradução nossa).

Nesse sentido, afirmam que o feminismo radical é condição necessária para que ele, o feminismo, permaneça no terreno que as primeiras feministas conquistaram, questionando a ideologia naturalista. Para tanto, isso requer duas coisas: recusa a questionar/construir/projetar uma ideia “da mulher” fora/descolada da sociedade e a destruição da noção de “diferença de sexo” que ordena e sustenta essa ideia “da mulher” parte integrante da ideologia naturalista. “A existência social de homens e mulheres nada tem a ver com a natureza de macho e fêmea, com a forma de seu sexo anatômico⁷⁵” (QUESTIONS FEMINISTES, 1977, p. 5, tradução nossa). Igualmente, questionam nesse texto a ideia de homo e heterossexualidade, bem como criticam a reivindicação pelo direito à diferença, pois entendem que isso significava defender o direito à opressão, dada a hierarquia existente entre homens e mulheres.

O Feminismo Materialista, na França, foi uma das orientações surgidas nesse contexto. As mulheres ligadas a esta tendência foram as que mais sustentaram a criação da revista acima citada (ABREU, 2018). Um de seus textos fundadores assinado sob o nome de Christine Dupont (Christine Delphy), em 1970, denominado “O Inimigo Principal”, indica uma das principais direções desta tendência que se coloca o desafio de contribuir para o fortalecimento das bases de uma análise materialista da opressão das mulheres (DUPONT, 1970).

Maíra Abreu (2018, p. 3), busca apresentar a compreensão então estabelecida no referido texto:

⁷⁴ *“La notion de radicalisme part du constat de (er d’une lutte politique contre) une oppression des femmes pour le système social patriarcal. Pour décrire et démasquer cette oppression, il faut briser les évidences naturalistes [...]. C’est le système patriarcal qui nous pose « différentes » pour justifier notre exploitation, la masquer. C’est lui qui nous impose l’idée d’une « nature », d’une « essence » féminine”.*

⁷⁵ *“Le féminisme radical se donne comme préalable de rester dans le terrain que les premières féministes ont conquis contre l’idéologie naturaliste. Ce qui exige : de refuser résolument d’interroger, de construire, de projeter une idée de la femme en dehors de la société. Le corollaire étant de déstructurer la notion de différence des sexes qui ordonne et sous-tend cette idée de la femme, partie intégrante de l’idéologie naturaliste. L’existence sociale des hommes et des femmes ne dépend nullement de leur nature de mâle et de femelle, de la forme de leur sexe anatomique”.*

Para analisar a opressão feminina, afirma a autora, deve-se partir do materialismo histórico e de sua análise dos antagonismos sociais em termos de classe, isto é, do lugar ocupado no processo de produção. Nesse sentido, a parte do trabalho doméstico, assumindo que este definiria a posição das mulheres nas relações de produção. Este trabalho, de responsabilidade exclusiva das mulheres e não remunerado, seria a base de um sistema de exploração, a patriarcal. O trabalho doméstico deveria ser analisado não em termos de produção de valor, mas da exploração de uma forma de excedente específico, a qual estaria na base de um modo de produção específico, o modo de produção doméstico ou patriarcal, distinto do modo de produção capitalista e coexistiria com este último (ABREU, 2018, p. 3).

Este mesmo texto inaugura uma discussão e polêmicas em torno da compreensão da base material da opressão das mulheres. Para Françoise Picq (1983, p. 41, tradução nossa), o texto de Delphy (assinando como Dupont) busca realizar uma “[...] análise feminista radical fundada sobre princípios marxistas e lança luz à exploração econômica que é comum às mulheres, tendo a família patriarcal como lugar central dessa exploração”⁷⁶ e sustenta teoricamente o embate do movimento feminista nos anos 70 em relação às concepções dominantes na esquerda.

Outras autoras, como Elsa Galerand e Danièle Kergoat (2014), indicam que o texto de Christine Dupont/Delphy apresenta possibilidades de rupturas importantes, com as associações termo a termo das equações: capitalismo e exploração, exploração e conflitos do trabalho, sendo que estas compreensões, segundo as autoras, operariam de forma reducionista, indicando que trabalho seria igual, portanto, a trabalho assalariado, exploração somente exploração salarial e emancipação seria conquistada com a superação da contradição Capital x Trabalho.

A própria Christine Delphy (2013b) em entrevista comentando o desenvolvimento de sua posição, especialmente os aspectos que ela apresenta em particular em relação aos comunistas ortodoxos, situa o debate em torno de sua argumentação sobre o trabalho doméstico como um trabalho produtivo afirmando que os produtos do trabalho doméstico possuem valor, mais que somente valor de uso. Dessa forma, apresenta dois argumentos para tal afirmação:

- 1º) O trabalho doméstico possui um valor de troca e a prova desse fato é a possibilidade de encontrar os produtos do trabalho doméstico das mulheres, em seu papel de esposas ou mães, no mercado, em pratos de restaurantes, que as roupas podem ser lavadas em lavanderias, etc;
- 2º) Há uma continuidade entre o trabalho doméstico e os bens e serviços que são produzidos no contexto daquilo que chamamos de autoconsumo familiar. Assim, ela explica que o

⁷⁶ “[...]une «analyse féministe radicale fondée sur les principes marxistes» et met en lumière l'exploitation économique qui est commune aux femmes, et dont la famille patriarcale est le lieu”.

trabalho doméstico adiciona sempre uma quantidade de trabalho a mais até que os produtos possam ser realmente consumidos. Sendo assim, exemplifica com o alho-poró que para ser consumido após sua aquisição precisa ainda ser cozido/frito. E isso adiciona uma quantidade a mais de trabalho ao produto até seu consumo final: a boca da pessoa. Vejamos em suas palavras:

Se consideramos o conjunto do alho-poró, consideramos o trabalho doméstico. Se consideramos que ter cultivado, fertilizado, colhido, realizado todas essas operações no alho-poró, são atividades produtivas – e consideramos isso já que está inclusa na avaliação do produto nacional – é necessário também considerar que ir ao mercado comprar o alho-poró, descascar, lavar, cozinhar, colocar em um prato, fazer um vinagrete, tudo isso é igualmente produtivo/atividade produtiva⁷⁷ (DELPHY, 2013b, p. 62, tradução nossa).

Neste contexto, pode-se iniciar o debate a partir de duas posturas: uma apropriação mais endurecida muitas vezes tomadas como economicista do marxismo, legatária de posições marxistas também endurecidas/economicistas, situadas no tempo histórico, que levou e leva à críticas a esta compreensão teórico-prática do mundo; e uma possibilidade de compreensão das relações sociais e da conformação da forma capital que contemple os diversos complexos sociais que conformam a totalidade social.

Assim, pode-se recorrer à Gyorgy Lukács e sua discussão já apresentada neste texto anteriormente, sobre o trabalho em seu sentido ontológico, como atividade fundante do ser social, para compreendermos o processo material que também levou a conformação do trabalho assalariado no capitalismo. O processo contínuo de sínteses históricas e contradições dialéticas vai conformando as relações sociais que, no capitalismo, tendem a constituírem relação sociais contraditórias, violentas e desumanizantes em todos os níveis. Tais relações se expressam nas diversas ordens e níveis de relações humanas e as lutas e necessidade de organização feminista é expressão de uma das dimensões.

Tal processo também adentra a universidade com a institucionalização de um campo de estudos feministas na França especialmente a partir dos anos de 1980. Merece destaque a criação do CEDREF – Centro do Documentação, Pesquisa e Ensino para os Estudos Feministas, atualmente vinculado à Universidade de Paris (Diderot-Paris 7) que é o passo

⁷⁷ « Si on prend l'ensemble du poireau on prend le travail ménager. Si on considère que d' 'avoir cultivé, d' 'avoir mis l'engrais sur le poireau, d' 'avoir cultivé, d' 'avoir fait toutes ces opérations sur le poireau, ce sont des activités productives – ce qu'on considère puisqu'on le met dans l'évaluation du produit national - , à ce moment-là il faut considérer que d' 'être allé acheter le poireau sur le marché, d' 'avoir épluché le poireau, d' 'avoir laver le poireau, d' 'avoir cuit le poireau, d' 'avoir mis le poireau dans un plat, d' 'avoir fait une vinaigrette pour le poireau, etc., tout ça c'est également productif ».

inicial para a possibilidade de um curso autônomo. Nesse sentido Claude Zaïdman (1994) afirma que

As feministas, depois de conduzirem as pesquisas sobre as mulheres a partir de sua revolta, procuraram elaborar teorias que permitissem dar conta dessa relação de dominação. Passou-se então do estudo das mulheres ao da diferença entre os sexos ou das relações sociais de sexo, pondo em evidência o fato de que os homens também constituem uma categoria sexuada. Essa evolução, que permite ampliar o campo dos estudos feministas, apresenta ao mesmo tempo o risco de diluí-lo em análises em que as mulheres, enquanto grupo social dominado, desapareçam como assunto central (ZAÏDMAN, 1994, p. 411).

Como buscamos demonstrar, o FMF em surgimento nos anos 70, busca dentre suas principais questões, centrar a análise da opressão das mulheres a partir de sua participação específica da produção, não somente na reprodução, para tanto, consideram o trabalho doméstico, a criação dos filhos como tarefas produtivas. Segundo Christine Delphy/Dupont (1970), são o gérmen de uma análise feminista radical com aportes marxistas.

Outra autora, Monique Wittig (1970), seguindo essa compreensão, assevera a existência de uma outra exploração econômica, que não a tipicamente capitalista. Esta primeira, seria o trabalho doméstico, legatário de uma sobrevivência da escravidão, sendo a base de toda a opressão das mulheres.

Segundo Maíra Abreu (2018)

Pode-se dizer que o materialismo [do feminismo materialista francês] representa, em um primeiro momento, um recurso para a construção de uma análise não naturalista da opressão, uma via que possibilitava afirmar que não é a biologia, nem as funções reprodutivas, que constitui a base da opressão das mulheres. O fundamento da opressão deveria ser buscado no trabalho doméstico que alimentaria um antagonismo que não poderia ser reduzido ao antagonismo Capital-Trabalho. (ABREU, 2018, p. 5)

Algo importante a ser destacado é que a produção teórica desta tendência, em seus anos iniciais, busca questionar a ideia bastante difundida na época de que a opressão das mulheres seria um problema de mentalidades, coisa da “cabeça”, ou seja, sem uma base material e que, portanto, a mudança nas formas materiais das relações sociais já provocaria, por si só, a mudança das mentalidades em relação a essa temática. O desafio posto para as feministas materialistas, portanto, era demonstrar que a opressão feminina tem sim uma base bastante concreta. Colette Guillaumin (2014), especialmente, levanta suas análises a partir de constatações postas no cotidiano, como veremos mais adiante, especialmente no que refere às suas elaborações da categoria *sexagem*.

Esse questionamento é relevante, já que ainda hoje, pairam compreensões que mesmo tendo perspectivas críticas, tendem a secundarizar as lutas e pautas feministas. De outro lado, também se corre o risco de, na tentativa de dar foco a essas mesmas lutas, também realizar-se um apagamento da prioridade ontológica da contradição Capital-Trabalho em nosso tempo histórico ou mesmo de asseverar a existência de modos de produção diversos, que se interrelacionam.

É por essa razão que precisamos compreender o contexto histórico de formação destas teorizações na medida em que apresentam compreensões bastante relevantes e que ajudam a pensar nosso atual momento histórico. Entendemos, todavia, que devem ser cotejadas também com uma crítica marxista não restrita às interpretações reducionistas. Nesse sentido, precisamos explicitar que a economia é aqui entendida como economia de tempo de trabalho ou a poupança de tempo de trabalho.

Para Marx, a economia se resume as formas através das quais a espécie humana reduz o tempo necessário e obrigatório de ter que trabalhar para se manter vivo. Compreendendo aqui o trabalho como aquele metabolismo entre o ser humano (sociedade) e a natureza para o atendimento das necessidades básicas e biológicas do ser humano, tais como: comer, beber e vestir. Esse é o trabalho, essa mediação social. Portanto a economia se resume a isso, ao afastamento das barreiras naturais. Como Lukács coloca sua definição de economia, ancorado em Marx, coloca a possibilidade de desenvolvimento de outros complexos sociais. E portanto, o trabalho fundante, aquilo que garante o salto ontológico para o desenvolvimento do ser social perde a centralidade, ele já não mais resume toda a vida humana, os outros complexos que se desenvolvem ao longo da existência humana, especialmente os que ele desenvolve no tomo II de *Para uma Ontologia do Ser Social*: a reprodução, a ideologia e o estranhamento, passam a ter uma importância cada vez maior, no desenvolvimento, no devir da humanização do ser humano. Particularmente, no próximo capítulo, abordaremos seu debate sobre o estranhamento.

4. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O COMPLEXO DO ESTRANHAMENTO

Considerando as questões expressas anteriormente, este capítulo pretende apresentar o debate sobre o descompasso entre o desenvolvimento da capacidade produtiva humana e das relações sociais entre os sujeitos. Para tanto, pensamos que se pode encontrar uma chave analítica que contribui para entender a existência da desigualdade de sexo/gênero na apreciação que Gyorgy Lukács (2013) faz da categoria estranhamento, particularmente sobre o estranhamento da mulher. Tendo isso em vista este capítulo tem como objetivo realizar discussão teórica para aprofundamento da compreensão sobre a categoria estranhamento, conforme trabalhada por Lukács (2013) com vistas a identificar possíveis contribuições desta ao debate feminista.

Ainda que se considerem as lacunas nas elaborações marxianas, próprias dos contextos em que foram forjados, em especial no que se refere a compreensão da questão das desigualdades de sexo/gênero, também se pondera que sem seu método, perde-se a perspectiva histórica, da história que se faz por superação de contradições sucessivas, como também da ação, do posicionamento e apropriação das múltiplas questões que atravessam a constituição das relações sociais. Melhor dizendo, sem o método, abandonam-se duas categorias importantes - entre outras - para compreensão do desenvolvimento e movimento da humanidade, do ser social: a história e a contradição.

É por esta razão que parece necessário adentrar na compreensão de Lukács (2013) sobre o estranhamento como uma tentativa de perquirir novas formas de entendimento/elaboração sobre as desigualdades, da dominação-exploração de sexo/gênero, considerando dois fatores: 1º) a (r)existência de formas pretéritas de organização social, dentre elas podemos entender a manutenção dos estranhamentos; 2º) a dimensão do estranhamento que atinge a sensibilidade/a subjetividade humana.

Tal consideração emerge necessária na medida em que na realidade concreta das relações sociais capitalistas, persistem fatores que colocam em posição desigual e inferior as mulheres e/ou aquilo que se aproxima/faz referência ao feminino. Como também já apontado por diversas autoras, tanto no campo da produção de mercadorias, quanto nas dimensões das violências contra mulheres, LGBTQIA+s, negras e negros e demais segmentos dominados-explorados, a posição ainda hierarquizada destas contribui, como afirmado anteriormente, a intensificação do processo de valorização do valor, ao passo que também reproduz a dinâmica de exploração, dominação e opressão desses mesmos segmentos explicada pelas

particularidades sócio-históricas da manutenção desse *status quo*. Na compreensão aqui apresentada, entende-se que o feminismo materialista francês, por exemplo, busca compreender as dimensões que atravessam esse processo, no caso específico das relações de sexo/gênero e raça.

Nesse sentido, como indicado, entendemos que umas das chaves analíticas para o aprofundamento da compreensão desse processo talvez seja encontrada na questão do estranhamento, apontado por Lukács (2013). Mas, para que se chegue à questão do estranhamento da mulher, torna-se necessário antes, compreender os principais aspectos do estranhamento. Sendo assim, uma das questões iniciais que não se pode furtrar é o debate filosófico sobre a compreensão de estranhamento e alienação, que será travado de maneira bastante breve a seguir.

A satisfação das necessidades humanas, segundo Lukács (2013), pressupõe um momento de objetivação do produto do trabalho. Este, por sua vez, é resultado de pores teleológicos singulares e de exteriorização de tais produtos que, ao se objetivarem tornam-se externos ao seu produtor, adquirindo uma existência de forma autônoma. Tal exteriorização, ainda que decorrente daquilo que o sujeito havia idealizado previamente, está também em relação a um certo grau de alienação, na medida em que o resultado do ato produtivo, o produto, que resulta desse processo é até certo ponto diverso daquilo que havia sido pensado. Esse processo demonstra que as posições teleológicas não possibilitam, portanto, a compreensão da totalidade das cadeias causais postas em movimento através da atividade produtiva humana.

Nesse sentido, ainda de acordo com Lukács (2013), o momento da objetivação consiste justamente no ato de trazer à tona a materialidade, o produto da consciência humana e, nesse mesmo processo, inerente à objetivação está a alienação, haja vista que no momento de sua objetivação a produção do trabalho alcança uma existência externa e independente de seu produtor, ou seja, o produto do trabalho humano se aliena de seu produtor.

Discutindo este processo, Juliana Andrade (2015, p. 34) sustentada por Lukács (2013), afirma que tal relação – objetivação/alienação – outorga um caráter genérico a alienação, que “[...] mesmo oriunda de um pôr singular, se vincula à totalidade das práxis humana no campo social”. Sob tal perspectiva, esta relação possui, no processo de trabalho, um duplo caráter: generalizante, pois determinam as manifestações vitais de maneira universal e constituem a singularidade especificamente social destas manifestações vitais.

As alienações, entretanto, “[...] podem incidir sobre os sujeitos de modo desumanizante em determinados momentos históricos, desencadeando complexos de

estranhamentos” (ANDRADE, 2015, p. 35). É justamente o momento da singularidade presente na alienação nos atos do trabalho que pode desencadear em uma força retroativa que, segundo Lukács (2013), pode levar à divisão, desdobramento, oposição da individualidade do ser social e da sociedade. O trabalho assalariado é expressão desse desdobramento, haja vista que o trabalho, condição para humanização do ser social se converte justamente em seu contrário para os sujeitos individuais, tornando condição para sujeição de toda uma classe.

Como assinalado pelo pensador húngaro:

No tempo em que Marx escrevia os Manuscritos Econômicos-Filosóficos, a alienação da classe operária significava imediatamente um trabalho opressivo em um nível quase animal. Com efeito, a alienação era, em certo sentido, sinônimo de desumanidade. Exatamente por este motivo a luta de classes teve por objetivo, por décadas, garantir, com reivindicações adequadas sobre o salário e sobre o tempo de trabalho, o mínimo de uma vida humana para o trabalhador (LUKÁCS, 2014, p. 67).

Nos marcos da produção capitalista de mercadorias, esse momento objetivação-alienação torna-se estranhado, pela necessidade que o capitalismo desenvolveu de separar, segregar o vínculo orgânico entre o ser social e seus instrumentos de trabalho. Isso é necessário para a sustentação do modo de produção capitalista, já observado em sua gênese, mas, é com a sociedade burguesa que a socialização do ser social atinge seu mais alto nível. Dessa separação necessária, decorre que a/o trabalhador/a, no sistema do trabalho assalariado, perde o controle sobre a produção dos meios para sua subsistência.

Marx (2004, p. 82–83), destaca que “[...] o auge desta servidão é que somente como trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador”, fato que restringe a liberdade humana às suas “[...] funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano animal.” No capitalismo, onde impera a organização do trabalho com o trabalho assalariado, esse sistema promove um complexo de estranhamentos que incidem sobre a individualidade da(o) trabalhador(a), tornando aquilo que é condição de sua humanização, seu inverso, a condição de sua desumanização.

Nesta tese entendemos, portanto, que o estranhamento é a expressão dos momentos de negatividades, dos obstáculos sócio-genéricos do devir humano dos seres humanos. Seria, então, o momento/aspecto negativo da alienação que, apenas para fins analíticos pode ser separado, pois compõe/é o complexo da alienação.

Para melhor apresentar a discussão levantada acima, ainda que num outro campo do debate, o da psicanálise:

No fundo, estamos apenas recuperando as duas figuras básicas do conceito de alienação, ou seja, como incapacidade de reconhecer a alteridade no interior do sujeito (*Entfremdung*) e como exteriorização do que não pode ser reconhecido como próprio (*Entäusserung*) (DUNKER, 2015, p. 36).

Sem dissociar ambos os aspectos, entendemos que Lukács busca explicitar, então, qual a posição do primeiro, que ele vai denominar estranhamento, dentro da totalidade do complexo social do ser. Para tanto, afirma que é um fenômeno exclusivamente histórico-social que emerge em um pico do desenvolvimento em curso e assume, assim, formas historicamente diferentes. Não é, pois, uma “*condition humaine universal*”.

Assim, analisar os processos de alienações/estranhamentos sob a égide do modo de produção capitalista exige esforço de desnaturalizar as formas de relações sociais estranhadas decorrentes de

[...] uma incompreensão da própria reprodução da vida humana, que se legitima socialmente nos marcos de suas manifestações fenomênicas. Assim, a naturalização de relações fetichizadas e reificadas no capitalismo exprimem justamente a negação do processo histórico que possibilitou que o produto do trabalho humano, ainda no ato produtivo, adquira uma objetividade de valor “socialmente igual”, para além de sua objetividade de uso, na medida em que, especificamente nessas condições históricas, a produção de mercadorias pressupõe como substância de valor o “trabalho humano igual”, o trabalho abstrato (ANDRADE, 2015, p. 38).

Cada momento histórico carrega em si uma forma de produzir, que diz respeito ao estágio do conjunto das forças produtivas e das relações de produção. A compreensão dessa organização está nos meios de produção de cada tempo histórico, que expressam o grau de desenvolvimento da humanidade em relação à sua força de trabalho bem como a forma pela qual a riqueza social é produzida (ANDRADE, 2015).

Nas palavras de Marx (2009),

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalista industrial. (MARX, 2009, p. 125–126).

Até aqui, apesar de não se ter afirmado explicitamente, pode-se compreender que um modo de produção não se refere exclusivamente à produção de objeto ou mercadorias. Em

outras palavras, o fato de Marx perceber a esfera produtiva indica que ele analisa a produção como o momento da construção da vida e da história humana por meio da atividade sensível de sujeitos historicamente ativos. Nesse sentido, entendemos que quando se refere à economia, está se referindo diretamente as formas de (re)produção da vida humana e não a uma pretensa dimensão economicista apartada da vida humana e prioritária pois, o processo que dá essa prioridade. As relações se tornam mistificadas na sociabilidade capitalista obstaculizando as tentativas de sua superação.

Sendo assim, Lukács (2012, p. 284–285), ao apresentar o desenvolvimento do pensamento de Marx adverte que “[...] aquele direcionamento no rumo da concretização cada vez maior das formações, das conexões etc. do ser social, que, justamente em sentido filosófico, alcançará seu ponto de inflexão nos seus estudos econômicos”, já pode ser verificado em sua “fase” puramente filosófica e complementa que “[...] o fato de a economia ser o centro da ontologia marxiana não significa, absolutamente, que sua imagem de mundo seja fundada no ‘economicismo’”, como afirmado anteriormente.

Tendo isso em vista não se pode, portanto, buscar compreender qualquer fenômeno concernente às relações sociais sob a égide do modo de produção capitalista, sem partir desta afirmativa. Isso quer dizer que a análise para compreensão, por exemplo, das relações sociais de sexo/gênero não termina “simplesmente” na compreensão da organização da dimensão produtiva/econômica na sociedade, mas tampouco sem ela (a compreensão da dimensão produtiva/econômica) é possível aproximar-se, em profundidade, dos mecanismos que levam à sua manutenção e “função social” na ordem do capital.

Em outras palavras, a possibilidade de compreensão da relação social de sexo/gênero, a manutenção das desigualdades e violências deve ter como ponto de partida a materialidade da vida e, portanto, do conjunto das relações sociais que sustentam o modo de produção capitalista, sendo que, algumas delas, podem também ter sua existência por relações atravessadas por muitas e diversas mediações, mas que, no limite, servem/contribuem a “meta final” – ainda que não única - do capital, que é a constante valorização do valor.

Tendo isso em vista, a questão do estranhamento da mulher ganha ainda mais importância, pois pode ser uma das chaves analíticas para o aprofundamento da compreensão e da “funcionalidade” da manutenção da desigualdade na relação social de sexo/gênero mesmo quando alguns estudos no campo da economia marxista demonstram que, tendencialmente, no campo da produção (entendida de modo estrito), essa desigualdade tende

a se aproximar tendo, inclusive, a possibilidade de desaparecer⁷⁸, pelo menos no campo da produção, o que não quer dizer, necessariamente, seu desaparecimento das demais dimensões das relações sociais.

O estranhamento, para Lukács (2013) tem lugar na objetividade concreta. Apoiado em Marx, ele assevera que “[...] a objetividade não é produto do pensamento ponente, mas algo ontologicamente primário, uma propriedade originária de todo ser não dissociável do ser (que, quando se pensa corretamente, não pode ser separado do ser pelo ato de pensar” (LUKÁCS, 2013, p. 578). Para o autor, portanto, a dimensão do estranhamento desumaniza a essência humana, faz com que esta objetive-se em oposição a si mesma. Retira, pois, a dimensão mais humana que caracteriza o humano.

Ao se retirar do sujeito concreto/humano, os elementos sociais que caracterizam o que é humano, se retira a possibilidade de que sua atividade sensível crie, embeleze a humanidade. Esta atividade sensível permite conhecer os elementos humanos que possibilitam compreender e almejar a liberdade, e ao contrário, o estranhamento retira/rompe com a possibilidade de processo, dos processos de criação humanos.

Lukács (2013), na esteira de Marx, afirma que o antagonismo dialético entre o desenvolvimento das capacidades humanas e o desenvolvimento das personalidades não tende a ser rompido com o avanço do desenvolvimento histórico. Um exemplo desse movimento que sacrifica indivíduos e classes inteiras, pode ser identificado nas questões de sexo/gênero e raça. O movimento feminista, por exemplo, vem durante toda sua existência demonstrando que uma das falácias sob as quais os movimentos de superação dessa sociabilidade têm diuturnamente caído é a separação mecanicista entre a superação da desigualdade de classes para posterior superar de desigualdades de gênero/sexo e raça. Não por acaso, afirma-se e a realidade mostra que o sistema do capital tem classe, sexo/gênero, raça/etnia.

Lukács (2013, p. 580), afirma que esse antagonismo dialético se expressa/exterioriza como o estranhamento. Em suas palavras:

[...] o desenvolvimento das forças produtivas acarreta de imediato um incremento das capacidades humanas, que, no entanto, abriga em si simultaneamente a possibilidade de sacrificar indivíduos (e até classes inteiras) nesse processo (Lukács, 2013, p. 580).

Esse processo tem, portanto, um caráter causal, síntese de pores teleológicos que, por apresentarem heterogeneidade postas dos distintos grupos de pores teleológicos produzem o movimento do real, produzem aquilo que Marx denomina como desigualdade no

⁷⁸Ver estudo de Calado (2016), que apresenta algumas referências nesse sentido.

desenvolvimento, que pode ser verificada, por exemplo, nas questões expressas no estranhamento.

Então, para Lukács (2013),

[...] o desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente ao mesmo tempo o desenvolvimento das capacidades humanas. Contudo – e nesse ponto o problema do estranhamento vem concretamente à luz do dia –, o desenvolvimento das capacidades humanas não acarreta necessariamente um desenvolvimento da personalidade humana. Pelo contrário: justamente por meio do incremento das capacidades singulares ele pode deformar, rebaixar etc, a personalidade humana (LUKÁCS, 2013, p. 581).

O autor ainda indica que o antagonismo fundamental entre o desenvolvimento da capacidade e da personalidade está na base dos distintos modos fenomênicos com as quais o estranhamento se coloca. Para ele essa factualidade está presente em todas as ações humanas que estão, por sua vez, sempre mediadas (com mais ou menos mediações), pelos atos do trabalho.

Em certo sentido, poderíamos dizer que toda a história da humanidade, a partir de certa altura da divisão do trabalho (provavelmente já aquela praticada na escravidão), já é também a história do estranhamento humano. Nesse sentido, este também tem objetivamente uma continuidade histórica (LUKÁCS, 2013, p. 586).

A história humana produz diferentes formas de estranhamentos, entretanto o elemento estranhador comum permanece e se mantém nas diversas formas sob as quais eles se apresentam. Esse traço não significa que o estranhamento tenha uma “*condition humaine*” universal supra-histórica. Sérgio Lessa (1996, p. 117) resume essa assertiva da seguinte forma: “[...] o fenômeno do estranhamento corresponde à criação, pelos próprios homens, no fluxo da práxis social, de obstáculos à plena explicitação do gênero humano (e, portanto, das individualidades)”.

Em outras palavras, há um entrelaçamento inextrincável entre o social e o pessoal que, nos estranhamentos, informam com mais ou menos peso as decisões pessoais, mas que “[...] nunca se pode esquecer que também as decisões puramente pessoais no plano imediato se dão sob condições sociais concretas, são respostas às perguntas que emergem dessas condições” (LUKÁCS, 2013, p. 588).

Assim, “[...] o desenvolvimento da personalidade humana só pode surgir, desdobrar ou definir num campo de ação histórico-social e concreto específico”. Nesse sentido é que a contraditoriedade entre o desenvolvimento da capacidade e o desenvolvimento da

personalidade humana se retroalimentam. Ou seja, “[...] o desenvolvimento da personalidade também depende de muitas maneiras da formação superior de cada uma das capacidades” (LUKÁCS, 2013, p. 588).

Mas o desenvolvimento das múltiplas capacidades humanas não necessariamente está a favor de um desenvolvimento da personalidade humana dos diferentes sujeitos. Vejamos isso a partir do exemplo de Lukács (2013) sobre a divisão social do trabalho:

[...] se não olharmos exclusivamente para os atos de trabalhos singulares, mas tivermos em vista a divisão social do trabalho, ficará claro que temos de vislumbrar nesta um momento importante da gênese da personalidade. Com efeito, a divisão social do trabalho incumbe o homem [ser humano] a múltiplas tarefas, com muita frequência extremamente heterogêneas entre si, cuja execução correta exige dele e, por essa via, desperta nele a síntese de suas capacidades heterogêneas. (LUKÁCS, 2013, p.588)

Ou seja, o ser humano individual desenvolve sua personalidade a partir do processo de apreensão das diferentes capacidades humanas desenvolvidas socialmente e coloca em prática esse processo no desenvolvimento da atividade social.

Continua Lukács (2013):

Unilateralmente, vistas apenas do ponto de vista da atividade social, essas capacidades parecem poder existir paralelamente, independentemente umas das outras. Porém, visto que ontologicamente o homem singular constitui um polo fundamental do ser social [...], exatamente no plano ontológico é inevitável que essa simultaneidade de tarefas heterogêneas adquira em cada homem singular a tendência para sua uniformização, para sua unificação, para sua síntese. (LUKÁCS, 2013, p. 588)

É nesse ponto que podemos melhor compreender a contradição dialética expressa pelo estranhamento. O desenvolvimento das capacidades humanas, possibilitado pela síntese das múltiplas personalidades desenvolvidas a partir de sujeitos singulares informa justamente a atividade social destes sujeitos que, por sua vez, por exercerem atividades aparentemente independentes entre si tendem a que o desenvolvimento da personalidade não acompanhe, necessariamente, o das capacidades humanas que, como visto, é síntese do primeiro.

A inevitabilidade ontológica de tal síntese resulta do simples fato de que cada homem só é capaz de viver e atuar como essência irrevogavelmente unitária. Uma consideração unilateralmente diferenciadora pode até tentar acomodar os seus atos práticos singulares em rubricas totalmente distintas e na aparência independentes umas das outras, mas para a sua vida pessoal eles formam uma unidade inseparável, encontram-se nela em interações recíprocas indissociáveis, exercem, em sua execução e em suas consequências, em suas repercussões sobre o próprio homem, uma influência irrevogavelmente uniformizadora, ainda que essa influencia seja posta em marcha de modo individualizado no plano imediato. [...]. Essa formação

simultaneamente objetiva e subjetiva de personalidade mediante a influência concreta de tais sínteses de formações de capacidades em si multiplamente heterogêneas em consequência da divisão social do trabalho já se manifesta bem cedo. Basta apontar para o modo como os perfis diferenciados de personalidade já são, em Homero, por exemplo [...], projeções daqueles desenvolvimentos da personalidade produzidos pela divisão social do trabalho. E essa diferenciação avança de modo socialmente inexorável. Quando surge, por exemplo, na antiguidade tardia, a categorização social do privado, ela tem como consequência, em todos os âmbitos da vida, uma mudança essencial na forma e no conteúdo do ser da personalidade. Esses desenvolvimentos sociais produzem, portanto, o único campo de ação real de possibilidade para a constituição e ação da individualidade humana – promovendo ou inibindo, tanto para o bem como para o mal (LUKÁCS, 2013, p. 589).

Podemos então pensar na discussão travada pelo feminismo sobre a questão central da divisão sexual do trabalho. Talvez esse processo possa representar ou ser uma das expressões, do que Lukács (2013, p. 591) denomina “dupla constituição do desenvolvimento social”: necessidade econômica (social-universal) e processos da vida singular. Nesse sentido, “[...] o conflito entre o desenvolvimento das capacidades humanas pelas forças produtivas e a conservação (ou esfacelamento) da personalidade humana”, depende igualmente dessa dupla constituição do desenvolvimento social. Senão, vejamos:

Tais conflitos [dupla constituição do desenvolvimento social e o estranhamento] desempenham no desenvolvimento da sociedade um importante papel, que pode se exteriorizar, por exemplo, na efetivação ou no fracasso do fator subjetivo; trata-se, portanto, de um fenômeno social de grande importância. Por outro lado, ainda assim, ele não pode ser concebido, como em muitas formas é costume hoje, como o esquema exclusivo ou absolutamente central de conflito inerente ao desenvolvimento social. O estranhamento é apenas um dos conflitos sociais, ainda que sumamente significativo (LUKÁCS, 2013, p. 591).

Lukács (2013) faz essa afirmação objetivando destacar que se quisermos compreender o fenômeno do estranhamento há que se ter em vista que a personalidade é uma categoria social. O ser humano, no plano imediato, é irrevogavelmente um ser vivo como todos os seres da natureza orgânica.

Contudo, o afastamento – afastamento incessante, mas jamais desaparecimento – da barreira natural é uma característica essencial não só do processo inteiro de reprodução da sociedade, mas, inseparável dele, também da vida individual (LUKÁCS, 2013, p. 591).

As expressões fundamentais desse processo de afastamento das barreiras naturais, como o ato de alimentação – por exemplo -, dentre outros, podem em grande medida se socializarem, provocando mudanças qualitativas. Já encontramos toda sorte de comidas/alimentos prontos/pré-prontos, enlatados, cortados, fatiados, etc, mas o chão

biológico jamais poderá ser abandonado completamente. De todas as formas, seres humanos necessitam se nutrir/alimentar (LUKÁCS, 2013).

Sendo assim, o desenvolvimento do ser humano em direção à sua genericidade “[...] precisa expressar-se no complexo total da existência humana, portanto também – no plano imediato até: antes de tudo – em sua sensibilidade” (LUKÁCS, 2013, p. 592). Retomando a questão, apenas apontada brevemente acima, podemos talvez pensar na direção de que a divisão sexual do trabalho, um marco de grande importância que situa parte substancial dos debates e enfrentamentos feministas, com recorte classista principalmente, como uma das consequências desse peso significativo que o estranhamento tem nas relações e conflitos sociais que informam nossa sociabilidade individual e coletiva.

Nesse sentido, talvez possamos compreender os questionamentos levantados sobre a desigualdade relação social de sexo/gênero como um dos momentos constitutivos do ser humano inteiro em direção ao ser humano inteiramente humano⁷⁹, entendido aqui como síntese dos processos sociais constitutivos da realidade. O estranhamento – alguns deles – provocam a condição de exclusão do sujeito individual do complexo do ser da humanidade, “[...] que se tornou possível para ele por meio do gênero⁸⁰”; este, por sua vez “[...] é fundamentalmente possibilitado pelo estado da respectiva civilização – incluindo naturalmente o desenvolvimento das capacidades, enquanto seu fundamento” (LUKÁCS, 2013, p. 594-95).

Tendo isso em vista, consideramos que a compreensão cada vez mais aprofundada da desigualdade das relações sociais de sexo/gênero, da desigualdade entre homens e mulheres é uma das dimensões que informam a compreensão sobre o ser da humanidade (suas relações, nexos causais, etc.). Já que a gênese e o desenvolvimento dessas relações não têm sua base na natureza natural humana, mas sim na forma de sociabilidade que a humanidade produz e reproduz.

4.1 ALGUNS APONTAMENTOS PARA SITUAR SOBRE O ESTRANHAMENTO DA MULHER

Lukács (2013), em seu debate sobre a relação indivíduo – gênero humano e sobre a conformação das individualidades no processo histórico indica lugar importante ao que ele

⁷⁹Conforme Lukács (2013), o ser humano inteiro é o sujeito da cotidianidade, o ser humano inteiramente humano é aquele que tende a essa ampliação e não meramente a uma adaptação.

⁸⁰Do ser social, do ser da personalidade.

denomina estranhamento da mulher. Segundo Ronaldo Fortes (2015),

O primeiro aspecto a observar é o fato de Lukács não limitar o problema do estranhamento às formas econômicas postas pelas relações de produção do capitalismo. Muito embora seja este elemento decisivo e preponderante das formas conflitivas da sociedade burguesa, os processos sociais estão, segundo Lukács, mediados por formas variadas de estranhamentos. Esses estranhamentos guardam sempre relação com o *hic et nunc* social, entretanto podem existir formas que se perpetuam historicamente na própria sociabilidade do capital, sem que tenham sua origem e causas primeiras vinculadas diretamente à formação específica dessa sociedade. O estranhamento da mulher é o exemplo claro dessa particularidade de estranhamento. Em outras palavras: o estranhamento da mulher não é algo que possa ser derivado diretamente da sociabilidade do capital. Nessa formação social decerto tal estranhamento possui determinações que se conformam às bases dessa sociabilidade, assume, portanto, uma forma específica que se conforma às determinações peculiares da sociabilidade do capital, porém possui sua raiz histórica em tempos idos, podemos mesmo dizer, atravessa os séculos do devir histórico da humanidade e tem sua gênese em tempos primevos. (FORTES, 2015, p. 219)

Já apontamos que, para Lukács (2013, p. 562), o fenômeno do estranhamento está situado no desacerto entre o desenvolvimento da personalidade humana e as capacidades desenvolvidas pelo gênero humano. E todas elas guardam semelhança com a forma original do estranhamento em relação direta com o trabalho, como processo de transformação imediata da natureza. Mas isso não quer dizer que derivem exclusivamente dela. A esse processo ele denomina identidade da identidade e da não-identidade. Como todos os atos humanos e as relações sociais deles decorrentes – o estranhamento aí compreendido, todos os fenômenos são concomitantemente indissociáveis e distintos da forma originária do ser social possibilitada pelo trabalho em seu sentido ontológico. Em outras palavras, Lukács (2013) situa o trabalho como fundante e não como central, não entende o ser social como redutível ao trabalho, apesar de este último ser a base material para o salto ontológico daquele.

A medida em que a socialização complexifica a reprodução do mundo humano, encontramos formas que particularizam cada vez mais os distintos complexos que vão tomando formas cada vez mais cobertas de mediações. Esse é o caso, por exemplo, das relações sociais de sexo/gênero que guardam vinculação cada vez mais mediada (e distanciada, porém nunca totalmente independentizada), com o trabalho.

De acordo com Lukács (2013),

Assim como o tornar-se homem acontece objetivamente no trabalho e no desenvolvimento das capacidades produzido subjetivamente por ele somente quando o homem não reage mais de modo animalesco ao mundo que o cerca, isto é, quando deixa de simplesmente se adaptar ao respectivo mundo exterior dado e, por seu turno, passa a participar de modo ativo e prático de sua remodelação em um meio ambiente humano cada vez mais social, criado por ele mesmo, assim também

enquanto pessoa ele só pode se tornar homem se a sua relação com o seu semelhante humano assumir formas cada vez mais humanas, como relações entre homens e homens, e dessa forma se realizarem na prática (LUKÁCS, 2013, p. 596).

Na esteira do que Marx nos sugere nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (2004), Lukács (2013) vai afirmar que a expressão mais cabal do estranhamento pode ser visualizada da relação entre mulheres e homens, chega a asseverar que a relação homem-mulher expressa o grau de desenvolvimento do gênero humano.

Para Lukács (2013), o desenvolvimento da capacidade humana é pressuposto para o desenvolvimento da personalidade (ainda que estes estejam em uma relação dialeticamente contraditória). Pensando isso no que tange às relações sociais de sexo/gênero, os avanços que temos historicamente vislumbrado⁸¹ também aparecem contraditoriamente (e dialeticamente) articulados, na medida em que, para o desenvolvimento capitalista eles são necessários (claro que nos limites da ordem do capital) e carregam sempre/também a necessidade de desenvolvimento das capacidades (advindas da complexificação das forças produtivas) que, por seu turno, possibilitam o desenvolvimento da personalidade.

Podemos, portanto, inferir que a relação social de sexo/gênero, mulheres e homens historicamente situados, produzem e reproduzem as relações sociais de produção de forma contraditória. Em outras palavras, as relações sociais entre homens e mulheres expressam a contradição posta na ordem capitalista, na qual o alto e constante desenvolvimento das forças produtivas não significa menos exploração do trabalho, da classe trabalhadora. Tampouco, no campo das relações sociais de sexo/gênero, não significa o desaparecimento das condições que possibilitam o nível desigual e inferior em que socialmente se situam as mulheres e o que tem aproximação com o que é socialmente/hegemonicamente considerado feminino, ainda que no campo estritamente da produção de mercadorias homens e mulheres tendem a estarem mais próximos no grau de exploração⁸².

⁸¹Os avanços se referem aos espaços de inserção e de lutas das mulheres na direção da igualdade de direitos, política. As lutas no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, a autonomia dos corpos, à violência contra mulheres/de gênero, violências e discriminações raciais/étnicas, homofóbicas, lesbofóbicas, transfóbicas, as necessárias resistências cotidianas que, em tempos de acirramento do conservadorismo, tendem a ser mais necessárias tendo em vista o retrocesso no que se refere a ampliação e manutenção de direitos conquistados.

⁸² “Essa modificação na característica do trabalho útil/concreto, visível pós anos 70, é definida, por muitas autoras como feminização do trabalho e deveu-se, de acordo com Saffioti (2013) e Souza-Lobo (2011), para além da ascensão dos movimentos feministas e do desenvolvimento das forças produtivas com outros fatores de importância relevante. Destacamos entre eles: a) a significativa diminuição da taxa de fecundidade, que passou de 3,7 filhos em 1992 para 2,1 filhos por mulher em 2005 (FIBGE, 2006, p.50), facilitando a saída da mulher do espaço do lar; b) a maior qualificação da força de trabalho feminina e —o acesso às universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho (BRUSCHINI, 2000, p.16). Ao mesmo tempo, verificou-se uma diminuição das trabalhadoras com níveis baixos de formação escolar reduzindo-se, significativamente o grau de analfabetismo nas mulheres nas últimas décadas. Com o início da reestruturação produtiva e o aumento concomitante da qualificação da força de trabalho feminina, as tendências recentes para a

Assim, conforme aponta Ronaldo Fortes (2015),

[...] precisamente nessa determinação mais geral do estranhamento ganha destaque o problema da inferiorização da mulher. Ele é expressão mais concreta da natureza estranhada das relações humanas em geral, pois nele mostra-se nítido o descompasso entre realização feminina e as condições e potencialidades postas pelo contexto histórico. Mais ainda: o estranhamento da mulher também reflete a natureza ainda mais tacanha dessa efetivação ao demonstrar como sequer à condição também estranhada dos homens ela pode se alçar. Trata-se de um processo que atravessa séculos da história da humanidade, sendo passível de ser identificado já nas organizações sociais mais remotas. [...] no capitalismo o estranhamento assume formas distintas das outras formações históricas. Não se pode negar os avanços conquistados pelas mulheres, a “ferro e fogo”, na sociabilidade do capital, no entanto, tais “progressos” não significam de modo algum a superação efetiva do estranhamento feminino (FORTES, 2015, p. 222).

Tais avanços são, indubitavelmente, um caminho em direção à emancipação política⁸³ que apresenta limites dentro da ordem capitalista. São formas limítrofes e restritas de emancipação e não expressam a superação da verdadeira natureza do problema. Mais ainda: em momentos de crise podem retornar a patamares inferiores. Um exemplo desse processo pode ser vislumbrado com o fortalecimento de discussões conversadoras, especialmente no Brasil, como a retomada das discussões no congresso do Estatuto do Nascituro, o alto índice de violência doméstica e feminicídio, assassinato de pessoas LGBTQIA+, com destaque para pessoas Trans* em nosso país⁸⁴ e mais recentemente a Proposta de Emenda à Constituição 181/2015 que determina que "a vida começa desde a concepção", a fim de barrar a descriminalização do aborto no Brasil em todos os casos⁸⁵.

inserção da força de trabalho feminina ganharam novos contornos, até porque a maioria de força de trabalho com qualificação mais alta corresponde às mulheres; c) outro fator refere-se, não só ao fato da necessidade do mercado capitalista em absorver mais forças de trabalho, mas, também, porque o fator patriarcado agregado à lógica da necessidade intrínseca do capital de diminuição do valor, terá, assim sido num primeiro momento, crucial para o capitalismo. Tanto como mecanismo de rebaixamento do valor da força de trabalho já que o preço da força de trabalho feminina era marcadamente inferior à força de trabalho masculina, que, por sua vez pressiona o valor de todas as forças de trabalho para baixo, assim como, permitiu aumentar o exército industrial de reserva ao aumentar a quantidade de força de trabalho disponível” (CALADO, 2016, p. 163–164).

⁸³“Comparativamente, poder-se-ia pensar na diferenciação estabelecida por Marx, em *A questão judaica*, onde o autor diferencia a “emancipação política” da autêntica “emancipação humana”, atribuindo à primeira, sem dúvida, um progresso frente às formas mais arcaicas das relações sociais, uma conquista dos indivíduos frente ao próprio Estado, porém uma forma de emancipação circunscrita aos limites canhestros da sociabilidade do capital: a liberdade do homem isolado, apartado da sociedade e da relação com os outros homens. O homem cindido entre a igualdade abstrata do *citoyen* – igualdade perante as leis – e a concretude efetiva da desigualdade do homem privado na sociedade civil. Em contraposição a determinação da autêntica emancipação humana é determinação como a reapropriação das forças sociais movidas em prol da efetiva realização dos homens” (FORTES, 2015, 226).

⁸⁴Ver Relatório 2016 – Assassinatos de LGBT no Brasil, Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relate3b3rio-2016-ps.pdf>

⁸⁵“A PEC 181/2015 foi aprovada por uma Comissão Especial da Câmara. O texto que inicialmente previa o aumento da licença maternidade para mães de bebês prematuros foi modificado. A nova proposta altera a Constituição Federal para incluir o direito à vida desde a concepção. Se for aprovada em plenário, as mulheres não terão mais garantido o direito de interromper uma gravidez nos casos previstos por lei: estupro, risco de

Portanto, concordamos com o apontamento de Fortes (2015):

A emancipação política e econômica não reflete de modo imediato a superação dessa forma mais arraigada do estranhamento. Significa a elevação de suas condições materiais, contudo não a formação autêntica de sua subjetividade. Atêm-se, como formas emancipadoras aos critérios parametradores da ideologia do “ter” em detrimento da autêntica forma emancipatória do “ser”, isto é, da construção efetiva de uma interioridade não mais restrita às formas do estranhamento da mulher. [...] Não seria de modo algum forçar os termos parafrasear o velho princípio marxiano segundo a qual a emancipação dos trabalhadores coincide com a emancipação humana, [...], com base nas reflexões de Lukács, que a emancipação da mulher coincide com a emancipação humana. (FORTES, 2015, p. 229-230)

Mas, para darmos consequência a afirmação acima levantada, necessitamos compreender, então, algumas características do complexo do estranhamento e seu movimento no decorrer da constituição do ser social.

4.2 O COMPLEXO DO ESTRANHAMENTO E SEU MOVIMENTO

Desenvolvendo sua explicação sobre o movimento do estranhamento, Lukács (2013, p. 594), indica que o trabalho tem a possibilidade “[...] de provocar o surgimento de conflitos de estranhamento no âmbito que ocupa na vida humana”. Em outras palavras, coerente com o desenvolvimento do seu argumento, também localiza o trabalho como fonte primária, como fundamento dos estranhamentos, pois o trabalho – como já apontado - contém a possibilidade que provoca o devir humano do ser humano e, igualmente, carrega a possibilidade de se converter no seu contrário e se tornar condição para a desumanização, como é o caso do trabalho assalariado no capitalismo (capital que subsume o trabalho). Portanto, não é sem razão que irá localizar o trabalho como fundamento e condição primária do desenvolvimento do ser social.

Podemos encontrar expressões desse processo, por exemplo nos escritos de Carolina Maria de Jesus (2014). Vejamos:

15 de julho de 1955: Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. (JESUS, 2014, p. 11).

morte e anencefalia fetal”. Disponível em Portal Catarinas: <http://catarinas.info/evento/florianopolis-marcha-contra-pec-181/>, acesso em 29/11/17. Em 24/07/2021 a PEC aguarda ainda a criação de comissão especial para elaboração de parecer, na câmara dos deputados. Conforme dados disponíveis em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2075449>.

Como está expresso no excerto acima, os desejos – expressões das necessidades humanas -, no capitalismo ficam restritos à mera satisfação do estômago. O trabalho que deveria expandir o espectro das necessidades humanas, no capitalismo restringe a maior parte dos seres humanos a uma existência nos limites da reprodução biológica e primitivamente social.

Essa compreensão é importante para que possamos situar essa dupla determinação do trabalho também na vida sensível dos seres humanos e sua expressão no complexo do estranhamento. Nas palavras de Lukács (2013),

É óbvio que também na vida sensível dos homens [humana] o trabalho leva a formação de capacidades não só na origem, mas preserva essa tendência, incluindo a sua própria preponderância imediata, no decurso de todo o desenvolvimento; [...]. Contudo, disso de modo algum decorre que o desenvolvimento da personalidade que se desdobra paralelamente possa passar incólume por esse desenvolvimento dos sentidos. (LUKÁCS, 2013, p. 594)

Essa passagem juntamente com o afirmado anteriormente sobre o trabalho, exemplificam a afirmação de Marx (2004), quando este identifica o processo de coisificação/animalização humana intensificado com o capitalismo. Essa é a consequência (ou exemplo) primevo da possibilidade que o trabalho tem de criar o que Lukács (2013) vai denominar estranhamento (o descompasso entre o desenvolvimento das capacidades e da personalidade humanas), que culminou, até nossos dias, no desenvolvimento do capital.

O estranhamento, alguns deles, provocam a condição de exclusão do sujeito individual do

[...] complexo do ser do homem [da humanidade], que se tornou possível para ele por meio do gênero (do ser social, do ser personalidade), que é fundamentalmente possibilitado pelo estado da respectiva civilização – incluindo naturalmente o desenvolvimento das capacidades enquanto seu fundamento (LUKÁCS, 2013, p. 594-95).

E continua Lukács (2013),

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, que forçosamente se efetua, cujas consequências foram aqui [...] definidas no sentido de que o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução do homem [ser humano] enquanto ser vivo diminui constantemente, tem como consequência, pela mediação do campo de ação do consumo economicamente possível em cada caso, que o peso econômico dos atos necessários à reprodução imediata da vida física perde seu papel de início absolutamente dominante, que surgem necessidades e possibilidades para a sua satisfação que assumem uma posição cada vez mais distante da reprodução imediata

da mera vida. Esse processo é simultaneamente extensivo e intensivo, quantitativo e qualitativo. Por um lado, surgem necessidades a serem satisfeitas que, em estágios iniciais, nem podiam ter existido; por outro lado, as necessidades indispensáveis à reprodução da vida recebem modos de satisfação que as alçam, em termos de vida, a um nível mais social, mais elevado, mais afastado dessa reprodução imediata da vida. (LUKÁCS, 2013, p. 595)

Vejamos o exemplo que o autor traz sobre a questão da fome:

[...] na tendência histórica do desenvolvimento, inicia-se um movimento ascendente, que, por exemplo, eleva a fome, de efeito meramente fisiológico, à condição de apetite que já assumiu um caráter social. Um retrocesso nessa área pode, portanto, acarretar um retorno do simples e brutalmente fisiológico, ou seja, um tipo de estranhamento da sensibilidade humana em relação ao seu estágio social já alcançado na realidade. A isso Marx confere uma expressão certa com o termo “animalesco” (LUKÁCS, 2013, p. 595).

Outro exemplo que Lukács (2013, p. 595) fornece – e é por essa via que pretendemos avançar com as discussões/categorias do feminismo materialista francês – é sobre o que o mesmo denomina como “[...] outra grande área da reprodução imediata do gênero humano, a da sexualidade”. Em concordância com Fourier, ele reafirma o “[...] desenvolvimento humano-social nessa área como parâmetro para o respectivo estado da civilização”.

Na sequência, a partir do excerto de Marx (2004), Lukács (2013) procura localizar a importância da relação homem – mulher no sentido de que conforme seu argumento nesta relação

[...] encontram-se os momentos essenciais da transformação da relação natural – irrevogável – entre os sexos na relação da personalidade humana e, desse modo, simultaneamente em condução de uma vida humano-genérica, em realização do gênero não mais “mudo” por meio do real devir homem do homem [devir humano do humano] (LUKÁCS, 2013, p. 596).

O que é importante destacar nesse momento é que assim como o processo de tornar-se seres humanos dos humanos se dá objetivamente por meio do trabalho, o desenvolvimento das capacidades (produzido subjetivamente através de um processo de síntese das diferentes personalidades individuais/singulares) se torna possível somente quando o ser humano não reage mais de modo animalesco ao mundo,

[...] quando deixa de simplesmente se adaptar e passa a participar de modo ativo e prático de sua remodelação em um meio ambiente humano cada vez mais social, criado por ele mesmo. Assim também enquanto pessoa ele só pode se tornar homem [humano] se a sua relação com o seu semelhante humano assumir formas cada vez mais humanas, como relações entre homens e homens [entre seres humanos e seres humanos], e dessa forma se realizarem na prática (LUKÁCS, 2013, p. 596).

Essa afirmação é importante para compreendermos o lugar que as teorizações e lutas feministas têm haja vista que elas justamente denunciam e buscam compreender (e superar) as relações estranhadas entre os seres sociais. Mas esta é uma compreensão importante para nós, como vimos até aqui, as relações desiguais e hierárquicas entre homens e mulheres não são as únicas que informam e sustentam o complexo da (re)produção dos seres humanos. Entretanto, talvez sejam uma das mais representativas/indicativas do grau de desenvolvimento humano em relação/interação com a humanidade.

A biologicamente mais imediata e mais irrevogável dessas relações é [...] a relação entre homens e mulheres. O processo de humanização nessa área se efetua como em toda parte – aqui, contudo de modo singularmente exacerbado –, por duas vias autônomas, mas de múltiplos modos entrelaçadas, da generidade⁸⁶, as quais ganha expressão a identidade última da humanização e socialização (LUKÁCS, 2013, p. 597).

A relação homem-mulher talvez seja a mais significativa, pois é a relação mais imediata, mais cabal, primeira, entre os seres sociais. Pensemos, por exemplo, na pessoa humana genérica, no gênero humano. Esse gênero é composto por sujeitos, homens e mulheres. O ser mulher e o ser homem tem uma relação particular na reprodução social. É nesse sentido que isso que se vai colocando. É irrevogável, está posto na realidade e não tem como não se relacionar. É pertencente ao gênero humano, por isso ela é a mais imediata e irrevogável, porque é a partir dela que se produzem as relações. É, também, a partir dessa relação entre os sujeitos que se pode dar a ampliação do gênero humano, pela reprodução social também.

A medida que se vai complexificando a atividade trabalho, que vai complexificando a divisão social do trabalho, a posição da relação entre homem e mulher vai modificando, trazendo novas transformações e uma delas, justamente, que se coloca é a submissão da mulher ao homem. Em relação à submissão/opressão da mulher (ou dominação-exploração) Lukács traz, a partir de Engels, o exemplo da derrocada do matriarcado e a instauração do patriarcado. Sabemos que esse debate é longo e não está resolvido no movimento feminista, mas consideramos importante destacar que, na esteira de Saffioti (2004), para além desse debate, que o processo que informa e hierarquiza e desigualdade entre homens e mulheres se constitui na vigência do patriarcado, da ordem patriarcal, surgida antes do capitalismo, mas

⁸⁶Generidade em si: “se desenvolve a partir do desenvolvimento do trabalho, da divisão do trabalho, etc. até a estrutura de uma formação e também remodela ininterruptamente a vida imediata sensível dos homens” (LUKÁCS, 2013, p. 597).

que se subsume a este, dá lugar e contribui para a constituição do nó/da simbiose patriarcado-capitalismo-racismo.

Não vamos nos ater nesse ponto especificamente. Mas o que nos interessa é o seguinte: as diferentes formas de sociedade podem produzir funções socialmente modificadas para os sujeitos, sem, no entanto, “[...] produzirem transformações profundas no plano imediato da relação entre homem e mulher, mas criando também reiteradamente campos de ação de possibilidade para tais transformações” (LUKÁCS, 2013, p. 597). Ou seja, aí está exemplificado o movimento entre o desenvolvimento das capacidades humanas e da personalidade, as distintas sociedades criam novas formas de relações sociais, a partir do constante desenvolvimento de suas capacidades, mas que não necessariamente se refletem nas relações imediatas, no nosso caso, nas relações sociais de sexo/gênero, entretanto, dentro dessa própria contradição, cria as possibilidades reais para transformações.

Essa relação natural, irrevogável, necessária entre homem e mulher, com as transformações sociais, com a complexificação das atividades, com as mudanças e transformações no modo de produção que vai transformando todas as condições e esferas postas em relação a atividade vital humana, como a relação entre homem e mulher está nesse movimento, isso também vai se modificando. E nesse sentido, a submissão da mulher ao homem é uma das condições que foi se dando em relação a esse movimento ampliado do desenvolvimento social, em especial no capitalismo.

Entretanto, isso também dá brechas a que o ser mulher vá se colocando em outros patamares, que também apresente resistências e forçando a visualização de questões anteriormente não enfrentadas, como por exemplo, a desigualdade salarial entre mulheres e homens. Isso não significa que se dá de fato, mas já existem brechas de possibilidade, que eram inexistentes, por exemplo, há 60 anos atrás, porque as condições objetivas e a falta de elementos, não possibilitavam que os sujeitos sociais historicamente situados reunissem as condições necessárias para as superações imperativas. Por isso as mulheres que tiveram um pensamento que iam além da época – dentre outras questões -, eram consideradas bruxas, por exemplo, porque elas não respondiam as condições objetivas sociais do momento.

O funcionalismo vai dizer que é um desvio, nós estamos dizendo que são pessoas que conseguiram visualizar já sementes de possibilidades de transformações, mas que ainda as condições objetivas/materiais não tinham surgido. Vejamos um exemplo da necessidade de subjugação da mulher, na instauração/expansão capitalista e conseqüente colonização/invasão das américas, para a instauração da propriedade privada, base essencial ao desenvolvimento e sustentação capitalista.

Silvia Federici (2015, p. 198–199, tradução nossa), nos apresenta um exemplo deste processo, ao retomar aspectos das intervenções realizadas pelos jesuítas franceses, para o disciplinamento e instrução de uma nação indígena do Canadá, os Montagnais-Naskapi, sistematizados pela antropóloga Eleanor Leacock, no livro *Myths of Male Dominance*⁸⁷. Dentre os diversos aspectos do processo imposição da subjetividade europeia, com a finalidade de impor aos Montagnais-Naskapi os princípios básicos da civilização para torná-los “[...] sócios comerciais de confiança⁸⁸”, estava a ideia necessária de que o homem é o amo de tudo, inclusive das mulheres.

A autora refere que

[...] os homens Montagnais-Naskapi receberam instrução sobre supremacia masculina pelo fato de que os franceses queriam inculcar-lhes o instinto da propriedade privada, para induzi-los a se converterem em sócios confiáveis no comércio de peles⁸⁹ (FEDERICI, 2015, p. 200, tradução nossa).

Para inculcar a base necessária ao desenvolvimento do capitalismo, a propriedade privada, é necessário que das formas de relações entre os seres humanos sejam apagadas/desmontadas concepções que indiquem maneiras distintas de produzir e reproduzir a vida. E isso passa pela subjetividade dos sujeitos, individuais e coletiva.

O exemplo da necessidade de introduzir o instinto da propriedade privada nos Montagnais-Naskapi é representativo deste processo. Assim como na Europa o surgimento da propriedade privada e do intercâmbio de mercadorias foi decisivo para o desenvolvimento e implantação da forma capital e do conseqüente modo de produção a ela ligado, nas colônias, nas Américas, que levavam outro processo histórico, com a anexação/invasão, foi igualmente necessário o estabelecimento destas bases fundamentais⁹⁰ para o desenvolvimento capitalista em escala mundial e, para isso, a violência tipicamente capitalista – não apenas física – teve papel central.

A destruição das sociedades existentes nas Américas foi necessária. Um dos aspectos centrais desse processo talvez seja, justamente, a inculcação da supremacia masculina como uma estratégia de fundar as bases da forma de propriedade necessária ao capitalismo. Talvez,

⁸⁷ Em português consultar: LEACOCK, Eleanor Burke. Mitos da dominação masculina: Uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural. [Tradução de Susana Vasconcelos Jimenez]. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

⁸⁸ “[...] *socios comerciales de confianza*”.

⁸⁹ “[...] *los hombres Montagnais-Naskapi recibieron instrucción sobre supremacia masculina por el hecho de que los franceses querían inculcarles el “instinto” de la propiedad privada, para inducirlos a que se convirtieran en socios fiables en el comercio de pieles*”.

⁹⁰ Desigualdade/antagonismo de classe, raça e gênero/sexo conforme postas pelo desenvolvimento tipicamente capitalista.

ainda, em seu processo de desenvolvimento o capitalismo se afaste cada vez mais deste fundamento, entretanto, justamente por ser um de seus fundamentos, não poderá prescindir-lo, assim como qualquer luta que objetive a superação da forma capital, também não poderá prescindir deste fundamento para o combate necessário a sua superação.

Esse domínio do homem e a opressão da mulher, se tornou uma das condições necessárias para a sociedade de classes, mas isso também carrega já na sua gênese, a contradição posta que possibilita, por exemplo, o surgimento do movimento feminista, a contestação dessa própria opressão, claro, considerando as particularidades sócio-históricas de cada país. Entretanto, mundialmente, não se pode negar que isso tem a ver com um avanço dos direitos das mulheres, de uma crise do que significa a reprodução, em escala ampliada a reprodução social.

Outra relação também pode ser pensada, por exemplo, a partir do surgimento do cristianismo e o papel das mulheres. A igreja apesar de ter seu papel bastante diminuído com o advento do capitalismo nunca perdeu seu poder e, de certa forma, também contribuiu para criar as condições necessárias da assim chamada acumulação primitiva ao processo de desenvolvimento do capitalismo. O lugar da mulher na igreja, também pode ser uma das gêneses da construção da inferioridade da mulher, que se tornou um dos fundamentos do desenvolvimento da propriedade privada, que é base para o posterior desenvolvimento capitalista. Podemos, portanto, compreender que qualquer que seja a sociedade, tendo ela como fundamento a propriedade privada terá também, em consequência e necessariamente, como fundamento a dominação-exploração da mulher.

Assim, a posição de submeter e dominar o outro, nesse caso a mulher – como categoria -, impõe barreiras para que toda(o)s a(o)s sujeita(o)s se reconheçam com todas as capacidades do gênero humano. É aí onde se dá o estranhamento. Para Lukács (2013, 597), a opressão da mulher - ou como melhor categoriza Saffioti (2004), a dominação-exploração masculina – “[...] representa um estranhamento dos dois sexos: pois já sabemos que o ato de estranhar outro ser humano necessariamente acarreta também o próprio estranhamento”.

Nesse sentido, não se pode perder de vista, a consciência dos sujeitos – estranhados e estranhadores. Assim, assevera Lukács (2013),

[...] todo o desenvolvimento rumo a civilização, incluindo a relação entre homens e mulheres, costuma se efetivar por meio de formas estranhadas, ou seja, que uma série de formas estranhadas são componentes necessários do desenvolvimento até aqui e só poderão ser superadas no comunismo real (LUKÁCS, 2013, p. 598).

Consideramos que entender a estrutura de funcionamento, o ser dessas diferentes formas de estranhamento é questão fundamental para construirmos possibilidades reais de mudanças sociais estruturais. Acreditamos que podemos considerar, que desde esse ponto de vista, o movimento feminista no geral e suas teorizações, buscam dar luz sobre alguns desses aspectos, no que se refere à dominação-exploração masculina e subordinação das mulheres. E nesse sentido, alerta Lukács (2013, P. 598), tanto o estranhamento quanto às tentativas de superá-lo (veja-se a história do movimento feminista, da luta das mulheres, das lutas antirracistas e diversos outros movimentos sociais), “[...] mudam muito significativamente a fisionomia dependendo de onde, como, com que intensidade, etc. o ser-estranhado está vinculado com a consciência de que se trata de uma condição indigna do homem [humana]”.

Essa compreensão desempenha um importante papel no aspecto humano-social. Vejamos o que Lukács (2013, p. 598), fala sobre a questão da escravidão da mulher na antiguidade e da subordinação feminina na atualidade:

[...] a escravidão e as instituições que se assemelham a ela (desde o *jus primae noctis*⁹¹ até a disponibilidade sexual da mulher em relação de serviço até os dias de hoje), sempre desempenham um papel importante na história do estranhamento da vida sexual. (LUKÁCS, 2013, p. 598)

Desde um registro um pouco diferente, o feminismo materialista francês talvez amplie essa compreensão, na medida em que, com a categoria *sexagem*, inicialmente trabalhada por Colette Guillaumin (2016), indica que há similitudes em relação à escravidão moderna e a apropriação dos corpos das mulheres que na realidade é uma constante em nossa forma de relação social.

Podemos compreender que esse processo talvez tenha consequências não apenas no que se refere ao estranhamento da vida sexual, mas aos demais fenômenos do estranhamento que envolvem em particular a exploração-dominação da mulher e, em aspecto mais geral, ao fenômeno do próprio estranhamento. Na verdade, sob uma vista mais acabada, o que Lukács denomina em seu texto de distintas formas: estranhamento da mulher, estranhamento da vida sexual, estranhamento da sexualidade, em nossa compreensão, é a identificação posterior e em seu tempo, já desenvolvida pelo movimento feminista, da constatação básica: a desigualdade entre homens e mulheres como fato também essencial da constituição das relações sociais.

O que compreendemos e tendemos a concordar com Lukács (2013) é que as relações sociais, talvez com mais evidência, a relação social de sexo/gênero, tem sua gênese na esfera

⁹¹Direito à primeira noite, que possivelmente o senhor feudal, na idade média, possuía sobre a primeira noite das mulheres servas após os casamentos realizados no feudo.

biológica/animal. Nesse sentido, tudo parte dessa relação primária, imediatamente natural. Só que no surgimento do ser social, essa relação imediatamente natural com o sexo e com a relação sexual já é completamente mediada pela relação entre os sujeitos/seres sociais. Então, por isso que quando ele fala da sexualidade, não é a sexualidade estrita tanto ao sexo/gênero, quanto a orientação sexual, mas é como vai se constituindo essa relação que é primariamente biológica e com o desenvolvimento do ser social vai se transformando e constituindo uma relação entre os sujeitos e já carrega muito pouco dessa gênese. Como qualquer relação entre os seres que se humanizaram.

Mas para aprofundar essa questão precisamos, ainda, voltar a dimensão do estranhamento.

Uma análise em termos tão gerais deve ser imediatamente complementada com a observação de que seria aistórico e, desse modo, deformador do objeto se de modo algum levássemos em consideração o momento subjetivo, a consciência dos estranhadores e estranhados. Desse modo, não se põe em dúvida a verdade da constatação universal de que todo o desenvolvimento rumo a civilização, incluindo a relação entre homem e mulher, costuma se efetuar por meio de formas estranhadas, ou seja, que uma série de formas de estranhamento são componentes necessárias do desenvolvimento até aqui e só poderão ser superadas no comunismo real. Contudo, tanto o fenômeno do próprio estranhamento como a importância social e humana das tentativas de superá-lo mudam muito significativamente de fisionomia dependendo de onde, como, com que intensidade etc. o ser-estranhado está vinculado com a consciência de que se trata de uma condição indigna do homem [humana] (LUKÁCS, 2013, p. 598).

Podemos pensar no exemplo, apenas referido anteriormente, das mulheres que foram consideradas bruxas e da caça às bruxas na idade média. Pode-se compreender que tais mulheres tinham uma consciência mais ampliada desse estranhamento humano, só que o momento social não permitia que isso fosse tomado de uma forma ampliada socialmente. Então elas precisavam serem consideradas bruxas, porque a sociedade não dava conta de entender e aceitar isso. Nesse sentido precisavam ser colocadas em uma posição que era rejeitada/temida pela própria sociedade do momento.

A série *Outlander*, uma série de televisão britânico-americana sobre uma viajante do tempo criada por Ronald D. Moore, baseada nos livros de Diana Gabaldon, pode nos dar um exemplo dessa relação necessária do processo de desenvolvimento e apropriação da capacidades humanas.

A inglesa Claire Randall, viaja com seu marido, Frank, à Escócia, depois de servir como enfermeira durante a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, acaba por meio de alguma condição mágica, sendo transportada há 200 anos atrás e descobre-se sozinha no ano 1743,

durante os levantes jacobinos. O desenrolar da série se dá, entre outros aspectos, na tentativa de adaptação desta mulher do futuro aos costumes, tradições e relações da época. Nesse sentido, como vínhamos discutindo, apenas sendo uma bruxa ela poderia lançar mão de atitudes e posições tão avançadas para aquele tempo. Era incompreensível, inclusive para o grau de conhecimento científico e religioso explicativo daquela realidade. Entretanto, já naquela época, essa constante de inferiorização e subjugação da mulher estava posta.

Voltando à discussão somente iniciada aqui, em geral esses são tipos humanos, amplos, que fogem da média, mas que somente podem existir porque socialmente já estão postos os gêrmens históricos do processo de desenvolvimento (irreversibilidade da história), ainda subjugados a seu tempo histórico, com as limitações próprias do senso comum e sua dificuldade de ampliação que se justifica pelas interpretações mágicas, religiosas, tomadas como dogmas/axiomas intransponíveis.

Essa é uma dimensão importante para pensarmos a atualidade, em especial a brasileira. A limitação do cotidiano vem sendo um processo necessário, no âmbito ampliado, bem como a imposição da ditadura do senso comum. Só em nível macro é que a sociedade poderá aceitar e não rejeitar o rebaixamento salarial, a retirada de direitos, o negacionismo quanto à pandemia mundial da COVID-19, porque se conseguiu, em especial e com mais intensidade nos últimos anos, impor por meio da dimensão religiosa, educativa, normativa, de punição, etc. que o sentido ampliado da existência esteja dentro dos limites do senso comum.

Esse processo de imposição de retrocessos e o rebaixamento intensificado dos seres sociais é necessário porque as condições objetivas no campo das relações, da personalidade humana não estão retroagindo, elas, ao contrário, estão ampliando cada vez mais as possibilidades humanas em direção ao humano. Por isso é tão forte a contradição. Tomemos como exemplo a questão do debate em torno do aborto, a greve internacional de mulheres, as resistências múltiplas que dia a dia estão postas. Elas indicam que as capacidades humanas no nosso tempo já estão muito mais ampliadas e não necessariamente precisam manter essas desigualdades, mas o capital, por seu próprio fundamento, precisa⁹².

⁹² O momento atual no mundo é um marcante nesse processo, amplos estudos e pesquisas já indicam que a forma de relação humana, destruidora do meio ambiente, por exemplo, está cada vez mais incompatível com a manutenção da vida humana. Muitos indicam que caminhamos para alterações climáticas tão profundas que o planeta se tornará hostil a vida humana. A atual pandemia da COVID-19 é exemplo bastante palpável dessa afirmação. As capacidades humanas estão desenvolvidas a tal ponto que não requerem (podemos dizer mesmo nunca requereram) a manutenção e existência de um modo de produção contraditório à vida humana, animal e vegetal (contrário à vida) como é o modo de produção capitalista. Os problemas dessa forma de (re)produzir a vida já foram identificados e busca-se superação desde sua gênese. Atualmente e com seu desenvolvimento estamos vivendo consequências desastrosas e rumando para um processo acelerado de extinção de várias espécies, dentre elas, a vida humana. Marx, no livro III de O Capital, já lembrava da necessidade da humanidade regular racionalmente com o metabolismo da natureza.

Aí está posta a contradição, porque não se pode manter o desenvolvimento dessas capacidades e o desenvolvimento capitalista e constante valorização do valor da forma que o capital e suas personificações precisam. Então, este, que provocou o desenvolvimento das capacidades humanas não pode sustentar esse mesmo desenvolvimento porque não pode manter o processo de valorização do valor nos níveis que necessita. Para se manter, precisa constituir um complexo ideológico em que se rebaixem as capacidades humanas, mas o movimento da história, a materialidade da vida e das relações humanas, atuam em processo contrário e vai demonstrando e requerendo novas formas de relações humanas, menos estranhadas.

Encontramos um exemplo dessa necessidade no processo de instauração do capitalismo, em oposição ao antigo sistema feudal. A organização do pensamento revolucionário da burguesia, que possibilitou as bases ideológicas para o processo revolucionário, com o Iluminismo (século XIX), com a consolidação da revolução burguesa, que tem seu marco na revolução Francesa e Inglesa, foi abandonado pela classe que o construiu. Em outras palavras: a burguesia como classe condutora do capital abandona o Iluminismo quando toma o poder e desenvolve, pelo menos, quatro teorias contrarrevolucionárias no seu pensamento (do século XIX até os dias atuais). São elas: o positivismo, o relativismo, o existencialismo/irracionalismo contemporâneo e as teorias pós-modernas. Tais teorias são desenvolvidas pois as promessas do iluminismo, podemos destacar especialmente as promessas da revolução francesa: liberdade, igualdade e fraternidade, não poderiam ser cumpridas, pois isso requer a supressão das classes e, conseqüentemente da burguesia que, quando no poder, já não poderá permitir a continuidade desse processo ao mesmo tempo que precisa expandir seu domínio.

Esse processo é a contradição do capital, ele provoca e impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas e o conseqüente desenvolvimento das capacidades humanas (como vimos, um alimenta o outro), onde ele não é mais necessário. Sendo assim, precisa rebaixar esse processo no nível das consciências, que tem impacto na personalidade que, por sua vez, alimentam o desenvolvimento das capacidades e é também alimentada por elas. Senão, vejamos: nos processos mais visíveis de crises necessariamente se intensifica o movimento conservador, moralista, etc. O capital em crise para manter sua (re)produção ampliada, desencadeia uma crise social necessária ao seu reestabelecimento. Ele precisa instaurar a crise social para retomar o seu processo de crescimento. Por isso talvez as crises sejam estruturais nesse sentido: na contradição provocada pelo próprio desenvolvimento capitalista.

O desenvolvimento capitalista provoca o desenvolvimento das capacidades humanas, mas não pode manter esse desenvolvimento num nível superior que influi diretamente na personalidade, pois seria sua bancarrota. O desenvolvimento que ele provoca vem eivado das contradições que são seu fundamento.

Retomando: o próprio desenvolvimento das capacidades e personalidade humanas que talvez só tenha se tornado possível pelo processo de estranhamento inerente ao desenvolvimento humano, a partir do trabalho, instaura a contradição interna ao capitalismo, na medida em que talvez, na atualidade, a humanidade tenha desenvolvido suas capacidades a tal nível que o capital não pode deixar que esse desenvolvimento continue. Porque que no Brasil, por exemplo, há uma intensificação das posições moralistas, sexistas, homofóbicas, racistas, classistas, enfim, que subjagam grandes parcelas humanas? O desenvolvimento das capacidades humanas é tal que não justifica mais que seres humanos sejam tomados a partir de suas características individuais em escala desigual e inferior, isso já é denunciado, no mínimo, desde os anos de 1960.

Em razão disso, as posições que secundarizam essas lutas jogam água no moinho (conforme diz Saffioti), do patriarcado, do racismo e da exploração capitalista. Porque o capitalismo não pode permitir o desenvolvimento ampliado nessa área, das relações humanas, pois, como vimos ele tem seu chão, seu fundamento justamente a partir da desigualdade entre os seres sociais e, nesse sentido, necessita igualmente manter o complexo do estranhamento operando.

Há um fato importante na manutenção do complexo do estranhamento e da luta contra ele que, de acordo com Lukács (2013), já pode ser observada em tempos pregressos, como na Antiguidade, em especial no que se refere ao estranhamento da mulher, que é:

[...] a consciência da existência humana enquanto generidade para si já se manifesta de um modo socialmente indelével: o homem [ser humano] estranhando precisa preservar inclusive no estranhamento a sua generidade em si [aquilo que ele é como ser singular e como ser genérico]: escravista e escravo, esposo e esposa no sentido da Antiguidade já são categorias sociais e, até mesmo no estado extremo de estranhamento, elevam-se acima do mero ser natural da humanização inicial. [...]. Portanto, nesse caso, o homem estranhado não é simplesmente privado do ser ser-homem social, do pertencimento à socialidade do gênero humano, [...], objetivamente, em si, também o escravo continua sendo um ser (*Wesen*) social, um exemplar do gênero humano (LUKÁCS, 2013, p. 599).

Nesse sentido, reafirma que o estranhamento é uma categoria social, porque ele só é possível de existir em sociedade, a natureza natural não tem base objetiva para sua existência. O estranhamento é consequência humana/social. Por isso que indica o grau de

desenvolvimento humano em relação ao seu processo de cada vez mais humanização, porque a existência de seres humanos estranhados também representa o grau de desenvolvimento do gênero humano no seu tempo. Ou seja, para não nos distanciarmos do tema, a existência da submissão, dominação-exploração das mulheres e, em consequência, a sua inferioridade social representa/é um exemplar do gênero humano, faz parte dele e indica seu grau de desenvolvimento em direção à emancipação.

Nesse sentido, a questão da divisão social do trabalho, a síntese desta é a síntese do desenvolvimento das capacidades humanas e das forças produtivas, que se retroalimentam. Só que cada sujeito/ser social atua em um aspecto dessa divisão social do trabalho, objetivamente. Para o desenvolvimento dessa posição ele pega algumas questões do desenvolvimento das capacidades humanas em seu tempo histórico e em diferentes níveis. Por exemplo: para operar máquinas, para dar aula, para realizar os atendimentos no serviço social, assumimos algumas questões já desenvolvidas pelo gênero humano, que o gênero humano conquistou, por exemplo o conhecimento. Mas isso se dá de forma muito particular/individual para os diferentes sujeitos.

De outro lado é esse mesmo movimento que provoca o desenvolvimento da personalidade humana e da individualidade dos sujeitos e esse movimento retroage para o desenvolvimento cada vez mais ampliado da capacidade humana, só que nos sujeitos individuais e no movimento da personalidade, isso não significa necessariamente o mesmo grau de desenvolvimento. Vejamos o Brasil, por exemplo, em especial desde o último processo eleitoral (2018). Pudemos observar um recrudescimento das ideias conservadoras, moralistas, higienistas, cada vez mais violentadoras do humano, em especial das camadas historicamente subalternizadas, pobres, negras e negros, indígenas, mulheres, LGBTQIA+s, etc. Mas, se observamos os avanços de nosso tempo histórico, em especial da ciência, da produção do conhecimento, suas justificativas já não têm base. O desenvolvimento das capacidades humanas já não explica essa necessidade. Entretanto, isso não se reflete, necessariamente, na personalidade. Temos sujeitos que se veem nesse tipo de horizonte aviltante. E para que isso aconteça há todo um complexo ideológico operando, em especial no campo do senso comum.

Em nosso entendimento a luta feminista, a luta antirracista, e tantas outras, se situam no processo em que se dão as indicações da luta contra o estranhamento. Elas se situam nesse lugar. O estranhamento estruturante da sociedade de classes, têm no patriarcado e no racismo também sua sustentação, porque elas se situam nesse processo de estranhamento com o gênero humano.

Ao abordar o tema da dissociação reificadora da consciência Lukács (2013, p. 600), vai dizer que a cisão alma/consciência e corpo coloca a realidade entre parênteses e provoca uma concepção reificadora da realidade e causa distorções na imagem ontológica do ser humano, contribuindo ao processo de estranhamento com o gênero.

[...] de fato, quando a realidade é posta “entre parênteses” por força de um preceito fenomenológico, o sujeito do pôr teleológico já aparece em qualquer ato de trabalho como algo autonomamente existente perante o corpo que “executa” o pôr. Ao fazer isso, facilmente se esquece que é justamente o próprio método fenomenológico que reifica uma ilusão do mundo fenomênico imediato em substancialidade duplicada, que converte os atos unitários dinâmicos do ser social e, assim, a socialidade primordial que não pode ser eliminada deles pela mera discussão num fato natural antropológico. (LUKÁCS, 2013, p. 600)

Talvez possamos entender aqui que a realidade “posta entre parênteses” significa que a realidade objetiva é posta entre parênteses, não vai além daquilo que se entende e se adapta, por força de um preceito que fica nos limites do fenômeno, apenas no que aparece. O sujeito do pôr teleológico, que somos todos nós, aparece perante qualquer ato da vida já separado (corpo – mente), aparece a cisão do corpo físico e do corpo psíquico/do corpo emocional, o corpo físico é visualizado apenas com um corpo que executa automaticamente, separado de toda essa complexificação e integralidade que é o sujeito. Essa dualidade corpo-alma vai secundarizando a posição dos sujeitos reais que somos, homens e mulheres concretos e vai fragmentando todas as dimensões existentes no próprio corpo. Há alguns exemplos que podemos lançar mão para compreender melhor esse processo, mas talvez a separação/cisão trabalho manual x trabalho intelectual e a valoração social que cada um deles tem em nosso tempo, indique já algo dessa relação.

Mas, no bojo desse processo de cisão também estão as possibilidades em gérmen para a contestação da cisão do ser humano e da conseqüente valoração a partir de hierarquias que colocam os sujeitos em escala desigual e inferior no processo de produção e reprodução social. Nos termos lukacsianos poderíamos dizer que se encontram as possibilidades para o ato de elevar-se/de superar a mera particularidade, de não ficar na mera adaptação das normas, ao que está posto porque existe um dogma/axioma. Nas palavras poéticas musicais de Belchior, podemos encontrar um exemplo do que significaria, para Lukács, o ser humano meramente particular, aquele que se adapta aos limites da vida imediata:

*“Vivia o dia e não o sol, a noite e não a lua
Acordava sempre cedo (era um passarinho urbano)
Embarcava no metrô, o nosso metropolitano...
Era um homem de bons modos:
"Com licença; - Foi engano"*

*Era feito aquela gente honesta, boa e comovida
 Que caminha para a morte pensando em vencer na vida
 [...]
 Era feito aquela gente honesta, boa e comovida
 Que tem no fim da tarde a sensação
 Da missão cumprida
 Acreditava em Deus e em outras coisas invisíveis
 Dizia sempre sim aos seus senhores infalíveis [...]”.*

Sair desse cotidiano limitante, elevar-se, significa a possibilidade do debate, da construção, do conhecimento, do estudo, de outros que em conjunto, se permitem dizer: Não essa não é a vida que eu quero, é uma vida limitada, ela não me expande, não me amplia. Então podem surgir processos de objetivações onde a consciência já não fica neste patamar inicial e limitante, se não vai elevando a outros processos que lhe vai permitindo questionar e produzir transformações sociais objetivas. Para Lukács (2013),

O ato da elevação consiste justamente nisto: perceber que esse tipo de ser [que submete, que subjuga e que é submetido e subjugado] definitivamente não corresponde à autêntica generidade do homem [humana], pois, a despeito de toda a múltipla socialidade do homem [humana], a sua generidade – no sentido da crítica de Marx a Feuerbach – acaba permanecendo muda. Ela, todavia, não o é no sentido da pura imediaticidade. (LUKÁCS, 2013, p. 600)

Procuremos problematizar a questão objeto desta análise: a inferioridade social da mulher. O ser mulher, como categoria social, que é também pessoa humana, tem que aceitar essa condição de renegação e de submissão? Talvez possamos pensar que, se foi colocando, no desenvolvimento do ser social, a posição da mulher em um lugar de domínio/exploração, o que Lukács está dizendo aqui é que, ontologicamente, isso tem que ser rejeitado, porque justamente o ser mulher compõe a generidade humana e, portanto, teria o mesmo movimento que o ser homem: de complexificar, de objetivar, etc.

Ontologicamente essa cisão não pode ser permitida. E, ao contrário, fenomenologicamente, se fica na aparência, esta cisão se fixa e funciona como verdade. É por isso que para o movimento do Capital não interessa, por exemplo, no processo de produção de valor, as características de quem está produzindo: se é homem ou mulher, qual a raça, se é criança, se é LGBTQIA+, enfim. Porque, para sua finalidade, e por uma constituição humana, essa cisão não é possível haja vista que todos os seres constituem o ser humano, o ser social. Entretanto, como vimos, do aspecto das relações concretas e, em nosso caso, por esse modo de produção ter se constituído sobre o fundamento da desigualdade e hierarquização humana, isso precisa se manter. Se olharmos exclusivamente do ponto de vista da produção não interessa, mas desde a mirada das condições necessárias para que a produção se mantenha

essas hierarquizações e desigualdades sim interessam apesar de, do ponto de vista humano genérico, na verdade, ser constituído justamente pelos diferentes seres sociais.

É por essa razão que consideramos que compreender, de formas cada vez mais aproximadas, a gênese do desenvolvimento humano outorga uma sustentação para entender esse desenvolvimento no modo de produção atual e porque precisamos superar esse modo. Consideramos que uma das questões centrais para isso é a compreensão das relações desiguais e hierárquicas de sexo/gênero. E, dentro disso, que as categorias do feminismo materialista francês possibilitam uma aproximação mais acabada com essa dimensão da realidade. Mas isso será aprofundado em outro tópico.

Até aqui pudemos compreender que em nossa sociabilidade é permitido apenas que se atinja alguns graus dessa generidade não muda, da generidade autenticamente humana, ou que apenas alguns sujeitos atinjam esse grau de generidade, mas esse movimento se dá as custas de grande parte de humanidade que continua muda. Por exemplo, os mais altos graus de conhecimento, da tecnologia, da ciência, a humanidade desenvolveu esse processo que, no entanto, ficam restritos a um grupo e os demais, a maioria, têm apenas os elementos, as noções básicas para meramente se adaptar as limitações do cotidiano.

De certa forma, nós temos grandes graus de mudez em relação à possibilidade posta pelo desenvolvimento humano. Isso exemplifica o modo de produção que sobrevive pela desigualdade em todos os níveis. Entretanto, a consciência de pertencimento ao gênero humano não desaparece e isso é sumamente importante porque ontologicamente não se pode destruir aquilo que está unido: os diferentes indivíduos são exemplares/representantes do gênero humano.

Pensem no movimento feminista. Uma das primeiras reivindicações e a que atravessa todas as pautas de luta – desde os primórdios do feminismo liberal até a comprovação da necessidade de vinculação do feminismo com diversos recortes, em especial de raça e classe – é a de que os sujeitos oprimidos, dominados-explorados, são seres humanos. A luta é por e para acessar esses graus de desenvolvimento cada vez mais humanos, que são barrados a grande parcela da humanidade por um modo de produção que necessita que essa mesma parcela seja subjugada para que outros tenham acesso e que, além da exploração material que possui imediatamente identificação com a posição de classe, tem como estrutura fundamental a raça e sexo/gênero como linhas que atravessam as demais mediações esse processo.

Vejam, por exemplo, algumas das reivindicações iniciais e atuais: sufrágio universal, acesso a cargos públicos, salário igual para trabalho igual, domínio do próprio

corpo e vida, acesso à educação, direito ao aborto, fim da violência contra mulher, fim do racismo, fim do genocídio da juventude negra, etc. Todas elas, já superadas ou não, indicam as limitações que representantes do gênero humanos são submetidos, que não permite que sejam e estejam no mundo como fundamentalmente humanos. Simone de Beauvoir (2009) já reconheceu uma das consequências desse processo, na identificação que faz do homem como o ser universal e da mulher como o “outro”, que se converteu no ser inimigo, fracassado, fraco, indesejado e por isso, passível de dominação-exploração.

Também podemos verificar a denúncia da gênese dessa compreensão em Sojourner Truth, em sua famosa intervenção na *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio, Estados Unidos, realizada em 1851:

“Bem crianças, onde há muita algazarra, deve haver alguma coisa fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros do sul e mulheres do norte, todos falando sobre direitos... os homens brancos vão estar em uma enrascada rapidinho. Mas sobre o que estamos falando aqui?

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, serem levantadas sobre valas e ter o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, ou me deu qualquer “melhor lugar”! E não sou uma mulher? Olhem para mim!

Olhem para meus braços! Arei a terra, plantei, juntei a colheita nos celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! E não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e suportar o chicote também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu chorei meu luto de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Daí eles falam dessa coisa na cabeça... como eles chamam isso? Intelecto. É isso mesmo, querido. Bem, o que isso tem a ver com os direitos das mulheres? Ou com o direito dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, não seria maldade não deixar que eu tenha minha meia medida cheia?

E aí vem aquele homenzinho de preto ali e diz: “Mulheres não podem ter os mesmos direitos que homens porque Cristo não era mulher!” Ora, de onde veio o seu Cristo? De onde veio o seu Cristo? De Deus e de uma mulher! Homens não tiveram nada a ver com isso. Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo sozinha, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de colocar ele de cabeça pra cima de novo! E agora que elas estão pedindo para fazer isso, é melhor os homens deixarem!⁹³”

Ela, como mulher, fez tudo o que era esperado de ser feito por um homem (no que se refere a força física, em especial), em uma sociedade escravista, na qual os seres humanos escravizados não eram vistos, na imediaticidade, como seres humanos, mas que faziam parte/também representam o gênero humano e, por isso, o grau de desenvolvimento humano rebaixado, que violenta e submete. Assim, temos que de forma fenomênica a humanidade de muitos dos seres humanos pode ser negadas, se pode negar a partir do discurso, se pode negar gnosiologicamente, se pode negar epistemicamente, mas ontologicamente a unicidade é

⁹³Disponível em: <https://claricesemarias.com/2018/03/24/e-nao-sou-eu-uma-mulher-de-sojourner-truth/>

irrevogável: todos os sujeitos humanos fazem parte do gênero humano e a exploração, dominação e subordinação humanas indicam o grau rebaixado do desenvolvimento humano. Por isso recuperar as bases ontológicas de Marx e Lukács, recuperar a questão do ser, para poder atingir a compreensão desses movimentos, desses nexos, para a partir daí poder trazer essa compreensão e agir em consequência.

Para entender melhor, vejamos o que fala Lukács (2013):

Sendo tudo isso, porém, a generidade constitui um processo real, mais exatamente, um processo que não transcorre paralelamente aos indivíduos, o que os obrigaria a permanecer na condição de meros espectadores; a sua verdadeira processualidade consiste, muito antes, em que o processo não reificado da vida singular forma uma parte integrante indispensável da totalidade dinâmica. Só quando o homem [ser humano] singular apreender a sua própria vida como um processo que faz parte desse desenvolvimento do gênero, só quando ele, por essa via, experimenta e busca realizar a sua própria conduta de vida, os autocomprometimentos daí decorrentes, como pertencentes a esse contexto dinâmico, só então ele terá alcançado uma ligação real e não mais muda com sua própria generidade. Só quando tiver a intenção de almejar ao menos seriamente uma generidade desse tipo em sua própria vida o homem [ser humano] conseguirá apropriar-se de sua própria elevação acima de seu ser-homem [ser-humano] meramente particular – pelo menos como obrigação perante si mesmo (LUKÁCS, 2013, p. 601).

Ou seja, o ser – como ele é, seus nexos causais - do gênero sempre está. Temos então que se o gênero sempre está presente, - porque é inerente a existência -, porque faz parte do sujeito singular e, nesse sentido, generidade humana e sujeito singular não constituem processos que se colocam em marcos paralelos e independentemente uns dos outros. Não se pode retirar do sujeito singular o genérico, haja vista que são dimensões de uma mesma unicidade. Por mais que, a primeira vista, seja difícil entender que o sujeito singular é ser genérico e que faz parte do movimento do gênero humano, não significa que na realidade concreta não exista essa unicidade.

Tendo essa compreensão podemos entender que somente quando o sujeito pode apreender sua vida como um processo que faz parte do desenvolvimento do gênero humano e atua em consequência é que há um processo de uma relação objetiva e consciente muito mais ampla com o desenvolvimento do gênero humano. Nesse sentido, ontologicamente, não há esse descolamento entre indivíduo e gênero, mas o indivíduo não necessariamente percebe essa ligação intrínseca imediata. Somente quando essa compreensão ganha consciência é que acontece a ligação real com sua própria generidade. Pensemos, como exemplo, no atual contexto de contrarreforma da previdência social no Brasil. Grande parte da população brasileira, apesar da preocupação que talvez possa causar esse processo de mudança, ainda

não compreende as questões de fundo e que poderão impactar significativamente grande parcela da população trabalhadora.

E, conseqüentemente, muitos, inclusive, atuam em função da defesa da contrarreforma ou tem posição neutra. Esse processo pode trazer conseqüências significativas para a vida dos diferentes sujeitos que, por sua vez, contribuem para o processo na medida em que não tem condições de perceber que suas decisões individuais afetam os rumos do gênero humano, nesse caso, na particularidade brasileira. E, mediata ou imediatamente, de igual forma, também afetam os rumos de cada vida individual. É nesse sentido, também, que estamos, como seres sociais, constantemente escolhendo entre alternativas. Obviamente, as condições de visualização desse processo, no caso do exemplo em particular, mas das decisões humanas no geral, dependem das condições materiais e da operação do complexo ideológico que incide diretamente nessas decisões e, em geral, atua na direção da manutenção e reformulação do *status quo* e da reprodução ampliada do capital. É nesse sentido que talvez possamos compreender a frase da citação acima:

Só quando tiver a intenção de almejar ao menos seriamente uma generidade desse tipo em sua própria vida o homem [ser humano] conseguirá apropriar-se de sua própria elevação acima de seu ser-homem [ser-humano] meramente particular – pelo menos como obrigação perante si mesmo (LUKÁCS, 2013, p. 601).

Esse mesmo processo, a depender das condições objetivas do momento histórico no qual se situa, pode ser o passo inicial para assumir um caráter massificado e construir as bases subjetivas para transformações sociais amplas.

Sabemos que todos esses conflitos são travados ideologicamente. Por isso, o caráter não ideológico do desenvolvimento social total, a sua necessária desigualdade, especialmente o modo como se manifestam as conseqüências ontológicas do processo total no âmbito do ser social e do destino dos homens [seres humanos] singulares, muitas vezes necessariamente provocará conflitos, mesmo que ainda não tenha surgido uma massificação revolucionária, ou a constituição do objeto não temos como levar que ele se torne fator subjetivo de uma revolução; tais conflitos – como todo conflito social – só poderão ser travados ideologicamente (LUKÁCS, 2013, p. 601).

O desenvolvimento social é provocado pelo processo de humanização do ser humano que evolui constantemente. Esse próprio desenvolvimento manifesta tanto as conseqüências ontológicas no processo total no âmbito do ser social, de como caminha a humanidade e das conseqüências no plano individual para cada sujeito que compõe essa humanidade. Esse processo provoca, necessariamente, conflitos. A resposta a esses conflitos são expressão do tempo histórico e é inseparável do modo de produção que a humanidade está. E aqui temos a

necessária entrada da dimensão ideológica. Se, de um lado, o desenvolvimento humano tem um caráter não ideológico, ou melhor dizendo, é consequência do próprio processo de desenvolvimento humano, de outro esse produz formas de produzir a vida que precisam se manter e uma das dimensões da qual lança mão é, justamente, a ideológica.

Isto significa que a humanidade em seu desenvolvimento, que possui um caráter não ideológico, produz conflitos que, para terem respostas, ela precisa lançar mão da dimensão ideológica. Em um modo de produção desigual e hierarquizante, como é o capitalista, essa dimensão vem justamente para forçar a manutenção de dominações e exploração que, no campo estrito do desenvolvimento humano, não teria justificativa. Mas, como esse desenvolvimento está atrelado ao desenvolvimento capitalista, ele forçosamente precisa reproduzir relações sociais degradadas. Em outras palavras, essa contradição própria ao desenvolvimento humano, no modo de produção capitalista é potencialidade e elevada a níveis que desumanizam os sujeitos.

Talvez possamos compreender que o conflito do estranhamento entre o desenvolvimento das capacidades humanas e das personalidades, não necessariamente provoca o processo de desumanização dos sujeitos, apesar de uma de suas constantes ser a impossibilidade do ser individual de reconhecer como gênero humano. Mas, de outra parte, e por sua condição própria, ele é uma das bases que sustenta e justifica a manutenção do modo de produção pautados nas desigualdades, hierarquizações, dominações e consequentes desumanização dos sujeitos. Nesse sentido, a contradição do estranhamento, talvez possa se colocar em outro campo, a depender do modo de produção no qual está inserida, mas os sujeitos desobrigados de constantemente agir a partir de escolhas entre alternativas postas socialmente.

Vejamos nas palavras de Lukács (2013),

Com efeito, nesse processo, evidencia-se com frequência as decisões das alternativas postas socialmente que funcionam na vida cotidiana normal não podem ser respondidas a contento com uma simples obediência às normas tradicionais, habituais, jurídicas, morais, etc. Os conflitos com que nos deparamos são travados precipuamente no plano individual em casos individuais. Nesse caso, permanece decisivo que, para o indivíduo, a necessidade de tal decisão alternativa individual é socialmente imposta. Ele pode responder a ela só com a sublevação ou submissão [...]; a alternativa permanece a mesma em sua essência universalmente social, visto que ela nada mais é que a manifestação concreta de uma contradição no desenvolvimento social, no desenvolvimento do gênero, na vida de indivíduos singulares. (LUKÁCS, 2013, p. 601-02)

Tem algo ontologicamente posto para os sujeitos singulares que são as diferentes alternativas que estão no real e as possibilidades de decisão. As decisões aos conflitos que os sujeitos singulares enfrentam, em geral, não vão ter uma clareza maior ou profunda de suas raízes. Na vida cotidiana, geralmente se aceitam certas normas, se vive em uma certa estabilidade normativa e, nesse sentido, existem graus de decisões, que os sujeitos individuais têm que escolher entre alternativas e tais escolhas tem consequências ontológicas no plano do ser.

E Lukács (2013) continua:

O sujeito atuante de modo algum precisa chegar sempre a uma clareza teórica de que – em última análise – quer realizar uma nova condição social quando se subleva pessoalmente contra os modos ideológicos dominantes de resolver certos conflitos. Contudo, é justamente nisso que se expressa a socialidade do conflito. (LUKÁCS, 2013, p. 602)

No filme relatos selvagens, em especial a cena de uma das personagens, Bombita, o filme mostra uma decisão individual do sujeito que se revolta contra o processo social que estava acontecendo não apenas com ele de intensificação da burocracia. Ele realiza ações individuais, decide por ele mesmo e não necessariamente tem consciência ou quer provocar transformações sociais ampliadas. Ele queria resolver a vida dele e assume os riscos individuais dessa decisão. Só que esse processo espelha o que os seres sociais naquele contexto estavam enfrentando em sua vida individual, por isso que podemos nos reconhecer no filme. Essas ações individuais, como vimos, não precisam ser conscientes de que talvez possam compor algo que o gênero humano vai acumular para processos de transformações sociais ampliadas, ou seja, que tais ações individuais também são um movimento que compõem o gênero humano, do constante devir humano.

Por isso que pode acontecer que nos reconheçamos na cena referida porque ela expressa uma situação contemporânea de aspectos de opressão manifestada pela burocracia e não apenas porque também podemos ter esse ímpeto, mas também porque isso constitui acúmulo para o gênero humano a esse fator subjetivo que poderá ser parte de algum processo de revolução social. Essa síntese realizada em um ato individual, acarreta um sentimento social no qual, os seres humanos, neste caso, se identificam, fazem parte desse comportamento.

Essa compreensão deriva da posição apresentada por Lukács (2013) de que a contradição expressa pelo estranhamento surge diretamente da produção, do desenvolvimento, logo, na sociedade em sua totalidade permanecem suas bases.

Porém, visto que toda mudança estrutural da sociedade provocada pela produção cedo ou tarde necessariamente terá um efeito transformador, mediante reviravoltas radicais ou mediante incremento gradativo, sobre todas as manifestações vitais dos homens [seres humanos], que, como sabemos, encontram-se em processo permanente de socialização cada vez maior, essa contradição fundamental deverá estar na base de todas as manifestações vitais dos homens. [dos seres humanos] (LUKÁCS, 2013, p. 602).

É nesse sentido que o estranhamento atravessa, portanto, a constituição do ser social, que se intensifica e torna-se cada vez mediada pelo processo de complexificação social inerente ao desenvolvimento humano. E, nesse sentido também, as modificações e complexificações às quais estão submetidas as contradições fundamentais, aqui consideramos também a contradição fundamental de sexo/gênero, também tendem, no complexo social, a serem maiores. Podemos pensar, por exemplo, na manutenção das desigualdades e violências contra mulheres, negras e negros, LGBTQIA+s, conforme apontam diversas pesquisas⁹⁴. Entendemos que há mediações das mais variadas que constituem a manutenção desse processo, apesar de, se olharmos para a produção de valor estritamente, talvez possamos identificar uma tendência de aproximação de homens e mulheres no grau de exploração capitalista. Entretanto, consideramos também, que essa compreensão também é limitada, pois talvez não passe de um nível de constituição do fenômeno, haja vista que mesmo isso não deixa de estar atravessado pelas diversas outras mediações que constituem as relações sociais e a constituição da sociedade capitalista.

Com efeito, a totalidade da sociedade e a personalidade humana estão inseparavelmente ligadas uma à outra, formando dois polos de um e do mesmo complexo dinâmico, mas se diferenciam qualitativamente em suas condições de desenvolvimento no plano imediato do ser. No entanto, só na medida em que as formas diferenciadas de movimento que assim surgem possam, em última análise e apesar disso, permanecer intimamente interconectadas – mesmo que essa conexão seja a da contraditoriedade interior (LUKÁCS, 2013, p. 603).

É nesse lugar que se encontra o campo de possibilidades⁹⁵ de diferentes graus de consciência latentes. Existe a possibilidade de que os sujeitos possam ter uma relação cada vez mais consciente porque o campo de saídas, de possibilidades, de não aceitação, de contestação vai permitindo que esse movimento se realize. É esse campo de possibilidades, de saídas, que quebra qualquer tipo de determinismo/absoluto, mesmo que o modo de produção

⁹⁴Ver, por exemplo, *Dossiê Mulheres Negras: retratos das condições de vida das mulheres negras no Brasil*, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf.

⁹⁵Algo real em estado latente.

se coloque como absoluto. Esse movimento do gênero, da totalidade social, está inerentemente ligado aos sujeitos singulares, que atuam, decidem, nesse movimento com a dinâmica social.

Nesse sentido, podemos compreender até aqui que as capacidades humanas representam as potencialidades humanas, as potencialidades mais elevadas do gênero humano, enquanto que a personalidade humana é reflexo das limitações postas pelo tempo histórico, pela posição dos sujeitos no mundo – por isso a questão da Divisão Social do Trabalho é importante. A relação dialeticamente contraditória entre ambas é que informa a constituição das individualidades dos sujeitos.

O sujeito e sua individualidade são sínteses de aspectos das capacidades humanas que puderam ser assimiladas no processo de socialização. O sujeito individual lança mão disso para o desenvolvimento de recursos e execução de suas atividades. Este processo impacta no desenvolvimento da personalidade humana, que é produto das sínteses pessoais dos diferentes sujeitos sociais, nos diferentes momentos históricos, que só é possível pois esses sujeitos fazem parte do gênero humano e assumiram algumas dimensões postas com o desenvolvimento das capacidades humanas. Em outras palavras, a atuação dele na sociedade é em consequência dessas dimensões das capacidades humanas que os sujeitos deram conta de assumir e que informam a personalidade humana ao mesmo tempo que esta informa o desenvolvimento das capacidades.

Sem as sínteses pessoais do desenvolvimento das capacidades, sem a formulação de respostas pessoais para as perguntas, a cuja apropriação prática conduz o desenvolvimento das capacidades, jamais teriam surgido individualidades. No âmbito dessa identidade profundamente fundamentada na sociedade, o princípio divergente brota em toda parte, mesmo que muitas vezes de modos extremamente diferenciados, do fato de que as formas de consciência do gênero em si forçosamente são consequências do aumento das forças produtivas (LUKÁCS, 2013, p. 603).

Precisamos compreender o modo de produção como consequência das relações do devir humano que, em seu momento, levaram a instauração de um modo de produção sustentado a partir das desigualdades entre os sujeitos sociais em todos os campos. Sendo assim, torna-se importante buscar compreender a necessidade da desigualdade entre os sujeitos, em todos os níveis e em nosso caso específico, as hierarquizações e desigualdades denunciadas pelo feminismo. Porque isso é uma das sustentações do modo de produção capitalista, embora cada vez mais eivada de mediações.

Temos, portanto, que o estranhamento não é uma categoria antropológica meramente, é uma categoria ontológica e histórico-social. Só é possível com o desenvolvimento socio-histórico humano. O estranhamento não existe no ser humano primitivo.

[...] o estranhamento possui sempre um caráter histórico-social, [...] é desencadeado de maneira nova em cada formação, em cada período, pelas forças sociais realmente atuantes. Isso obviamente não contradiz a continuidade histórica, mas esta se efetiva sempre de um modo concreto, de um modo contraditoriamente desigual: a superação econômica de uma situação social estranhada pode, com muita frequência, acarretar uma nova forma de estranhamento que supera aquela, diante da qual os meios de luta experimentados já de longa data passam a mostrar-se impotentes (LUKÁCS, 2013, p. 605).

Além dessa dimensão, o fenômeno do estranhamento, também atinge o ser humano singular enquanto ser humano singular. Vejamos o que Lukács (2013) diz na sequência:

Num sentido generalizado, isso naturalmente se refere a tudo que acontece socialmente: somente em decorrência da soma social de atos singulares podem efetuar-se objetividades, processos etc. socialmente relevantes. No processo de produção, contudo, essa síntese somatória se dá de modo tão irresistivelmente espontâneo que o desempenho do homem [ser humano] singular, a sua peculiaridade expressa nesse desempenho, só adquire validade na totalidade econômica como modo de trabalho socialmente necessário, essencialmente só como média. (LUKÁCS, 2013, p. 605)

Vejamos como esse processo se desenvolve a partir da relação trabalho e produção de valor no capitalismo.

4.3 A BASE DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIDA NA FORMA CAPITAL

No marco do capitalismo, vender a força de trabalho no mercado é um processo necessário para a sobrevivência daqueles que possuem apenas ela como mercadoria e coloca uma constante concorrência entre todas as pessoas vendedoras da força de trabalho. É aqui que temos necessariamente que analisar a relação social de sexo e raça/etnia, haja vista que elas se apresentam como determinações importantes neste processo de concorrência/competição, inclusive, determinando lugares e nichos específicos.

Mas antes de entramos nessa discussão, retomamos o que apontamos brevemente em relação as necessidades humanas, propriedade privada e mercadoria, pois são algumas das questões em que o FMF remete à suas análises. As necessidades humanas são satisfeitas por valores de uso, que não se restringem a coisas corpóreas. Não importa qual é a necessidade

que determinado objeto satisfaz, se ele satisfaz alguma necessidade humana, é valor de uso. Na ordem do capital, especificamente no capitalismo, a propriedade de um produto/mercadoria se estabelece por quem detém os meios de produção para a sua produção e não por quem os produziu.

A troca capitalista pressupõe, então, a existência da propriedade privada dos meios de produção e de subsistência. A produção das empresas capitalistas, da mesma forma, em geral produz valor de troca⁹⁶, e este, ao se afirmar como valor de troca, se converte no seu contrário: valor de uso. Isto é a mercadoria, a unidade contraditória entre valor de uso e valor de troca. Nesta lógica, valor de uso pode ser valor de uso (riqueza) sem ser mercadoria, mas a mercadoria não pode ser mercadoria sem ser valor de uso para o outro.

Essa relação valor de uso/valor de troca se estabelece na esfera do consumo, que é o lugar onde produzimos nossa existência como humanos, onde consumimos a riqueza. O problema não é o consumo nem o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, mas sim a lógica na qual ela se realiza: a lógica do capital. A esfera do consumo, da produção da vida humana, pressupõe a esfera da circulação, da realização da mercadoria e, nesse sentido, no limite ela determina a vida humana. A mercadoria se transformou no sujeito da nossa história, se desenvolveu e se transformou em capital, portanto, é o capital que determina a nossa vida. Mas para chegar a essa afirmação precisamos compreender como se configura a lei do valor. Faremos isso na esteira de Marx (2013)⁹⁷.

No plano da aparência, a relação de equivalência entre duas mercadorias nos diz que existem duas diferenciações: uma qualitativa e outra quantitativa. Por exemplo: 1 (um) lápis é diferente de 2 (duas) borrachas⁹⁸. Mas 1 lápis = 2 borrachas. Para entendermos essa relação (e todas as relações sociais), devemos ir para além da aparência. Realizar um árduo e complexo processo de abstrações⁹⁹, com o intuito de buscar os fundamentos. Assim, é necessário que abstraiamos todas as características visíveis das coisas envolvidas na relação, as mercadorias

⁹⁶Valor de troca: produzido com a finalidade de trocar por outros produtos que satisfaçam outras necessidades humanas.

⁹⁷Apenas para fins de facilitar a compreensão faremos o exercício de pensar com exemplos mais próximos à nossa realidade atual. Marx (2013) utiliza as mercadorias linho e casaco. Aqui utilizaremos lápis e borrachas.

⁹⁸Exemplo elaborada a partir da disciplina “Capital, Trabalho e Educação”, ministrada pelo Prof. Dr. Paulo Sergio Tumolo, no Programa de Pós-Graduação em Educação/UFSC, 2017.2.

⁹⁹Palavras são abstrações e a mesma palavra pode significar algo concreto e abstrato. Por exemplo: Homem pode significar o gênero masculino e a humanidade, todos os seres humanos (aqui não questionamos a “escolha” da palavra “homem”, em detrimento da palavra “mulher” para designar, além do gênero feminino, também o gênero humano). As abstrações, portanto, podem não ter existência empírica, mas são categorias que nos levam a compreender de maneira aprofundada as relações que se expressam na dimensão da aparência, do concreto. Podemos perguntar: como essa categoria humanidade se materializa nas mulheres e homens e em suas relações? A diferença existe na dimensão do concreto e todos são, no limite, a mesma coisa: humanidade/gênero humano. A classe social também não existe na empiria, mas podemos verificar sua existência nas relações sociais de produção estabelecidas nos diferentes lugares do mundo.

e, neste caso específico, devemos abstrair as características das mercadorias como valor de uso, já que na relação mercantil as mercadorias entram nesta relação como não-valor de uso, ou seja, valor de troca, isto desvela e torna possível observar como estas coisas tão diferentes são iguais.

Advém a pergunta: O que é comum em 1 lápis = 2 borrachas? O trabalho. Ambos são resultados de trabalho humano, em suas diferentes formas, o conteúdo é o mesmo – trabalho humano -, a forma é distinta – lápis, borracha. Qualquer mercadoria não é outra coisa senão natureza e trabalho humano e por isso, essas mercadorias, lápis e borrachas, são iguais. O que muda não é a qualidade, mas sim a quantidade concreta. Mantendo o mesmo exemplo: pensemos que a produção de um lápis demanda a mesma quantidade de trabalho (horas) para produzir duas borrachas. Assim, x horas de trabalho = x horas de trabalho. Apenas como uma maneira de compreensão consideraremos $x = 1$. Portanto, 1 hora de trabalho = 1 hora de trabalho. Temos então, quantidades iguais – 1 hora = 1 hora -, e qualidades iguais – trabalho humano/trabalho abstrato¹⁰⁰.

A relação de dupla diferenciação das mercadorias (quantitativa e qualitativa) é expressão da relação de dupla igualação (quantitativa e qualitativa). No plano do senso comum¹⁰¹ apenas a primeira relação aparece, já que o que aparece é justamente duas mercadorias diferentes sem o patamar de compreensão de sua igualdade.

O valor de troca aparece como uma relação acidental, proporcional, na qual uma certa quantidade de valor de uso é trocada por outra quantidade de outro tipo, sendo ambas, equivalentes. Este valor de troca será estabelecido na relação entre as mercadorias e devem expressar algo igual. Nas palavras de Marx (2013):

[...] em primeiro lugar, os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Em segundo lugar, porém, o valor de troca não pode ser mais do que o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ de um conteúdo que dele pode ser distinguido. (MARX, 2013, p. 115)

Uma dada quantidade de mercadoria será igualada a uma dada quantidade de outra mercadoria, no exemplo de Marx (2013, p. 115), “[...]uma dada quantidade de trigo é igualada a uma quantidade qualquer de ferro”; em nosso exemplo, uma dada quantidade de lápis é

¹⁰⁰Trabalho abstrato: abstração das características úteis e concretas dos diversos trabalhos concretos que produzem as diferentes mercadorias. Trabalho concreto é sempre trabalho diferenciado (se relaciona com o valor de uso) e o trabalho abstrato é justamente a abstração da diferenciação do trabalho concreto. É, portanto, trabalho indiferenciado, trabalho igual/geral.

¹⁰¹ O senso comum é um patamar de consciência que nos permite explicar e nos movimentar na vida cotidiana. É composto por conceitos espontâneos produzidos a partir das relações imediatas que temos como a vida cotidiana. São produzidos na imediatez das relações que estabelecemos.

igualada a uma quantidade de borracha. Segue que, algo comum, de mesma grandeza, mesma propriedade, existe nesta relação, melhor dizendo, ambas são iguais a uma terceira coisa, que não é nenhuma delas. “Cada uma delas, na medida em que é valor de troca, tem, portanto, de ser redutível a essa terceira” (MARX, 2013, p, 115). E, na medida em que são redutíveis a uma coisa em comum, suas qualidades de valor de uso devem ser desconsideradas, justamente para que possam entrar na relação de troca sendo quantificáveis. Nesta relação, a qualidade das mercadorias é indiferente. Neste processo de abstração dos valores de uso, Marx (2013) explica que

Suas propriedades físicas importam apenas na medida em que conferem utilidade às mercadorias, isto é, fazem delas valores de uso. Por outro lado, parece claro que a abstração de seus valores de uso é justamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias. Nessa relação, um valor de uso vale tanto quanto o outro desde que esteja disponível em proporção adequada. (MARX, 2013, p, 115)

A partir disso, o autor afirma que as mercadorias, para serem valores de troca devem prescindir de seu valor de uso e sendo assim, o que resta em comum entre elas é que são produtos do trabalho. É por ‘relação, já não se distinguem, o que interessa é que são, todos, trabalho humano em geral, *trabalho abstrato*.

Neste ponto, Marx (2013) diz:

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Deles não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia de trabalho humano indiferenciado, de dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio. Essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção foi despendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano. Como cristais dessa substância social que lhes é comum, elas são valores – valores de mercadorias. (MARX, 2013, p. 116)

Esse elemento comum que se apresenta no valor de troca, na relação de troca é o valor da mercadoria. Portanto o valor é definido pelo trabalho humano em geral, abstrato, dispendido na produção da mercadoria enquanto que o valor de troca é a manifestação do valor da mercadoria realizado na relação de troca. “Assim, um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato” (MARX, 2013, p. 116).

Na relação que utilizamos de exemplo: 1 lápis = 2 borrachas, temos que 1 lápis vale 2 borrachas. O valor aqui é sempre o valor de uma mercadoria e sempre na relação de troca, portanto, na esfera da circulação. O valor corresponde a uma certa quantidade de trabalho

abstrato – certa quantidade de trabalho humano necessário para produzir determinada mercadoria. E isso se mede pelo tempo de trabalho.

O que define, portanto, o valor, é o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das diferentes mercadorias. O ouro, por exemplo, vale mais que o ferro não pelas características individuais de cada um desses elementos, mas pelo tempo de trabalho socialmente necessário para extrair o ouro, que é maior que o tempo de trabalho para extração do minério de ferro. Não é em razão da abundância ou escassez do ouro ou do ferro, mas em função da quantidade de trabalho socialmente necessária para extração em razão da abundância ou escassez. Podemos perceber a materialidade desta análise observando o relatório de produção anual da Vale em 2016, por exemplo, que mostra que a produção do minério de ferro da empresa é da casa das 348, 8 toneladas métricas enquanto a produção de ouro é de apenas 483.000 oz (onças), que equivale a 13,6 toneladas¹⁰² em um ano.

O valor corresponde, portanto, a quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção, entendendo que não corresponde, necessariamente, a quantidade de trabalho dispendido para produção de determinada mercadoria específica, mas sim para a produção social daquela mercadoria. Neste ponto se adentra na relação necessária entre desenvolvimento da força produtiva do trabalho e valor, que é uma relação inversamente proporcional: quanto maior o desenvolvimento da força produtiva de trabalho menor seu valor, já que, como vimos, o valor é o tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria e se “melhora” a força produtiva, na média, esse tempo tende a ser menor.

Então, o valor das mercadorias não é determinado pelas suas características individuais, tampouco pelo tempo de trabalho individual dispendido pelo trabalhador ou pela exploração maior ou menor de uma força de trabalho específica, mas sim pelo conjunto do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção daquele valor de uso (mercadoria) e, conseqüentemente, pela exploração do trabalho em geral.

O que determina a grandeza do valor de uma mercadoria é apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção – o tempo de trabalho. É desta forma que “[...] mercadorias em que estão contidas quantidades iguais de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm a mesma grandeza de valor”. As mercadorias são, portanto, como valores, medida de tempo de trabalho cristalizado (MARX, 2013, p. 117).

Aqui, Marx inicia a apresentação da *força produtiva do trabalho*. Na medida em que a grandeza de valor de uma mercadoria é determinada pelo tempo de trabalho socialmente

¹⁰²Relatório disponível em: http://www.vale.com/PT/investors/information-market/quarterly-results/ResultadosTrimestrais/2016%204Q%20Production%20Report_p.pdf Acesso em 19/11/2017.

necessário para sua produção, seu valor permanece igual se as condições para sua produção não alteram o tempo de trabalho. Mas, quando há mudanças na força produtiva do trabalho esse tempo pode ser alterado. Nas palavras de Marx (2013),

A força produtiva do trabalho é determinada por múltiplas circunstâncias, dentre outras pelo grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. (MARX, 2013, p. 118)

Destarte, afirma que, como regra geral, quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de produção da mercadoria e menor é o tempo trabalho nela cristalizado, portanto, menor seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, maior é o tempo de produção e maior a quantidade de trabalho nela contido, maior é o seu valor. “[...] A grandeza de valor de uma mercadoria varia na relação direta à quantidade de trabalho que nele é realizado e na razão inversa da força produtiva desse trabalho” (MARX, 2013, p. 118).

Todo valor é valor de uso, mas nem todo valor de uso é valor, ou seja, para produzir uma mercadoria, há que se produzir valor de uso para outrem, uma expectativa de valor de uso que vai se materializar com o seu consumo por outrem. Para ser mercadoria, “[...] é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso”, se esse processo não se finaliza o próprio valor não se realiza, a coisa não conta como produto do trabalho, portanto não cria valor (MARX, 2013, p. 119).

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho está ancorado na: 1º) Incorporação do desenvolvimento tecnológico; 2º) Produção do conhecimento que resulta em alterações na forma de produzir e organizar a produção (layout); e 3º) Qualificação da força de trabalho, que não se restringe a educação escolar/formal.

A relação entre desenvolvimento da força produtiva do trabalho e valor de uso, de outro lado, é diretamente proporcional. Quanto maior o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, maior a produção de valor de uso, ou seja, maior a produção de riqueza humana. Produção da emancipação humana, pois proporciona a emancipação humana cada vez maior da condição natural ao mesmo tempo em que emancipa cada vez mais do trabalho.

O mesmo fator, portanto, desenvolvimento da força produtiva do trabalho, que do ponto de vista do valor de uso proporciona o nosso constante desenvolvimento humano, do ponto de vista do valor, propicia a degradação humana. O mesmo fator propicia a vida e a morte humana. Isso significa a luta antagônica entre valor de uso e valor. O desenvolvimento da força produtiva do trabalho resulta, necessariamente, num processo de emancipação

humana, mas, como vivemos em uma sociedade da propriedade privada, na qual impera o Capital (a lei do Valor) esse mesmo fator produz a degradação/morte humana. Esta é a mesma relação entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, o mesmo trabalho, que como concreto produz a emancipação humana, enquanto trabalho abstrato produz a degradação humana. Nisto consiste o duplo caráter do trabalho: como valor de uso e como valor. Vejamos melhor esta questão no próximo item.

4.3.1 O duplo caráter do trabalho

Marx (2013, p. 119) retoma que a mercadoria aparece inicialmente como valor de uso e valor de troca para, em seguida, mostrar que o trabalho, que se expressa no valor, não apresenta as mesmas características de quando ele é tomado apenas como produtor de valor de uso. É a isso que o autor denomina de natureza dupla do trabalho – como produtor de *valor de uso e como produto de valor*. Segundo o autor, esse é o centro em que gira o entendimento da economia política.

Primeiramente o valor de uso, de acordo com sua afirmação, deve satisfazer uma necessidade específica e é representado por um trabalho específico para sua fabricação. A esse trabalho denomina trabalho útil.

O trabalho, cuja utilidade se representa, assim, no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu produto é um valor de uso, chamaremos aqui, resumidamente, de trabalho útil. *Sob esse ponto de vista, ele será sempre considerado em relação a seu efeito útil* (MARX, 2013, p. 119, destaque nosso).

Para entrar na relação de troca, esse valor de uso específico precisa ter sua grandeza de valor equivalente à outra mercadoria com a qual será trocado. No exemplo que apresentamos 1 lápis e 2 borrachas, que são valores de uso qualitativamente distintos, assim como o trabalho que produz cada um dele, podem ser trocados somente porque tem valores de uso diferentes.

O conjunto dos diferentes valores de uso contém igualmente um conjunto diverso de formas, tipos de produção, nesse sentido, existe uma divisão social do trabalho que produz diferentes mercadorias.

Tal divisão é condição de existência da produção de mercadorias, embora esta última não seja, inversamente, a condição de existência da divisão social do trabalho. Na antiga comunidade indiana, o trabalho é socialmente dividido sem que os produtos se tornem mercadorias. Ou, para citar um exemplo mais próximo, em cada fábrica o

trabalho é sistematicamente dividido, mas essa divisão não implica que os trabalhadores troquem entre si seus produtos individuais. *Apenas produtos de trabalhos privados, separados e mutuamente independentes uns dos outros confrontam-se como mercadorias* (MARX, 2013, p. 120, destaque nosso).

Podemos fazer o exercício de pensar como se dá essa relação de troca entre duas mercadorias a partir do exemplo apresentado e as considerações levantadas até aqui. A divisão social do trabalho significa que diferentes mercadorias, para serem produzidas, demandam distintas formas de trabalho. Ainda que a divisão social do trabalho exista anteriormente à forma capital, ela proporciona a produção de mercadorias, ou seja, de distintos valores de uso na atual forma social. O que acontece é que, apenas mercadorias qualitativamente distintas entre si podem entrar na relação de troca como equivalentes e, portanto, desconsiderando seu fim como valor de uso. Mercadorias iguais, com a mesma utilidade, não entram nesta relação, pois, imaginamos, não são entre si mercadorias já que possuem a mesma utilidade.

Uma característica de todo valor de uso de uma mercadoria é que nele está contido uma determinada quantidade de trabalho específico para sua produção, o trabalho útil.

Valores de uso não podem se confrontar como mercadorias se neles não residem trabalhos úteis qualitativamente diferentes. Numa sociedade cujos produtos assumem genericamente a forma da mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados separadamente uns dos outros como negócios privados de produtores independentes, desenvolve-se como um sistema complexo, uma divisão social do trabalho (MARX, 2013, p. 120).

A forma ou por quem as borrachas são utilizadas, bem como a forma ou por qual atividade são produzidas (mais ou menos elaborada) é indiferente nesse processo. A própria existência das borrachas – neste exemplo (ancorado em Marx), mas a existência geral das coisas produzidas pelos seres humanos – indica a existência de trabalho humano. Nas palavras de Marx (2013),

A existência do casaco, do linho [ou do lápis e da borracha] e de cada elemento que dá riqueza material não fornecido pela natureza teve sempre de ser mediada por uma atividade produtiva especial, direcionada a um fim, que adapta matérias naturais específicas a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim uma condição de existência do homem [da humanidade], independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 2013, p. 120)

Infere-se, como apontamos anteriormente, que os valores de uso têm duas fontes: a natureza e o trabalho, “[...] o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele [a humanidade] produz, a única fonte da riqueza material” (MARX, 2013, p. 121), a natureza também é fonte dos valores de uso, já que fornece o substrato material do trabalho que, no limite, está contido em toda mercadoria produzida, mais ou menos aparente no produto final.

Entendida a mercadoria como objeto de uso, é necessário agora compreender a mercadoria como valor-mercadoria. Como valor as diferentes mercadorias são coisas de igual substância, representam o mesmo tipo de trabalho, o trabalho humano, mas as diferentes formas de produção das distintas mercadorias ainda diferem qualitativamente, são variações do mesmo trabalho individual. Mas,

[...] abstraindo-se da determinada atividade produtiva e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta o fato de que ela é dispêndio de força humana de trabalho. [...] o valor da mercadoria representa unicamente trabalho humano, dispêndio de trabalho humano” (MARX, 2013, p. 121, grifo nosso).

E segue Marx (2013), o trabalho humano,

[...] é dispêndio de força de trabalho simples que, em média, toda pessoa comum, sem qualquer desenvolvimento especial possui em seu organismo corpóreo. O próprio trabalho simples médio varia, decerto, seu caráter em diferentes países e épocas culturais, porém, é sempre dado numa sociedade existente. O trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples potenciado ou, antes, multiplicado, de modo que uma quantidade menor de trabalho complexo é igual a uma quantidade maior de trabalho simples. [...]. Mesmo que uma mercadoria seja o produto do trabalho mais complexo, seu valor a equipara ao produto do trabalho mais simples e, desse modo, representa ele próprio uma quantidade determinada de trabalho simples. (MARX, 2013, p. 122)

Assim como os valores de uso das diferentes mercadorias são abstraídos, também nos trabalhos representados nelas – no valor-mercadoria – não se leva em conta diferenças entre as formas úteis de trabalho que produzem as mercadorias. O valor das mercadorias não vale pela relação produtiva entre elas, mas sim pelo simples fato de todas elas serem dispêndio de força humana de trabalho. Então, sempre que há uma relação mercantil de venda de força de trabalho, seja para a produção de mercadorias ditas tangíveis (como uma mesa, uma cadeira), seja na produção de mercadorias não tangíveis (como a venda da força de trabalho da(o) professor(a), da(o) assistente social) o que determina se é venda de força de trabalho é a relação à qual ela está subordinada, não se o produto dessa venda é ou não tangível.

A diferença no valor entre duas mercadorias, se elas contêm mais ou menos tempo de dispêndio de trabalho humano em geral é o que determina a grandeza de valor. As diferentes

mercadorias devem se equivaler pelo tempo de trabalho humano necessário para a sua produção.

Portanto, se em relação ao valor de uso o trabalho contido na mercadoria vale apenas qualitativamente, em relação à grandeza de valor ele vale apenas quantitativamente, depois de ter sido reduzido a trabalho humano sem qualquer outra qualidade. Lá, trata-se do “como” e do “quê” do trabalho; aqui, trata-se do seu “quanto”, de sua duração. Como a grandeza do valor de uma mercadoria expressa apenas a quantidade de trabalho nela contida, as mercadorias devem, em dadas proporções, ser sempre valores da mesma grandeza (MARX, 2013, p. 123).

Em síntese,

Uma quantidade maior de trabalho constitui, por si mesma, uma maior riqueza material, [...]. No entanto, ao aumento da massa da riqueza material pode corresponder uma queda simultânea de sua grandeza de valor. Esse movimento antitético resulta do duplo caráter do trabalho. Naturalmente, a força produtiva é sempre a força produtiva de trabalho útil, concreto, e determina, na verdade, apenas o grau de eficácia de uma atividade produtiva adequada a um fim, num dado período de tempo. O trabalho útil se torna, desse modo, uma fonte mais rica ou mais pobre de produtos em proporção direta com o aumento ou a queda de sua força produtiva. Ao contrário, por si mesma, uma mudança da força produtiva não afeta em nada o trabalho representado no valor. Como força produtiva diz respeito à forma concreta e útil do trabalho, é evidente que ela não pode mais afetar o trabalho, tão logo se abstraia dessa sua forma concreta e útil. Assim, o mesmo trabalho produz, nos mesmos períodos de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, independentemente da variação da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, diferentes quantidades de valores de uso: uma quantidade maior quando a produtividade aumenta e menos quando ela diminui. A mesma variação da força produtiva, que aumenta a fertilidade do trabalho e, com isso, a massa dos valores de uso por ele produzida, diminui a grandeza de valor dessa massa total aumentada ao reduzir a quantidade de tempo de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa. Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso (MARX, 2013, p. 123-124).

Para a compreensão das relações sociais sob o modo de produção capitalista não se pode prescindir do trabalho humano, considerando este não somente como produtor de valor de uso, mas também, e principalmente como produtor de valor. Esta é a forma do trabalho no capitalismo. Não podemos abstrair dele como produtor de valores de uso, de riqueza, mas para que se sustente o modo de produção o trabalho, no capitalismo, gera valor, que abstrai todas as características úteis dos produtos do trabalho e manifesta-se na troca de mercadorias. Daí o duplo caráter do trabalho, como produtor de valor de uso e como produtor de valor.

Fizemos essa digressão apenas para exemplificar como se desenvolve no modo de produção capitalista a afirmação de que no processo de síntese das diferentes individualidades

dos sujeitos, no processo de produção dessa síntese, o desempenho do ser humano singular, a sua peculiaridade somente, como já sinalizado, “[...] adquire validade na totalidade econômica como modo de trabalho socialmente necessário, essencialmente só como média” (LUKÁCS, 2013, p. 605).

Entretanto, nem as singularidades individuais, nem o processo de desenvolvimento das capacidades humanas, tampouco o da personalidade desaparecem nesse contexto. Pelo contrário, eles estão numa constante retroalimentação, pois, conforme visto até aqui, fazem parte, são estruturantes do desenvolvimento do ser social e adquirem características específicas no advento do modo de produção capitalista. Ainda assim, as decisões e objetivações dos sujeitos singulares entram no fluxo da história e vão produzindo objetivações que não sabemos ou que não demonstram relações necessariamente imediatas nesse movimento.

Por isso, como indicamos, para o capitalismo não importa as características singulares dos sujeitos, já que ele as abstrai, porque ele é a síntese. Ele necessariamente precisa abstrair, mas esse processo é o que constitui o modo de produção em sua forma mais cabal. Então, é também por esta razão que, igualmente, não se pode assumir a explicação/compreensão de que a teoria social crítica, em especial o marxismo, se restringe a explicação do modo de produção, sendo uma metanarrativa que generaliza apagando as especificidades. Na verdade, ele explica a constituição do ser social que levou ao modo de produção e que, por sua vez, o modo de produção influencia nesse ser social, na constituição desse ser.

Esse movimento de compreensão também se destaca importante para o combate ao que Lukács (2013), denomina estranhamento *sui generis*. Vejamos

[...] as aspirações resolutas de ir além da particularidade, como a dedicação incondicional a uma causa de importância objetivamente social, podem levar a estranhamentos *sui generis*. [...] Porque justamente tal dedicação incondicional – e com muita frequência acrítica – pode levar a uma intensificação de certos aspectos da personalidade, mas ela também pode causar um estranhamento amplo ou até total. Em contrapartida, com certeza quanto mais particular um homem permanece, tanto mais impotente ele fica ao ser exposto a influências de estranhamento. (LUKÁCS, 2013, p. 606)

O sentido do excerto acima destacado se coloca nas diversas dimensões nas quais o estranhamento incide. Em outras palavras, nos estranhamentos singulares que, por sua característica, tendem a apresentarem-se como autônomos uns em relação aos outros,

tornando as possibilidades de combate ainda mais atravessadas pelas mediações a eles inerentes. É com isso em vista que o autor refere que

[...] repetidamente há pessoas na sociedade que combatem influências estranhadoras num complexo do seu ser, enquanto aceitam outros complexos sem oferecer resistências, e até nem é tão raro que existe entre tais tendências de atividade antagônicas – do ponto de vista do estranhamento – um nexos causal que influencia fortemente a personalidade. Sem poder entrar agora detalhadamente nessa questão, apenas remeto ao caso que ocorre com frequência no movimento dos trabalhadores, a saber, que homens que combatem ardorosamente e também exitosamente o seu estranhamento enquanto trabalhadores na vida familiar causam um estranhamento tirânico a suas mulheres, o que os leva forçosamente a um novo estranhamento de si mesmos. Isso não é acaso, nem simplesmente uma “fraqueza humana”. Já apontamos reiteradamente para a dinâmica qualitativamente diferenciada pela qual se impõe entre as pessoas o desenvolvimento de suas capacidades ou então o de sua personalidade. Daí decorre, em contraposição ao processo primário, espontaneamente necessário, ditado pelo desenvolvimento das forças produtivas (de modo algum se pretende negar as diferenciações dentro desse âmbito, mas elas só excepcionalmente têm uma ligação mais estreita com a nossa questão atual), no qual se trata sobretudo da formação, da reconfiguração etc. de capacidades singulares que a intenção da atividade humana deve se dirigir à personalidade enquanto totalidade (LUKÁCS, 2013, p. 608).

A partir disso, talvez possamos compreender que adentrar nas minúcias que conformam um dos complexos do ser, em nosso caso, do estranhamento, da exploração-dominância masculina e consequente inferiorização da mulher, como categoria social, é um *front* necessário, ainda mais considerando o atual contexto de recrudescimentos em todos os campos, pois como vimos, essa relação entre os sujeitos é também componente do gênero humano e o combate do estranhamento humano nessa área é tão necessário e, talvez mais difícil, pois mais mediado. Nesse sentido, tendemos a concordar com as análises no campo do feminismo materialista francês, ao nomearem essa relação como consubstancial, ou seja, como tendo a mesma origem/substância. Podemos entender na análise que nos toca, a saber, a conformação das desigualdades de classe, raça e sexo/gênero têm uma de suas origens primeiras no complexo do estranhamento.

Para excluir toda simplificação deformadora, é preciso constatar que naturalmente deve se formar, no nível da particularidade, no decurso da expansão e do aperfeiçoamento da divisão social do trabalho, igualmente uma espécie de personalidade, mais exatamente, de modo tão social quanto é o transcurso do desenvolvimento das capacidades singulares. Há certa espontaneidade posta em marcha pela produção no modo como as capacidades singulares são harmonizadas entre si, como o trabalho socialmente realizado é harmonizado com a vida privada. A partir dessas interações surgem inquestionavelmente diferenciações individuais com traço pessoais que se tornam nitidamente visíveis, com jeitos pessoais de reagir aos contextos, com paixões acentuadamente subjetivas, etc. Contudo, tudo isso se dá essencialmente no nível da genericidade em si, o que já fica evidente pelo fato de algumas formas pronunciadas do estranhamento entre o homem e seu semelhante

costumarem ser reconhecida como peculiaridades pessoais. Basta pensar em homens que seguem uma rotina burocraticamente petrificada, em carreiristas e arrivistas, em tiranos domésticos etc., que não só aprovam essas suas qualidades como partes integrantes de sua personalidade, mas também são respeitados como personalidades pelo seu ambiente, em virtude de suas qualidades e não apesar delas. O surgimento de personalidade dessa espécie naturalmente é um fato histórico-social de suma importância, porque essas primeiras sínteses de personalidades espontâneas, imediatas, muitas vezes amplamente estranhadas compõem a base social do ser, a única da qual pode se originar o indivíduo não mais particular (LUKÁCS, 2013, p. 608-09).

Temos atualmente um exemplo bastante evidente desse movimento, de personalidades singulares e altamente estranhadas e estranhadoras que se produzem/surgem da sociedade mesma, de nossa forma de organização social. Elaine Brum recentemente escreveu um texto sobre as mortes decorrentes da pandemia da COVID-19, que estamos denominando de genocídio no Brasil e a responsabilidade do Presidente da República. Em um trecho ela diz:

O que é o mal, Maria? Nos debatemos com esse dilema desde sempre. Até viver horrores como esse apenas pelos livros, eu tinha muitas dúvidas sobre nomear o mal. Me parecia simples demais, fácil demais. Mas, hoje, Maria, depois do que tenho testemunhado com meu próprio corpo, preciso dizer que o mal existe. Bolsonaro é o mal, Maria. E Bolsonaro foi engendrado nesse mundo, nessa época histórica, por essa sociedade, por essa conjunção de genes e de acasos, por essas circunstâncias (BRUM, 2021, p. s/p).

As personalidades individuais são engendradas pelas diferentes sociedades em seus específicos tempo-espacos. E, de outro lado, a sociedade humana é engendrada pela síntese das distintas personalidades. Ambas são criações, frutos da organização humana e suas condições objetivas. Mas o ser individual, na sua vida cotidiana, ao se confrontar com a sociedade, muitas vezes se depara com situações que, na imediatez, não podem ser alteradas apenas por um ato de sua vontade. Este fato pode levar os sujeitos, na aparência, na imediatez cotidiana, a considerarem essa situação como uma “segunda natureza”, como natural posto que independente de sua vontade individual, logo, um fato da natureza.

Certamente os processos, as situações etc. sociais são, em última análise, gerados por decisões alternativas dos homens, mas não se deve esquecer que eles só podem tornar-se socialmente relevantes quando põem em marcha séries causais que se movem mais ou menos independentemente dos propósitos de seu ser posto, de acordo com suas legalidades próprias e imanentes. Por isso, o homem [ser humano] que age de modo prático na sociedade encontra diante de si uma segunda natureza, em relação à qual, se quiser manejá-la com sucesso, deve comportar-se da mesma forma que com relação à primeira natureza, ou seja, deve procurar transformar o curso das coisas, que é independente de sua consciência, num fato posto por ele, deve, depois de ter-lhe conhecido a essência, imprimir-lhe a marca da sua vontade. Isso é, no mínimo, o que toda práxis social razoável tem de extrair da estrutura

originária do trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 151).

Sérgio Lessa (1996, p. 108) indica que isso significa que, para Lukács (2013) as relações sociais, no confronto com as individualidades, assumem uma exterioridade, como se possuíssem uma semelhança direta/imediata com a exterioridade da natureza natural. Mas isso apenas na aparência. Talvez possamos nos remeter aqui, as querelas em torno da necessidade de (re)afirmação, por exemplo, que as relações entre os sujeitos, as relações de gênero/sexo, são relações sociais. E, nesse sentido, compreender uma das necessidades de afirmação do movimento feminista em geral e das feministas materialistas francesas, em particular, de que as relações sociais de sexo, são relações sociais. Logo, relações produzidas, realizadas pelo conjunto da humanidade ainda que muitas vezes, na aparência imediata, guardem uma ideia de natural, de que homens e mulheres têm características especificamente naturais que não seriam mediadas pelas relações sociais, pela forma de ser humana ou que as determinariam.

Aqui encontramos, talvez, o cerne dos questionamentos levantados pelo feminismo, desde sua gênese e que, de certa forma, ainda persistem na atualidade: as relações sociais de sexo/gênero são relações sociais e não guardam em nada atributos naturais/biológicos que justificam as desigualdades entre homens e mulheres. Foi e tem sido, ainda, um processo árduo de construção de conhecimento a partir das relações materiais da vida humana e que contribuem para desnaturalizar as relações nesse campo específico da atividade humana.

O feminismo materialista francês é uma, dentre outras linhas, que tem como chão essa necessidade humana de compreender e alterar sua forma de relação social. Em última análise suas categorias analíticas buscam perquirir o processo social, produto da atividade humana que produz sujeitos estratificados, no campo específicos de suas considerações feministas. Passaremos, no próximo capítulo a verificar algumas delas que consideramos centrais para o entendimento (e por serem, atualmente, de crescente utilização no campo do serviço social).

5. *NO ES IGUAL PERO ES LO MISMO*: A HIERARQUIZAÇÃO DE SEXO/GÊNERO COMO UMA DIMENSÃO DA EXISTÊNCIA ESTRANHADA – UMA TENTATIVA DE ELABORAÇÃO A PARTIR DE APORTES DO FMF

O feminismo materialista é um processo intelectual cujo advento é crucial para os movimentos sociais, para a luta feminista e para o conhecimento. Esta abordagem não pode - não poderia, mesmo que quisesse - ser limitada apenas à opressão das mulheres. Não deixará nenhuma parte da realidade, nenhuma área de conhecimento, nenhum aspecto do mundo intocado. Como o feminismo-movimento visa a revolução da realidade social, o feminismo-ponto de vista teórico - e cada um é indispensável ao outro -, deve visar uma revolução do conhecimento¹⁰³ (DELPHY, 2013a, p. 279, tradução nossa).

Como visto no capítulo anterior, o descompasso entre o desenvolvimento das capacidades humanas e da personalidade é expressa pelo estranhamento. Avançamos aqui nessa síntese a partir do entendimento de que se por um lado o estranhamento é produto de leis econômicas objetivas de cada formação social concreta – e, desde logo, por sua origem podendo ser superados somente com a destruição dessa base – os seres humanos singulares, a luta destes para suprimir seus estranhamentos pessoais não precisa permanecer no plano de uma mera atividade pessoal. Lukács (2013) exemplificou esse processo e essa ligação indivíduo-social quando faz alusão ao homem militante que luta contra o estranhamento “fora” de casa em sua luta/militância sindical, mas que reproduz, “dentro” de casa, outras formas de estranhamento, sendo um tirano com sua companheira.

Neste capítulo pretendemos explicitar essa ligação desde algumas proposições do feminismo materialista francês, tendo como sustentação o processo desenvolvido e apresentado nos capítulos que precedem este. Aqui entraremos especificamente em algumas elaborações categoriais desenvolvidas por autoras do campo do FMF, a partir daquele contexto histórico e do aporte das elaborações de Lukács (2013) referentes ao estranhamento.

Uma das primeiras questões a se colocar é justamente o debate com a categoria que instigou o início desta pesquisa: relação social de sexo. Consideramos importante

¹⁰³ « *Le féminisme matérialiste est donc une démarche intellectuelle dont l'avènement est crucial, et pour les mouvements sociaux, pour la lutte féministe, et pour la connaissance. Cette démarche ne saurait – ne pourrait, même si elle le voulait – se limiter à la seule population, à la seule oppression des femmes. Elle ne laissera intouchés aucune part de la réalité, aucun domaine de la connaissance, aucun aspect du monde. Comme le féminisme-mouvement vise la révolution de la réalité sociale, le féminisme-point de vue théorique, et chacun est indispensable à l'autre, doit viser une révolution de la connaissance* ».

observarmos mais detidamente algumas das questões que convergem para a elaboração dessa categoria. É o que pretendemos fazer na sequência.

5.1 COMPREENSÃO SOBRE RELAÇÃO SOCIAL DE SEXO

Na França, o recurso a relação social de sexo para tratar e fazer referência a relação desigual e hierárquica entre as categorias de sexo tem uma longa história. Annabelle Bonnet (2020), refere que

[...] o primeiro uso da expressão “relações sociais de sexo” se deve, na França, a Madeleine Pelletier, figura essencial do feminismo revolucionário que [...] combateu por um feminismo que passasse necessariamente pela luta de classes. A vida toda, a revolucionária procurou dar respostas práticas e imediatas à desconsideração de importantes setores do movimento socialista pela condição das mulheres, trabalhando para construir métodos, para as mulheres, de saírem parcialmente da sua condição de submissão, com objetivo de juntar-se às forças revolucionárias e favorecer a derrubada do sistema capitalista. (BONNET, 2020, p. 28)

O FMF também guarda a intencionalidade de dar respostas práticas à condição de inferioridade das mulheres, especialmente em um contexto que a luta contra isso emergiu como um movimento social organizado e de cunho político no pós-guerra e no auge da guerra fria. Guardando todas as contradições daquele contexto de lutas sociais imenso e complexo. As análises do FMF, segundo Ochy Curiel e Jules Falquet (2005), convergem num ponto central:

[...] homens e mulheres não são um grupo natural ou biológico, não possuem nenhuma essência específica nem identidade para defender e não se definem pela cultura, a tradição, a ideologia, nem pelos hormônios – mas que, simplesmente, se definem por uma relação social, material, concreta e histórica. Esta relação social é uma relação de classe, ligada ao sistema de produção, ao trabalho e à exploração de uma classe sobre a outra¹⁰⁴. (CURIEL; FALQUET, 2005, p. 8, tradução nossa)

E continuam,

É uma relação social que as constitui como classe social das mulheres, diante da classe dos homens, em uma relação antagônica (nem guerra dos sexos, nem complementar, mas pura e simplesmente uma oposição de interesses cuja resolução supõe o fim da exploração e o desaparecimento de mulheres e homens como

¹⁰⁴ “[...] ni los varones ni las mujeres son un grupo natural o biológico, no poseen ninguna esencia específica ni identidad que defender y no se definen por la cultura, la tradición, la ideología, ni por las hormonas —sino que simple y sencillamente, por una relación social, material, concreta e histórica. Esta relación social es una relación de clase, ligada al sistema de producción, al trabajo y a la explotación de una clase por otra”.

classe)¹⁰⁵. (CURIEL; FALQUET, 2005, p. 8, tradução nossa)

Esta é uma assertiva que nos inquieta. Desde os primeiros contatos com a teoria proposta pelo FMF, ainda no decurso da dissertação e justamente por visualizarmos a grande possibilidade analítica desta perspectiva, carregamos uma questão simples, mas para nós ainda de difícil resolução: se assumirmos como plausível a categoria de classe de sexo que se sustenta, aparentemente, pela perspectiva de classe social, portanto em uma relação antagônica – por pressuposto com interesses irreconciliáveis – como a classe das mulheres e a classe dos homens podem identificar interesses comuns e comporem a luta necessária da classe trabalhadora?

Conforme Jules Falquet (2016), o feminismo materialista contribuiu para o processo de desnaturalização das relações sociais de sexo e de raça/etnia, dos corpos femininos, da reprodução (procriação) humana e da maternidade e apresenta como uma de suas principais características a afirmação de que

[...] as mulheres não são uma categoria biológica, mas uma classe social definida por *rappports* [relações] sociais de sexo, historicamente e geograficamente variáveis, centralmente organizados em torno da apropriação individual e coletiva da classe de mulheres por aquela dos homens, por meio do que Colette Guillaumin (1978, 1992) denominou *sexage* (sexagem). Esses *rappports* são solidamente apoiados no que ela chamou de ideologia da Natureza – na qual estão subjacentes também os *rappports* sociais de “raça”¹⁰⁶ (FALQUET, 2014, p. 10).

¹⁰⁵ “*Es una relación social que las constituye en clase social de las mujeres frente a la clase de los varones, en una relación antagónica (ni guerra de los sexos, ni complementariedad, sino que llanamente una oposición de intereses cuya resolución supone el fin de la explotación y la desaparición de las mujeres y de los varones como clase)*”.

¹⁰⁶ Sobre o uso de “raça” entre aspas: “Utilizo o termo “raça” entre aspas para sublinhar o caráter eminentemente social, artificial e compósito. Como veremos, a “raça” reagrupa notadamente as relações de poder relacionadas à “cor” e à etnicidade, mas também à nacionalidade e ao status legal” (FALQUET, 2008, p. 123). No entanto, na língua portuguesa, a utilização de aspas se refere a alguma dessas situações: citações, transcrições, estrangeirismos, neologismos, arcaísmos, gírias e expressões populares, ironia ou ênfase, nomes de obras literárias ou artísticas. O destaque de raça, entre aspas, apesar de ter a intenção de destacar/dar ênfase, ao questionamento da base biológica, especialmente no momento dos anos 1970/1980 no bojo do movimento feminista e antirracista questionadores das compreensões biologicistas da raça e do sexo. A raça é uma categoria sociológica. Assim, Almeida (2019, p. 22, destaques do autor) indica que “No século XX, parte da antropologia constituiu-se a partir do esforço de demonstrar a autonomia das culturas e a inexistência de determinações biológicas ou culturais capazes de hierarquizar a moral, a cultura, a religião e os sistemas políticos. A constatação é a de que não há nada na realidade natural que corresponda ao conceito de raça. Os eventos da Segunda Guerra Mundial e o genocídio perpetrado pela Alemanha nazista reforçaram o fato de que a raça é um elemento essencialmente político, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico. Ainda que hoje seja quase um lugar-comum a afirmação de que a antropologia surgida no início do século XX e a biologia – especialmente a partir do sequenciamento do genoma – tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários”. Sendo assim, neste texto a opção é pela utilização de raça sem aspas.

É importante realizar uma ressalva quanto ao termo original, em francês, pois,

[...] existem duas palavras para uma única tradução no português: relações. *Rapport* designa relações mais amplas, estruturais, enquanto *relations*, diz respeito às relações mais pessoais, individuais, cotidianas. O conceito de *rappports sociaux de sexe* é diretamente fundamentado no de relações sociais de classe. Uma relação [*rapport*] social está vinculada aos conflitos e tensões entre grupos sociais com interesses antagônicos. Portanto, atravessa todo o tecido do campo social e dos fenômenos daí decorrentes (CISNE, 2014, p. 62).

Ainda, de forma mais esclarecedora a autora indica que:

As relações sociais se estabelecem num nível microsocial, são relações interindividuais. Elas são relativamente fáceis de modificar, mesmo individualmente. As *rappports* sociais estão em um nível macrosocial, estrutural. Elas se articulam entre grupos e só podem ser percebidas ou transformadas indiretamente, coletivamente¹⁰⁷(FALQUET, 2012, p. 138, tradução nossa).

Nesse sentido, a autora busca indicar que quando o FMF utiliza o termo relação, é no sentido dado por *rappports*. Assim, a compreensão que se coloca é que tais relações constituem/fazem parte da estrutura social.

O conceito de *rappports* sociais, [...] permite pensar ao mesmo tempo a sociedade, os indivíduos e as classes. As *rappports* sociais podem efetivamente ser vistas como tensões dinâmicas, sem cessar em recomposição, que constroem oposições e polarizações no campo social com mais ou menos força segundo o lugar em que se encontra a *rapport* de origem dessas tensões. Nesse sentido, elas permitem compreender melhor a posição relativa de diferentes sujeitos sociais submissos, simultaneamente, a várias dessas relações de força, que se exercem sobre diferentes planos, permitindo uma visão multidimensional e histórica das coisas¹⁰⁸ (FALQUET, 2012, p. 13, tradução nossa).

Partimos aqui, inicialmente, da acepção apresentada por Nicole-Claude Mathieu que, em texto publicado em 1973, “*Homme-culture et Femme-nature?*”, coloca os sexos como produto de uma relação social, no sentido acima exposto. Em outro texto, publicado originalmente em 1989, “*Identité sexuelle/sexuée/de sexe? Trois modes de conceptualisation*

¹⁰⁷ “*Les relations sociales relèvent d’un niveau micro-social, celui des relations inter-individuelles. Elles sont relativement faciles à modifier, même individuellement. Les rapports sociaux, eux, ressortent d’un niveau macrosocial, structurel. Ils se jouent entre groupes et ne peuvent être perçus ou transformés qu’indirectement, collectivement*”.

¹⁰⁸ “*Le concept de rapports sociaux en revanche, que je développe au chapitre 5, permet de penser à la fois la société, les individus et les classes. Les rapports sociaux peuvent être vus comme des tensions dynamiques, sans cesse en recomposition, qui construisent des oppositions et polarisent le champ social avec plus ou moins de force selon le point où l’on se trouve par rapport à l’origine de ces tensions. En ces sens, ils permettent aussi bien mieux de comprendre la position relative des différents sujets sociaux soumis simultanément à plusieurs de ces rapports de force, qui s’exercent sur différents plans, autorisant une vision multidimensionnelle et historique des choses*”

du rapport entre sexe et genre”, apresenta três grandes concepções sobre sexo, gênero e sexualidade na sociedade. A autora referida inicia o texto afirmando que a ambiguidade da noção de sexo tem a ver com a sobreposição da noção de sexo biológico e sexo social. E afirma que, esta última – a noção de sexo social – abriu caminhos para o que, mais tarde, veio a ser desenvolvido como gênero. Nesse sentido, aparentemente, gênero e sexo (social), segundo sua compreensão, seriam bem parecidos.

Tendo como questão perquirir os pontos de divergência na articulação sexo-gênero e as maneiras pelas quais eles aparecem frequentemente como sistemas bicategorizantes, ela chega a três modos de conceitualização: Modo I: Identidade “sexual”, baseada em uma consciência individualista/individual do sexo. Correspondência homóloga entre sexo e gênero: o gênero traduz o sexo; Modo II: Identidade “sexuada”, baseada em uma consciência de grupo. Correspondência analógica entre sexo e gênero: o gênero simboliza o sexo, e vice-versa; Modo III: Identidade “de sexo”, baseada em uma consciência de classe. Correspondência sociológica entre sexo e gênero: o gênero constrói o sexo (MATHIEU, 2013).

O modo I, da identidade “sexual”, é aquele de uma identidade/consciência individual, da vivência do sexo biológico. Jules Falquet (2019) explica que este é o modo mais familiar, ao ponto de pensarmos que é o único. Aqui o sexo é natural e apresenta apenas duas categorias exclusivas – machos e fêmeas – que se expressam nos corpos individuais dos sujeitos. Ao macho corresponde o masculino e à fêmea corresponde o feminino. E, a ambos, o modelo é a heterossexualidade que, no ocidente, expressa a Natureza. “O gênero traduz o sexo. Entre sexo e gênero, se estabelece uma correspondência homóloga¹⁰⁹. A diferença dos sexos é concebida como fundadora da identidade pessoal, da ordem social e da ordem simbólica¹¹⁰” (MATHIEU, 2013, p. 214, tradução nossa).

O modo II, da identidade sexuada,

A pessoa não se situa apenas individualmente em relação ao seu sexo biológico, mas a identidade pessoal é fortemente ligada a uma forma de consciência de grupo. O sexo não é mais apenas vivido, como no modo I, como um destino individual anatômico a ser seguido através da identidade de gênero que lhe seja conforme, mas o gênero é experimentado como uma espécie de modo de vida coletivo. Tem-se aqui a consciência da imposição de comportamentos sociais às pessoas sobre a base do seu sexo biológico (“grupo dos homens” / “grupo das mulheres”). O gênero simboliza o sexo (e às vezes o inverso). Estabelece-se entre sexo e gênero uma

¹⁰⁹ Homólogo aqui no sentido de igual, de ser a mesma coisa.

¹¹⁰ « *Le genre traduit le sexe. Entre sexe et genre, est établie une correspondance homologique. La différence des sexes est conçue comme fondatrice de l'identité personnelle, de l'ordre social et de l'ordre symbolique* ».

correspondência analógica¹¹¹ (MATHIEU, 2013, p. 220, tradução nossa).

O marcador também é a heterossexualidade, mas aqui ligada ao gênero oposto, não necessariamente ao sexo e, mesmo, independente do sexo. O sexo sendo um suporte simbólico do gênero. Aparecendo especialmente em sociedades não-ocidentais. Destaca-se que, segundo Mathieu (2013), a ideia de correção de injustiças nos *status* de homens e mulheres, igualdade de papéis com melhoria de seu conteúdo, mudanças de mentalidades, resumidas na ideia de luta das mulheres, dentro de diversos movimentos sociais, bem como a ideia de desvelamento do real poder das mulheres, da deusa-mãe, dos poderes e conhecimentos femininos ocultados pela ciência masculina (algo que podemos entender como próximo ao que hoje temos como sagrado feminino), são polos aparentemente opostos mas que expressam a concepção de que sempre haverá dois sexos e dois gêneros e que ambos precisam ser visibilizados/considerados.

Modo III, da Identidade “de sexo” (de classe de sexo), a heterogeneidade do sexo e do gênero, que expressa a ideia de que

[...] a bipartição do gênero é concebida como estranha à “realidade” biológica do sexo (que se torna cada vez mais complexa de definir), mas não, [...], à eficácia da sua definição ideológica. É a ideia mesma desta heterogeneidade entre sexo e gênero (sua natureza diferente) que leva a pensar, não mais que a diferença dos sexos é “traduzida” (modo I), “expressa” ou “simbolizada” (modo II) através do gênero, mas que o gênero constrói o sexo. Entre sexo e gênero é estabelecida uma correspondência socio-lógica e política. Trata-se de uma lógica antinaturalista e de uma análise materialista das relações sociais de sexo¹¹² (MATHIEU, 2013, p. 235, tradução nossa).

Assim, Nicole-Claude Mathieu (2013) vai indicar que as noções estáticas expressas pelos modos I e II – noções de desigualdade e hierarquia entre os sexos e de dominância masculina – no modo III são substituídas por noções dinâmicas – as de dominação, exploração e opressão. Aqui se passa à ideia de diferenciação, de construção social da

¹¹¹ « La personne ne se situe pas seulement individuellement par rapport à son sexe biologique, mais l'identité personnelle est fortement liée à une forme de conscience de groupe. Le sexe n'est plus seulement vécu, como dans le mode I, comme un destin individuel anatomique à suivre à travers l'identité de genre conforme, mais le genre est ressenti comme une sorte de mode de vie collectif. On a ici conscience de l'imposition de comportements sociaux à des personnes sur la base de leur sexe biologique (« group des hommes »/«groupe des femmes »). Le genre symbolise le sexe (et parfois inversement). Entre sexe et genre s'établit une correspondance analogique ».

¹¹² « [...] la bipartition du genre est conçue comme étrangère à la « réalité » biologique du sexe (qui devient d'ailleurs de plus en plus complexe à cerner) mais non pas, comme on le verra, à l'efficacité de sa définition idéologique. Et c'est l'idée même de cette hétérogénéité entre sexe et genre (leur nature différente) qui amène à penser, non plus que la différence des sexes est « traduite » (mode I) ou « exprimée » ou « symbolisée (mode II) à travers le genre, mais que le genre construit le sexe. Entre sexe e genre, est établie une correspondance socio-logique, et politique. Il s'agit d'une logique antinaturaliste et d'une analyse matérialiste des rapports sociaux de sexe ».

diferença. A autora considera o modo III como expressão de uma análise e lógica materialista e antinaturalista das relações sociais de sexo, na medida em que a questão que se pede aqui é saber o que é (ou quem são) essas mulheres e homens que nos modos I e II, aparecem seja de forma evidente ou flutuante, em sempre duas categoriais de sexo e de gênero.

Aqui, nos parece importante também, apresentar o que se coloca para as autoras como essa lógica e análise materialista. Christine Delphy é quem nos dá a primeira definição, em texto publicado em 1975, sob o título *“Pour un féminisme matérialiste”*. Ela afirma que “Uma interpretação feminista da história é “materialista” em sentido amplo, ou seja, que suas premissas a conduzem a considerar as produções intelectuais como o produto de relações sociais e a considerar estas como produtos de relações de dominação¹¹³ (DELPHY, 2013a, p. 271, tradução nossa). Assim, indica que a luta das mulheres é a condição necessária para a inclusão de novos domínios da experiência na análise materialista e, da mesma forma, a análise materialista de todos os aspectos da opressão das mulheres é um processo necessário para sua luta.

De fato, a consciência de classe dos proletários não é o resultado da teoria marxista do capital; pelo contrário, é a teoria marxista do capital que é fundada sobre a premissa necessária da opressão do proletariado. A opressão é uma conceitualização possível de uma dada situação; e essa conceitualização provém de um ponto de vista, melhor dizendo, de um lugar preciso dessa condição: a do oprimido. Da mesma forma, é do ponto de vista e de vida das mulheres que sua condição pode ser concebida como opressão. Essa tomada de consciência não é anterior nem posterior à luta, à ação, ela é simultânea a esse processo, pois ela é o aspecto de consciência da luta; em outros termos, se trata de duas dimensões de um mesmo fenômeno, não de dois fenômenos diferentes¹¹⁴ (DELPHY, 2013a, p. 278, tradução nossa).

É necessário, pois, construir a compreensão de Relação Social de Sexo, indicada nas produções do FMF. De acordo com Anne Marie Devreux (2005),

No sentido marxista, uma relação social é uma oposição estrutural de duas classes com interesses antagônicos. Com o estudo das relações sociais de sexo assistimos a um enriquecimento do marxismo. Para esse campo de estudos, os sistemas de representação são tão importantes quanto as práticas da divisão do trabalho e do

¹¹³ « Une interprétation féministe de l'histoire est donc « matérialiste » au sens large, c'est-à-dire que ses prémisses la conduisent à considérer les productions intellectuelles comme le produit de rapports sociaux, et à considérer ceux-ci comme des rapports de domination ».

¹¹⁴ « En effet la conscience de classe des prolétaires n'est pas le résultat de la théorie marxiste du capital ; au contraire, c'est la théorie marxiste du capital qui est fondée sur la prémisses nécessaire de l'oppression des prolétaires. L'oppression est une conceptualisation possible d'une situation donnée ; et cette conceptualisation ne peut provenir que d'un point de vue c'est-à-dire d'une place précise dans cette condition : celle d'opprimé. De même ce n'est que du point de vue et de vie des femmes que leur condition peut être conçue comme oppression. Cette prise de conscience n'est ni antérieure ni postérieure à la lutte, à l'« agir », elle en est simultanée parce qu'elle est l'aspect de conscience de la lutte ; en d'autres termes il s'agit de deux aspects d'un même phénomène, non de deux phénomènes différents ».

poder, tão importantes quanto a dimensão material na dominação dos homens sobre as mulheres. (DEVREUX, 2005, p. 256)

No desenvolvimento do pensamento sociológico francês o conceito de Relação Social de Sexo (RSS) se firmou como uma ferramenta de análise das múltiplas determinações da opressão das mulheres, traduzindo a unicidade da lógica da organização social que constitui a dominação das mulheres pelos homens. Anne Marie Devreux (2005) apresenta dois grandes grupos que conformam a Relação Social de Sexo: as atividades das relações sociais de sexo, expressas pela divisão sexual do trabalho, divisão sexual do poder e categorização do sexo (ou divisão das categorias de pensamento sobre os sexos); e propriedades formais, que

[...] são as características formais sob as quais essas relações aparecem no espaço social, por meio do partilhamento desse espaço em esferas ou campos, como a esfera do trabalho produtivo, da família, da escola, do político etc. Trata-se do caráter transversal (a transversalidade), do caráter dinâmico e do caráter antagônico das relações sociais de sexo (DEVREUX, 2005, p. 566).

A transversalidade da RSS indica que esta relação pode ser encontrada em toda a parte da sociedade e, como já apontou Heleieth Saffioti (2004), mesmo onde somente uma categoria de sexo está fisicamente representada. A dinâmica da RSS significa que esta relação se desenvolve segundo sua própria lógica. Consideramos que a ordem do capital incorporou e radicalizou esse processo, ao ponto de que podemos verificar diversos momentos de avanços e retrocessos nesta relação que caminham junto com os momentos histórico-conjunturais do processo de desenvolvimento e manutenção capitalista. O antagonismo da RSS

[...] sugere que os grupos de sexo se opõem por interesses radicalmente contrários. [...] Foi a demonstração da opressão das mulheres no interior do casamento (Delphy, 1970, 1998) que conduziu à ideia de antagonismo. [...] No ponto de partida da análise das relações homens/ mulheres, em termos de relações sociais de sexo, encontra-se o postulado do antagonismo. De um ponto de vista teórico, uma relação social supõe o antagonismo entre os dois grupos, as duas classes que ela opõe. Sem divergência radical, sem oposição dos interesses respectivos dessas duas classes, simplesmente não há espaço para se falar em relação social. [...] O recurso à noção de antagonismo não nega a existência de outros antagonismos sociais, entre raças e entre classes sociais. Permite, entretanto, compreender a luta específica das mulheres e, sobretudo, a luta específica dos homens e suas resistências à mudança social em favor das mulheres (DEVREUX, 2005, p. 577).

Mas, o que seria então relação social? Como a relação social é estruturante da sociedade? Xavier Dunezat (2004) aponta que para compreender uma sociedade e qualquer fenômeno social que nela/dela se origine há necessidade de se ter em conta as relações sociais

fundamentais que as estruturam. A hipótese da transversalidade dessas relações sociais está na origem desta compreensão. No quadro da sociologia francesa e, especialmente do FMF, é comum encontrar a afirmação de que a relação social de sexo, de classe e de raça são estruturantes da sociedade, ou seja, atravessam todas as formas de sociabilidade humana.

Esta afirmação é bastante próxima com as considerações levantadas, também, pela autora brasileira, Heleieth Saffioti (2004) que pondera a necessidade de, para qualquer análise da sociedade, com destaque para a brasileira, considerar o nó estruturante patriarcado, racismo, capitalismo. Angela Davis (2016), em *Mulheres, Raça e Classe* também apresenta suas discussões tendo como base fundante estas, podemos dizer assim, três dimensões estruturantes das relações sociais.

Quando se fala de relação social, Dunezat (2004, p. 96, tradução nossa), destaca que tal definição “[...] parece se referir apenas à definição de relações sociais de classe, especialmente as da sociedade capitalista¹¹⁵”. Assim, o mesmo autor vai destacar que, a maioria das contribuições em termos de relação social de sexo no bojo da sociologia francesa tem alguma relação com a teoria marxista/marxiana, seja positiva ou negativa essa relação. Como visto páginas acima essa era inclusive uma afirmação presente nos textos de divulgação do MLF e pode também ser encontrada no texto *L’ennemi Principal*.

Neste cerne, duas correntes teóricas materialistas sobre relação social podem ser identificadas: uma que compreende a relação social de sexo em termos de autonomia e outra que a teoriza em termos de simultaneidade das relações sociais. A primeira delas pode ser identificada como mais próxima das autoras trabalhadas nesta tese enquanto a segunda pode ser localizada a partir das discussões de Danièle Kergoat, na França (DUNEZAT, 2004). Podemos também situar Saffioti, no Brasil, como próxima desta última.

Assim, para as feministas materialistas, estudadas nesta tese, a compreensão de relação social de sexo, passa pela concepção de relações autônomas e específicas. Em outras palavras, como expresso em diversos momentos em seus textos, ao lado das relações tipicamente capitalistas, das relações sociais de classe, existe um modo de produção doméstico, no qual e pelo qual as mulheres são exploradas (DELPHY, 2013b). Esta seria uma forma específica de exploração das mulheres a partir do processo de apropriação integral de seus corpos, da integridade de seu ser pelo processo de apropriação - superior a simples exploração da força de trabalho-, definida por Colette Guillaumin (2016) como relação de

¹¹⁵ “[...] semble renvoyer à la seule définition des rapports sociaux de classe, et plus particulièrement ceux de la société capitaliste”.

*sexagem*¹¹⁶. Também há a compreensão da reprodução de seres humanos colocada como uma relação de exploração, como pode ser observado em Paola Tabet (1998). Seja como for, o importante a destacar é que para essa linha de compreensão, um ponto comum que se coloca é a existência de distintos *modos de produção* não resumíveis, não açambarcáveis ao modo de produção capitalista.

Xavier Dunezat (2004) faz uma crítica interessante a essa compreensão. Ao mesmo tempo em que é importante reconhecer a coragem teórica das autoras aqui trabalhadas, haja vista que buscavam enfrentar a supremacia de análises naturalistas e mesmo uma certa posição de diversos grupos de esquerda que também essencializavam as relações homem/mulher, nesse processo surge uma contradição que o autor sistematiza como segue:

[...] a demonstração da autonomia das relações sociais de sexo em relação às relações sociais de classe estava em contradição com a transversalidade das relações sociais de sexo. Se se mantivesse o postulado de que as relações sociais de classe existiam (o que era geralmente implícito), então as relações sociais de sexo - como relações fundamentais - tinham que passar por elas desde o início, o que implicava não considerar o campo produtivo como um simples espaço para ampliar o modo de produção doméstica. A vontade de identificar um "principal inimigo" foi assim enfraquecida. [...], a contradição entre autonomia e transversalidade leva a negligenciar, na melhor das hipóteses minimizando, as relações de sexo quando elas são mais difíceis de "ver" (a esfera produtiva) ou quando não são "vistas"¹¹⁷ (DUNEZAT, 2004, p. 138, tradução nossa).

Esta indicação é bastante próxima daquela que motivou a busca pelo aprofundamento da compreensão de análise deste campo do FMF, expressa em alguns momentos ao longo deste texto, que tem a ver com a questão da formulação de classe de sexo: se mulheres e homens formam parte de distintas classes de sexo e se, por classe, tem-se a compreender de que cada lado possui interesses irreconciliáveis estão, portanto, em constante antagonismo, como homens e mulheres podem ter interesses comuns e compor a luta da classe trabalhadora? Essa discussão será melhor aprofundada no ponto no item “Apropriação e exploração da força de trabalho: caminho para o compreender a sexagem”, desta tese.

No que se refere a segunda corrente citada acima, que também postula suas teorizações a partir da compreensão de relação social, esta, segundo Xavier Dunezat (2004), é

¹¹⁶ Essa discussão apropriação/exploração será aprofundada mais a frente.

¹¹⁷ “[...] *la démonstration de l’autonomie des rapports sociaux de sexe vis-à-vis des rapports sociaux de classe entraine en contradiction avec la transversalité des rapports sociaux de sexe. Si l’on maintenait le postulat que des rapports sociaux de classe existaient (ce qui était généralement implicite), alors les rapports sociaux de sexe - en tant que rapports fondamentaux - devaient d’emblée les traverser, ce qui supposait de ne pas considérer le champ productif comme un simple espace d’extension du mode de production domestique. La volonté d’identifier un « ennemi principal » s’en trouvait dès lors affaiblie. [...] la contradiction autonomie / transversalité conduit à négliger, au mieux à minimiser, les rapports sociaux de sexe quand on les « voit » plus difficilement (sphère productive) ou quand on ne les « voit » pas (espaces de non mixité sexuée)*”.

a que coloca suas ponderações tendo a compreensão de que a ordem social é produto da ação simultânea e articulada, ou seja, coextensiva das relações sociais fundamentais de classe, sexo e raça¹¹⁸, levando a postulação de que uma não pode ser analisada independentemente das outras relações sociais fundamentais. Mas o autor também identifica uma contradição importante nesta orientação, que coloca ou que tende a ter uma centralidade nas relações sociais de classe.

Como visto nos parágrafos acima, uma questão importante para a compreensão e mesmo expressão da relação social de sexo é a opressão, a opressão das mulheres que aparece e se coloca para as autoras aqui estudadas, como um produto da atividade humana, como uma situação política. Assim, é sobre essa categoria que nos debruçaremos no item subsequente

5.2 DEBATE SOBRE A CATEGORIA OPRESSÃO

Algo importante para o avanço da compreensão sobre o lugar do feminismo reivindicado pelo MLF e pelo FMF é a compreensão do debate travado sobre a categoria opressão, que se coloca, como dito anteriormente, como ponto de partida importante em suas teorizações. Segundo Maíra Abreu (2016)

Teorizar uma questão pressupõe a existência de um problema. A dominação das mulheres foi, durante muito tempo, uma não questão: “Não há um problema da mulher” repete-se insistentemente. A isso, muitas feministas responderam, expondo o sujeito dessa enunciação: “Exato: para os opressores não há nunca o problema do oprimido”. As queixas do oprimido são neutralizadas, na mesma medida em que seu objeto é naturalizado na vida cotidiana e nas análises teóricas: “Para o opressor, não há opressão, claramente, mas um fato da natureza”. Desnaturalizar esse “fato natural”, possibilitar que ele assuma o estatuto de problema, convertendo-o em uma questão política, constituiu um elemento fundamental do feminismo que emerge naquele momento. (ABREU, 2016, p. 114)

Diversos textos¹¹⁹ do início do MLF, especialmente os de divulgação militante, apontam, fazem referência e denunciam a situação de opressão das mulheres.

[...] o fato é que podemos encontrar, em diversos textos, a perspectiva de que o movimento estava criando algo absolutamente novo, que implicava não somente uma nova forma de fazer movimento, mas também novos conceitos, novas teorias, um novo prisma (ABREU, 2016, p. 114).

¹¹⁸ Ainda que no início das teorizações, tanto na primeira corrente quanto nesta, a raça seja uma questão pouco trabalhada, merece destaque o trabalho pioneiro de Guillaumin (1972, 1992).

¹¹⁹ *J'aime le mouvement de libération des femmes. Torchon Brûle, n.1, s.d; Féministes Révolutionnaires. Torchon brûle n.5, s.d.; A nous la parole. Le torchon brûle – L'idiot liberte, décembre 1970; Pourquoi je suis dans la lutte des femmes. Le Torchon brûle. L'idiot liberte, décembre 1970.*

Christine Delphy (2013a, p. 269), compreende que a renovação do feminismo coincide com o emprego do termo opressão. Ela indica que o senso comum, no discurso cotidiano não fala de opressão, mas de “condição feminina” e que essa forma indica uma explicação naturalista, uma “condição natural” não modificável pela ação humana. Já o termo opressão remete a uma explicação, uma situação política. Em suas palavras: ‘Opressão’ e ‘opressão social’ são então sinônimos ou mais ainda, “opressão social” é um pleonasma: a noção de uma causa política, melhor dizendo, social é parte integrante do conceito de opressão¹²⁰. Em outro texto, a mesma autora vai indicar que o patriarcado se configura como um tipo específico de opressão (DELPHY, 2013b).

Monique Wittig (1970), inspirada em Engels, indica que as mulheres são a classe mais oprimida desde tempos remotos e que, como tal, devem lutar contra o poder que mantém essa opressão que ela nomeia como sexismo:

As americanas, que começaram a luta de liberação, nomeiam “sexismo” a segregação sob a qual somos mantidas. Como o racismo, o sexismo é tão bem implantado na ideologia da classe dominante que somente a tomada radical do poder poderá destruí-la. Uma tomada do poder política para representar por nossa vez nosso interesse como sendo o interesse universal. Isso num primeiro momento, o objetivo de toda tomada de poder pelo povo é a abolição da dominação em geral. Nosso interesse é esse do povo. Nós somos o povo¹²¹. (WITTIG, 1970, p. 13, tradução nossa)

Nicole-Claude Mathieu (2013, p. 129, tradução nossa), apesar de não definir diretamente o que entende por opressão, utiliza o termo próximo do que define Christine Delphy, com uma conotação político-social, visando distanciamento das interpretações naturalistas. No texto “*Quand céder n’est pas consentir*”, ela busca defender que mesmo com as particularidades de cada cultura, há que se pôr o desafio de compreender como se coloca a disparidade das relações de sexo nesse contexto, pois, se elas não aparecem ou se se tem um tom de neutralidade, corre-se o risco de apenas duplicar/reforçar o “[...] poder dos homens sobre as mulheres, aqui e alhures. O etnocentrismo e o androcentrismo se dão muito bem¹²²”.

¹²⁰ « *Oppression* » et « *oppression sociale* » sont donc synonymes ou plutôt « *oppression sociale* » est un pléonasma: la notion d’une cause politique c’est-à-dire sociale fait partie intégrante du concept d’oppression.

¹²¹ “*Les Américaines, qui ont commencé leur lutte de libération, appellent « sexisme » la ségrégation dans laquelle nous sommes maintenues. Comme le racisme, le sexisme est si bien implanté dans l’idéologie de la classe dominante que seule une prise de pouvoir radicale pourra le détruire. Une prise de pouvoir politique pour représenter à notre tour notre intérêt comme étant l’intérêt universel. Cela pour le premier temps, le but de toute prise de pouvoir par le peuple étant l’abolition de la domination en général. Notre intérêt est celui du peuple. Nous sommes le peuple*”.

¹²² « [...] le pouvoir des hommes sur les femmes, ici et ailleurs. L’ethnocentrisme et l’androcentrisme font alors bon ménage »

A palavra "dominação" chama a atenção para aspectos relativamente estáticos: de "posição acima", como a montanha que domina; de "autoridade", de "maior importância". Enquanto a palavra opressão implica e insiste na ideia de violência exercida, de excesso, de sufocamento - que não é nada estática... pelo menos até o momento da anestesia, coma, morte ou suicídio¹²³ (MATHIEU, 2013, p. 207, tradução nossa).

Paola Tabet (1998), no campo da discussão sobre a sexualidade, diz que a sufocação da sexualidade feminina é obtida pela pura violência – especificamente o estupro, mutilação física e a ameaça de tais situações. Nesse sentido, ela refere que a opressão e condicionamento psicológico são equivalentes funcionais dessa ameaça física.

Colette Guillaumin (2016, p. 67, tradução nossa), no bojo de sua argumentação que busca refutar uma ideia de natureza feminina que justificaria a hierarquização inferior das mulheres, diz que os termos opressão, exploração e apropriação expressam a situação social das mulheres em ordem crescente. Em nota de rodapé, na mesma página, busca sistematizar, então, o que expressam estes termos, conforme segue abaixo:

Oprimidas: Este é o ponto de unanimidade entre as diferentes interpretações. Todas nós sentimos que somos impedidas, prejudicadas, na maioria das áreas de existência, que nunca estamos em condições de decidir o que convém à nossa classe e a nós mesmas, que nosso direito de expressão é quase nulo, que nossa opinião não conta, etc. *Exploradas*: Se todas nós sentimos esse peso opressivo, poucas percebem claramente que delas [das mulheres] retiramos benefícios materiais substanciais (benefícios psicológicos também, pois um não existe sem o outro), retira-se do seu trabalho, do seu tempo, da sua força, uma parte da existência que assegura à classe dos homens uma vida melhor que não existiria sem esse processo. *Apropriadas*: Poucas de nós percebemos até que ponto a relação social de sexo tem uma especificidade que a torna semelhante à relação de escravidão. O *status* de sexo (o sexo somos nós) deriva das relações de classe de sexo que se baseiam na apropriação material da individualidade física e não no mero açambarcamento da força de trabalho [...] ¹²⁴. (GUILLAUMIN, 2016, p. 67, tradução nossa)

¹²³ « Le mot « domination » porte l'attention sur des aspects relativement statiques : de « position au-dessus », telle la montagne qui domine ; d'« autorité », de « plus grande importance ». Tandis que le terme oppression implique et insiste sur l'idée de violence exercée, d'excès, d'étouffement — ce qui n'a rien de statique... du moins jusqu'au moment de l'anesthésie, du coma, de la mise à mort ou du suicide ».

¹²⁴ *Opprimées*. C'est le point d'unanimité entre les différentes interprétations. Nous sentons toutes que nous sommes empêchées, entravées, dans la majorité des domaines de l'existence, que jamais nous ne sommes en position de pouvoir décider de ce qui convient à notre classe et à nous-mêmes, que notre droit à l'expression est quasi nul, que notre avis ne compte pas, etc. *Exploitées*. Si nous sentons toutes peser sur nous ce poids oppressif, beaucoup moins d'entre nous aperçoivent clairement qu'on tire d'elles des bénéfices matériels substantiels (des bénéfices psychologiques aussi, bien sûr, car l'un ne va pas sans l'autre) ; qu'on prélève sur leur travail, sur leur temps, sur leurs forces, une part d'existence qui assure à la classe des hommes une vie meilleure qu'elle ne serait sans ce prélèvement. *Apropriées*. Peu d'entre nous réalisent à quel point la relation sociale de sexe présente une spécificité qui fait d'elle une parente de la relation d'esclavage. Le statut du « sexe » (le sexe c'est nous) découle des rapports de classe de sexe qui se fondent sur l'appropriation matérielle de l'individualité physique et non sur le simple accaparement de la force de travail, ainsi qu'on l'a vu dans la première partie de cet article (GUILLAUMIN, 2016, p. 67).

Como expressei mais diretamente por Colette Guillaumin (2016), talvez a utilização do termo opressão possa ser entendida como um ponto de partida, algo que buscava dar mais corpo e fazer frente às discussões que tendiam a essencializar/naturalizar a situação das mulheres e descolava esse processo da conformação das relações sociais. Máira Abreu (2016, p. 120), afirma que “Assumir a experiência da opressão como ponto de partida para a teoria implicava subverter o que antes era concebido em termos de essência, de condição, de “problema” e romper com a separação entre um aspecto ‘prático’ e outro ‘teórico’”.

Também pode-se perceber que o termo é especialmente utilizado de forma genérica, para fazer referência, como dito por Christine Delphy, que a causa da hierarquização da relação social sexo é – sem a intenção de ser redundante – social e tem, portanto, caráter histórico. Essa posição foi especialmente importante dentro do MLF e das primeiras formas de organização desenvolvidas no seu interior. Em seu início, há também uma dimensão de crítica epistemológica, que buscava se diferenciar das discussões sobre “condição feminina”, “condição da mulher”. Tal dimensão, segundo Máira Abreu (2016), foi um elemento fundamental para as reflexões das feministas materialistas.

Nos textos mais teóricos, já das autoras vinculadas ao campo do feminismo materialista francês, este termo não é abandonado. Porém, como visto brevemente acima, ele se torna um ponto que aproxima diversas vertentes e concepções do feminismo. Assim, as autoras do FMF buscam realizar suas elaborações tendo esse ponto de partida, mas apresentam outras categorias para aprofundamento da compreensão da relação social de sexo, especialmente: dominação, exploração e apropriação¹²⁵. Talvez possamos compreender a utilização do termo opressão como uma forma mais ampliada, especialmente no bojo dos movimentos feministas e da produção teórica comprometida com o movimento, para indicar justamente uma filiação comprometida com a luta social. Como afirma Christine Delphy (2013b),

O termo "opressão" é importante: sua utilização nos anos 1970 teve valor simbólico e a sociedade da época, ao reagir violentamente contra o movimento feminista, entendeu isso muito bem. Não se tratava mais de melhorar o "status da mulher" como parte de um programa "social" em um sentido de políticas, ou seja, não-político. Se tratava da rebelião de um grupo social¹²⁶. (DELPHY, 2013b, p.42, tradução nossa)

¹²⁵ Discussão mais aprofunda no ponto *Apropriação e exploração da força de trabalho: caminho para o compreender a sexagem*.

¹²⁶ “Le terme « oppression » est important : son utilisation dans les années 1970 avait valeur de symbole et la société de l’époque, en réagissant violemment contre le mouvement féministe, l’a très bien compris. Il ne s’agissait plus d’améliorer la « condition des femmes », dans le cadre d’un programme « social » au sens des politiques, c’est-à-dire non-politique. Il s’agissait de la rébellion d’un groupe social”.

A autora busca enfatizar que a luta que se devolveva naquele momento questionava a limitação das pautas feministas até então desenvolvidas, que tratava a política feminista com especial preocupação para a crítica a instituições e leis discriminatórias, e é essa defesa que ela denomina não-política, haja vista que essa denominada rebelião de um grupo social – das mulheres – deveria e almejava culminar em uma crítica radical a forma de relação social hierarquizante, ou seja, a toda a estruturação do sistema desde suas expressões mais abstratas as mais cotidianas e por isso política.

Heleieth Saffioti (1984), autora brasileira, também realiza um debate sobre opressão, dominação e exploração das mulheres. Em certa altura, vai dizer que

Opressão e exploração não são propriamente fenômenos distintos. Antes, eles se apresentam como dimensões específicas de um mesmo processo multi-dimensional. Ainda que sua raiz seja de natureza econômica, este processo apresenta outras dimensões: política, cultural, social, sexual etc. Nas sociedades pré-capitalistas, graças ao disfarce jurídico-religioso do qual se reveste a base econômica, as faces da opressão e da exploração deste processo de subordinação da mulher aparecem inextricavelmente ligadas. Com a relativa autonomia do processo econômico nas formações sociais capitalistas, torna-se possível, para fins analíticos, distinguir entre o aspecto opressão e o aspecto exploração da mulher. Entretanto, é preciso chamar a atenção para o fato de que opressão e exploração não tem um fundamento diferente. Em última instância, ambas estão enraizadas na economia, ainda que a dimensão opressão faça revestir de evidentes elementos ideológicos (SAFFIOTI, 1984, p. 19).

Em outro texto, a mesma autora refere que “[..] a soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão”. Também apresenta o debate dominação-exploração (assim, com hífen), como uma mesma palavra composta. cremos que todo esse imbróglio pode ser aqui sintetizado nessa categoria, elaborada por Saffioti (1984).

Outra dimensão importante das autoras aqui estudadas, se coloca para o entendimento da relação social de sexo e juntamente com isso, da classe de sexo, está na relação apropriação e exploração da força de trabalho das mulheres. O que Colette Guillaumin (2016) define como sexagem. É nesse debate que pretendemos adentrar na sequência.

5.3 APROPRIAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: CAMINHO PARA O COMPREENDER A SEXAGEM.

Uma das sustentações que pudemos identificar, a partir da introdução realizada por Jules Falquet e Ochy Curriel no livro “El Patriarcado a desnudo: tres feministas materialistas” para a compreensão da categoria mulheres, como classe de sexo e logo, como uma classe

social específica, “[...] criada para e pela exploração de seu trabalho” (CURIEL, FALQUET, 2005, p. 10, tradução nossa), encontra-se no artigo manifesto de Christine Delphy, de 1970, “O Inimigo Principal”, texto no qual a autora

[...] afirma que a classe das mulheres está sendo prejudicada na relação de exploração do trabalho domésticos das esposas – e dos homens mais novos – por parte dos maridos – e dos irmãos mais velhos – no marco do casamento e da exploração familiar. Isto define o que Delphy denomina modo de produção doméstico, o qual forma a base do sistema patriarcal, que coexiste com o modo de produção industrial, base do sistema capitalista¹²⁷. (CURIEL; FALQUET, 2005, p. 10, tradução nossa).

Essa assertiva também aparece no Editorial da revista *Questions Féministes*, já citado em outra parte deste texto, da seguinte forma:

O feminismo radical se exprime também em referência às correntes políticas contestatórias, revolucionárias, atuais. Recusa toda ingerência de grupos políticos em face dessa problemáticas e considera certas noções, certas palavras de ordem como fundamentalmente falseadas/falsificadas/falseantes (a ideia de “luta principal” e “lutas secundária”; o terrorismo da explicação única pelo capitalismo). Ele se propõe a encontrar um enfoque materialista utilizando politicamente certos conceitos. Portanto, se se baseia/compreende a noção de classe social corretamente – é dizer, sobre a existência de uma dinâmica opressiva e não sobre um conteúdo estático -, podemos colocar/entender as mulheres como pertencentes a uma mesma classe social de gênero. Essa análise do pertencimento de todas as mulheres à uma mesma classe social – no mesmo sentido da ruptura com a ideologia naturalista – é condição necessária/precípua de toda luta feminista¹²⁸ (QUESTIONS FEMINISTES, 1977, p. 6).

Outra autora, Colette Guillaumin (2016), apresenta mais uma categoria, “[...] afirma que as mulheres constituem uma classe apropriada, não apenas individualmente, por meio da instituição do matrimônio, mas também coletivamente, pela classe dos homens, em relações

¹²⁷ “[...] afirma que la clase de las mujeres está siendo producida en la relación de **explotación del trabajo doméstico de las esposas** —y de los varones menores— por parte de los maridos —y de los hermanos mayores— en el marco de la institución del matrimonio y de la explotación familiar. Esto define lo que Delphy llama el **modo de producción doméstico**, el cual forma la base del **sistema patriarcal**, que coexiste con el modo de producción industrial, base del sistema capitalista”.

¹²⁸ « Le féminisme radical s’exprime aussi en référence aux courants politiques contestataires, révolutionnaires, actuels. Il refuse toute ingérence des groupes politiques en place dans sa problématique, et considère certaines notions, certains mots d’ordre comme fondamentalement falsifiés (idée de « lutte principale » et « luttes secondaires » ; terrorisme de l’explication unique par le capitalisme). Il se propose de retrouver une démarche matérialiste en utilisant politiquement certains concepts. Ainsi, si l’on fonde la notion de classe sociale correctement, dialectiquement – c’est-à-dire sur l’existence d’une dynamique oppressive, et non sur un contenu statique -, on peut poser les femmes comme appartenant à une même classe sociale de genre. Cette analyse de l’appartenance de toutes les femmes à une même classe sociale – au même titre que la rupture avec l’idéologie naturaliste – est le préalable de toute lutte féministe ».

de sexagem¹²⁹” (CURIEL; FALQUET, 2005, p. 10, tradução nossa). Guillaumin (2016) faz um paralelo entre a situação das mulheres, apropriadas física e espiritualmente, pelos homens, com a dos escravos do século XVII, também apropriados como ferramenta de produção e reprodução.

O paralelo que sugere Guillaumin (2016) se enraíza no fato material de que a apropriação e suas consequências no plano das ideias (ideológico), concretamente, na construção de um discurso da Natureza. Ela demonstra como a construção da ideologia naturalista legitima a apropriação das mulheres (coisificadas e naturalizadas por meio da categorização de sexo) e dos escravos (coisificados e naturalizados por meio da racialização, sexizadas no caso das mulheres), como algo natural e inscrito dentro do marco de um destino biológico (CURIEL; FALQUET, 2005, p. 11). Aparentemente tal categoria – apropriação – poderá ser analisada em contraponto à compreensão da exploração eminentemente capitalista.

Outra autora importante, que apresenta as bases do debate inaugurado pelo FMF, é Monique Wittig¹³⁰ (2007), que propõe a análise da heterossexualidade como um sistema político e um dispositivo ideológico poderoso, ao qual denomina “pensamento *straight*”, que estaria na base da apropriação das mulheres e de sua situação de classe. É com essa assertiva que vai, então, afirmar que as mulheres que “[...] fogem das relações de apropriação que as atam a seus amos – não são mulheres”. Wittig, segundo as autoras aqui trabalhadas, analisa a heterossexualidade como um sistema político que fundamenta a opressão e a exploração das mulheres. Também questiona de forma incisiva as possibilidades de “[...] alianças entre mulheres e a unidade da classe das mulheres, na medida em que as mulheres podem ter interesses distintos e até opostos¹³¹” (CURIEL; FALQUET, 2005, p. 11-12, tradução nossa).

Podemos com este último excerto, identificar uma pista, que merece ser aprofundada, sobre a compreensão de classe de sexo que parece derivada da classe social, mas que, talvez, não se tenha levado a cabo os aprofundamentos necessários, haja vista, que as autoras indicam a possibilidade da existência de interesses opostos (talvez antagônicos) das mulheres como categoria.

As autoras continuam,

¹²⁹ “[...] afirma que las mujeres constituyen una clase apropiada, no sólo individualmente, por medio de la institución matrimonial, sino que también colectivamente, por la clase de los varones, en las relaciones de *sexaje*”.

¹³⁰ Militante feminista lésbica (1935-2003), sua produção é particularmente interessada em superar a noção de gênero e o contrato heterossexual.

¹³¹ “[...] huyen de las relaciones de apropiación que l@s atan a sus am@s— no son mujeres. [...] De hecho, su análisis de la heterosexualidad como un sistema político que fundamenta la opresión y la explotación de las mujeres, plantea con fuerza la cuestión de las posibles alianzas entre las mujeres y de la unidad de la clase de las mujeres, en la medida en que las mujeres pueden tener intereses distintos y hasta opuestos”.

Resta muito ainda por pensar em torno da apropriação coletiva das mulheres e como libertar-se dela, já que, certamente, as lésbicas, assim como as monjas de diferentes confissões, ainda que não pertençam à nenhum homem em particular, seguem sendo objeto de uma apropriação coletiva. Não apenas não se livram da perseguição e da violência sexual, mas também seus salários, os tipos de profissão que podem pretender e a imagem que se forma sobre elas na sociedade, não são fundamentalmente diferentes do que corresponde às demais mulheres. Além do mais, o fato de que certa quantidade de mulheres escape individualmente do sistema heterossexual, o que pode lhes permitir pensar muito mais claramente sobre sua situação e a de sua classe, isso não garante a abolição das classes (mulheres e homens) nem o fim do sistema heteropatriarcal (CURIEL; FALQUET, 2005, p. 11-12, tradução nossa)¹³².

Adentraremos agora, diretamente, no debate importante travado por Colette Guillaumin (2014) e brevemente apresentado acima. Colette Guillaumin (2014), parte de premissa de que as mulheres, em todo caso, os seres humanos fêmeas, são possuídas, apropriadas pelos homens, de forma privada e de forma coletiva.

Quando nasce um bebê macho, ele nasce como futuro sujeito, que terá de vender sua força de trabalho, mas não sua própria materialidade, sua própria individualidade. E, mais ainda, proprietário de si mesmo, ele poderá igualmente adquirir a individualidade material de uma fêmea. E, ademais, irá dispor igualmente da força de trabalho da mesma, que ele usará da maneira que lhe convenha, inclusive demonstrando que não a utiliza (GUILLAUMIN, 2014, p. 28).

Nesse sentido, ela vai dizer que essa forma de relação social se exprime nos hábitos verbais, por exemplo, na forma de expressão de mencionar os sujeitos, em determinada situação, no caso quando há sujeitos mulheres, em separar essa menção (trabalhadores, dentre eles mulheres, por exemplo). A autora avalia que isso indica que às mulheres cabe a sua designação por sexo, independentemente de qualquer qualificação que possua, ou seja, em qualquer contexto, profissional, político etc., qualquer qualificação relacionada a ele é omitida das mulheres, estas sendo qualificadas, prioritariamente como mulheres. Para a autora, isso significa uma qualificação prioritária por seu sexo¹³³.

¹³²“Mucho queda por pensar en torno a la apropiación colectiva de las mujeres y como liberarse de ella, ya que ciertamente las lesbianas, tanto como las monjas de diferentes confesiones, aunque no pertenezcan a ningún varón en particular, siguen siendo objeto de una apropiación colectiva. No solo no se libran del hostigamiento y de la violencia sexual, sino que también sus salarios, el tipo de profesión a la que pueden pretender y la imagen que de ellas se forma la sociedad, no son fundamentalmente diferentes de lo que les corresponde a las demás mujeres. Además, el hecho que cierta cantidad de mujeres escapen individualmente al sistema heterossexual, si bien les puede permitir pensar mucho más claramente su situación y la de su clase, no garantiza la abolición de las clases (mujeres y varones) ni el fin del sistema heteropatriarcal”.

¹³³ No Brasil, e acredito que em outros países, tornou-se comum entre alguns espaços o “chá de revelação”, em que mulheres grávidas junto com outras pessoas durante uma festa descobrem o sexo do bebê. Há diversos vídeos na internet mostrando como se dão essas festas, em geral com marcadores bastante evidentes do conservadorismo que isso expressa, como rosa para indicar bebês fêmeas, logo mulheres e azul, bebês machos, logo homens, bem como as diversas reações as pessoas presentes, especialmente genitoras, a depender da cor que aparece, como se isso determinasse o destino do sujeito que está sendo gestado. Para uma ideia do

Colette Guillaumin (2014, p. 29), afirma que

[...] O que é dito, e dito unicamente a propósito dos seres humanos fêmeas, traduz a sua condição efetiva nas relações de classe: aquela de ser, em primeiro lugar e fundamentalmente, mulheres. Eis sua socialidade, o resto é acessório e – como nos dão a entender – não conta (GUILLAUMIN, 2014, p. 29).

Há aqui, novamente, um ponto importante, a compreensão de que as mulheres são uma classe, uma classe de sexo. Outra questão que merece destaque e parte de uma reflexão que não consta diretamente na autora ora trabalhada é que se pode, talvez, retirar uma chave analítica para a compreensão, por exemplo, do lugar e das violências perpetradas contra transsexuais, homens e mulheres. Se essa compreensão do desígnio mulher-fêmea, homem-macho, como Guillaumin apresenta se coloca como hegemônica nas relações sociais, indica também o lugar das violências contra pessoas LGBTQIA+, pois, de todo modo, deve ser impensável que seres nascidos machos se aproximem da Natureza e seres nascidos fêmeas “queiram” ser os sujeitos.

A mesma autora diz, então, que *a natureza específica da opressão das mulheres é a apropriação*. Ela se dá em duas dimensões essenciais: uma relação¹³⁴ de poder, que é “[...] o ato de força permanente que é a apropriação da classe das mulheres pela classe dos homens”; e um efeito ideológico, “[...] a ideia de ‘natureza’, esta ‘natureza’ supostamente explica o que seriam as mulheres” (GUILLAUMIN, 2014, p. 31). Nesse sentido, buscaremos entender essas duas dimensões apresentadas por Guillaumin (2014) e, também, no mesmo processo, entender o que para o feminismo materialista francês, a partir da autora ora trabalhada, significa classe de sexo.

5.3.1 A expressão concreta da apropriação das mulheres: individual e coletiva

Nesse debate é introduzida a questão da análise da exploração da força de trabalho. Colette Guillaumin (2014), afirma que a análise desde a compreensão da força de trabalho é empregada na perspectiva de uma relação na qual as mulheres (enquanto classe) estão ausentes, que seria a compreensão de que a força de trabalho é a única coisa que o operário tem a vender, a sua capacidade de trabalho. Ela diz que essa compreensão é exata para os

surgimento dessa “moda”, ver artigo jornalístico: Por que a 'criadora do chá de revelação' se arrepende de ter ajudado a lançar essa moda, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50663535>

¹³⁴ Relação aqui entendida no sentido de *rapport*, conforme explicado anteriormente.

homens, mas para as mulheres não se aplicaria. Para ela, a classe das mulheres sofre, para além da exploração da força de trabalho, uma apropriação física direta.

Para explicar essa forma específica de apropriação, a autora indica que esta não é a única forma de apropriação física direta presente na história recente. Este tipo de relação, conforme sua compreensão,

[...] caracterizava a escravidão de *plantation*, que desapareceu no mundo industrial faz pouco mais de um século (Estados Unidos 1865, Brasil, 1888), o que não quer dizer que a escravidão tenha desaparecido totalmente. Outra forma de apropriação física, a servidão, característica da propriedade feudal [...]. A relação de apropriação física direta não é, portanto, uma forma que seria exclusiva das relações de sexo. (GUILLAUMIN, 2014, p. 33).

Mas no que se refere especificamente às relações de sexo, a apropriação física compreenderia a utilização exclusiva da força de trabalho dos trabalhadores, ou seja, seu açambarcamento, monopólio, controle absoluto da utilização da força de trabalho. E, através da forma assumida por esse controle é que se poderia discernir que se trata de uma apropriação material do corpo. Sendo uma característica essencial para essa compreensão, que é compartilhada com a escravidão, a não existência de nenhum tipo de mensuração nessa relação, a força de trabalho das mulheres é tomada em bloco, sem medição¹³⁵.

Vejamos o que diz Guillaumin (2014),

O corpo é o reservatório de força de trabalho, e é, enquanto tal, que ele é apropriado. Não é a força de trabalho, distinta de seu suporte/produtor, na medida em que pode ser mensurada em “quantidades” (de tempo, de dinheiro, de tarefas), que é açambarcada, mas a sua origem: a máquina-de-força de trabalho. (GUILLAUMIN, 2014, p. 33)

Precisamos aqui fazer um aprofundamento sobre o que é força de trabalho, as relações tipicamente capitalistas e as relações sociais/humanas, que são atravessadas pela dimensão do estranhamento (isso será retomado no último ponto deste capítulo). Pois parece que há uma relação direta e isso pode levar a equívocos de análise. Não é que não haja apropriação, mas o que vamos procurar construir é tentar compreender a dimensão das relações humanas e das relações atravessadas pelas relações sociais capitalistas – que, em nosso contexto se colocam como as relações humanas de nosso tempo -, que em última

¹³⁵ Questão de tradução: *acapparer* (no francês): monopolizar, açambarcar (português): Pegar alguma coisa de maneira exclusiva; tomar para si (algo) sem que outras pessoas usufruam dos mesmos benefícios; monopolizar; *acampar* (português): Acumular mercadorias em grande quantidade, para subtraí-las ao mercado e revendê-las depois com lucros extorsivos; especular por essa forma no comércio, de modo a garantir certo efeito de monopólio numa localidade ou região.

análise determinam a exploração, mas que para existir não podem preterir de todos os complexos sociais que, no capitalismo, convergem para a constituição de relações sociais desiguais e hierarquizantes, radicalizadas em todos os níveis, pois, sem elas, não poderiam existir as relações capitalistas, a constante valorização do valor e a exploração.

Há, então, que se compreender o que se entende por força de trabalho. Força de trabalho é a capacidade que temos de mobilizar o conjunto de nossas energias humanas com o objetivo de produzir algum valor de uso (qualquer que seja, em formas tangíveis/corpóreas ou não). A própria força de trabalho não tem forma corpórea, mas é valor de uso porque é exatamente o consumo da força de trabalho pelo capitalista que vai resultar na produção de capital.

Para que a força de trabalho se converta em mercadoria existem algumas condições:

- I. Pessoas da classe trabalhadora tem de ser livres, não podem pertencer a ninguém e a nada. A relação de exploração escravista é antagônica com a relação de exploração capitalista. Daí a expressão que Marx utiliza, “os trabalhadores precisam ser livres como pássaros”.
- II. Pessoas da classe trabalhadora necessitam ser proprietárias de sua força de trabalho. Se são proprietárias, também são produtoras e responsáveis pela força de trabalho que vão vender no mercado. Responsáveis pela qualidade desta mercadoria. A classe capitalista não é responsável pela produção da vida das pessoas da classe trabalhadora. São elas próprias as responsáveis pela produção de sua força de trabalho e, conseqüentemente, da qualidade da sua única mercadoria. Assim, as pessoas da classe trabalhadora precisam produzir a sua vida de acordo como o que o capitalista quer comprar. A força de trabalho é valor de troca para as pessoas da classe trabalhadora e valor de uso para o capitalista. O valor de uso deve satisfazer a necessidade de alguém. A necessidade do capitalista é explorar a força de trabalho, assim, temos que produzi-la de acordo com a necessidade do capitalista; de acordo com a qualidade necessária para que ela seja explorada pelo capitalista. No capitalismo, a produção da força de trabalho não é responsabilidade do capitalista.
- III. Pessoas da classe trabalhadora tem de ser livre da propriedade de qualquer meio de produção, pois, justamente, se possuírem qualquer meio de produção não poderão/não necessitarão vender sua força de trabalho, que se converteria,

nesta situação, em valor de uso para elas, que vão consumi-la para produzir a mercadoria que irão colocar à venda na esfera da circulação.

Inferimos que a propriedade privada pressupõe a venda da força de trabalho, pois somente com esta venda é que pode ser produzido o mais-valor, necessário para a existência da forma social Capital. É por esta razão que o capitalismo necessita arrancar, ao longo da história, a propriedade privada de proprietária(o)s menores dos meios de produção, para alcançar uma concentração cada vez maior de propriedade privada e, desta forma, coage que um contingente cada vez maior de trabalhadora(e)s tenha de vender sua força de trabalho. Este processo pode acontecer de formas violentas como, por exemplo, o processo de colonização da América Latina e a questão da renda da terra que atravessa a história latino-americana até atualidade¹³⁶ ou pela competição intercapitalista (processo de competição das mercadorias na esfera da circulação). Portanto, vender força de trabalho não é senão falta de opção exatamente pelo desprovimento de qualquer propriedade de meio de produção¹³⁷.

Talvez, justamente por esta razão, as pautas de luta que tenham como recorte a luta contra o sexismo e o racismo, sejam importantes para mostrar, dentro dos limites do capitalismo, que este pode ser (e é) flexível, que pode, por exemplo, assumir que algumas pessoas negras e/ou mulheres apareçam, mas o que o capitalismo não vai assumir, é a necessidade da exploração da força de trabalho (nos termos aqui postos). Entretanto, quando por alguma razão, qualquer razão, esses “avanços” se distanciam ou podem mexer com a “ordem” da produção, novamente os fatores tido como biológicos/naturais por essa lógica (sexo e raça/etnia) vão servir para justificar o erro – justamente para esconder os limites postos pela necessidade da exploração da força de trabalho, de todas as pessoas da classe trabalhadora, ainda que em diferentes níveis de intensidade, na aparência, pois isso é condição necessária para a existência e manutenção do capitalismo e da forma capital.

É patente, também, lembrar que as questões do racismo e do sexismo, de tão fortes que são, se apresentam também como uma questão para as parcelas da população burguesa. Não é sem razão que o movimento feminista liberal, por exemplo, se apresentou como um tema premente no bojo da burguesia. O que ele não dá conta, no entanto, é justamente de acessar a luta contra-hegemônica - das mulheres negras, por exemplo, entre tantos outros segmentos dominados-explorados -, na medida em que justamente se restringe aos limites dos privilégios. E nesse sentido, não assume e não poderia assumir pautas de caráter

¹³⁶ Ver Cueva (1983), Bambirra (1999).

¹³⁷ Isso, para não adentrar aqui – pois nem seria o espaço – na atual ilusão do empreendedorismo, do “faça você mesmo”, atualmente imposta à classe trabalhadora.

emancipatório. Também não é sem razão a dificuldade de colocação das pautas contra-hegemônicas, em sua diversidade, nos movimentos de caráter mais emancipatórios, tendo em vista que o capital faz muito bem seu dever de casa, e se esconde (transparecendo sua pretensa homogeneidade) na essencialização: o mito da igualdade racial no Brasil; a forma hegemônica de se pensar A mulher – denunciada aqui com especial atenção pelo FMF - (abstraindo as distintas formas pelas quais esta categoria se apresenta e esconde a divisão de classes), por exemplo.

Mas para podermos aprofundar essa compreensão, precisamos, antes, aprofundar a compreensão da força de trabalho e do valor da força de trabalho. O valor da força de trabalho corresponde a quantidade de trabalho socialmente necessária para produzir esta mercadoria específica. Ou seja, quantidade de trabalho socialmente necessária para produzir vida humana, que demanda o consumo de meios de subsistência. Logo, originalmente, o valor da força de trabalho corresponde ao *quantum* de trabalho socialmente necessário para produzir os meios de subsistência necessários para a produção da vida humana.

Os meios de subsistência são sempre relativos ao período histórico e as características culturais de cada sociedade. Dizem respeito não apenas aos itens necessários para a produção da vida da pessoa trabalhadora, mas de toda a sua família. Porque a família é a célula *mater* do Capital: um locus privilegiado para a produção e reprodução da força de trabalho adulta e também porque, até o momento, a família tem sido o espaço privilegiado de produção das novas forças de trabalho¹³⁸. Neste ponto podemos pensar a análise brevemente apresentada anteriormente sobre a ideia de corpo como máquina de [produzir] força de trabalho e a diferenciação que o feminismo materialista faz de apropriação e exploração. Apontamos apenas brevemente pois, até aqui, não temos possibilidade para análise mais aprofundada.

A força de trabalho é o único componente do processo de produção de capital capaz de produzir valor de uso, valor, de transferir valor e de principalmente produzir mais-valia. Do ponto de vista do capital, a força de trabalho é a única fonte de produção e reprodução de capital. Mas a força de trabalho é mortal, pois quem a possui é mortal. Por isso é necessário que a pessoa trabalhadora produza não somente a sua força de trabalho, mas também produza novas forças de trabalho que a substitua quando a sua não puder mais ser utilizada.

O valor de um dia da força de trabalho corresponde a quantidade de trabalho necessário para produzi-la, que corresponde à quantidade de trabalho necessária para produzir

¹³⁸ Ver Lessa (2012), Mészáros (2011).

os meios de subsistência. Inicialmente, então, o valor da força de trabalho corresponde ao valor dos meios de subsistência¹³⁹.

Mas o valor da força de trabalho é diferente do valor que a força de trabalho produz durante um dia, por exemplo, sendo que este é justamente o dispêndio da força de trabalho. A diferença entre o valor da força de trabalho e o valor que ela produz é a mais-valia. A mais-valia é, portanto, o valor a mais que a força de trabalho produz em relação àquilo que ela vale. A produção de mais-valia, por seu turno, não pode ser realizada se o trabalhador não produzir alguma mercadoria e este processo só é realizado se o capitalista compra força de trabalho e meios de produção.

Os meios de produção são, desta forma, aqueles por intermédio dos quais a(o) trabalhador(a) vai produzir alguma mercadoria. São compostos de *objetos do trabalho* – tudo aquilo sobre o que a(o) trabalhador(a) vai desempenhar uma atividade e transformar este objeto em outra coisa, por exemplo, algodão em fio de algodão -, e *meios de trabalho* – ferramentas utilizadas para a transformação do objeto de trabalho de sua forma inicial para outra forma, por exemplo, máquinas, tecnologia, internet, energia elétrica, etc.

Esses 3 (três) elementos – força de trabalho, meios de produção: objetos do trabalho e meios de trabalho - é que vão formar o processo de produção de capital e de mais-valia, mas, em qual lugar se situa a produção de mais-valia?

Podemos pensar em uma jornada de trabalho de 8 (oito) horas, para a produção de fios de algodão¹⁴⁰. Imaginemos que a composição dos meios de produção se dá da seguinte forma: Objeto de trabalho: 100 (cem) kg de algodão que equivalem a 100 (cem) horas; meios de trabalho: maquinaria necessária, água, energia elétrica, etc, que equivalem à 892 (oitocentos e noventa e duas) horas; e força de trabalho, que para fins do nosso exemplo, vamos imaginar que demande 4 (quatro) horas para ser produzida.

Temos então,

- Jornada de trabalho = 8 (oito) horas
- Meios de produção (objetos de trabalho + meios de trabalho) = 992 (novecentas e noventa e duas) horas
- Força de trabalho = 4 (quatro) horas

Para este processo inicial, o capitalista deve investir o equivalente em dinheiro à 996 (novecentas e noventa e seis) horas (que correspondem ao valor dos meios de produção +

¹³⁹ A função social dos meios de subsistência é determinada pela condição histórica.

¹⁴⁰ Exemplo construído a partir da Disciplina “Capital, Trabalho e Educação”, ministrada pelo Prof. Dr. Paulo Sergio Tumolo, no Programa de Pós-Graduação em Educação/UFSC, 2017.2.

valor da força de trabalho), que serão colocadas em movimento em uma jornada de trabalho de 8 (oito) horas. Ao final desta cadeia serão produzidas 1000 (mil) horas de valor, 4 (horas) a mais do investimento inicial, que saem diretamente da força de trabalho. Aí está, portanto, a mais-valia. Este processo deve se reproduzir constantemente, ou seja, deve ocorrer a constante valorização do valor, pois, para ser capital esse movimento não pode cessar.

O capital é um movimento incessante e insaciável de valorização do valor, que só pode ocorrer pelo intermédio de uma determinada relação de produção, como acabamos de ver: a exploração especificamente capitalista. Também podemos compreender que, neste processo, o capital não pode distribuir riqueza, tem de ser necessariamente antagônico ao consumo de valores de uso (riqueza) e, por isso, antagônico à produção e reprodução da vida humana.

Capital é, portanto, valorização do valor. Por isso é necessário que todas as relações sociais estejam subordinadas/subsumidas à relação social de produção capitalista, pois,

É exclusivamente no capitalismo, [...], que o indivíduo aparece [...] nu de outras relações sociais, as quais só pode propriamente experimentar se, antes, for trabalhador. É somente nessa sociedade que os indivíduos [...] carregam no bolso o seu nexos, seu vínculo com a sociedade, com os outros indivíduos (MARX, 2011, p. 105). O que carregam no bolso, dinheiro, é o resultado da venda de seus produtos, mesmo que a mercadoria vendida seja a sua força de trabalho. Ou seja, somente nessa sociedade, pelo seu caráter mercantil, os sujeitos se relacionam como meros trabalhadores. Por isso, como sublinha Marx [...], unicamente nessa sociedade a existência objetiva dos indivíduos tem por pressuposto a sua existência como trabalhadores. A troca generalizada, portanto, específica do capitalismo, plasma a sociabilidade dos sujeitos como trabalhadores, sociabilidade que se apresenta para eles como algo fora deles. E, nessas ocasiões, Marx sempre recorda que não se trata de um problema cognitivo; a coisa assim se apresenta: estranha e estranhada. O resultado desse modo muito particular de os produtores se relacionarem com o seu produto é um modo de produção, uma produção das condições materiais de vida com um dispositivo interno, exclusivamente dela, que a faz necessariamente produção crescente. E crescentemente estranhada (DUAYER, 2016, p. 38).

Assim, todas as distintas formas de relações sociais contribuem/trabalham para a execução deste processo de constante valorização do valor, por isto a necessária manutenção das diferentes formas de relações desiguais, em especial a relação social de sexo e de raça (categorias apresentadas pelo feminismo materialista), porque a “máquina” social deve compor, no limite, esse processo.

Compreende-se que há um processo de continuidades, rupturas e subsunção nas relações humanas, durante todo seu processo de desenvolvimento. Logo, o capitalismo, a forma capital não pode preterir, destruir, apagar completamente todas as dimensões das relações humanas que constituem o ser social pois fazendo isso destrói a si mesmo. No

entanto o que ele necessita sim destruir são os aspectos/dimensões que não contribuem ou que não favorecem a manutenção e reprodução das relações sociais que ele necessita: as relações sociais desiguais e hierarquizantes que, no limite, servem à exploração material da vida. Só que o ser humano é condição necessária à sua sobrevivência, o capitalismo é produto dos seres humanos.

Ao longo do processo de expansão, consolidação e manutenção do modo de produção capitalista as dimensões de manutenção e existência da vida humana não podem tampouco, serem preteridas ou ignoradas. Mas, como afirma Mário Duayer, na citação anterior, a existência objetiva dos indivíduos, em nossa sociabilidade, passa/tem por pressuposto a existência destes como trabalhadora(e)s. Nesse sentido, em última instância, todas as dimensões das relações sociais são atravessadas por essa forma de sociabilidade. E o complexo do estranhamento, nessa forma social, opera para esse fim, a apresentando como algo fora dos sujeitos.

Nesse sentido, talvez se possa compreender melhor e em outro sentido, a discussão travada por Colette Guillaumin (2014) sobre a apropriação das mulheres. Ela não se separa, em nosso entendimento, em de um lado força de trabalho e de outro apropriação física total das mulheres, como categoria social. Se observarmos o movimento contraditório da realidade social, uma é condição para a existência da outra, pois a forma capital necessita manter os sujeitos vivos (ainda que em limites quase animais). Essa manutenção – contraditoriamente - não diz diretamente da produção/constante valorização do valor, ao mesmo tempo em diz diretamente, pois esse processo só é possível de existir a partir dos seres humanos concretos, que precisam satisfazer suas necessidades humanas de sobrevivência.

Assim, talvez o problema não seja a necessidade de atividades que garantam a existência humana, mas a lógica com que elas são subsumidas a esta relação última, que passa pelo bolso o vínculo humano dos indivíduos com a sociedade. E que ganha, podemos pensar, com as relações sociais de sexo e de raça sua configuração mais radicalizada. É nessa direção que se apresenta interessante compreender algumas das dimensões postas pelo feminismo materialista francês, que ora está sendo trabalhada.

Para tanto, é necessário que adentremos ainda mais na compreensão de apropriação. Guillaumin (2014, p. 34, destaque da autora), diz que as formas de escravidão e de servidão que limitavam/limitam a duração destas são formas “[...] transacionais entre a apropriação física e o açambarcamento da força de trabalho”. Para a autora, no que concerne as relações de sexo, na econômica doméstica moderna, “[...] a apropriação física [...] a relação na qual é a unidade material produtora de força de trabalho que é tomada em mãos, e não apenas a

força de trabalho” é denominada por ela de sexagem, em paralelo de relação com as formas de escravidão e de servidão, anteriormente citadas.

Assim, Paola Tabet (2014), aponta que

[...] dizer que as mulheres são limitadas aos próprios corpos seria descrever a situação em termos bastante otimistas: as mulheres são usadas enquanto corpos. A apropriação material das mulheres pelos homens não se limita ao uso sexual e reprodutivo, mas atinge com frequência, de outro modo, a própria integridade desse corpo e sua expressão física. Agem neste sentido todos os fatores que limitam o movimento e o pleno uso do próprio corpo: das formas de deseducação motora à indumentária (saltos altos etc.); das formas de enclausuramento ou confinamento em espaços internos às formas quase universalmente difundidas de delimitação do espaço; e da interdição de viagens (por terra ou por mar) às formas de degradação física irreversível (da amarração dos pés à engorda forçada, às mutilações sexuais etc.). (TABET, 2014, p 159)

As relações de sexagem têm, segundo Colette Guillaumin (2014), quatro expressões particulares em suas formas de apropriação: *a) apropriação do tempo; b) apropriação dos produtos do corpo; c) obrigação sexual; d) encargo físico dos membros inválidos e membros válidos do sexo masculino do grupo*. Vejamos cada uma delas:

1º) Apropriação do tempo: Esta forma de apropriação pode se demonstrar de maneira explícita no contrato de casamento, dado que não há medição do tempo nem avaliação monetária do trabalho que a esposa realiza. Mas, essa forma estende-se, na verdade, a todo o grupo de mulheres, pois afinal os afazeres domésticos e cuidados de pessoas, em geral, são garantidos por mulheres. Se no contrato de casamento Guillaumin (2014) identifica que essa forma de apropriação é direta, há também uma apropriação em geral do tempo das mulheres (de seu trabalho), que estaria à disposição sem uma contrapartida contratual, como a expressa no contrato de casamento. Como se a categoria das mulheres estivesse pertencente em usufruto a cada homem e a cada um que tenha adquirido o direito a sua utilização privada através do contrato de casamento (GUILLAUMIN, 2014, p. 35).

Essa indicação pode ser ilustrada, por exemplo, com dados da realidade brasileira que indicam que:

No Brasil, em 2016, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas). Ao desagregar por região, verifica-se que a maior desigualdade na distribuição de horas dedicadas a estas atividades está na Região Nordeste, onde as mulheres dedicam cerca de 80% a mais de horas do que os homens, alcançando 19 horas semanais. O recorte por cor ou raça indica que as mulheres pretas ou pardas são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e/ou aos afazeres domésticos, com o registro de 18,6 horas semanais em 2016. Observa-se que o indicador pouco varia para os homens quando se considera a cor ou raça ou região de residência

(IBGE, 2018, p. 3).

Se observarmos os dados da realidade concreta, pode-se perceber que há uma tendência que as mulheres, em geral, e com uma maior intensificação quando se observa mulheres negras, exerçam a maior parte das atividades domésticas e cuidados de pessoas¹⁴¹. É nesse sentido que Guillaumin (2014) afirma que em toda a parte e sempre se espera que as mulheres (no singular e no plural), nas situações mais familiares e nos espaços mais públicos exerçam atividades de cuidados e afazeres domésticos.

2º) *Apropriação dos produtos do corpo*: Nesse ponto a autora avalia que o corpo das mulheres, seus produtos (filhos), assim como as partes descartáveis (cabelos, leite...) pertencem a outro, no caso os homens, à categoria dos homens e são passíveis também, de apropriação individual¹⁴². Talvez possamos pensar, por exemplo, em como são encaradas de forma geral as discussões sobre o aborto e direitos sexuais e reprodutivos no Brasil que talvez exemplifiquem de melhor forma essa apropriação. Aqui fazemos apenas alusão a situação recente e amplamente divulgada no Brasil da menina de 11 anos de idade que teve uma gestação decorrente de estupros recorrentes perpetrados pelo seu tio e que, na tentativa de garantir o direito constitucional ao aborto, foi interpelada de diversas formas por um amplo setor da sociedade brasileira (inclusive por setores ligados ao atual Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos), na tentativa de impedir que o processo ocorresse. Essa mesma situação já foi aludida em outra parte deste texto.

3º) *Obrigação sexual*: Essa expressão passa pelo uso físico em sua forma mais reduzida e sucinta: o uso sexual. E existem duas formas principais para que isso aconteça: pelo casamento (não-monetizado) e pela prostituição (monetizada). Para a referida autora, as duas dimensões, confirmam/exprimem a apropriação da classe das mulheres. A prostituição, com a venda, limita o uso físico a utilização sexual e o casamento estende esse uso a todas as formas possíveis de utilização, mas primordialmente/centralmente também à relação sexual (GUILLAUMIN, 2014).

Podemos pensar, por exemplo, na dificuldade e até mesmo impossibilidade de em situações de violência contra mulher em uma relação conjugal/de casamento, a identificação da violência sexual perpetrada, haja vista que como Guillaumin (2014, p. 39) afirma, a relação

¹⁴¹ Ver: BONETTI, Alinne de Lima; ABREU, Maria Aparecida A. **Faces da Desigualdade de Gênero e Raça no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_facesdadesigualdade.pdf

¹⁴² Aqui a autora novamente encontra paralelo com o sistema de escravidão moderno, que se apropria totalmente da materialidade dos corpos das pessoas escravizadas.

sexual “[...] é obrigatória no contrato de casamento”, indicando novamente, tanto na prostituição quanto no casamento a apropriação dos corpos das mulheres, enquanto categoria.

Nesse sentido, com a explanação dessas expressões a autora diz que elas exemplificam o lugar socialmente posto à categoria das mulheres, que juntamente com os bens e o dinheiro são *posses materiais*, que existem materialmente, mas, às mulheres, como categoria, é negada a existência como sujeitos. Nas palavras de Guillaumin (2014):

Materialmente existimos demasiadamente: somos propriedade. [...] É porque nós “pertencemos” que somos desprezadas por nossos proprietários, é porque nós somos possuídas no conjunto enquanto classe que somos “despossuídas” de nós mesmas. A reapropriação mental individual e a ioga pode ajudar momentaneamente, mas é importante que nos reapropriemos (e não apenas em nossa cabeça) da posse de nossa *materialidade*. Retomar a propriedade de nós mesmas supõe que toda nossa classe retome a propriedade de si mesma, socialmente, materialmente. (GUILLAUMIN, 2014, p. 43)

4º) *O encargo físico dos membros do grupo*: Guillaumin (2014, p. 43, grifos da autora), argumenta que a sexagem - diferentemente da escravidão e da servidão que implicam a redução ao estado de coisa para utilização/aplicação de sua instrumentalidade à outras coisas, como agrícolas, animais, mecânicas etc. -, “[...] compreende a redução ao estado de ferramenta cuja instrumentalidade se aplica, *sobretudo e fundamentalmente*, a outros humanos”.

A autora constata que as mulheres, nos países ocidentais, são “[...] consagradas a assegurar [...] a manutenção corporal, material e eventualmente afetiva” dos seres humanos, fora da relação salarial (GUILLAUMIN, 2014, p. 44). Entendemos que ela constata algo importante/essencial, ainda que a sua análise fique mais direcionada à compreensão da relação salarial e não diretamente da produção de valor: as dimensões necessárias à manutenção/existência da vida humana, quando não tem relação direta com a produção de valor, que o capitalismo necessita encobrir, nublar sua necessária existência, pois, não são diretamente produtivas. Entretanto não podem deixar de existir pois sem elas não existe a vida humana.

O salário é a forma monetária pela qual a classe trabalhadora é paga pela venda de sua força de trabalho, ou seja, como vimos um pouco acima nesse texto, o que está sendo comprado e vendido nessa relação é a força de trabalho embora, aparentemente e de maneira real, seja a compra de uma certa quantidade de trabalho. Mas o valor da força de trabalho, a quantidade de trabalho socialmente necessária para a (re)produção da vida humana, o montante de bens de primeira necessidade imprescindíveis para restaurar a força de trabalho,

os meios de subsistência, podem ser mediados por outras formas que não necessariamente o pagamento direto de salários na quantidade necessária para a completa reprodução social dos seres humanos.

A família e o Estado – através das políticas sociais, por exemplo – podem suprir algumas dessas necessidades. Nesse sentido, Guillaumin (2014), identifica a reverberação dessa configuração na denominação que ela faz de relações de sexagem, com a apropriação coletiva e individual de uma categoria – no caso das mulheres – que tem como função social a manutenção da reprodução da vida humana, atravessada pelas relações sociais capitalistas hierarquizantes, que toma do patriarcado e do racismo tais aspectos estruturais e que, no limite, se conjugam para o constante aumento da exploração do trabalho e da produção de valor.

Colette Guillaumin (2014) diz então que as tarefas de manutenção física dos seres humanos, em especial de crianças, doentes, pessoas idosas isoladas, etc, são realizadas no quadro da apropriação física direta das mulheres. Esse processo, que tem sua representação mais visceral na dualidade religiosas e prostitutas, haja vista que socialmente, a apropriação de uma fração da categoria das mulheres no âmbito religioso, de um lado, destina o trabalho dessas mulheres no cuidado, no trabalho de cuidado com essa manutenção física de outros seres humanos, em troca de seus sustento; e, de outro lado, as prostitutas, que tem o seu serviço vendido e muitas vezes não pago diretamente à elas, atravessa a constituição da categoria mulheres socialmente posta e determina espaços e formas de apropriação coletivas e individuais, bem como, a nosso ver, pode ser uma das bases que sustentam, por exemplo, a existência e manutenção de preconceitos, violências e etc contra pessoas LGBTQIA+ e, simbiotizadas ao racismo, levam a hierarquizações dentro da classe trabalhadora que segmentam os seres humanos em categorias mais ou menos hierarquizadas.

Uma questão que merece destaque é a colocação que Colette Guillaumin (2014), faz sobre os efeitos da apropriação sobre a individualidade. Vejamos:

[...] o vínculo material com individualidades físicas também é uma realidade *mental*. Não há abstração: todo gesto concreto tem uma face significante, uma realidade “psicológica”. Embora tentem incansavelmente nos constranger a não pensar, não se vive tal vínculo mecanicamente e nem na indiferença. A individualidade é justamente uma frágil conquista, frequentemente recusada a toda uma classe da qual se exige que se filie, material e concretamente, em outras individualidades. Constrangimento central nas relações de classe de sexo, a privação da individualidade é a sequela ou a face oculta da apropriação material da individualidade. Pois não é evidente que os seres humanos se distingam tão facilmente uns dos outros, e a proximidade/responsabilidade física constante é um poderoso freio à independência, à autônômica; é a fonte de uma impossibilidade de discernir, e *a fortiori* realizar, escolhas e práticas próprias. (GUILLAUMIN, 2014, p. 46).

Nesse âmbito, a apropriação se expressa de forma mais brutal, pois o encargo físico de cuidado com outras pessoas exprime bem diretamente esse processo de apropriação material, que, em consequência, também leva a processo de apropriação mental, subjetiva da individualidade, que tem como fato concreto a apropriação material da individualidade corporal das mulheres.

Para o feminismo materialista francês há um ponto de partida para suas análises que é o marco da sociedade capitalista moderna. Nesse sentido, de certa forma, há a compreensão de que as mulheres, a categoria mulheres – ou como é denominado por essa corrente, a classe das mulheres -, nas relações de sociais de sexo, são não-vendedoras da força de trabalho. Para tanto, a análise parte da premissa de que a emergência do proletariado, nas sociedades industriais, rompeu o vínculo sincrético entre força de trabalho e apropriação existente nas sociedades anteriores, feudais e escravistas. Não há mais uma equivalência entre apropriação e força de trabalho.

Nas palavras da autora:

Hoje, essa não-equivalência, essa distinção, expressa-se na *venda* da força de trabalho, venda que produz uma *mensuração* da força de trabalho ainda mais clara do que havia sido a limitação do tempo de utilização dessa força na servidão. A venda da força de trabalho é uma forma particular de seu uso: é uma avaliação monetária e temporal dessa força de trabalho, mesmo que, tendencialmente, essa avaliação se confunda com a sua utilização máxima. O vendedor vende tantas horas e suas horas lhe serão pagas em tanto, em forma monetária ou outra. Em todo caso, há sempre uma avaliação. Qualquer que seja o emprego dessa força de trabalho, quaisquer que sejam as tarefas executadas, a venda comporta dois elementos de medida, o tempo e a remuneração. Mesmo que o preço seja fixado pelo comprador (como é o caso no sistema industrial e em todas as relações de dominação em que intervém a troca monetária), mesmo que tal venda se revele difícil (como é o caso em épocas de desemprego), o vendedor dispõe, *enquanto indivíduo material*, de sua própria força de trabalho (e não se trata de avaliar aqui se isso lhe vale de algo ou não) e distingue, assim, a sua individualidade da utilização dessa individualidade (GUILLAUMIN, 2014, p. 48).

Algumas questões desse excerto precisam ser mais bem trabalhadas e aprofundadas. Se não, vejamos: há uma diferença entre o valor da força de trabalho e o valor que ela produz. Nesse sentido, precisamos compreender, por exemplo, e como já demonstrado de forma mais detida algumas páginas acima, a força de trabalho é paga pelo seu valor, ou seja, pelo tempo necessário para a produção de sua existência, mas no contrato de trabalho há o estabelecimento de uma jornada de trabalho. O que está sendo comprado nessa relação é a força de trabalho, ainda que aparentemente e de maneira bastante concreta, pareça que é realiza a compra de uma certa quantidade de trabalho. Assim, realmente, como aponta

Guillaumin (2014), no plano da aparência (que tem uma existência concreta, material), “*O vendedor vende tantas horas e suas horas lhe serão pagas em tanto, em forma monetária ou outra*”, mas, em última análise, o que se vende, nessa relação é a força de trabalho e não horas, certa quantidade de trabalho.

Essa é uma relação tipicamente capitalista. Mas, para que isso aconteça há necessidade de que os seres humanos, no capitalismo, sejam trabalhadores livres, ou seja, livres para tudo, livres inclusive para a produção e reprodução de sua própria força de trabalho e, no limite, de sua própria vida. Nesse sentido, entende-se, diferentemente da forma explicativa proposta pelo feminismo materialista francês sobre essa questão, que é nesse lugar que opera o patriarcado (e o racismo) em duas facetas: uma para justamente garantir a existência humana e em consequência a existência enquanto trabalhadores e outra para provocar uma cisão intraclasse, operando na hierarquização dos sujeitos.

Assim, não parece que dê para concluir, como faz Jules Falquet (2013, p. 12), apoiada em Guillaumin, a seguinte estruturação:

Guillaumin mostra que uma evolução histórica permitiu a certos grupos sociais e certas pessoas no interior desses grupos sair da apropriação, ao menos parcialmente, desprendendo de seu “corpo-máquina de trabalhar” uma coisa específica chamada “força de trabalho”, mensurável e trocada por contrato por um salário em dinheiro. Entretanto, diferentemente de Marx, Guillaumin não afirma que os modos de produção feudal ou escravagista estão destinados a desaparecer com a aparição do modo de produção capitalista. Ela também não os considera como simples sobrevivências enquistadas no atual modo de produção. Ela nos permite, simplesmente, ver que as relações sociais de sexo, de “raça” e o assalariamento (relações sociais de classe) podem perfeitamente funcionar juntas.

Para buscar elucidar a afirmação anterior, Jules Falquet (2013, p. 12), apresenta a figura a seguir:

Figura 01: Apropriação física do corpo máquina de trabalho

Apropriação física do corpo máquina de trabalho				Exploração da força de trabalho
Direta (corpo e “alma”)		Indireta (pelo viés da terra)		Força de trabalho somente
Coletiva	Individual	Coletiva	Individual	
Escravidão		Sexagem		Servidão
Relações de “raça”		Relações de sexo		Relações de casta
Relações de classe		Relações de gênero		Relações de raça
Modo de produção colonial	Modo de produção patriarcal		Modo de produção feudal	Modo de produção capitalista

Fonte: FALQUET (2013, p. 12).

Mais bem entendemos que as dimensões apresentadas por Jules Falquet, que são interpretadas como a existência de distintos modos de produção concomitantes (como vê-se na figura acima), indicam não a existência desses modos de produção, mas a persistência de formas pretéritas de relações sociais subsumidas à lógica capitalista, pois, afinal, a lógica imperante é a capitalista. De certa forma, a indicação que faz Jules Falquet (2013, p. 13), buscando sintetizar a compreensão do feminismo materialista francês, a partir de Guillaumin – que discute a categoria debatida neste ponto (apropriação/sexagem) – de que “[...] o ingresso nas relações salariais pode permitir um alívio da carga da apropriação, especialmente diminuindo a apropriação privada”, dá a entender um certo grau de etapismo/evolução, onde as relações de sexo, assim como as de raça, não teriam rompido o que as relações de classe romperam. Ou seja, que a possibilidade de “simples” exploração da força de trabalho, com a sua característica de mensuração, de medida, seria uma etapa superior.

Entretanto, como tentamos argumentar, entendemos que a lógica do capital, com suas inversões ontológicas postas nos reiterados processos de desumanização e barbárie, mediante a constante manipulação da vida social e da exploração crescente e extensiva provoca/direciona a dificuldade, e mesmo impossibilidade em alguns momentos, de desocultar os laços, a gênese de processos sociais violentos, desumanizantes.

A forma capital apresenta uma característica importante e que, as discussões feministas e antirracistas captaram (ainda que das mais diferentes, e até contraditórias formas) que é a contradição entre a manutenção da vida humana e a manutenção da forma capital. Ainda assim, é justamente sob essa contradição que o capitalismo surge e se sustenta.

Entendendo essa relação contraditória sobre a qual o capital se sustenta, pode-se entender com maior profundidade a afirmação:

Ao contrário de outros grupos dominados portadores de força de trabalho, nós, mulheres, somos, nas relações de sexo, *não-vendedoras* dessa força, e nossa apropriação manifesta-se precisamente nesse fato. Somos distintas dos oprimidos que podem fazer um contrato *a partir* da disposição de sua força de trabalho, quer dizer, trocá-la ou vendê-la. É muito interessante, prática e taticamente, avaliar em dinheiro o trabalho doméstico realizado no quadro do casamento, e isso já foi feito. Pode-se, contudo, perguntar se isso não contribui para ocultar o fato de que esse trabalho tem como característica específica não ser pago. Aliás, seria mais justo dizer que sua particularidade específica é ser *não-pago* (GUILLAUMIN, 2014, p. 48, destaques da autora).

Esta configuração, observada pela autora apresenta uma mediação importante, já que captura uma forma da relação social tipicamente capitalista que é a venda da força de trabalho. Mas essa relação está, para ela, colocada no trabalho pago e não-pago. O que vimos linhas acima é que a produção capitalista é, em última análise, aquela que produz valor e

valorização do valor. A característica da força de trabalho ser ou não remunerada é uma das formas que aparece. Entretanto, para a existência dessa relação é necessário, pressuposto, a existência humana, a reprodução da vida humana, possível pelo trabalho, em seu sentido ontológico, que não deixa de existir como pré-condição à existência do modo de produção. Guillaumin apreende isso, mas ainda em relação a trabalho pago e não-pago, à apropriação inteira de uma pessoa (mulheres) e a apropriação de uma parte de seu tempo apenas (homens). Se não, vejamos:

Se é não-pago é porque não é “pagável”. Se não é monetizável ou não é mensurável (a medida e a moeda atuam como duplê), é, então, porque é adquirido de outra maneira. E essa outra maneira implica que é adquirido em sua totalidade, de uma vez por todas, e não tem mais de passar por avaliações monetárias, horárias ou por tarefa, avaliações que acompanham em geral a cessão da força de trabalho; e essas avaliações justamente não intervêm nesse caso (GUILLAUMIN, 2014, p. 49).

Talvez, a questão central não seja a existência do trabalho, da necessidade de produção e reprodução da vida, mas lógica do trabalho alienado/estranhado que impera do capitalismo e que acaba condicionando todas as relações sociais através de seus diversos mecanismos de dominação e de exploração. E o trabalho que diz respeito a imediata produção e reprodução da vida cotidiana precisa ser realizado, mas para o capital este não é diretamente produtor de valor e as estruturas patriarcais e racistas concorrem para que seja realizado por uma grande parcela dos seres humanos dominados.

Em outras palavras, estruturas patriarcais e racistas sustentam e são sustentados pelo capitalismo para sua própria reprodução e, ao mesmo tempo, reprodução do patriarcado e racismo. Aí se misturam a necessidade de trabalho humano que mantém a vida humana e do trabalho no capitalismo, a relação de exploração (ou dominação-exploração, conforme Heleith Saffioti), que não tem nessa dimensão – da reprodução/manutenção da vida humana - uma produção de valor, mas não pode existir sem a vida humana. Por isso é necessário ao capitalismo que este – o trabalho que aparentemente não produz valor, mas que é pré-condição para esta produção - seja socialmente desvalorizado, relegado a algo “inútil”, ao mesmo tempo em que precisa da existência de sujeitos que o façam/realizem.

Nesse sentido, Colette Guillaumin (2014) chama atenção para o que expressa o dito na colocação acima, trazendo ainda a relação trabalho pago por X horas e um novo elemento, o contrato:

Ao intervirem em uma relação, as avaliações instauram uma conexão do tipo contratual, tanto de X em troca de tanto de Z, tantas horas por tanto de dinheiro etc.

Nem todas as relações sociais são traduzíveis em termos contratuais, e o contrato é a expressão de uma relação específica; sua presença ou sua ausência (que se refere, em primeira instância, à relação coletiva de sexagem) é signo de uma relação social determinada. Não se pode considerá-lo como o arranjo secundário de relações sociais que seriam todas igualmente traduzíveis em termos contratuais. Por exemplo, o assalariamento está *dentro* do universo do contrato, a escravidão está *fora* do universo do contrato. A relação social sexuada *generalizada* não é traduzida e *não é traduzível* em termos de contrato (o que é ideologicamente interpretado como uma relação garantida fora do universo contratual e fundada na Natureza). Isso é habitualmente encoberto pelo fato de que a forma *individualizada* da relação social é, por sua vez, considerada como um contrato: o casamento (GUILLAUMIN, 2014, p. 49, destaques da autora).

Assim, em uma definição,

[...] o casamento é apenas a superfície institucional (contratual) de uma relação generalizada: a apropriação de uma classe de sexo pela outra. Relação que diz respeito ao conjunto de duas classes e não a uma parcela de cada uma delas, como poderia levar a crer a consideração isolada do contrato matrimonial. Este é apenas a expressão individualizada – na medida em que estabelece uma relação cotidiana e específica entre dois indivíduos particulares – de uma relação de classes em geral, em que o conjunto de uma classe está à disposição da outra. E se, de fato, a individualização da relação ocorre quase sempre na prática (cerca de 90 por cento das mulheres e dos homens são, em um momento ou outro de suas vidas, casados), o casamento é, contudo, tão-somente a expressão restritiva de uma relação; ele não é em si mesmo uma relação, ele legaliza e ratifica uma relação que existe antes dele e fora dele: a apropriação material da classe das mulheres pela classe dos homens: a sexagem (GUILLAUMIN, 2014, p. 52, destaques da autora).

Dois contradições expressas pela sexagem: 1º) contradição entre apropriação individual e coletiva já que, em princípio, com a apropriação individual priva-se da possibilidade de apropriação coletiva, ainda que esta última não deixe de existir, ou seja, o domínio comum das mulheres permanece ainda que exista sua apropriação individual; 2º) apropriação das mulheres (coletiva e/ou individual) e *sua reapropriação* por elas próprias, para venda de sua força de trabalho no mercado. Essa elaboração poderia ser uma chave para entendermos, por exemplo, a tendência a se esperar que mulheres, como primeira e quase única opção, deixem seus trabalhos para “cuidar” da casa e dos filhos, ainda a situação financeira da família já seja bastante difícil¹⁴³. Uma característica importante é que tanto a sexagem quanto as contradições a ela inerentes são invisíveis, ou seja, não aparecem nesses

¹⁴³ Muitos relatos neste sentido são realizados quando dos atendimentos realizados às mulheres e suas famílias no CRAS onde trabalho. Em especial quando estas se tornam mães e ficam entre a decisão impossível de se manter empregadas e/ou buscar emprego e manter os cuidados com a casa e filhos que demandam muitas horas liberadas. Agrava-se a essa necessidade e dificuldade de acesso à educação infantil dos filhos e, quando acessam, horários incompatíveis com os horários possíveis de trabalho, bem como acesso apenas em meio período para as crianças.

termos descritos por Guillaumim (2014) e, inclusive, aparentam cuidado e atenção com o outro¹⁴⁴.

Para que essa apropriação se concretize são identificados alguns meios concretos (GUILLAUMIN, 2014):

1º) Mercado de trabalho: Constrangimento direcionado às mulheres no que se refere à sua atuação neste espaço. No período em que escreve Guillaumin (década de 1970), ela indica que as mulheres recebem, em média, dois terços do salário masculino, sendo que, até o começo do século XX o salário das mulheres equivalia a apenas metade do salário dos homens. Atualmente, se pode afirmar que esta situação perdura. Estudo do IBGE de 2018 indica que

Em relação aos rendimentos médios do trabalho, as mulheres seguem recebendo cerca de $\frac{3}{4}$ do que os homens recebem. Contribui para a explicação deste resultado a própria natureza dos postos de trabalho ocupados pelas mulheres, em que se destaca a maior proporção dedicada ao trabalho em tempo parcial. (IBGE, 2018, p. 4)

Essa diferença se agrava se considerada a raça já que, segundo o mesmo estudo, 31,3% das mulheres pretas/pardas estão no trabalho por tempo parcial, contra 25% das mulheres brancas. Sabe-se que essa estatística deve-se agravar para o conjunto da classe trabalhadora nos próximos anos, haja vista as reformas implantadas e àquelas em vias de serem implantadas, com peso para a reforma trabalhista, a reforma previdenciária, reforma administrativa, emenda constitucional 95 (que congela os gastos públicos por 20 anos), bem como a atual crise econômico-política-social desencadeada com maior gravidade desde a pandemia do vírus COVID-19, em início de 2020¹⁴⁵.

Kristten Ghodsse (2018) explica que ocorre um ciclo vicioso, demonstrado a partir de termo da economia: discriminação estatística. À primeira vista o mercado não está preparado para acolher mulher, especialmente mulheres que se tornam mães. A licença maternidade não core as condições necessárias para que fique tempo suficiente com as crianças, para prover seus cuidados e recursos socioemocionais nos primeiros anos de vida e,

¹⁴⁴ Recentemente, em conversa com minha mãe, que está enfrentando tratamento quimioterápico, ela me informa que, quando da descoberta de sua doença, não foram poucas as vezes em que ela ouviu de parentes e pessoas próximas que agora sim eu deverei “voltar para a casa” para cuidar dela, sendo que meu irmão já morava com ela. Também ouço, em meus atendimentos no trabalho, muitas mulheres que enfrentaram situações em que tiveram que deixar toda sua construção de vida para acolher e cuidar do outro (um dos exemplos é a nota acima). Nos atendimentos com homens essa demanda raramente aparece, e quando surge, é geralmente transportada para a busca de cuidados entre as mulheres da família.

¹⁴⁵ Ver texto de Eliane Brum: “*O vírus somos nós (ou uma parte de nós)*: O futuro está em disputa: pode ser Gênesis ou Apocalipse (ou apenas mais da mesma brutalidade)”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-25/o-virus-somos-nos-ou-uma-parte-de-nos.html#?sma=newsletter_brasil_diaria20200326. Acesso em 02 abr 2020.

na volta da licença maternidade, se não se tem uma rede de apoio fica-se diante de uma escolha impossível: a mulher provê, ela mesma, os cuidados após o término da licença, e para isso deverá sair do mercado de trabalho formal, ou o relega à outro (muitas vezes pago). O ciclo é vicioso nessa lógica: as mulheres têm uma maior tendência a pedir demissão e, portanto, os salários são menores. Se os salários são menores, elas têm maior tendência a pedir demissão e não seus companheiros, quando os têm¹⁴⁶.

2º) Confinamento no Espaço: Tendo como princípio geral a compreensão de que a mulher não deve ficar em outro lugar que não em casa, indica que ocorre um processo de “interiorização do confinamento” doméstico, especialmente através do que Guillaumin (2014) denomina de adestramento positivo e negativo. O primeiro sendo a ideia de bastante propagada de que a mulher é a “rainha do lar¹⁴⁷”, sobre a responsabilidade, novamente, com os filhos, sua criação e moralidade. O segundo com a compreensão de que as mulheres têm espaço limitado do público, que esse espaço pode ser inclusive perigoso e que, portanto, a maioria dos lugares externos ao espaço doméstico são potencialmente perigosos, proibidos.

Talvez, uma síntese contemporânea dessa constatação pode ser encontrada recentemente, com o “bordão” da então primeira-dama do Brasil, Marcela Temer, “bela, recatada e do lar”, que se tornou por todo o país símbolo para a contestação feminista, em especial no bojo de atos contra o golpe que retirou a presidenta eleita Dilma Rousseff e nos atos “Ele Não”, contra a eleição do atual presidente do país¹⁴⁸.

3º) Demonstração de Força: Aqui, basicamente, refere-se diretamente à violência contra mulher, que até a atualidades é, muitas vezes, tomada como questões de excesso individual, exceção ou mesmo patologização dos sujeitos individuais. Mas, como demonstrado por Guillaumin (2014, p.57), “[...] ela não é, em termos quantitativos, excepcional e, acima de tudo, ela é socialmente significativa de uma relação social: ela é uma

¹⁴⁶ Como dito, essa lógica tende a ser agravada. Levantamos dois exemplos: 1) Em São Paulo, está se identificando aumento do recebimento de bebês com um mês de vida, de mulheres que não possuem licença maternidade e que necessitam pagar suas contas, muitas delas sendo as únicas provedoras da família; 2) Declarações do então deputado e atual presidente do Brasil de que mulheres devem ganhar menos pois engravidam. Matérias disponíveis, respectivamente, em: <https://www.palmasaqui.com.br/destaque/sem-licenca-e-com-boletos-maes-de-sp-passam-a-deixar-bebes-de-1-mes-na-creche/> e <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/04/23/bolsonaro-datena/>. Acesso em 22 março 2020.

¹⁴⁷ Recordo, aqui, de uma canção que se repetia em minha infância, em todos os dias das mães, celebrados na escola pública que estive. A canção, gravada por Ângela Maria e Agnaldo Timóteo, cujo título é “Rainha do Lar”.

¹⁴⁸ Dentre as principais falas de resistência nos atos, podemos destacar a exaustivamente repetida “Nem recatada e nem do lar, a mulherada tá na rua para lutar”. Para melhor compreensão do que gerou esse bordão ver reportagem da Carta Capital “Bela, recatada e do lar: matéria da ‘Veja’ é tão 1792”, disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bela-recatada-e-do-lar-materia-da-veja-e-tao-1792/>. Acesso em 02 abr 2020.

sanção socializada do direito que os homens se arrigam sobre as mulheres [...]. Isso está relacionado ao confinamento no espaço e à coação sexual¹⁴⁹”.

4º) Coação Sexual: A coação sexual seja ela realizada diretamente por meio do estupro, provocação, travestida de paquera/elogio, dentre outras formas, serve para submeter e amedrontar as mulheres ao mesmo tempo em que é expressão dos direitos de propriedade dos homens sobre as mulheres (GUILLAUMIN, 2014).

5º) O Arsenal Jurídico e o Direito Consuetudinário:

[...] fixa modalidades da apropriação privada das mulheres, senão da própria apropriação coletiva [...]. Em certo sentido ela fixa os limites dela, na medida em que ele só intervém no casamento – forma restrita da apropriação coletiva das mulheres. No entanto, se a apropriação das mulheres se manifesta através das diversas disposições da forma casamento [...] a sua inexistência como sujeito ultrapassa amplamente o âmbito dos artigos relativos ao matrimônio (GUILLAUMIN, 2014, p. 59).

A autora exemplifica essa colocação, com a norma jurídica, na França, que impede que uma pessoa possa adotar outro nome que não aquele de batismo e que conste em sua certidão de nascimento. Mas indica que para mulheres isso não é totalmente verdade, haja vista que quando casam o direito consuetudinário (aquele que surge dos costumes de uma dada sociedade, não necessariamente estabelecido por legislação), impõe que estas assumam o sobrenome dos seus maridos. No Brasil, isso também é um costume, apesar de haver legislação que permita a adoção do sobrenome por ambos os cônjuges e ainda que a adoção do sobrenome do cônjuge é opcional.

Outros exemplos atuais, que expressam esse processo, essa imposição legal de controle e de expressão da apropriação coletiva dos corpos das mulheres (e em consequência de corpos-sujeitos que não estão do padrão macho-fêmea), podem ser observados em legislações nacionais, estaduais e municipais. Destacamos duas, bastante recentes no estado de Santa Catarina: o Decreto 1.329, de 15 de junho de 2021, que proíbe a utilização de gênero neutro “e” e “x” em instituições de ensino, bancas de seleção de concursos, documentos oficiais e editais de todas as instituições de ensino do estado, em todos os níveis de formação (SANTA CATARINA, 2021a); e a Lei Estadual 18.120, de 21 de maio de 2021, que institui o dia de conscientização contra a prática do aborto, que estimula, dentre outras questões, a informação de efeitos colaterais do aborto para a mulher e o feto, bem como

¹⁴⁹ Ver, por exemplo, notícia: **Violência contra a mulher aumentou durante quarentena da Covid-19 na China**. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/03/violencia-contra-mulher-aumentou-durante-quarentena-da-covid-19-na-china.html>. Acesso em 02 abr 2020.

debates, palestras etc. sobre direito do nascituro e direito à vida (SANTA CATARINA, 2021b).

5.4 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E REPRODUÇÃO SOCIAL

Nicole-Claude Mathieu “também refletiu sobre a ideologia, a divisão desigual dos valores culturais e as condições materiais da (im)possibilidade de rebelar-se, em torno da ideia que ‘ceder não é consentir’” (CURIEL; FALQUET, 2005, p. 13, tradução nossa). Dentre a discussão que Mathieu sustenta, está a compreensão de que quaisquer que sejam as transgressões de gênero e sexualidade apresentadas pelas distintas sociedades, existe um gênero, mais ainda, um sexo que fica abaixo da hierarquia social, as mulheres. Afirma isso, pois,

[...] considera que é a divisão sexual do trabalho que cria a suposta complementariedade e a dependência mútua entre homens e mulheres. Tal binarismo não se origina na biologia, nem na natureza, menos ainda em uma vontade divina, mas simplesmente na organização do trabalho e sua exploração, esta sim, que parece bastante universal, ainda que possua numerosas variações. [...] desde o ponto de vista do trabalho material que se tem que realizar e dos privilégios dos quais se podem beneficiar, segue sendo muito mais vantajoso ter nascido macho que fêmea, em quase todas as sociedades que conhecemos¹⁵⁰ (CURIEL; FALQUET, 2005, p. 14-15, tradução nossa).

Desenvolvendo essa assertiva, Paola Tabet (2014), “[...] trabalhou principalmente sobre o sub-equipamento material das mulheres em relação aos homens, a reprodução e a sexualidade – assim como sobre o racismo, em trabalhos de outro tipo” (CURIEL; FALQUET, 2005, p. 15, tradução nossa). Tabet se detém sobre a questão da reprodução, no sentido biológico e do trabalho das mulheres nesse aspecto, como uma modalidade de intercâmbio econômico-sexual, e postula sobre a divisão sexual do trabalho que nas palavras de Ochy Curiel e Jules Falquet (2005),

Se apoia em um acesso diferenciado às ferramentas, às armas e o conhecimento.

¹⁵⁰ “[...] es la división sexual del trabajola que crea la supuesta complementariedad y la dependencia mutua entre varones y mujeres. Dicha binaridad no se origina en la biología ni tampoco em la naturaleza, menos aún en una voluntad divina, sino que simple y llanamente en la organización del trabajo y su explotación, la que sí, parece bastante universal, aunque posee numerosas variantes. Por esto es que Nicole Claude Mathieu se niega a dejarse cegar por los discursos de los propios grupos, ya sea el de los inuit o de l@s transexuales contemporane@s, quienes a través de supuestas prácticas de “tercer sexo” o de tercer/cuarto/quinto género, tienden a opacar el hecho que, finalmente, desde el punto de vista del trabajo material que se tiene que realizar y de los privilegios de los que se puede beneficiar, sigue siendo mucho más ventajoso haber nacido macho que hembra, en casi todas las sociedades que conocemos”.

Paola Tabet demonstra que a manutenção deliberada das mulheres na ignorância e no sub-equipamento técnico, são os dois principais pilares de sua pressão por parte dos homens, opressão que também descansa em uma enorme violência, sem a qual os inumeráveis levantamentos, lutas e rebeliões das mulheres, seguramente, teriam chegado a um feliz término há muito tempo¹⁵¹. (CURIEL; FALQUET, 2005, p. 17, tradução nossa)

Paola Tabet (2014) indica que um aspecto importante da divisão sexual do trabalho e que é dificilmente enfrentado de forma mais aprofundada é sobre os instrumentos que cada sexo utiliza em suas atividades. Melhor dizendo, sobre a existência de uma diferenciação de instrumentos utilizados por sexo, na divisão sexual do trabalho e a relação desta com aquela diferenciação.

Assim, a autora defende a tese de que

[...] a divisão do trabalho não é neutra, mas orientada e assimétrica, mesmo nas sociedades ditas “igualitárias”; que não se trata de uma relação de reciprocidade e complementaridade, mas de dominação; que esta dominação se concretiza por meio de elementos objetivos, claros e definidos, que é possível apontar constantes gerais e materiais, pode-se dizer, da divisão das tarefas, nas quais as relações de classe entre dois sexos se exprimem antes mesmo do que nas definições ideológicas que acompanham as próprias tarefas (tais como a valorização das tarefas masculinas etc.); que, ao contrário, este caráter de dominação está na própria instituição da divisão do trabalho, por seus elementos de obrigação e de interdição correlatos à relação entre divisão do trabalho e obrigação da família e à criação de uma identidade masculina ou feminina sociológica, uma “gender identity” para seres biologicamente machos ou fêmeas (Mathieu, 1973; Rubin, 1975); enfim, que em tal quadro é necessário analisar a divisão sexual do trabalho como relação política entre os sexos (TABET, 2014, p. 107–108).

Nesse sentido, ela chama atenção para a relação entre a divisão do trabalho e os instrumentos à disposição de cada sexo nessa divisão. Pois ao longo do desenvolvimento humano/social os instrumentos tornam-se um prolongamento do corpo físico dos seres humanos e, ampliando sua capacidade, domínio e intervenção na natureza. Nesse sentido, ela afirma que o acesso diferenciado – ou a interdição de acesso – das mulheres aos instrumentos desenvolvidos é que provoca a exclusão/opressão das mulheres.

1. É preciso inverter a relação estabelecida habitualmente entre divisão sexual do trabalho e instrumentos. [...] as mulheres fazem determinados trabalho e são excluídas de outras *em função dos instrumentos utilizados nestas atividades*. 2. É nas formas de controle masculino dos instrumentos de produção – controle que tem como corolário o subequipamento das mulheres – que devemos buscar os fatores

¹⁵¹ “[...] se apoya en un acceso diferenciado a las herramientas, a las armas y al conocimiento. Paola Tabet demuestra que el mantenimiento deliberado de las mujeres en la ignorancia y en el sub-equipamiento técnico son dos de los principales pilares de su opresión por parte de los varones, opresión que también descansa en una enorme violencia, sin la cual los innumerables levantamientos, luchas y rebeliones de las mujeres seguramente hubieran llegado a un feliz término desde hace mucho tiempo”.

objetivos, as constantes da divisão sexual do trabalho. Este controle aparece, portanto, como um dos elementos da relação de classe entre mulheres e homens (TABET, 2014, p. 112, destaque da autora).

Analisando as sociedades de coleta, caça, pesca e agricultura, ela afirma que “[...] o monopólio de determinadas atividades-chave é fundamental para assegurar aos homens o controle dos instrumentos e de produção e, em última análise, a utilização global das mulheres” (TABET, 2014, p. 113). E que, a diferença entre os instrumentos utilizados por cada sexo, também determinada a diferença de tempo livre e de repouso de cada um deles. Outra questão de destaque é a relação entre os instrumentos utilizados na divisão sexual do trabalho e a armas/violência/poder, destacando que o monopólio dos instrumentos é “estratégico” para o controle e manutenção da produção, ainda que este controle não esteja relacionado unicamente a esse monopólio.

[...] nas sociedades de caça e coleta, o monopólio das armas tem uma importância decisiva nas relações entre homens e mulheres: de fato, é na tecnologia que cria as armas e nas próprias armas que ocorrem os progressos mais importantes no campo da mecânica, aqueles que marcam a distância entre instrumentos masculinos e instrumentos femininos, pois nestas sociedades as armas são ao mesmo tempo instrumentos de produção privilegiados. Mas o fator predominante é o controle da força, daí a rigorosa interdição do uso de armas pelas mulheres: a disputa é entre quem tem armas e quem não as tem. O poder dos homens sobre as mulheres é garantido pelo monopólio das armas-instrumentos (TABET, 2014, p. 157).

Quanto mais as atividades de reprodução vão sendo desvalorizadas socialmente, especialmente com a introdução de desenvolvimentos tecnológicos na produção, tais atividades vão sendo relegadas à segundo plano. Mas não desaparecem. Muitas delas ainda precisam ser realizadas, e alguém tem de fazê-las. Com a divisão sexual do trabalho, quem faz são as mulheres e pessoas escravizadas (em determinados momentos históricos). Com o desenvolvimento tecnológico fica mais evidente essa separação. As atividades de produção (e valorização da vida humana) não podem – na aparência - ter valor¹⁵² no capital, e são secundarizadas, logo, quem as realiza são categorias humanas secundarizadas socialmente.

A tese geral de Paola Tabet (2014, p. 154) é a seguinte: há um “subaparelhamento das mulheres”, “uma predominância em suas atividades de operações a mãos nuas (ou de manipulação)” e um

[...] bloqueio ao uso de instrumentos complexos, sejam eles máquinas manuais ou instrumentos movidos por animais, água, vento etc. Para todas essas atividades vale

¹⁵² Valor aqui no sentido de valorização da vida humana, não em sentido de valor para o capital.

a regra geral segundo a qual uma técnica nova masculiniza a atividade na qual foi inserida (Tabet, 2014, p. 154).

Assim,

As mulheres continuam a fornecer energia e trabalho a mãos nuas tanto no artesanato em geral, quanto em atividades de produção agrícola ou de transformação de produtos. Em qualquer desses casos, elas garantem também, sempre e sem descanso, com emprego máximo de tempo-paciência e utilizando meios de menor rendimento produtivo, o trabalho de produção para consumo doméstico e para a reconstituição da energia humana despendida. Assim também, segundo os modos e as condições impostas e sob o controle material e ideológico dos dominadores, elas dão continuidade ao trabalho de reprodução (TABET, 2014, p. 158–159).

Outra dimensão relevante para ela e que se refere à reprodução é, exatamente, a reprodução biológica, a reprodução *strictu sensu*. Assim, Paola Tabet (1998, p. 11, tradução nossa) argumenta que diante a relativa infertilidade da espécie humana (em relação a outras espécies de mamíferos) e da dissociação da pulsão sexual com o momento da ovulação, a frequência e a regularidades dos coitos são bastante importantes para que uma gravidez humana seja levada a cabo. Assim, ela diz que essa frequência e regularidade parecem ser melhor asseguradas em sociedades humanas através do casamento (heterossexual), pois este parece ser um operador importante da dimensão das mulheres como sempre copuláveis (já que nem sempre receptivas, dado a relativa infertilidade da espécie humana). Para a autora, então, o interesse na instituição casamento, que parece garantir o máximo de fecundidade é porque “[...] em geral, pelo casamento, é assegurada uma permanente exposição ao coito, logo, uma permanente exposição ao risco de gravidez. Exposição ao risco, num sentido preciso de uma exposição institucionalizada¹⁵³”.

A autora continua a discussão afirmando que:

Se o casamento representa potencialmente um lugar melhor para a exposição permanente das mulheres à fecundação, isso não acontece sem formas complexas (e variáveis) de pressão ideológica e de constrangimentos físicos e psíquicos para sua realização. De um lado, que consideremos não apenas o número de sociedades onde o casamento é ou era uma relação imposta a um ou a dois parceiros, mas também as formas de treinamento/formação (para não dizer de obrigação) da sexualidade; e, de outro lado, a grande variedade de regulamentação das relações entre homens e mulheres no casamento (entre outras questões, a presença ou não de regras que obriguem a execução do “dever conjugal”), e as diferentes margens de autonomia das mulheres na gestão de seus corpos, da sexualidade e da reprodução (gestão das relações sexuais, prática contraceptivas e abortamentos)¹⁵⁴ (TABET, 1998, p. 13–14,

¹⁵³ « [...] en général, par le mariage, est assurée une permanence de l'exposition au coït, donc une permanence de l'exposition au risque de grossesse. Exposition au risque, dans le sens précis, d'une exposition institutionnalisée ».

¹⁵⁴ « Si le mariage représente potentiellement le lieu optimal d'exposition permanente des femmes à la fécondation, ce n'est pas sans un appareil complexe (et variable) de pression idéologique et de contraintes physique et psychique que cela peut se réaliser. Qu'on considère non seulement le nombre de sociétés où le mariage est ou était une relation imposée à un ou à deux partenaires, mais aussi les formes de dressage (pour ne

tradução nossa).

A autora destaca, então, os meios que permitem que o casamento atualize sua função de instituição reprodutiva, e que garantem também a apropriação dos corpos das mulheres com o objetivo reprodutivo: a “aprendizagem” ou treinamento/formação para o coito; os constrangimentos físicos e psicológicos ao dever conjugal; a vigilância exercida sobre a fecundação, a gravidez e o parto; e a gestão pós-parto, aceitação ou não do recém-nascido e as modalidades de aleitamento. Dessa forma, para Tabet (1998):

É importante destacar, entretanto, que não há pausa entre esses momentos e, acima de tudo, que o treinamento das mulheres visa tanto sua submissão coletiva quanto a submissão de cada mulher em sua relação matrimonial com um determinado homem¹⁵⁵ (TABET, 1998, p. 14, tradução nossa).

A referida autora segue sua análise destacando que:

A reprodução, não como um fato biológico, mas como um sistema de controle e manipulação de cada indivíduo feminino (e também masculino, mas em menor escala), torna-se assim o pivô de toda relação entre os sexos e de toda relação sexual. As diversas intervenções sobre sexualidade destinadas a produzir um organismo feminino especializado em reprodução constituem assim a mais forte e complexa transformação das condições biológicas da reprodução, e correlativamente a mais forte e complexa manipulação sociológica das condições biológicas da sexualidade humana. Parece que o estabelecimento da obrigação de reprodução, de domesticação à reprodução, pode ser o operador que bloqueou o florescimento de uma sexualidade humana inteira e polimorfa; e que levou a formas parciais - como formas determinadas e restritas - de sexualidade¹⁵⁶ (TABET, 1998, p. 32, tradução nossa).

Assim, Paola Tabet (1998) aponta que as intervenções sobre a reprodução ao longo da história humana, mesmo antes do desenvolvimento tecnológico mais recente, são objeto de manipulações de “tipo técnico”, comparáveis, em sua argumentação, a outros tipos de

pas dire forçage) de la sexualité, d'une part ; et, d'autre part, la très grande variabilité de la réglementation des rapports entre hommes et femmes dans le mariage (entre autres la présence ou non de règles contraignant à l'exécution de la « dette conjugale »), et donc les différentes marges d'autonomie des femmes dans la gestion du corps, de la sexualité et de la reproduction (gestion des rapports sexuels, des pratiques contraceptives, des avortements) ».

¹⁵⁵ *« Il importe cependant de relever qu'il n'y a pas de cou-pure entre ces moments, et surtout que le dressage des femmes vise à la fois à une soumission collective de celles-ci et à une soumission de chacune dans sa relation de mariage avec un homme déterminé ».*

¹⁵⁶ *« La reproduction, non en tant que fait biologique mais en tant que système de contrôle et de manipulation de tout individu femelle (et mâle aussi, mais de façon moindre), devient ainsi le pivot de tout rapport entre les sexes et de tout rapport sexuel. Les différentes interventions sur la sexualité visant à produire un organisme féminin spécialisé dans la reproduction constituent ainsi la transformation la plus forte et la plus complexe des conditions biologiques de la reproduction, et corrélativement la manipulation sociologique la plus forte et la plus complexe des conditions biologiques de la sexualité humaine. Il semblerait que la mise en place de l'obligation à la reproduction, de la domestication à la reproduction, puisse être l'opérateur qui a bloqué l'épanouissement d'une sexualité humaine entière et polymorphe ; et qui a conduit à des formes partielles - en tant que formes déterminées et contraignantes - de sexualité ».*

produção, de processos de trabalho. Desde esse debate da reprodução biológica, Paola Tabet (1998) questiona, então se a produção de seres humanos, não seria, ela mesma, um trabalho.

Assim explica que o trabalho, considerado em seu sentido estrito como dispêndio de energia, tido dessa forma só poderá cessar quando o sujeito morrer, pois o fato de manutenção da vida demanda trabalho, demanda dispêndio de energia. A partir desse pressuposto ela compara então a energia necessária para realizar algumas atividades como dormir, caminhar, desmatar um terreno/uma floresta a energia que uma pessoa grávida dispende para gestar, amamentar e continuar realizando todas as demais atividades. Mas destaca que o dispêndio de energia em si, não explica, não é o único critério para definir a procriação como um trabalho, haja vista que todo processo orgânico dispende energia.

A reprodução difere de outros processos orgânicos: por um lado, porque não é indispensável para a conservação do indivíduo reprodutor; por outro, porque resulta na criação de um produto externo que não é o produto residual de outro processo, mas um produto programado para si mesmo: um novo ser. Estas características se aplicam a todos os mamíferos. A particularidade da espécie humana, neste domínio, é que ela não está fisiologicamente sujeita a restrições reprodutivas, não sendo a sexualidade humana sincronizada com, nem determinada pelo ciclo ovulatório; isto abre a possibilidade de escolha e decisão individual: a reprodução pode ser iniciada, perseguida ou recusada intencionalmente, a margem de manobra também dependendo das condições tecnológicas¹⁵⁷ (TABET, 1998, p. 70–71, tradução nossa).

Para sustentar seu argumento ela retoma a passagem em que Marx indica que o trabalho é um processo se vai do ser humano a natureza, em que este, com suas forças naturais, de sua própria pessoa, seus braços e pernas, cabeça e mãos, se apropria da natureza e a transforma e, nesse movimento, transforma a si mesmo. Assim, afirma que

Na reprodução, como no trabalho, o ser humano “coloca em movimento as forças naturais de sua pessoa física”. Mas a atividade reprodutiva realiza, em vez de uma apropriação pelo homem da natureza exterior, a produção mesma da espécie humana. O processo reprodutivo coloca em jogo a natureza biofísica da espécie humana, ao nível da espécie como uma atividade que modifica certas características e, ao nível do indivíduo reprodutor, enquanto processo interno de seu próprio corpo¹⁵⁸ (TABET, 1998, p. 72, tradução nossa).

¹⁵⁷ « La reproduction se distingue d'autres procès organiques : d'une part, en ce qu'elle n'est pas indispensable à la conservation de l'individu reproducteur ; d'autre part, en ce qu'elle aboutit à la création d'un produit extérieur qui n'est pas le déchet d'un autre procès, mais un produit programmé pour lui-même : un nouvel être. Ces caractéristiques valent pour l'ensemble des mammifères. La particularité de l'espèce humaine, en ce domaine, est de n'être pas physiologiquement soumise à la contrainte reproductrice, la sexualité humaine n'étant pas synchronisée sur, ni déterminée par, le cycle ovulatoire ; ce qui ouvre une possibilité de choix et de décision individuels : la reproduction peut être engagée, poursuivie ou refusée intentionnellement, la marge de manœuvre dépendant aussi des conditions technologiques ».

¹⁵⁸ « Dans la reproduction comme dans le travail, l'être humain « met en mouvement les forces naturelles de sa personne physique ». Mais l'activité reproductrice réalise, plutôt qu'une appropriation par l'homme de la nature extérieure, la production même de l'espèce humaine. Le procès reproductif met en jeu la nature biophysique de

E continua

As diversas formas de intervenção, escolha e regulamentação da reprodução (e da sexualidade), os cuidados prestados durante a gravidez, o parto e a amamentação constituem um trabalho sobre a natureza da espécie humana, sobre as modalidades de perpetuação dos grupos humanos. Como tal, eles fazem parte do processo de domesticação da reprodução, certos aspectos dos quais descrevi acima. O manejo da reprodução transforma a procriação de uma atividade natural em trabalho. Sua não-naturalidade se manifesta nas formas mais simples de intervenção (mesmo intencionalmente). Além disso, o caráter social e socialmente organizado do trabalho reprodutivo também aparece. Através deste trabalho, a humanidade modifica diretamente a natureza da espécie e, no sentido pleno, transforma-se¹⁵⁹ (TABET, 1998, p. 72, tradução nossa).

Nessa mesma linha, a autora indica que na reprodução, o objeto do trabalho, o embrião, faz parte do mesmo mundo físico do trabalhador que o produz, faz parte do seu corpo. Assim, o trabalho, o dispêndio de energia até mesmo no aleitamento, é empregado para produzir modificações no interior do corpo e não no exterior, como no trabalho manual. Também indica que o longo processo de evolução da espécie humana afeta profundamente esse trabalho reprodutivo. Nesse trabalho, ferramentas e corpo do trabalhador se confundem. No limite, são a mesma coisa.

[...] na reprodução, a apropriação dos instrumentos trabalho (da força ou da capacidade de procriação e, até certo ponto, do produto, a criança) consiste pura e simplesmente no controle/apropriação das próprias pessoas reprodutoras. Aqui, a ferramenta é mais que uma ferramenta: é uma máquina bioquímica de uma eficácia formidável, de tal forma que a atividade humana ainda não foi capaz de criar. Uma vez que ela recebe o impulso de uma “inseminação fecundante/fertilizante”, que requer um agente e um material externo, essa máquina “trabalha” sobre um objeto e materiais internos, produzidos pelo metabolismo do organismo reprodutor, e conduz o processo de procriação até seu fim biológico (o nascimento ou a expulsão do produto e a lactação)¹⁶⁰ (TABET, 1998, p. 73, tradução nossa).

l'espèce humaine, au niveau de l'espèce en tant qu'activité qui en modifie certains caractères, et au niveau de l'individu reproducteur en tant que procès interne à son propre corps ».

¹⁵⁹ « Les différentes formes d'intervention, de choix, de régulation de la reproduction (et de la sexualité), les soins dispensés au cours de la grossesse, de l'accouchement et de l'allaitement constituent un travail sur la nature de l'espèce humaine, sur les modalités de la perpétuation des groupes humains. Comme telles, elles font partie de ce procès de domestication de la reproduction dont j'ai décrit plus haut certains aspects. La gestion de la reproduction transforme la procréation, d'activité naturelle qu'elle était, en travail. Sa non-naturalité se manifeste dès les formes les plus simples d'intervention (dès l'intentionnalité même). Et de plus, apparaît aussi le caractère social, socialement organisé, du travail reproductif. Par ce travail, l'humanité modifie directement la nature propre de l'espèce et, au sens plein, se transforme elle-même ».

¹⁶⁰ « [...] dans la reproduction, l'appropriation des instruments de travail (de la force ou de la capacité de procréation et, jusqu'à un certain point du produit, l'enfant) consiste purement et simplement en la mainmise sur les personnes reproductrices elles-mêmes. Ici, l'outil est bien plus qu'un outil : c'est une machine biochimique d'une efficacité formidable, telle que l'activité humaine n'en a pas encore créé. Une fois qu'elle a reçu l'impulsion d'une « insémination fécondante », nécessitant un agent et une matière extérieurs, cette machine « travaille » sur

Há a ressalva de que em relação ao elemento da intencionalidade, presente no trabalho, o trabalho reprodutivo não a carga durante todo o processo, haja vista que, realizada a fecundação, o trabalho continua mesmo sem a participação consciente da pessoa reprodutora e, mesmo, muitas vezes, contra sua vontade. Mas ao comparar o trabalho intelectual com o trabalho reprodutivo, ela diz que essa distinção se atenua consideravelmente, pois como no trabalho reprodutivo, a atividade intelectual, a atividade do cérebro não cessa e, nesse sentido, questiona que elemento permite discriminar o que é e o que não é trabalho. Em suas palavras:

De duas, uma: ou bem se nega à atividade intelectual - como à reprodutiva – a qualificação de “trabalho”, ou bem se coloca em discussão a noção comum de trabalho. Excluir a reprodução do campo conceitual do trabalho, não seria mais que uma expressão ideológica de certas relações de produção e de reprodução? Tal noção poderia, desse ponto de vista, aparecer como função das relações de sexo historicamente existentes; E hoje, o recurso às mães substitutas (de aluguel), torna perfeitamente evidente este aspecto do trabalho, mais ainda, do trabalho explorado, da gestação¹⁶¹ (TABET, 1998, p. 75, tradução nossa).

Seguindo na analogia com o trabalho, para a autora, o trabalho reprodutivo pode então ser livre ou objeto de exploração. Nesse último caso ele seria trabalho alienado e a pessoa reprodutora seria despossuída de si mesma. Assim, considera o trabalho reprodutivo como uma relação de produção. A exploração no trabalho de reprodução se expressa na imposição da gestação e também na privação à pessoa reprodutora da “gestão das condições de trabalho”, quais sejam:

[...] impedimento da escolha do parceiro, do tempo, ritmo e quantidade (número de filhos) de trabalho; imposição do tipo do produto (o sexo do bebe, a legitimidade, a qualidade racial); expropriação da pessoa reprodutora do seu produto; expropriação de sua capacidade e do seu trabalho reprodutivo no plano simbólico; utilização da capacidade de gestação para venda de seu produto a terceiros, como no caso de aluguel de úteros¹⁶² (TABET, 1998, p. 76-77-78, tradução nossa).

un objet et des matériaux internes, produits par le métabolisme de l'organisme reproducteur, et conduit le procès de procréation jusqu'à son terme biologique (l'accouchement, ou expulsion du produit, et la lactation) ».

¹⁶¹ « *De deux choses l'une : ou bien on dénie à l'activité intellectuelle - tout comme à la reproduction -, la qualification de « travail », ou bien on met en discussion la notion commune de travail. Exclure la reproduction du champ conceptuel du travail, ne serait-ce pas alors l'expression idéologique de certaines relations de production et de reproduction ? Une telle notion pourrait, de ce point de vue, apparaître comme fonction des rapports de sexe historiquement existants. Et aujourd'hui, le recours aux mères porteuses rend parfaitement évidente cet aspect de travail et, en plus, de travail exploité, de la gestation ».*

¹⁶² « *- à la priver des choix du partenaire, des temps de travail, du rythme (la cadence) et de la quantité (nombre d'enfants à produire) du travail ; - à imposer le type (la qualité) du produit (le sexe, la légitimité, la « qualité raciale », etc.) ; - à exproprier la reproductrice de son produit ; - à l'exproprier sur le plan symbolique de sa capacité et de son travail reproductifs ; - à utiliser sa capacité de gestation en revendant le produit à des tiers, comme cela se fait aujourd'hui avec la location d'utérus ».*

Desenvolvendo seu argumento, Paola Tabet (1998) afirma que não é apenas no nível da evolução técnica que a produção de seres humanos guarda analogia com o trabalho. É também no plano das relações sociais. Para ela, “relações de produção e relações de reprodução seguiram linhas de evolução paralelas e estruturalmente homólogas¹⁶³”, pois nos dois casos a evolução tecnológica é intrincada à evolução das relações sociais.

Estamos assistindo a um fenômeno que em alguns aspectos é bastante semelhante ao que ocorreu na formação do capitalismo, a passagem de relações de servidão, de apropriação direta do trabalhador, para relações capitalistas de produção onde o trabalhador está livre de sua pessoa. Evolução análoga nas relações de reprodução: da apropriação privada do reprodutor, no vínculo de dependência pessoal constituído pelo casamento, ao atual surgimento de relações onde a apropriação global da pessoa reprodutora não é a condição da reprodução em si¹⁶⁴ (TABET, 1998, p. 80, tradução nossa).

Também, indica uma diferença entre o trabalho reprodutivo *stricto sensu*, aquele realizado por e partir do corpo físico da/uma mãe/mulher/pessoa que gesta e o trabalho doméstico, de cuidado, que a divisão sociossexual do trabalho impõe às mulheres. Assim, para Tabet (1998), a reprodução é um trabalho, de acordo com sua definição de dispêndio de energia e é um trabalho explorado, conforme a definição de Marx.

Em resumo, para a antropóloga, a divisão sexual do trabalho, posteriormente denominada divisão sociossexual do trabalho (por influência de Nicole-Claude Mathieu) é o fundamento da dominação dos homens sobre as mulheres. Ela se instaura sobre a base de um hiato, um *gap* tecnológico, em função do sexo. Sob esse argumento, ela recusa a ideia de que a divisão sociossexual do trabalho se dê pela diferença fisiológica entre homens e mulheres. Pois, encontra na diferença de acesso e utilização dos instrumentos – ferramentas/armas – a causa dessa dominação. Com o uso de ferramentas bastante rudimentares e mesmo muitas vezes apenas as próprias mãos, as mulheres exercem trabalhos que demandam grande carga física e ficam mais demorados – em relação ao trabalho que os homens realizam.

Nesse sentido, ela argumenta que as mulheres dispõem de menos tempo livre para outras atividades da vida, como as políticas, religiosas e artísticas. Assim, para Paola Tabet (1998), a divisão sociossexual do trabalho é a base que estrutura a dominação das mulheres.

¹⁶³ « *Rapports de production et rapports de reproduction ont suivi des lignes d'évolution parallèles et structurellement homologues.* »

¹⁶⁴ « *Nous assistons là à un phénomène sous certains aspects assez proches de ce qui s'est produit dans la formation du capitalisme, le passage des rapports de servage, d'appropriation directe du travailleur, aux rapports capitalistes de production où le travailleur est libre de sa personne. Évolution analogue dans les rapports de reproduction : de l'appropriation privée de la reproductrice, dans le lien de dépendance personnelle constitué par le mariage, à l'émergence actuelle de rapports où l'appropriation globale de la personne reproductrice n'est pas la condition de la reproduction même.* »

Esse processo expressa um continuum econômico-sexual: a apropriação dos corpos das mulheres em uma relação de sexagem, através da apropriação de seus corpos e tempos, do condicionamento da sexualidade, da violência e do impedimento de acesso ao conhecimento, em outras palavras, a troca sexual jamais é igualitária e a sexualidade das mulheres é uma sexualidade de serviço aos homens.

5.5 O ESTRANHAMENTO DE SEXO/GÊNERO: ALGUMAS PROPOSIÇÕES

Vimos no capítulo anterior que o estranhamento, aqui entendido como o descompasso entre o desenvolvimento das capacidades humanas e da personalidade humana, em sociedades estratificadas, especialmente no capitalismo, é uma das expressões das relações sociais desiguais e hierarquizantes. Expressa realizações humanas limitadas e limitantes. Avançando na compreensão de estranhamento da mulher colocada em Lukács (2013), entendemos aqui, a partir das elaborações feministas – especialmente nesta tese, do FMF - a dimensão do estranhamento de sexo/gênero. Entendendo que este é um dos fundamentos da gênese do capitalismo. Mais corretamente, das relações sociais hierarquizantes entre os seres humanos, a base material, no caso aqui, a forma capital, precisa ser revolucionada. O estranhamento de sexo/gênero não é um tipo particular de estranhamento (apesar de suas expressões se apresentarem de forma particular, nos diferentes momentos históricos humanos). Ele é a expressão mesma de uma dimensão da existência estranhada.

Nas sociedades estratificadas em classes, e com particular radicalidade no capitalismo, bem como no processo demonstrado por Marx, de produção de valor, o progresso econômico carrega em si, a socialização da produção e a abstração das individualidades/singularidades. O capitalismo, portanto, para continuar existindo, necessita desconsiderar as singularidades dos sujeitos (e sua dimensão subjetiva). Em resumo, como explica Lukács (2013), desvalorizar o ser humano. Ao mesmo tempo, necessita que tal configuração não esteja explicitamente posta, para tal faz uso de diversas dimensões do complexo ideológico e reforços do estranhamento próprio dessa sociedade (e de seu decurso histórico) – e aqui temos a necessária vinculação/operação do estranhamento de gênero/sexo. Exemplo desse processo é a elaboração de teorias justificadoras dessa ordem social, que vão desde o positivismo clássico ao amplo espectro das teorias pós-modernas.

Lukács (2013) também destaca que o pôr de uma perspectiva social vinculante para o indivíduo é dificultada ao máximo pois é ela, é esse momento que permite, a partir de decisões individuais dos sujeitos que estes possam realizar subjetivamente uma ruptura com

os estranhamentos dos quais estão impregnados. Essa limitação tem de rebaixar ao máximo as consciências dos sujeitos e retirar o valor humano da sociabilidade. Assim,

[...] a aspiração ao ser-homem é relegada aqui ao campo de uma “Pura” subjetividade privada do aspecto social. Por essa via, não só se degrada como indigna do homem toda atividade na sociedade mesma, mas também os modos superiores de expressão ideológica (arte, concepção de mundo) adquirem como substância, mediante a rejeição de toda socialidade, um subjetivismo de tal modo “purificado” que, justamente nesse desviar-se de tudo o que poderia degradar o sujeito, nada resta além do modo específico de expressão de uma particularidade dada de maneira única, sumamente acentuada em sua unicidade (LUKÁCS, 2013, p. 767).

O estranhamento de sexo/gênero, que carrega nas sociedades de classes a marca necessária da redução do humano – ou de uma parte da humanidade, tomada por seus aspectos/caracteres naturais/naturalizados (ou a tentativa de transgressão destes) -, no modo de produção capitalista é radicalizado e assume sua “função” na necessidade de estranhamento total do conteúdo humano nas relações sociais de sexo/gênero (ver a necessidade da violência contra as mulheres, feminicídios, transfobia, racismo, dentre outros).

[...] Para Marx, [...], não só todo passado é irrecuperavelmente passado; também quando, na imediatez, uma forma de existência passada parece se “conservar”, sempre se trata, para ele, na realidade de novas formas de reprodução e de novas condições de reprodução, cuja raiz deve ser procurada e encontrada na economia atual em cada caso (pense-se na renda fundiária). Porém, o passado é ademais simultaneamente e até antes de tudo a continuidade dinâmica do próprio desenvolvimento social (LUKÁCS, 2013, p. 768).

No caso do estranhamento de sexo/gênero, podemos pensar que ainda que guarde parencas com formas de relações sociais pretéritas, ele tem uma característica única no modo de produção capitalista. Como continuidade dinâmica do próprio desenvolvimento social, as características de relações sociais passadas guardam similitudes, foram subsumidas e expressam dimensões deste modo de produção e não modos de produção sobrepostos e/ou interdependentes/interrelacionados.

Pois,

[...] cada produto desse desenvolvimento é um existente único, que só pode mesmo se tornar existente sob as condições reais de sua gênese e de sua reprodutibilidades” e “[...] um ser assim constituído, enquanto produto imediato de suas próprias condições de reprodução, das forças sociais que possibilitaram a sua reprodução (incluindo o metabolismo com a natureza), constitui um momento da continuidade histórica; o seu destino, mesmo que se trate de aniquilação, extinção, exerce influência, de modo imediato ou mediato, sobre aquele futuro que se toma forma justamente a partir do fato de o passado tornar-se passado. Porém, essa continuidade

nada tem a ver com exemplaridade imediata, com imitabilidade imediata (LUKÁCS, 2013, p. 769).

Desde essa compreensão, a analogia posta, por exemplo, em Paola Tabet (2014), entre o que ela denomina trabalho reprodutivo explorado e o trabalho explorado, se demonstra – em seus pressupostos – uma compreensão, a nossa vista – forçosamente analógica. Mais que uma quase reivindicação pela existência de uma dimensão de exploração na relação social de sexo, em si e, por via de consequência, da existência de um modo de produção em separado e, por isso, merecedor também da mesma atenção para a dimensão da “exploração” na relação social de sexo, assim como da exploração na relação social de classe, entendemos ser de extrema importância o relevo que ela traz para a dimensão da reprodução na relação humana, social, que guarda vinculação – obviamente – com a dimensão biológica/natural mas que, desde o advento do ser social é atravessada por essa dimensão, social. O argumento expresso por Tabet (2014), parece indicar uma questão central e pressuposto ao FMF: a existência de modos de produção diversos que coexistem na realidade, como o modo de produção doméstico/patriarcal, o modo de produção capitalista, modo de produção feudal, modo de produção colonial

Christine Delphy (2013a), especialmente no texto *“Rapports de production dans lesquels entrent les femmes”*, indica que é por meio da família que se estrutura o modo de produção doméstico, que é por meio da família que se realiza a exploração econômica das mulheres, a partir de trabalho não-remunerado, como o cuidado com as crianças, pessoas idosas e inválidas. Assim, esta autora também defende que existem, como visto em outro momento do texto, dois (ou três) modos de produção.

Constatamos a existência de dois modos de produção na nossa sociedade: a maioria das mercadorias são produzidas no modo industrial; os serviços domésticos, a criação das crianças e um certo número de mercadorias são produzidos no modo familiar. O primeiro modo de produção dá lugar à exploração capitalista. O segundo, à exploração familiar ou, mais exatamente, patriarcal¹⁶⁵ (DELPHY, 2013a, p. 47, tradução nossa).

Da mesma forma, Paola Tabet (2014) vai apontar

[...] as articulações estruturais entre a exploração das mulheres na produção e na reprodução e os processos de formação da estratificação social e econômica, as

¹⁶⁵ « On constate l'existence de deux modes de production dans notre société : la plupart des marchandises sont produites sur le mode industriel ; les services domestiques, l'élevage des enfants et un certain nombre de marchandises sont produites sur le mode familial. Le premier mode de production donne lieu à l'exploitation capitaliste. Le second donne lieu à l'exploitation familiale, ou plus exactement patriarcale ».

relações entre exploração das mulheres (da classe das mulheres) e a exploração no sentido comum (TABET, 2014, p. 144).

Essa mesma linha de argumentação, leva a compreensão expressa por Colette Guillaumin (2014), de que

[...] as classes de sexo são classes específicas, criadas por relações sociais específicas; não basta, portanto, defini-las por seu parentesco com outras formas sociais e estabelecer analogias entre instituições que exprimem relações de apropriação particulares. Mas, sem dúvida, fomos cegadas por muito tempo pela ilusão de que se tratava de uma “relação natural”, e isso no ocultava que se trata de uma forma social específica (GUILLAUMIN, 2014, p. 77).

Destaques para dois pressupostos problemáticos que subjazem e sustentam as argumentações do FMF, especialmente das autoras aqui trabalhadas: a ideia de classe de sexo e o modo de produção doméstico/patriarcal que sustenta as relações sociais de sexo.

Não nos parece que a realidade social, pensada em sua totalidade, na esteira de Lukács, comporte dois (ou mais) modos de produção, mais bem, e em concordância com Cisne (2014), ao que parece,

[...] modo de produção [capitalista] se apoia na exploração do trabalho doméstico da mulher, assim como na exploração da força de trabalho feminina na esfera produtiva, na qual, via de regra, recebem baixos salários e são desvalorizadas. Em síntese, podemos dizer, então, que o modo de produção capitalista encontra na exploração do trabalho da mulher, seja na esfera produtiva, seja na esfera reprodutiva (em trabalho remunerado ou não), uma das suas bases de sustentação. [...] as esferas produtivas e reprodutivas são indissociáveis, consubstanciais. Sendo esse modo de produção estruturado pelas relações de classe, “raça” e sexo (incluindo sexualidade), podemos denominá-lo de modo de produção racista-patriarcal-capitalista. Temos, portanto, um único sistema, um único modo de produção, mas, conformados por essas relações – mediações e contradições – que são dialeticamente “consustanciais” e “coextensivas” (CISNE, 2014, p. 85–86).

Assim, como dito em outros momentos dessa tese, reforçamos que a forma de (re)produzir a vida de cada momento histórico é uma totalidade que carrega em si diversas dimensões das relações humanas, das relações de produção. Estas subsumem ou negam formas de relações sociais que expressam estágios anteriores de desenvolvimento humano. Marx (2012) falando a respeito dos modos de produção e das conquistas/anexações/invasões de território, indica que:

Em toda conquista há três possibilidades. O povo conquistador submete o conquistado ao seu próprio modo de produção (por exemplo, os ingleses neste século na Irlanda e, em parte, na Índia); ou deixa o antigo [modo de produção] subsistir e se satisfaz com tributo (p. ex., turcos e romanos); ou tem lugar uma ação

recíproca da qual emerge algo novo, uma síntese (em parte, nas conquistas germânicas). Em todos os casos, o modo de produção, seja o do povo conquistador, seja o conquistado, seja o que resulta da fusão de ambos, é determinante para a nova distribuição que surge. Apesar de aparecer como pressuposto para novo período de produção, essa própria distribuição, por sua vez, é um produto da produção, e não apenas da produção histórica em geral, mas da produção histórica determinada (MARX, 2012, p. 51–52).

Assim, entendemos que levantar a questão da dominação-exploração de gênero/sexo como uma questão particular não significa que ela seja/esteja em um sistema separado, senão que é expressão, uma das expressões do estranhamento, postas e surgidas da forma capital e da forma como opera o estranhamento nessa sociabilidade.

[...] a necessidade interior ao desdobramento da economia pode até reduzir cada vez mais a quantidade de trabalho socialmente requerido para a reprodução da existência humana, fazer recuar cada vez mais as barreiras naturais, fazer aumentar cada vez mais tanto extensiva como intensivamente a socialidade da sociedade e inclusive elevar a patamares cada vez mais elevados as capacidades humanas singulares, mas tudo isso, [...], produz apenas um campo de ação de possibilidade para a generidade para si do gênero humano, ainda que seja campo real, inevitável e indispensável. Porém, aos olhos de Marx, a generidade para si não é resultado mecânico, de origem espontânea e obrigatória, do desenvolvimento econômico. No plano social, a consequência disso é que cada movimento que procure fazer avançar, fazer crescer essa tendência – não importando se por evolução ou revoluções – não pode nem deve confiar no mero automatismo do desenvolvimento econômico, mas é forçado a mobilizar a atividade social também de outras maneiras (LUKÁCS, 2013, p. 757).

A saber, em outras esferas de luta, como a política. Lukács (2013) retoma Marx, quando este, na *Miséria da Filosofia*, afirma que a luta de classe contra classe constitui uma luta política. No caso específico do estranhamento em geral, e do estranhamento de gênero/sexo em específico, dado que este não pode ser pensado de modo isolado, torna-se necessário atentar para o modo com as atividades, aqui não apenas ou somente as “espontaneamente econômicas” incidem sobre suas bases objetivas. É a esse processo que o movimento feminista e aqui particularmente o feminismo materialista francês, contribui para avançar na compreensão.

Na esteira de Lukács (2013), podemos entender que o feminismo, mesmo nos prenúncios de suas protoformas, ainda como reações individuais, expressa reações a acontecimentos econômicos, políticos e sociais (no desenvolvimento da sociedade), apresentando de forma embrionária o fim consciente que se coloca com o advento do movimento feminista moderno/sistematizado como um movimento social.

[...] em princípio é perfeitamente possível que os movimentos espontâneos existentes em dado momento possam ser espontaneamente convertidos em lemas

políticos, que sem dúvida nesse processo possa surgir a partir deles uma política, só que uma política com conteúdos e objetivos meramente sindicais, isto é, espontaneamente econômicos, que fundamentalmente leva à adequação da atividade do proletariado ao quando do *status quo* burguês e que, portanto, no plano ideológico, no momento de dirimir os conflitos, não permita que o movimento dos trabalhadores ultrapasse o ponto de vista momentâneo da burguesia. [...] não obstante toda a processualidade espontânea do desenvolvimento da resistência dos trabalhadores que passa da sublevação espontânea individual para lutas econômica espontâneas coletivas e para formas políticas de pensamento e organização, é só por meio de um salto que o processo pode alcançar o seu estágio ontologicamente adequado (LUKÁCS, 2013, p. 760).

Com essa pista, talvez possamos pensar, como consequência, que o mote que sintetiza grande parte das posteriores elaborações e posições feministas, em o pessoal é político, tem sua imediata necessidade de ser entendido como o pessoal é econômico, na medida consequente que abre campos de possibilidades, cadeias alternativas para a passagem de um “em si” ao “para si”, já que, na esteira de Lênin, a consciência política de classe pode ser trazida apenas a partir de fora, de fora da luta econômica, no campo da luta e interrelação de todas as classes.

Não há necessidade de justificar a inclusão da relação social de sexo como parte da produção (no caso aqui produção de valor para o capital), entendendo também que isso seria uma interpretação economicista. Tampouco, compreender dimensões amplas e restritas da relação social, como sugere a separação entre *rappports e relations*. Nesse sentido, essa analogia, na tentativa de criticar posições economicistas, para explicar então o lugar da relação social de sexo recorre, ela mesma, a uma interpretação economicista, onde só tem valor o que tem valor para o capital, logo é necessário que as relações de sexo sejam entendidas como exploradas no sentido da exploração capitalista pura¹⁶⁶.

Desde a chave analítica do estranhamento, que carrega necessariamente vinculação com o desenvolvimento ideológico, evidenciado pela “[...] tendência geral de rebaixar todos os problemas da existência humana ao nível da particularidade” (LUKÁCS, 2013, p. 772), o estranhamento humano no capitalismo sintetiza, carrega e expressa todas as formas desumanizantes, que rebaixam a humanidade no ser humano, que o restringe ao nível da particularidade, expressas pelo trabalho (no capitalismo), pela reprodução social (capitalista), pelo complexo ideológico e pelo próprio estranhamento. Nesse sentido, as hierarquizações, desigualdades, dominação-exploração de sexo/gênero, evidenciadas com pontos bastante

¹⁶⁶ Como visto no capítulo 3, as elaborações têm lugar e história, são fruto também do seu tempo histórico e conjuntural. Naquele momento, foi o possível, dentro das condições objetivas. Apenas hoje temos condições de perceber/identificar tais possíveis limitações.

precisos pelo feminismo materialista francês¹⁶⁷, são expressões, no campo da relação social de sexo (ou como estamos denominando, do estranhamento de sexo/gênero), do estranhamento em geral.

O esforço aqui não é demonstrar que a RSS produz valor (valor na forma capital) e, portanto, de dar um patamar pretensamente superior a esse debate. Isso pode ter sido preciso/necessário no seu processo histórico, mas, hoje, entendemos que esse processo de desvalorização quem produz é o capital. Ele inverte as lógicas de prioridade coisificando os seres humanos e humanizando as coisas. Consideramos necessário que partamos de outra chave a de que o capital necessita de relações sociais hierarquizantes e que o estranhamento de sexo/gênero, se bem surgido a partir da forma econômica, é necessário para manter essa mesma forma econômica. Pode-se dizer uma ampliação da economia, não tomada como economicista.

[...] Lenin, ao repensar a determinidade econômico-social do homem de uma maneira tão conseqüente como ninguém havia feito desde Marx, concebe o processo de desenvolvimento que desse modo se tornou visível simultaneamente como processo de devir homem, de autocriação do homem. No início, naturalmente há a gênese factual do humano mediante o trabalho. O desdobramento desde (divisão do trabalho, etc.) acarreta um processo permanente de afastamento da barreira natural, de emersão cada vez mais nítida da essência humana (social) do homem. Esse processo, porém, jamais deve petrificar-se numa valoração abstrata: a perspectiva histórica da Marx não é o ser do homem utopicamente realizado de forma plena, mas meramente o fim de sua pré-história, isto é, o início da sua história propriamente dita como homem, o qual encontrou e realizou a si mesmo nesse processo (LUKÁCS, 2013, p. 780).

Do mesmo modo, o autor ressalta que

A formação humana mediante a redução econômica e ideológica organizacional, se possível, de todos os homens singulares ao limite da particularidade que lhes parece irrevogável é, ao mesmo tempo, fim e consequência do sistema dominante. Em conformidade com as nossas determinações gerais, esse estranhamento só poderá ser suprimido por meio de uma revolução sociopolítico-econômica fundamental de todo o sistema enquanto fenômeno universal e objetivo de massas. Todavia, repetidamente indicamos que todo indivíduo, não obstante, pode ter a possibilidade e – do ponto de vista do seu próprio desenvolvimento rumo a uma individualidade real – o compromisso interior de superar por si mesmo o seu próprio estranhamento, como quer que este tenha surgido e se desdobrado. É óbvio que, ao fazerem isso, os homens singulares terão de superar ideologicamente difíceis obstáculos ontológicos na ideologia oficial – por mais não conformista que esta seja por sua pretensa aparência externa. Essa situação, vista em termos abstratamente generalizados, ainda não constitui nada específico; o partícula nela parece-nos consistir em que o papel da ideologia na superação dessa conduta de vida estranhada talvez nunca tenha sido tão grande quanto justamente no período da manipulação refinada desideologizada dos homens (LUKÁCS, 2013, p. 794–795).

¹⁶⁷ Expressões destacadas nos pontos anteriores deste mesmo capítulo.

A luta contra a base material – e conseqüentemente a base material dos estranhamentos operantes - em determinados tempos históricos, como por exemplo a luta travada pelo aumento de salários (ou contra suas reduções), pela redução da jornada de trabalho (ou contra seu aumento) carrega em si, também, elementos da luta contra o estranhamento. E essa luta exerce influência direta e decisiva sobre a ideologia das lutas de classes. Nesse sentido, o feminismo capturou e trouxe à superfície algo que estava ali, tentando mostrar sua necessidade, mas que necessitou de certo desenvolvimento histórico e humano para emergir como um movimento social. E ao longo do seu desenvolvimento e das diversas vertentes/correntes de pensamento que o explicam, nunca abandonou esse vínculo objetivo entre a “[...] luta de classes diária em prol de fins econômicos imediatos e as grandes questões referentes a tornar significativa a vida humana” (LUKÁCS, 2013, p. 800). O desenvolvimento humano produziu, contraditoriamente, bases para o estranhamento de sexo/gênero e para a sua superação.

Vimos em outra parte do texto que toda mercadoria é objetivação do trabalho vivo, carrega em si uma imensa quantidade de trabalho humano objetivado na mercadoria. Desde a chave analítica do estranhamento, também pudemos entender que a alienação/estranhamento, expressa em última análise no descompasso entre o desenvolvimento da personalidade humana e das capacidades humanas, no capitalismo alcança patamares altos e contribuem para a conversão do humano em coisa. Em outras palavras, o estranhamento, aqui especialmente o estranhamento de sexo/gênero, contribui para o necessário processo de hierarquização, desigualdade e dominação-exploração inerente às relações sociais capitalistas.

Também foi demonstrado que no processo de produção de valor, fincado na exploração do trabalho humano que produz, ao mesmo tempo, as condições para a própria reprodução da força de trabalho, através do trabalho assalariado, que a custeia. Ou seja, é ali no ambiente da reprodução da vida humana ou caso se queira, no ambiente doméstico que a mercadoria especial, a força de trabalho, é produzida e reproduzida. Assim, o trabalho necessário para a produção da mercadoria força de trabalho não é apenas o trabalho assalariado, mas também é composto do trabalho reprodutivo. As autoras trabalhadas nesta tese apresentam algumas dimensões desse trabalho reprodutivo, desde a reprodução no sentido biológico a reprodução da vida material concreta. Isso foi expresso e explicado de diferentes formas pelas autoras, como as relações de sexagem, a divisão sexual do trabalho. Mas seus pressupostos são de que se trata de outro modo de produção, que requer a existência de outra classe, a classe de sexo.

Utilizamos o recurso ao estranhamento para buscar elucidar algumas dimensões de uma mesma forma de relação social que é necessária hierarquizante e desigual. Que desumaniza os sujeitos em todos os níveis suas relações. Nesse sentido, entendemos que há uma imbricação necessária entre a estrutura produtiva capitalista e as formas como as relações sociais de sexo/gênero se organizam no capitalismo. Elas expressam um mesmo modo de produção, pois o capitalismo é uma totalidade de relações sociais refletidas nos mais diferentes níveis.

De certa forma, sobre o pressuposto da coexistência de modos de produção diversos e a crítica do FMF ao marxismo, pela questão da classe tomada como um ente abstrato, as análises do FMF, em seus textos mais iniciais, especialmente os aqui estudados, ao mesmo tempo em que fazem essa crítica, partem desse como um pressuposto para pensar as relações sociais de sexo. Ora, se a classe não comporta as mulheres, por ser um ente masculino abstrato, logo, as mulheres estariam em outra classe, a classe de sexo. Mas entendidas também, em última análise, como um ente abstrato, como classe.

Também, é importante lembrar, que – como tentamos destacar no capítulo 3, a partir do contexto histórico de emergência do movimento feminista contemporâneo - o marxismo tradicional não deu (e não tem dado) conta de explicar as questões ditas específicas, como de sexo/gênero e raça, tendo em vista ser muito centrado em torno uma totalidade abstrata.

Uma questão importante a se levantar é que o FMF, particularmente as autoras estudadas nesta tese, demonstram algumas das dimensões – e nos ajudam a entender - que só é possível a exploração de classe porque mulheres (e o que se entende como feminino) foram e são oprimidas (dominadas-exploradas). Porque as pessoas foram racializadas, porque houve e há o brutal processo de colonização. Enfim, é sobre essas bases e as do trabalho explorado que o capitalismo se constitui, se mantém e se reproduz.

Para que a ideia de propriedade privada – forma fundante da divisão de classes e do capitalismo - prevaleça, nada melhor do que tornar, antes, “natural” a dominação-exploração de um grupo de seres humanos sobre outros, daí o patriarcado opera e, na expansão capitalista/invasão de outros continentes, associa-se ao fator raça, daí o racismo opera.

Outra questão importante que podemos destacar e que está presente no conjunto das autoras, é a ideia de que a apropriação das mulheres, a relação social de sexo ou sexagem é uma relação de poder essencial, estrutural da sociedade de classe, não representações do passado que permanecem. Elas reafirmam que tais relações fazem parte da realidade social e da sociedade contemporânea.

Consideramos que essa talvez seja a principal contribuição de suas teorizações, juntamente com os destaques importantes para as diversas dimensões que constituem o estranhamento de sexo/gênero. Mas que precisam ser tomadas desde outra perspectiva, que tentamos demonstrar a partir do estranhamento. A realidade entendida como totalidade, comporta diferentes dimensões que se colocam em movimento e no movimento das relações humanas, das relações sociais de produção. Sem esse caminho, conforme visto, as análises do FMF levam a uma ideia *suis generis* da classe e mesmo a uma redução do sexo/gênero à classe, no caso classe de sexo, de uma forma *ad hoc*. Dissolve-se a esfera da reprodução na produção, conforme melhor visto em Paola Tabet, Colette Guillaumin e Christine Delphy, por exemplo. Essa compreensão tem consequência políticas relevantes e que, de certa forma, não coadunam com a orientação ético-política hegemônica do Serviço Social, especialmente por uma tendência à aplicação de forma mecânica das categorias da economia política às análises da RSS.

Finalmente, entendemos que a opressão, melhor dizendo, a dominação-exploração das mulheres, é uma consequência do descompasso expresso pelo estranhamento e da base de existência mesma do capital. E que, nesse sentido, o recurso e a compreensão a partir da totalidade social, da economia (em sentido ampliado) e das relações sociais podem ser ampliadas com algumas das assertivas levantadas pelo FMF, desde que direcionemos as análises a partir da contradição expressa pela realidade social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O fim duma viagem é apenas o começo doutra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na Primavera o que se vira no Verão, ver de dia o que se viu de noite, com sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para os repetir, e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre” (SARAMAGO, 1997, p. 279).

Esta tese é uma viagem inicial, na busca de aprofundar algumas compreensões categoriais relacionadas ao feminismo. Foi elaborado em meio a um processo intenso de transformações vivenciadas no Brasil e no mundo. Suas palavras finais, são escritas ainda sob o jugo da pandemia mundial da COVID-19 e todas as incertezas com as quais ela nos coloca, a todos os seres humanos, necessariamente de frente. Também em um momento bastante marcante do Brasil, com diversos e incessantes ataques à classe trabalhadora, às pessoas da classe trabalhadora em suas mais variadas diversidades. Todos os dias temos notícias de pessoas assassinadas pelo Estado, por sua ação direta ou omissão. Essas pessoas são negras, mulheres, LGBTQIA+, são a juventude dessas terras. Esse é um tempo em que observamos mais comoção pela queima de estátuas que representam nossos opressores, os opressores de nossa classe, do que pela queima de corpos vivos de mulheres negras travestis e transexuais em praias desse país.

Tendo em vista às questões levantadas ao longo do texto, agora é o momento de sistematizar possíveis respostas e voltar as questões apresentadas na introdução. A primeira delas, que diz respeito a função da relação social de sexo (RSS) para o Capital. Esperamos ter demonstrado que essa categoria necessita ser entendida em seu contexto de formulação, assim como o gênero. Os debates que convergem para o entendimento das desigualdades, hierarquias de sexo/gênero são atravessados pela diversidade de visões de mundo expressas pelas distintas vertentes teóricas. A RSS tornou-se, especialmente nos últimos anos, um recurso ao debate crítico no Serviço Social. A tendência a resposta à funcionalidade da RSS ao Capital, que as autoras aqui estudadas apresentam, convergem para o pressuposto que apregoa a existência de distintos modos de produção, que interagem entre si. E, por via de consequência, uma miríade de possibilidade de constituição de classe: classe social, classe de sexo, classe de raça.

Entendemos que essa linha tem consequência no campo teórico e da luta política – particularmente ao Serviço Social -, como expresso, por exemplo, na síntese realizada por Maíra Abreu sobre a perspectiva de revolução para o FMF: “A revolução seria sempre uma revolução de um grupo contra uma opressão específica e só resolveria os problemas atacados” (ABREU, 2016, p. 76-77). Nesse sentido, o recurso as elaborações propostas por Lukács se tornaram uma possibilidade de ampliação da compreensão desenvolvida por algumas autoras do FMF, bem como de ampliação também, da própria perspectiva lukácsiana.

As demais questões levantadas se colocam como subsídios para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido entendemos que o Capital apesar de, numa primeira vista, indiferenciar as distintas características do trabalho concreto (masculino/feminino, infantil, manual/intelectual), quando subsume o trabalho mantém, marcadamente, essa distinção no campo das relações sociais, haja vista que elas, tais diferenciações hierarquizadas, estão em seu fundamento e na necessidade de reprodução das relações sociais. Portanto, para que a produção de valor se realize as mentes e coração dos seres humanos precisam caminhar sob relações humanas desumanizadoras. Isso significa que, no campo da relação social de sexo/gênero, a dominação-exploração sobre as mulheres necessita ser mantida, embora por diversas vezes reconfigurada.

O FMF apreende esse processo, embora sua análise indique alguns caminhos que podem, no campo da ação prática, ser mais limitadores do que apresentarem tendências emancipadoras. Nesse sentido é importante, por exemplo, ressaltar as dimensões que levanta em relação à sexagem, à divisão sexual do trabalho, apropriação e exploração, pois trazem miradas necessárias a questões cotidianamente presentes e que atravessam nossa sociabilidade. Sendo assim, referendamos a tese apresentada na introdução desse texto, que indica que *o feminismo materialista francês apresenta importantes direções de análise/compreensão das relações sociais mulheres/homens, justamente por situar suas discussões a partir do lugar concreto dos sujeitos no trabalho, que podem ser aprofundadas ou melhor desenvolvidas tendo como recurso analítico o debate proposto por Lukács, especificamente sobre o complexo do estranhamento.*

Neste caminho, no capítulo inicial, optamos por abordar algumas questões referentes ao método bem como o advento do debate feminista no Serviço Social. Inicialmente, estabelecemos a compreensão do trabalho como fundante do ser social e de seus complexos. Desta feita, avançamos ao entendimento da consciência como aspecto central no processo de entendimento do mundo e calcada na materialidade da vida. Tendo em vista que, para o ser social, conhecer é basilar para seu processo de apreensão, transformação e reprodução da

existência. A atividade sensível humana, consciente ou inconscientemente sempre carrega uma escolha entre alternativas postas na realidade, no real, no mundo concreto das relações humanas. E desde logo a relação social de sexo/gênero, se coloca nessa relação, na relação humana. Sendo assim, nos propomos a entender a relação social de sexo/gênero, conforme explicada pela produção do FMF – desde autoras que consideramos centrais para o desenvolvimento de suas ideias – a partir de uma forma de entendimento de mundo calcada na materialidade e da atividade histórica dos seres humanos no processo de produção e reprodução da existência. Em outras palavras, perquirir o ser, a estrutura de funcionamento das análises propostas pelo FMF.

A nosso ver, isso se tornou relevante na medida em que o Serviço Social assume algumas de suas categorias, para a elaboração das análises referentes à exploração-dominação masculina. Nesse sentido, ainda nesse capítulo, como visto, situamos o debate feminista no bojo do serviço social. Pudemos observar que este debate é contraditório e, por vezes, antagônico, no interior da profissão. Carrega as marcas de cada período e de uma profissão mergulhada na contradição de seu tempo histórico. Sendo assim, o debate feminista nunca foi ponto pacífico no interior da profissão, mas acreditamos que ele só pode ser ampliado com o amadurecimento da perspectiva crítica, especialmente marxista, dentro do Serviço Social.

No capítulo seguinte, situamos o debate feminista, atravessado por diferentes vertentes e conjunturas, para chegar ao contexto de advento do FMF. É sobre as bases das Relações Sociais contraditórias do contexto movimentado de fins dos anos 1960 e início dos anos de 1970 que se fincam as formulações mais elaboradas do FMF. Elas carregam as lutas, limitações e avanços de seu tempo. Consideramos relevante esse entendimento por duas questões:

1º) Entender o contexto histórico das formulações teóricas pode nos dar parâmetros mais ampliados de entendimento de diversas questões que as atravessam. No caso do FMF seu contexto de formulação inicial é relevante, pois se coloca como fato que impulsiona o debate no campo da teorização e dos movimentos sociais para a necessária análise proposta/ressaltada pelo feminismo e algumas das limitações, também próprias dos contextos, das pautas feministas por campos teórico-políticos da esquerda.

2º) É também no entendimento do contexto histórico-conjuntural que podemos identificar limitações e mesmo erros de análise/pressupostos. Que levam a caminhos diferentes, pelo menos da perspectiva que almejamos seguir nesta tese.

Nesse caminho, no capítulo *Considerações gerais sobre o complexo do estranhamento*, apontamos uma proposição de análise a partir do Estranhamento/alienação, do

descompasso entre o desenvolvimento das capacidades humanas e da personalidade humana para buscar contribuições que possam ampliar nossa perspectiva feminista no campo marxista. Assim, entendemos que um modo de produção não se restringe à produção de mercadorias, ainda que seu fim último seja a valorização do valor, como pensamos ter demonstrado na recuperação feita sobre aspectos da teoria do valor e da dupla constituição do trabalho. Um modo de produção é produto da atividade sensível humana e particularmente o capitalismo radicaliza e leva a caminhos opostos as capacidades e as personalidades humanas. Sendo assim, todas as relações sociais, em todos os níveis, expressam e carregam essa contradição.

No último capítulo trouxemos de maneira mais detida algumas categorias de análise do FMF, que consideramos relevantes para situar aspectos fundamentais de sua compreensão de mundo: relação social de sexo, opressão, sexagem e divisão sexual do trabalho. Essa breve síntese da exposição do processo da pesquisa posta nos capítulos, nos permite agora, tecer algumas pontuações sobre as limitações identificadas e levantar algumas possibilidades, plausíveis indicações para avanços e, desde logo, continuidade da investigação que ora se encerra.

A análise realizada pelo FMF contém fragilidades porque seus pressupostos são limitados a uma particularidade alçada a nível abstrato. Se, de um lado, há uma crítica à desconsideração da dimensão de sexo/gênero nos debates e organizações da esquerda, que as feministas captam corretamente e que até a atualidade é uma sombra ao processo de organização; de outro lado o pressuposto que se toma parte de uma analogia mecanista com a de algumas categorias da crítica da economia política. Seria um problema a identificação das dimensões particulares expressas pela relação social de sexo/gênero na luta, organização teórico-política e reivindicação de sua relevância para a compreensão cada vez mais aproximada da realidade e de suas imbricações?

Consideramos que não. Se, se realiza sob uma base de compreensão genérica não abstrata das relações sociais. E uma base de entendimento, da sociabilidade regida pelo capital, onde, tudo se subsume, em última análise, na valorização do valor e isto também contribui a diferenciações e hierarquizações na própria exploração e alienação/estranhamento. As características próprias das dimensões de dominação-exploração ressaltadas pelo feminismo e de toda a história que isto implica, não pode estar fora ou separado de uma luta de emancipação genérica da humanidade. Nesse sentido, a indicação da existência de, por exemplo, modos de produção diferentes que se interrelacionam, pode levar, na esfera da organização política, a ideia de que cada classe oprimida por seu modo de produção, deve

buscar sua emancipação/libertação. Isso não necessariamente une as diferentes lutas e tende a trazer fragmentações as nascentes possibilidades de organização e luta.

Como podemos entender, a este modo de produzir e reproduzir a vida, contraditoriamente, não lhe importa aos fins de sua reprodução, quem vive, quem morre ou quem é mais forte, ao mesmo tempo em que se sustenta sob a reprodução das desigualdades de sexo/gênero, raça e classe entre os seres humanos. A destruição do humano, ao mesmo tempo, ataca as diferenças singulares – transforma diferenças em desigualdade e hierarquias - e impulsiona a destruição do gênero humano. E provoca também dominação-exploração interna. As contradições do capital – trabalho, se desdobram em todas as contradições no movimento social e histórico.

Nesse sentido, propusemos avançar no entendimento, a partir das colocações postas pelo FMF, especialmente das autoras aqui referenciadas e de suas limitações, de que talvez, mais além do debate, por exemplo, entre a utilização no campo do debate crítico do Serviço Social, de relação social de sexo ou gênero, seria importante adentrarmos mais profundamente na concepção materialista histórico-dialética que informa a análise crítica hegemônica no serviço social e, desde aí, realizar análises cada vez mais aprofundadas do campo e das categorias feministas – e aqui particularmente do FMF - que podem, como amplamente demonstrado ao longo das décadas, contribuir para avanços ainda necessários ao debate profissional.

Se, num primeiro momento, quando nos propusemos a buscar a compreensão das relações sociais sob a égide do capital, temos necessariamente que recorrer e compreender quais são suas bases – o que é vital para a reprodução ampliada do capital. Isso nos leva a entender que justamente, para essa forma de relações social de produção se manter, ela necessita abstrair as características que particularizam os sujeitos nela inscritas, daí a necessidade de compreensão do trabalho abstrato, do valor, das categorias da teoria do valor/da crítica da economia política para melhor compreendermos como se estrutura e quais são os fins do modo de produção capitalista.

É preciso que avancemos na compreensão de que as relações sociais são conformadas a partir da contradição entre as classes fundamentais e antagônicas burguesia e trabalhadores. Essa compreensão talvez seja o cerne da disputa entre o que é mais essencial a ser discutido, se a classe ou o gênero/sexo (ou a raça), no campo feminista, por exemplo. Para isso, buscamos pensar ancoradas em Lukács. Este autor situa o trabalho como o momento fundante do ser social. Assim, todo ser vivo tem que tirar da natureza os meios de subsistência para sua existência. Quando surge o ser social já se tem o metabolismo com a natureza. No ser

social esse metabolismo é mediado pelo trabalho, isso significa que ao transformar a natureza o ser social transforma a si próprio. A história da matéria social passa a ser como o ser humano tira da natureza os meios de produção capazes de produzir os meios de subsistência dos quais necessita. O ser social é uma forma superior de organização da matéria fundada por uma nova forma de metabolismo com a natureza, que é o trabalho.

Temos, então, o trabalho como complexo fundante do ser social e, nesse sentido, os primórdios da humanidade inauguram os complexos sociais dela decorrentes: o trabalho, como complexo fundante, a linguagem, a sexualidade, a individuação, a religião, a educação, o direito, etc. constituindo a realidade social em um complexo de complexos.

Cada complexo singular produz necessidades e possibilidades que constituem a realidade social. O estudo de um complexo em particular não é redutível à relação trabalho/economia ao mesmo tempo em que cada necessidade/possibilidade produzida pelo referido complexo está submetida ao desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, o trabalho altera a qualidade da totalidade da sociedade e cada complexo social tem de reagir a essa alteração que, por sua vez, reage à mudança/ao conjunto da mudança do momento histórico, não diretamente ao trabalho. Sendo assim temos o trabalho como fundante do ser social, que age diretamente na qualidade da totalidade da sociedade e vice-versa.

A totalidade social, por sua vez também age realiza e sofre alterações a depender do momento de cada complexo parcial (da linguagem, sexualidade, educação, direito...). No capitalismo, esses processos são, portanto, mediados pela forma social que impera, a forma capital e a lógica estranhada. Que para manter seus domínios, transforma constantemente as diferenças humanas em desigualdades, daí sua base fundamental no estranhamento/alienação. Todo processo social tem elementos de continuidade e rupturas, que se apresentam em cada momento como singularidade daquela continuidade. O processo só pode se desenvolver com as singularidades. O processo concentra os elementos essenciais/universais. Os elementos singulares concentram o fenômeno/singular. Tomemos como exemplo a Revolução Francesa. O singular (a burguesia) tinha a essência do novo dentro de uma singularidade antiga (Feudalismo). A essência estava ali, no momento singular. E a essência concentrava a universalidade. E a burguesia se levanta como classe carregando elementos de continuidade e ruptura. Ruptura com a ordem antiga e diversos elementos de continuidade, como a necessária relação social desigual e hierarquizada entre os seres humanos, radicalizada pela ordem do capital, tendo como elementos fundamentais a classe, a raça e o sexo/gênero.

Assim, talvez se possa avançar na compreensão de que as relações sociais antagônicas estabelecidas ao longo da história humana e que tem na ordem capitalista seu

elemento de maior radicalidade, constituem-se fundamentalmente pela desigualdade e hierarquia de classe, raça e sexo/gênero.

Destacamos ainda, as análises com derivações analógicas expressas por Paola Tabet, Colette Guillaumin e Christine Delphy. Consideramos importante entender a hierarquização valorativa dos trabalhos desempenhados por homens e mulheres na dinâmica concreta das relações sociais. Pois, no limite, o que determina o valor, para o capital, é a quantidade de trabalho humano cristalizada na mercadoria (qualquer que seja ela, tangível ou intangível). Logo como nos apresenta Marx, o produto do trabalho humano adquire uma objetividade de valor socialmente igual, para além da objetividade de uso do mesmo, pois no capitalismo, a produção de mercadorias pressupõe o trabalho humano igual, o trabalho abstrato, como substância de valor. Esse mesmo movimento, no campo do trabalho concreto, apresenta então uma hierarquização valorativa, do que seriam trabalhadores melhores ou piores.

Concorre com o exposto acima, as formas de divisão sexual do trabalho estabelecidas ao longo da história humana que foram estabelecendo trabalhos para as diferentes pessoas, homens e mulheres, brancos e negros todas elas na América Latina, por exemplo, mediadas pelo brutal processo de colonização/invasão. No movimento histórico de estabelecimento do capitalismo, foi se estabelecendo um processo que talvez possamos pensar em duas linhas: se o valor, para o capital, é determinado pelo conjunto do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção daquele valor de uso (mercadoria) e, conseqüentemente, pela exploração do trabalho em geral, no campo das relações humanas concretas, essa relação de igualdade se inverte, tomando os trabalhos concretos de forma desigual e hierarquizada, levando no limite, a uma hierarquização dos seres humanos que leva na aparência a justificativas biologizantes, a partir do sexo/gênero e da raça, em um compósito bastante complexo e contraditório que imbrica classe, raça e sexo/gênero.

Talvez possamos entender essa relação valorativa diferenciada (objetividade de valor socialmente igual das mercadorias e valorização diferenciadas dos trabalhos concretos dos diferentes seres humanos) como expressão da assertiva marxiana do fetichismo da mercadoria e do processo de reificação. Podemos pensar que o processo de desenvolvimento social que converte o trabalho em seu contrário, de condição para o salto ontológico do ser social à condição de sua desumanização, radicalizada pelo capitalismo, origina nesse processo complexos sociais que estruturam a desigualdade/contradição em distintas direções, especialmente de raça, classe e sexo/gênero.

Assim, conforme indica Gyorgy Lukács (2013)

A divisão do trabalho está baseada originalmente na diferenciação biológica dos membros do grupo humano. O afastamento da barreira natural, como consequência da socialização cada vez mais resoluta e pura do ser social expressasse sobretudo no fato de que esse princípio originalmente biológico de diferenciação acolhe cada vez mais momentos do social e estes assumem um papel predominante nela, degradando os momentos biológicos à condição de momentos secundários. Isso fica evidente, por exemplo, no papel que desempenham os sexos na divisão social do trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 162).

Assim, o ser social ao longo de sua existência, organiza distintas formas de sociedade. Estas, por sua vez, produzem, a partir da atividade humana, funções socialmente modificadas para os sujeitos, que não necessariamente correspondem ao grau de desenvolvimento das forças produtivas. Esse movimento significa e opera o estranhamento, aí também situado a relação social de sexo/gênero que indica a configuração do estranhamento de sexo/gênero. E como produto da atividade humana, carrega em si, a dimensão contraditória, bem como brechas de possibilidades e questionamentos de formas de relação que, na imediatez da vida cotidiana, aparecem como naturais.

Essa é uma das dimensões nas quais o FMF contribui. Ele pode ser considerado uma perspectiva guarda-chuva, que tem base/alguma consideração no feminismo marxista em imbricação ao feminismo radical em resumo e como seu nome expressa, uma ala do pensamento materialista. Fomentou muitos debates no final do século XX, especialmente sobre uma teoria de dois sistemas: o capitalismo e o patriarcado/modo de produção doméstico e, mais tarde, inclui também o sistema racial, entendendo esses sistemas como semiautônomos. Consideramos que ele ajuda a entender as evidências empíricas, concretas, mas em última instância não indica exatamente como interpretar o todo das relações sociais.

Até aqui chegamos. E voltamos ao início, agora, em outro patamar. A viagem finalizada em alguns aspectos aqui, poderá seguir outros rumos. As mulheres Jaci e Ceuci – apresentadas na introdução desta tese -, que sintetizam uma gama de dimensões desiguais, violentas e hierarquizantes e que na distância temporal que separa meu encontro com cada uma delas, trouxeram o impulso inquietante que direciona a necessidade de buscar entender as distintas relações que conformam/estruturam as relações de sexo/gênero, raça e classe que informam nossa sociabilidade, seguem, agora, reconhecidas desde outro lugar. E como indica José Saramago no excerto que inicia essas considerações finais: *É preciso recomeçar a viagem. Sempre.*

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maira. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 3, p. 1–17, 2018. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n354237>.
- ABREU, Maira Luiza Gonçalves. **Politizando a Anatomia: antinaturalismo e materialismo no pensamento feminista francês (1960-1980)**. 2016. 319 f. Tese de Doutorado – UNICAMP, 2016. DOI 10.5151/cidi2017-060. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/331436>.
- ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves de. O Metodologismo e o Desenvolvimentismo no Serviço Social Brasileiro - 1947-1961. **Serviço Social & Realidade**, v. 17, n. 1, p. 268–299, 2008. .
- ANDRADE, Juliana Thais Matos. **PRODUÇÃO EM MASSA E MANIPULAÇÃO DO CONSUMO: considerações a partir da crítica lukácsiana**. 2015. 145 f. Dissertação – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. [S. l.]: Aunt Lute, 1987.
- ANZALDÚA, Gloria. **La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência**. Rev. Estud. Fem., v. 13, n. 3, p. 704–719, dez. 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300015>.
- ARRUZZA, Cinzia. **Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre o marxismo e o feminismo**. São Paulo: Usina, 2019.
- BAMBIRRA, Vania. **El Capitalismo Dependiente Latinoamericano**. 15. ed. México: Siglo Veinteuno, 1999.
- BARBERY, Muriel. **A Elegância do Ouriço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARROCO, Maria Lúcia S. Materialidade e Potencialidades do Código de Ética dos Assistentes Sociais brasileiros. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS (org.). **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 27–109.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. trad. Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BELLI, Gioconda. **A Mulher Habitada**. trad. Enrique Boero Baby. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BELLI, Gioconda. Los Portadores de sueños. In: BELLI, Gioconda **Escándalo de Miel: antología poética personal**. 2. ed. Buenos Aires: Seix Barral, 2011. p. 179–183.

BONNET, Annabelle. O feminismo marxista tem uma história? Breve estudo do caso francês. *In: MARTUSCELLI, Danielo Enrico (org.). Os desafios do feminismo marxista na atualidade*. 1. ed. Chapecó: Coleção marxismo21, 2020. p. 23–36.

BRUM, Elaine. Maria, preciso te contar sobre Bolsonaro, o fazedor de órfãos: O homem que governa o Brasil condenou uma geração a crescer e a viver sem pai ou sem mãe. *El País*, , seç. Coluna Opinião, 5 maio 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-05-05/maria-preciso-te-contar-sobre-bolsonaro-o-fazedor-de-orfaos.html>. Acesso em: 9 maio 2021.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 537–572, dez. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>.

CALADO, Joana das Neves. . **O Caráter do Patriarcado na Ordem Social do Capital: um estudo sobre a relação entre exploração e dominação da mulher trabalhadora na contemporaneidade**. 2016. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis: UFSC, 2016.

CALDWELL, Kia Lilly. Racialized Boundaries: Women’s Studies and the Question of “Difference” in Brazil. *The Journal of Negro Education*, v. 70, n. 3, p. 219, 2001. <https://doi.org/10.2307/3211212>.

CALLONI, Stela. **Mujeres de Fuego: historias de amor, arte y militancia**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Continente, 2016.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. v. 8, (, Biblioteca Básica de Serviço Social).

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Teoria e Práxis Feministas na Academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, n. 2, p. 386–400, 1994. .

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global Editora, 1983.

CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules. Introducción. *In: CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules (orgs.). El Patriarcado al desnudo. Tres feministas materilistas - Colette Guillaumin - Paola Tabet - Nicole-Claude Mathieu*. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, Christine. **L’ennemi principal: économie politique du patriarcat**. 3. ed. Paris: Éditions Syllepse, 2013a. v. 1, .

DELPHY, Christine. **L’ennemi Principal: penser le genre**. 3. ed. Paris: Éditions Syllepse, 2013b. v. 2, .

DELPHY, Christine. Les origines du Mouvement de libération des femmes en France. *Nouvelles Questions Féministes*, n. 16-17–18, p. 137–148, 1991. .

- DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25–47.
- DUAYER, Mário. Marx e a crítica ontológica à sociedade capitalista: crítica à centralidade do trabalho. **Verinoto - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, n. 22, p. 29–43, 2016. .
- DUNEZAT, Xavier. **Chômage et action collective. Luttés dans la lutte. Mouvements de chômeurs et chômeuses de 1997-1998 en Bretagne et rapports sociaux de sexe**. 2004. Thèse de doctorat – Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, França, 2004.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-Estar, Sofrimento e Sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- DUPONT, Christine. L’ennemi principal. **Partisans**, n. 54–55, 1970. .
- DURIGUETTO, Maria Lúcia; REZENDE, Juliano Zancanelo. Movimentos Sociais e Serviço Social: a virada de 1979. **Temporalis**, v. 19, n. 38, p. 11–23, dez. 2019. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2019v19n38p11-23>.
- FALQUET, Jules. Entretien avec Jules Falquet : Matérialisme féministe, crise du travail salarié et imbrication des rapports sociaux. Entretien réalisé par Oriane Petteni et Sophie Wustefeld, et préparé avec l’aide de Jessica Borotto et Alain Loute Édition. **Cahiers du GRM**, n. 10, 2016. DOI 10.4000/grm.839. Disponível em: <http://grm.revues.org/839>.
- FALQUET, Jules. **Imbrication: femmes, race et classe dans le mouvements sociaux**. Paris: Éditions du Croquant, 2019.
- FALQUET, Jules. **Les Mouvements Sociaux dans la Modialisation Néolibérale: imbrication des rapports sociaux et classe des femmes (Amérique Latine-Caraïbes-France)**. Habilitati. Paris: Université de Paris 8 (mimeo), 2012.
- FALQUET, Jules. O capitalismo financeiro não liberta as mulheres: análises feministas materialistas e imbricionistas. **Crítica Marxista**, n. 36, p. 9–25, 2013. .
- FALQUET, Jules. Por uma anatomia das classes de sexo: Nicole-Claude Mathieu ou a consciência das oprimidas. **Lutas Sociais**, v. 18, n. 32, p. 9–23, 2014. .
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. **Calibán y la Bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria**. 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.
- FELDMAN, Jacqueline. De FMA au MLF: Un témoignage sur les débuts du mouvement de libération des femmes. **Clio**, n. 29, p. 193–203, 1 jan. 2009. <https://doi.org/10.4000/cli0.9326>.
- FORTES, Ronaldo Vielmi. O Estranhamento da Mulher na Ontologia de Lukács: o problema da emancipação feminina na sociabilidade do Capital. *In*: TORRIGLIA, Patricia Laura; MÜLLER, Ricardo Gaspar; LARA, Ricardo; ORTIGARA, Vidalcir (orgs.). **Ontologia e Crítica do Tempo Presente**. Florianópolis: Em Debate, 2015. p. 217–230.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 291–308, ago. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200002>.

GALEANO, Eduardo. **Ser como Eles**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

GALERAND, Elsa; KERGOAT, Danièle. Les apports de la sociologie du genre à la critique du travail. **La Nouvelle Revue du Travail**, n. 4, p. 1–13, 2014. <https://doi.org/10.4000/nrt.1533>.

GHODSEE, Krstten R. What To Expect When You're Expecting Exploitation. **Why Women Have Better Sex Under Socialism and other arguments for Economic Independence**. [S. l.]: Hachette UK, 2018.

GUILLAUMIN, Colette. **L'idéologie raciste. Genèse et langage actuel**. Nice: Institut d'études et de recherches interethniques et interculturelles, 1972.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maira (orgs.). **O Patriarcado Desvendado: três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu**. Recife: SOS Corpo, 2014. p. 27–100.

GUILLAUMIN, Colette. **Sexe, Race et Pratique du Pouvoir: l'idée de nature**. Paris: Éditions iXe, 2016.

GUILLAUMIN, Colette. Usages théoriques et usages banals du terme race. **Mots**, v. 33, n. 1, p. 59–65, 1992. <https://doi.org/10.3406/mots.1992.1739>.

HECKERT, Sonia Maria Rocha. Identidade e mulher no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, v. Ano XII, n. 36, ago. 1991. .

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, n. 136, p. 439–461, dez. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.188>.

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e Consevadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social da Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007b.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. ed. São Paulo / Lima (Peru): Cortez / CELATS, 2006.

IBGE. **ESTATÍSTICAS DE GÊNERO INDICADORES SOCIAIS DAS MULHERES NO BRASIL: Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica. n. 38**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociasi, 2018.

IBGE. Outras Formas de Trabalho 2018 - PNAD Contínua. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101650_informativo.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

INÁCIO, Miriam De Oliveira. **A Emancipação das Mulheres no Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições e dilemas das relações entre marxismo e feminismo**. 2013. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça no Brasil. 2017. Disponível em: <https://ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.

IPEA; FBSP (Orgs.). **Atlas da Violência 2019**. 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LESSA, Sergio. **Abaixo a Família Monogâmica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, Sérgio. **O Ontologia de Lukács**. Maceió: EDUFAL, 1996(Série Didática - EDUFAL).

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros edesencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálysis**, v. 13, n. 1, p. 66–75, jun. 2010. .

LUCIANO, Christiane Dos Santos. **O Debate sobre Gênero e Feminismo no Serviço Social Brasileiro: uma análise a partir da produção científica da categoria**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

LUKÁCS, Gyorgy. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. trad. Carlos Nelson COUTINHO. **Revista Temas de Ciências Humanas**, 1978. .

LUKÁCS, Gyorgy. **Conversando com Lukács: entrevista a Léo Koefler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holtz**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma Ontologia do Ser Social I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATHIEU, Nicole-Claude. **L'Anatomie Politique**. 2. ed. Paris: Éditions iXe, 2013.

MENDES, Juliana Cavilha; BECKER, Simone. Entrevista com Heleieth Saffioti. **Rev. Estud. Fem.**, v. 19, n. 1, p. 143–166, abr. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100012>.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Reformas de ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos – anos vinte e trinta**. Florianópolis: Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações - UFSC, 2000.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Raízes do feminismo político e embates atuais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 12, n. 1, p. 08, 16 ago. 2020. <https://doi.org/10.9771/gmed.v12i1.38134>.

MORAES, Maria Célia Marcondes. O renovado conservadorismo da agenda pós-moderna. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 337–357, 2004. .

MORAES, Maria Lygia Quartim. Prefácio. *In*: WOLLSTONECRAFT, Mary **Reivindicação dos Direitos da Mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 7–16.

MOREIRA, Maria Regina de Ávila. **A CONSTITUIÇÃO DE GÊNERO NO SERVIÇO SOCIAL: Um estudo a partir das manifestações de empregadores e assistentes sociais**. 2003. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

MOSCHKOVICH, Marília Bárbara Fernandes Garcia. **Feminist gender wars: the reception of the concept of gender in Brazil (1980s-1990s) and the global dynamics of production and circulation of knowledge**. 2018. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2018. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/333932/1/Moschkovich_MariliaBarbaraFernandesG._D.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

MOSIMANN, Rosa Alice. Introdução: algumas considerações sobre as ideias de Flora Tristan. *In*: TRISTAN, Flora **União dos Operários**. Florianópolis: Insular, 2017. p. 13–20.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. **Razão e Utopia: Thompson e a História**. 2002. Doutorado em História Social – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MUÑOZ, Karina Ochoa. El Debate sobre las y los Amerindios: entre el discurso de la bestialización, la feminización y la racioalización. *In*: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (orgs.). **Tejiendo de Otro Modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Argentina: Cleta Ediciones, 2018. p. 109–122.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-1964**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. **MORTES VIOLENTAS DE LGBT+ NO BRASIL – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia**. Salvador: Editora do Grupo Gay da Bahia, 2020.

OLIVIO, Maria Cecília. “**DAS FRAGILIDADES DE VIVER O TEMPO PRESENTE**”: **Capitalismo, Patriarcado e a Vigência da Exploração-Dominação Masculina**. 2015. 123 f. Dissertação – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PGSS0154-D.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2021.

OLIVIO, Maria Cecília; MOREIRA, Maria Regina de Ávila; OLIVEIRA, Ingrid de Cássia; LUCIANO, Christiane Dos Santos. Feminismo Pós: para uma crítica de seus fundamentos. **Anais do XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL**, 2018. .

PICQ, Françoise. Féminisme, matérialisme, radicalisme. **La Revue d'en Face**, v. 13, p. 39–57, 1983. .

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003(Coleção História do Povo Brasileiro).

QUESTIONS FEMINISTES. Variations sur des thèmes communs. **QUESTIONS FEMINISTES**, n. 1, p. 3–19, 1977. .

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004a.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004b.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma Questão de Gênero**. São Paulo /Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos / Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183–215.

SAFFIOTI, Heleieth I B. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, , p. 59–79, 1997. .

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115–136, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>.

SAFFIOTI, H.I.B. **Mulher brasileira: opressão e exploração**. São Paulo: Achiamé, 1984.

SANTA CATARINA. Decreto 1.329, de 15 de junho de 2021. Veda expressamente as instituições de ensino e bancas examinadoras de seleção e concursos públicos a utilização, em documentos escolares oficiais e editais, de novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas. 2021a. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-1329-2021-santa-catarina-veda-expressamente-a-instituicoes-de-ensino-e-bancas-examinadoras-de-selecao-e-concursos-publicos-a-utilizacao-em-documentos-escolares-oficiais-e-editais-de-novas-formas-de-flexao->

de-genero-e-de-numero-das-palavras-da-lingua-portuguesa-em-contrariedade-as-regras-gramaticais-consolidadas.

SANTA CATARINA. Lei 18.120, de 21 de maio de 2021. Altera o Anexo I da Lei nº 17.335, de 2017, que “Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para instituir o Dia de Conscientização contra a Prática do Aborto. 2021b. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/18120_2021_lei.html.

SARAMAGO, José. **Viagem a Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCHNEIDER, Graziela. Apresentação: as vozes da revolução das mulheres. *In*: SCHNEIDER, Graziela (org.). **A Revolução da Mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética - artigos, atas, panfletos, ensaios**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 11–14.

SHEPTULIN, Alexander Petrovich. La teoría y el método. *In*: SHEPTULIN, Alexander Petrovich **El Método dialéctico del conocimiento**. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1983. p. 7–23.

TABET, Paola. Fertilité naturelle, reproduction forcée. **La construction sociale de l’inégalité des sexes. Des outils et des corps**. Paris: L’Harmattan, 1998. p. 77–204.

TABET, Paola. Mãos, Instrumentos e Armas. *In*: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maira (orgs.). **O Patriarcado Desvendado: teorias de três feministas materialistas - Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu**. Recife: SOS Corpo, 2014. p. 101–174.

TORRIGLIA, Patricia Laura. **Ontologia, Vida Cotidiana e os Processos de Conhecimento da Realidade**. Relatório de Pós-Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2016.

TORRIGLIA, Patricia Laura. Prefácio. Um percurso do contexto social e histórico da universidade em tempos de inversões ontológicas. *In*: MC QUADE JR., Henry Bill; PUCCINELLI, Vinícius Ramos (orgs.). **Questões Urgentes da Universidade**. [S. l.]: Coletivo Veredas, mimeo.

TORRIGLIA, Patricia Laura. Produção do Conhecimento e educação: considerações para pensar p ser social na sociedade contemporânea. *In*: LEITE, Denise; LIMA, Elizeth G. dos S (orgs.). **Conhecimento, Avaliação e Redes de Colaboração: produção e produtividade na universidade**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 76–96.

WITTIG, Monique. **As Guerrilheiras**. trad. Jamille Pinheiro Dias; Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

WITTIG, Monique. **La Pensée Straight**. Paris: Éditions Amsterdam, 2007.

WITTIG, Monique.; WITTIG, Gille; ROTHENBURG, Marcia; STEPHENSON, Margaret. Combat pour la Liberation des Femmes. **L’Idiot international**, Paris, ed. 6, p. 13–16, maio 1970. .

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos da Mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ZAÏDMAN, Claude. Institucionalização dos Estudos Feministas na França. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, n. 2, p. 410–414, 1994.